



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CENTRO DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Linha de Pesquisa: NATUREZA, CAMPO E CIDADE NO SEMIÁRIDO



O gosto amargo das frutas nas terras do senhor: a territorialização da produção capitalista e as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato na Região do Baixo Jaguaribe (CE)

Sergiano de Lima Araújo

**Fortaleza – Ceará
2016**

SERGIANO DE LIMA ARAÚJO

O GOSTO AMARGO DAS FRUTAS NAS TERRAS DO SENHOR: A TERRITORIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA E AS DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O AGRONEGÓCIO E O CAMPESINATO NA REGIÃO DO BAIXO JAGUARIBE (CE)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dr.^a. Alexandra Maria de Oliveira

FORTALEZA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A691g Araújo, Sergiano de Lima.

O gosto amargo das frutas nas terras do senhor : a territorialização da produção capitalista e as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato na região do Baixo Jaguaribe (CE) / Sergiano de Lima Araújo. – 2016.

246 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.

Orientação: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.

1. Territorialização do Capital. 2. Agronegócio. 3. Campesinato. 4. Disputas Territoriais. I. Título.

CDD 910

SERGIANO DE LIMA ARAÚJO

O GOSTO AMARGO DAS FRUTAS NAS TERRAS DO SENHOR: A TERRITORIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA E AS DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O AGRONEGÓCIO E O CAMPESINATO NA REGIÃO DO BAIXO JAGUARIBE (CE)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dr.^a. Alexandra Maria de Oliveira

Aprovado em 21/11/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Alexandra Maria de Oliveira (Orientadora)
Univesidade Federal do Ceará (UFC)
1º Membro - Presidente

Prof.^a Dr.^a Marize Luciano Vital Monteiro de Oliveira
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA)
2º Membro - Externo à Instituição

Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Gadelha de Carvalho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
3º Membro - Externo à Instituição

Prof.^a Dr.^a Anna Erika Ferreira Lima
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
4º Membro - Externo à Instituição

Prof.^a Dr.^a Iara Rafaela Gomes
Univesidade Federal do Ceará (UFC)
5º Membro - Externo ao Programa

Aos meus pais, Lúcia e Sebastião (in memoriam), por
toda uma vida de dedicação e amor.

AGRADECIMENTOS

Ao fim de um trabalho como esse, e apesar de todo o cansaço, momentos de solidão e muitas vezes angústias, é hora de socializar esse mérito com várias pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que o mesmo fosse concluído. Passados mais de 4 (quatro) anos, e mediante tantos problemas e dificuldades, pessoas passaram pela minha vida, outras ficaram, amizades foram feitas e, em outros momentos, o isolamento se fez necessário. Família, amigos, companheiros de luta, colegas, todos enfim e até mesmo os que estavam ausentes se fizeram presentes, em minha lembrança.

Aos meus pais **Lúcia** e **Sebastião** (*in memoriam*), por tudo que me ensinaram e por me fazer acreditar que um outro mundo é possível. Em especial agradeço a minha mãe, camponesa, mulher de luta e guerreira que criou setes filhos enfrentando as inúmeras adversidades e aguras de ser camponesa no sertão cearense. Agradeço os ensinamentos e valores adquiridos, levo-os toda a minha vida. Te amo muito!

Aos meus irmãos (**Luciano, Lucivan, Luciene, Silvania, Livânia e Vanessa**) que mesmo sentido minha ausência nesses anos, ao final compreenderam o real sentido desse trabalho para minha vida profissional. Muito obrigado por vocês existirem. Amo cada um de forma muito especial.

Na poderia deixar de agradecer de forma muito especial ao **Leonan Rodrigues** por ter vivenciado de forma muito próxima, as minhas angústias, inquietações e ausências durante o processo de escrita dessa tese. Muito obrigado pelos incentivos, pelas palavras amigas, pelos abraços apertados, os sorrisos e lágrimas compartilhadas. Enfim, tudo acabou bem. Meu muito obrigado pelo seu apoio incondicional e irrestrito.

Não poderia de deixar de fazer um agradecimento muito especial a minha melhor amiga **Danielle Rodrigues**, pelas longas conversas via telefone que varavam as madrugadas, pelos choros compartilhados, pelos apoios nos momentos mais difíceis e decisivos. Muito obrigado por você existir e ter se tornado essa pessoa tão especial na minha vida. Te amo.

Meus sinceros e eternos agradecimentos ao meu grande amigo **Ângelo Marcelino** a quem devo grande parte do sucesso da minha trajetória acadêmica. Desde a graduação sempre torceu, incentivou a trilhar esse caminho. Sou eternamente grato pelo seu apoio. Obrigado por me deixar ser amigo de uma pessoa tão especial e iluminada.

A minha querida Amiga **Anna Erika** que desde a minha entrada no doutorado esteve sempre me incentivando e acreditando na minha capacidade em transpor esse enorme obstáculo da minha vida profissional. Muito obrigado pela sua energia contagiante e apoio incondicional nas fases mais cruciais desse processo.

A Minha orientadora Profa. **Alexandra Oliveira**, pelo oportunidade de ter sido seu orientando e por ter me ajudado de forma irrestrita em um momento decisivo da tese. Serei eternamente grato.

A Minha querida amiga **Marize**, pela sua prontidão e disponibilidade de ajudar sempre. Meus sinceros agradecimentos.

As professoras, Profa. **Sandra Gadelha de Carvalho**, Profa. **Iara Gomes**, Profa. **Marize Vital** e Profa. **Anna Érika Ferreira**, por ter aceito participar da minha banca e pelas enormes contribuições durante o processo de defesa da tese.

Meus sinceros agradecimentos aos queridos professores do Departamento de Geografia da UFC, Prof. **Levi Furtado**, Prof. **Amaro Alencar**, Profa. **Maria do Céu** e Profa. **Edvanir Barbosa**. Muito obrigado pelo carinho desprendido e as recorrentes palavras de incentivo.

Aos amigos de “sempre e para sempre”: **Bernadete, Arixancer, Juciê e Cleuton**, mesmo estando distante do ponto de vista geográfico nos últimos anos, não impediu que estivéssemos próximos na alma e no coração. Vocês são especiais!

Queria agradecer de forma muito carinhosa a minha grande amiga e colega de trabalho **Cintia Lins**, por ter me apoiado e me ajudado mesmo sem saber nas fases mais difíceis dessa estrada tão turtuos que quão se resume somente a escrita da tese, mais os percalços da minha vida pessoal. Minha amiga, obrigado pelos puxões de orelha e pelos ensinamentos a cada conversa que tínhamos. Sou eternamente grato por tudo.

As meus queridos/as amigos/as professoras e companheiras de lutas da UESPI, **Janete Brito, Lucineide Barros, Ana Maria e Daniel Solon**, por me receberem tão bem em Teresina. Muito grato pela amizade, pela troca de experiência na prática docente, nas lutas do nosso sindicato(ADCESP) e por compartilhar comigo esse importante momento de minha vida profissional.

Aos amigos de “sempre e para sempre”: **Land Rodrigues, Thiago Rebouças, Haroldo Rebouças**, que mesmo sem entender o meu distanciamento nos últimos anos devido a tese e outros percalços da vida, nos encontros me brindava com a alegria, acolhimento gratuito. Faço homenagem a vocês com amúsica de Renato Teixeira Amizade sincera. “Amizade sincera é um santo remédio, é um abrigo seguro..”

E para finalizar não poderia de deixar de agradecer de forma muito carinhosa ao **Wellison Felipe**, por ter estado do meu lado durante os últimos meses da escrita da tese, tendo sido um companheiro incrível em todos os sentidos. Muito obrigado por você existir, ter cruzado o meu caminho e ter me trago tantos momentos de felicidade e contentamento.

À CAPES, pelo auxílio financeiro recebido.

À todos que, de alguma forma, estiveram presentes, física ou espiritualmente, ao meu lado durante essa longa caminhada. Obrigado...!

E finalizo, pegando emprestado o poema de Fernando Pessoa:

De tudo, ficaram três coisas:

A certeza de que estamos sempre começando...

A certeza de que precisamos continuar...

A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...

Portanto, devemos:

Fazer da interrupção um caminho novo...

Da queda um passo de dança...

Do medo, uma escada...

Do sonho, uma ponte...

Da procura, um encontro...

RESUMO

Na presente Tese, analisamos como se dá espacialmente a territorialização da produção capitalista e as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato na Região do Baixo Jaguaribe (CE) diante do processo de modernização do campo. Nos apoiando, dentro da tradição marxista e no conceito de uso da noção de *desenvolvimento desigual combinado do capitalismo* (OLIVEIRA, 1988, 1996, 1999), tentamos compreender como se engendra disputa territorial entre o agronegócio e o campesinato através das tramas da lógica da *acumulação por espoliação* que por sua vez tem trazido os camponeses desta região para o centro dos conflitos de luta e resistência contra as diferentes formas de expropriação – de terra, água, soberania alimentar, saberes, dentre outras. As transformações que acontecem na área pesquisada são interpretadas como consequência de um processo que se dá na escala global e que tem seu rebatimento fenomenicamente na região pela imposição de uma racionalidade técnica, trazendo no seu bojo processos como a migração campo-cidade, a modificação das atividades econômicas, mudanças nas relações de trabalho, a aparição de diversas classes sociais, frações de classe, na luta pela terra e água, nas novas sociabilidades, nas conflitualidades e modos de vida. A metodologia foi estruturada em torno de três eixos de operacionalização: a organização de uma pesquisa bibliográfica sobre pesquisas na região Nordeste, a construção de um banco de dados estatísticos e a realização de trabalhos de campo.

Palavras Chave: Territorialização do Capital; Agronegócio; Campesinato; Disputas Territoriais.

ABSTRACT

In the present thesis, we analyze how the territorialization of capitalist production happens spatially and the territorial disputes between the agribusiness and the peasantry in the Law Jaguaribe Region (CE) in the face of the process of modernization of the countryside. Supporting ourselves, within the Marxist tradition and the concept of the use of the notion of unequal development and combined of capitalism (OLIVEIRA, 1988, 1996, 1999), we try to understand how a territorial dispute between agribusiness and the peasantry engenders through the logic of accumulation By spoliation that has in turn brought the peasants of this region to the center of the conflicts of struggle and resistance against the different forms of expropriation - of land, water, food sovereignty, knowledge, among others. The transformations taking place in the researched area are interpreted as a consequence of a process that occurs on a global scale and that has been phased out in the region by the imposition of a technical rationality, bringing in its core processes such as the migration of the countryside to the city, Economic activities, changes in labor relations, the emergence of various social classes, class fractions, the struggle for land and water, new sociabilities, conflicts and ways of life. The methodology was structured around three operational axes: the organization of a bibliographic research on research in the Northeast region, the construction of a statistical database and the accomplishment of fieldwork.

Keywords: Territorialisation of Capital; Agribusiness; Peasantry; Territorial Disputes.

RESUMEN

En esta presente Tesis, se analiza cómo se da espacialmente la territorialización de la producción capitalista y las disputas territoriales entre el agronegocio y el campesinado en la región del Bajo Jaguaribe (CE) delante del proceso de modernización del campo. Apoyándonos, dentro de la tradición marxista y en el concepto de uso de la noción de *desarrollo desigual combinado del capitalismo* (OLIVEIRA, 1988, 1996, 1999), tratamos de comprender cómo se engendra disputa territorial entre el agronegocio y el campesinado a través de las tramas de la lógica de la *acumulación por expropiación* que a su vez ha llevado a los campesinos de esta zona hacia el centro de los conflictos de lucha y resistencia contra las distintas formas de expropiación - de tierra, el agua, soberanía alimentaria, saberes, entre otros. Las transformaciones que tienen lugar en la zona de estudio se interpretan como el resultado de un proceso que se lleva a cabo en una escala mundial y tiene su plegamiento fenomenalmente en la región mediante la imposición de una racionalidad técnica, con lo que en sus procesos de reactivación tales como la migración rural-urbana, la modificación de las actividades económicas, los cambios en las relaciones laborales, la aparición de diferentes clases sociales, fracciones de clase, en la lucha por la tierra y el agua, la nueva sociabilidad, en los conflictos y formas de vida. La metodología se estructura en torno a tres ejes operativos: la organización de una investigación bibliográfica sobre investigaciones en la región Nordeste, la construcción de una base de datos estadísticos y la realización de trabajos de campo.

Palabras-clave: Territorialización del Capital. Agronegocio. Campesinado. Disputas Territoriales.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O INÍCIO DA CAMINHADA: O TEMA, A PROBLEMÁTICA, O MÉTODO E O UNIVERSO TEÓRICO DE REFERÊNCIA	18
1.1 O começo do caminho,” o “fio da meada”: porque da região do Baixo Jaguaribe/CE	19
1.2. Na busca de uma teoria.....	47
1.3. Os percursos metodológicos da pesquisa	55
2. MODERNIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO CEARENSE	65
2.1. A inserção do ceará na lógica do desenvolvimento dependente.	66
2.2. A ofensiva da burguesia agrária/industrial para inserção do Ceará na lógica á sociometalismo do capital	76
2.3. Racionalização do espaço agrário cearense aos ditames do capital	82
3. AS ESTRATÉGIAS DA REPRODUÇÃO SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL NO ESPAÇO AGRÁRIO DA REGIÃO DO BAIXO JAGUARIBE(CE)	89
3.2. Novas tendencias produtivas e redefinição geográfica.....	90
3.3. Territorialiazação e monopolização do capital pelo modelo do agronegócio no Baixo Jaguaribe	99
3.5. Um panorama sobre a expansão das frutas tropicais no Ceará.....	117
3.6. Os circuitos espaciais da fruticultura e seus conseqüentes círculos de cooperação da fruticultura no Baixo Jaguaribe(CE)	127
4. CAMPESINATO NO BAIXO JAGUARIBE FRENTE AO IMPÉRIO DO AGRONEGÓCIO: EXPROPRIAÇÃO, RESISTÊNCIAS E PERMANÊNCIAS	163
4.2. Disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato	164
4.3. As faces da expropriação camponesa nos perímetros públicos de irrigação	166
4.4. As resistências e permanências camponesas frente ao império do agronegócio	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	214

REFERÊNCIAS	219
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

*“O real não está na saída e nem na chegada, está na travessia.”
(Guimarães Rosa, 2006)*

A presente Tese intitulada *“O gosto amargo das frutas nas terras do senhor: territorialização da produção capitalista e as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato na região do Baixo Jaguaribe (CE)”*, objetiva realizar algumas reflexões sobre as metamorfoses socioespaciais decorrentes da expansão do agronegócio na região do Baixo Jaguaribe. Nesse sentido, nos propomos a desvelar a lógica contraditória da territorialização da produção capitalista sob a égide do movimento *sociometabólico* (MÉSZÁROS, 2002), no semiárido cearense, com ênfase nas disputas territoriais entre o agronegócio (composto por empresários nacionais e internacionais do setor agroalimentar) e o campesinato (formado por camponeses da agricultura de sequeiro ou agricultura irrigada, sem terra, com pouca terra, parceiro, meeiro ou ainda pratica temporariamente a migração campo-cidade em busca de trabalho nos períodos de longa estiagem). Nesse estudo objetivou-se compreender o processo expansionista do capital sobre o Nordeste semiárido tendo como mote (re)ordenar o território e seus usos para que este possa atender as demandas do mercado global e de que forma o confronto de interesses entre as classes promove o acirramento da luta de classes, cujos resultados se materializam no espaço geográfico.

Acredita-se que tal estudo se reveste de fundamental importância no sentido por pensar o campo brasileiro a partir de suas contradições, contrariando os discursos do capital, em curso – que pregam a denominação do agronegócio, da empresa rural e mesmo da pluriatividade. A referida análise procura descortinar o movimento do capital a partir da década de 1990, diante da terceira revolução tecnológica onde o mundo passa por um intenso processo de expansão do capital monopolista, no tocante à dispersão na produção de mercadorias, provocando, com isso, sucessivas e surpreendentes metamorfoses no espaço geográfico.

Ressaltando que as mudanças paradigmáticas que estamos presenciando na atualidade iniciaram-se na segunda metade do século XX, quando assistimos a globalização do capitalismo, pensada, articulada e comandada pelos países mais ricos do mundo, pela explosão tecnológica da terceira revolução, pela ascensão do neoliberalismo, pela substituição do sistema de gestão da produção e trabalho taylorista fordista pelo toyotismo, isto é, a suplantação de um sistema hierarquizado e inflexível (rígido) por um mais flexível,

polivalente e com crescente nível de automação dos meios de produção. É o avanço tecnológico, que permite a compressão do espaço e tempo na circulação e consumo da mercadoria; porém, é o trabalho o possibilitador da riqueza e este se torna cada vez mais necessário no sistema do capital.

Corroboramos com Silva; Mendonça (2012, p. 3), quando assinala que inúmeros “eventos históricos importantes trouxeram no seu bojo mudanças muito significativas no mundo do trabalho”. A reorganização das forças produtivas e econômicas, quando o modelo fordista de produção não atendia mais as novas necessidades do capital, promoveu um processo de reestruturação, uma nova fase de universalização do capital”. É necessário pensar as relações capital/trabalho, que emergem dessa crise “estrutural, profunda, do próprio sistema do capital (...) exigindo (...), algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado.” (MÉZAROS, 2002, p. 79), ou seja, a inserção do modelo de acumulação “flexível”, que transmuta o trabalho em sua forma de ser, precarizando-o, submetendo-o, desregulamentando-o, demonstra a perversidade do processo de reprodução do capital.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a regulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2002, p. 31).

Esse modelo de acumulação flexível com inspiração no toyotismo se relaciona às mudanças muito importantes no universo do trabalho. Sob essa lógica, ocorrem transformações sócioespaciais e econômicas em nosso país, que chegam ao setor agrícola por meio da modernização do campo e integração da agricultura ao setor industrial (SILVA; MENDONÇA, 2012, p. 04). Segundo Harvey (1992) a acumulação flexível se constitui em:

[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto em setores como em regiões geográficas (HARVEY, 1992, p. 140).

A materialização desse processo no espaço agrário se dá através do agronegócio. Para Fernandes (2005, p.01), o agronegócio é o novo nome de um velho fenômeno, o

“modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista”. Para o autor, é uma palavra nova, da década de 1990 e é também uma construção ideológica para tentar modernizar a imagem que se tem do latifúndio, na tentativa de camuflar o caráter concentrador, predador e excludente desse tipo de exploração.

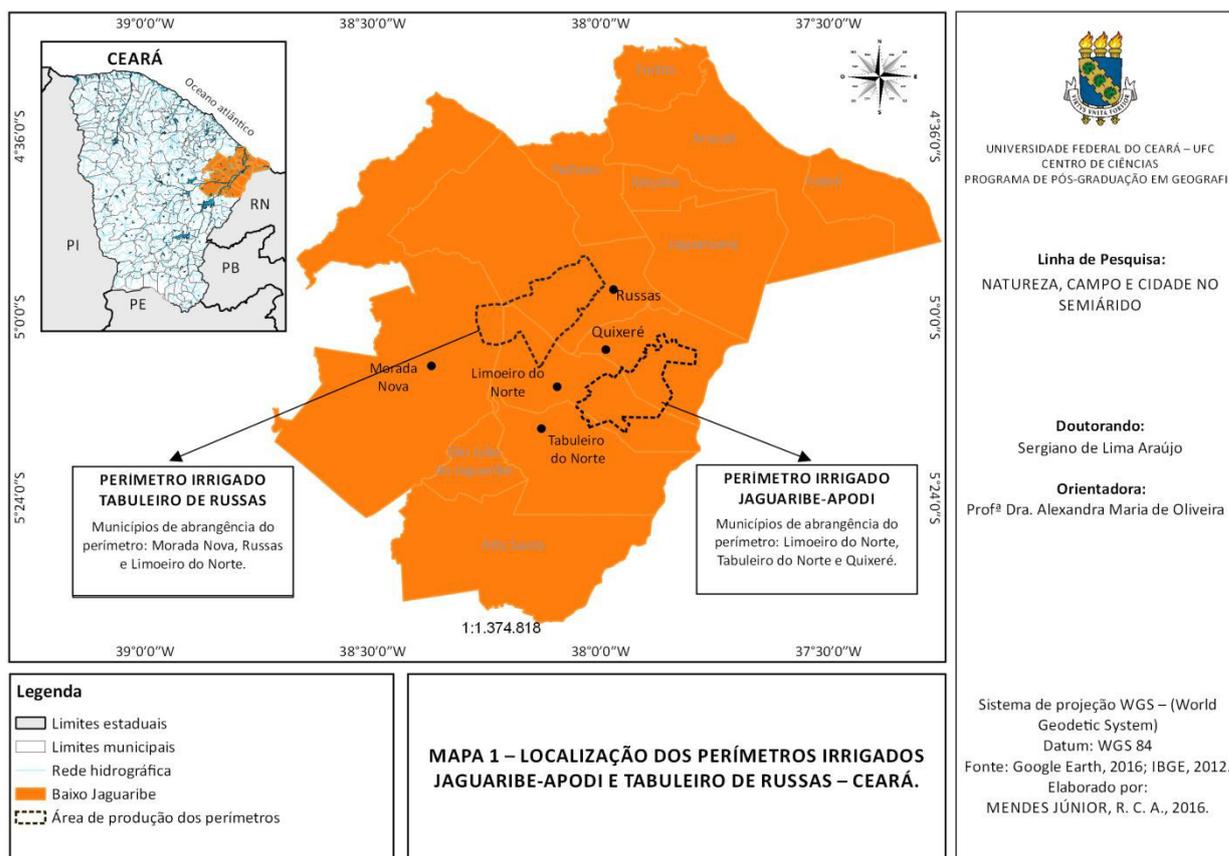
Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo principal pesquisar as transformações ocorridas na agricultura na modernização do campo na região do Baixo Jaguaribe, e seus desdobramentos, no que se refere as disputas territoriais entre campesinato *versus* agronegócio. O agronegócio é baseado em grandes áreas de exploração e na prática da monocultura voltada à exportação, o campesinato é caracterizado por pequenas áreas de produção diversificada e pelo trabalho de base familiar (BEDUN, 2012). De acordo com Oliveira (1996a) enquanto o agronegócio é pautado no lucro, o principal objetivo da produção camponesa é a sobrevivência dos membros da família. Sendo assim, a produção camponesa, primeiro, atende ao consumo direto familiar, como forma de subsistência imediata. O restante da produção, ou seja, o excedente, é comercializado sob a forma de mercadoria (LELIS; JUNIOR 2015, p. 16).

A territorialização do capital no espaço agrário do Baixo Jaguaribe incia-se no final da década de 1980 mais efetivou-se na década de 1990, (re)estruturando as relações de produção em consequência das “novas lógicas” que se instalaram, marcadas pelo uso intenso da ciência, da tecnologia e da informação, e pela especialização produtiva, principalmente para a produção de frutas *in natura*, para exportação. Torna-se oportuno reinteirar que a introdução de uma *agricultura científica* nesse sub espaço regional é configurado pela existência de duas lógicas distintas de produção e organização: o agronegócio e o campesinato. Enquanto o agronegócio é produto do capital, o campesinato é considerado como um modo de produção tipicamente não capitalista (VENTURELLI, R. M, 2008).

Ainda segundo Venturelli (2008) as divergências existentes entre o agronegócio e o campesinato resultam em disputas pelo território. Por meio das lutas realizadas pelos movimentos sociais rurais, os camponeses resistem ao projeto de “desenvolvimento” para o campo viabilizado pelo capital. Os crescentes movimentos de luta pela terra e água na região do Baixo Jaguaribe demonstram a resistência camponesa à expropriação, violência, exploração e sujeição provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. As diversas manifestações e lutas desenvolvidas no campo pelos camponeses apontam para uma idéia de resistência e (re) criação contra a expropriação regida pela lógica capitalista (SILVA, 2014). As disputas territoriais entre os camponeses e o agronegócio, evidenciam a luta dos

movimentos sociais pela terra e o enfrentamento do camponês a uma estrutura agrária calcada na concentração fundiária e monopolizada pelo capital.

O incentivo à modernização da agricultura para alcançar o mercado externo, principalmente, nos *espaços agrícolas de reserva* (HARVEY, 2005), possibilitou o Sertão cearense banhado pelo rio Jaguaribe, com ênfase para os municípios de Russas, Limoeiro do Norte, Quixeré e Morada Nova ser uma importante área da fruticultura irrigada do Nordeste concentrada nos Perímetros Públicos Irrigados – Jaguaribe Apodi e Tabuleiro de Russas, conforme pode ser observado no Mapa 1. Nos Municípios em questão, há uma quebra da unidade terra/água que, em seguida, é refeita no capitalismo para permitir a territorialização e monopolização do capital mediante modelo do agro-hidronegócio, que necessita de um uso excessivo de terra e água.



É importante assinalar, que para descortinarmos o movimento do capital no Baixo Jaguaribe, levamos em consideração as escalas de articulação do Estado com o capital, local, regional e nacional. Coadunamos com Dourado (2011), quando relata que para a compreensão desse movimento devem ser consideradas como elementos importantes para a integração dos

mais longínquos lugares à lógica global. Assim, as capilaridades e vértices deste processo materializam nos territórios, constantemente forjados, cujos desdobramentos são sentidos diferentemente por cada sujeito, dependendo da função que cada um possui, demonstrando assim, a necessidade de compreender os processos que perpassam o campo a partir da ideia de conflito, da luta de classes travada da sociedade capitalista no período atual.

O que se vislumbra no Baixo Jaguaribe, é o espelho do modelo de expansão do capitalismo gestado no espaço agrário brasileiro onde se tem dois processos contraditórios e combinados de expansão do capitalismo no campo, destacados por Oliveira (1986; 2001; 2007): a *Territorialização do Capital* (quando observamos a difusão de empresas agrícolas que efetivamente realizam a produção de frutas com relações tipicamente capitalistas através do trabalho assalariado) e a *Monopolização do Território ao capital* (quando o capitalismo subordina a agricultura camponesa a utilizar os novos processos técnicos na produção pelo Capital). Em sua acepção, o agronegócio através do discurso do desenvolvimento, da modernização e da produtividade tenta de toda forma imprimir a superação do *velho* e do *atrasado* a partir de implantação de um processo de modernização do campo de base empresarial. O avanço da fruticultura irrigada na região suscitou numa modernização conservadora/excludente traduzindo-se em um pressionamento/expropriação do campesinato, na mercantilização da terra e da natureza, no aumento dos preços das terras na precarização das relações de trabalho, e inmensuráveis impactos ambientais ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

O Baixo Jaguaribe é estudado na perspectiva de um espaço que se insere nesse novo período histórico sob os ditames do movimento sociometabólico do capitalismo com o período *técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1996) no que concerne a produção de mercadorias para atender aos mercados ditos globais e como isso provocando disputas territoriais entre camponeses e o agronegócio. Nesse caso, tentamos fazer uma leitura que busque apreender como se processa a seletividade territorial e a competitividade dos lugares de reserva em tempos de globalização, bem como se dá à (re) criação camponesa.

Com essa leitura do novo momento histórico das forças produtivas, pretendemos descortinar as inúmeras contradições na reestruturação produtiva da agropecuária cearense baseada eminentemente na produção de mercadorias (frutas, flores, camarão), para satisfazer as demandas proeminentes dos mercados nacionais e internacionais. A propósito, é apontar as suas nuances, debilidades e perspectivas do processo em curso, procurando fazer uma análise

histórica da dinâmica agrária em tempos de globalização da produção e do consumo globalizados.

Nessa interpretação, busca-se estudar a modernização da agropecuária cearense levando em consideração a relação íntima que mantém o Estado e o capital como forma de reprodução ampliada do capital. A junção entre esses dois importantes agentes se dá da seguinte forma: de um lado temos o Estado, criando *um sistema de objetos e um sistema de ações* (SANTOS, 1999) como estradas, portos, aeroportos, grandes barragens, infovias, centros de pesquisa e ensino tecnológico. No segundo plano, temos o capital nacional e internacional que através de empresas transnacionais, revoluciona os sistemas de produção e o espaço através do período técnico-científico.

Quando propomos compreender a territorialização do capital no campo cearense no período atual, procuramos captar o movimento do capital através do *uso corporativo do território* (SANTOS, 2001) pelos *circuitos espaciais da produção e seus conseqüentes círculos de cooperação* (SANTOS, 1985), da fruticultura, e partir daí, tentamos vislumbrar como se dá a dinâmica da cadeia produtiva, sua conexão entre os lugares globalizados, através da produção, circulação, distribuição e consumo dos produtos, perceber como se processa a competitividade territorial entre os lugares em tempos modernos.

Diante do visível, circunscrito na produção de riqueza do semirário cearense de produção de frutas tropicais por todo ano nos mais variados tipos, cores, tamanhos e ter de doçura presentes diariamente no mercado dos países do Norte de acordo com as normas, selos, o tempo e o espaço passam a ser tipicamente controlados pelo/para o capital. Desse modo, a distância entre o Baixo Jaguaribe e a Europa e Estados Unidos praticamente inexistente pelo fluxo de mercadorias que circulam nesses países.

Destarte, para que pudéssemos entender essa *modernização excludente* (ELIAS, 2002) no campo, e seu abatimento para os camponeses procuramos a estudar as novas territorialidades na região do baixo Jaguaribe diante da inserção dos lugares reserva na ordem da produção e do consumo globalizados. Nesse caso, levamos em consideração o *uso corporativo do território* (SANTOS, 1998) pela fruticultura, através dos *circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação* tentando desvelar os eventos, as contradições, as ambigüidades que se cristalizam no espaço geográfico a partir da expansão dessa atividade econômica.

Para tal, há que se compreender como o agronegócio se apropria *do* e usa *no* o território, segundo a lógica de reprodução ampliada do capital. O território da região do Baixo

Jaguaribe, sob a égide do capital monopolista, vem sendo palco de um grande adensamento técnico onde a produção de uma racionalidade exógena passa a ordenar, monopolizar o território através das redes técnicas, dos fluxos (capitais, mercadorias, informações, mão-de-obra etc.) e fixos (construção de barragens, canais, estradas, dentre outros) associados ao agronegócio, principalmente à fruticultura irrigada.

Diante desse cenário, torna-se oportuno estudar a dinâmica do espaço agrário cearense, notadamente aquelas áreas que foram recentemente incorporadas à lógica da produção globalizada. Para tanto, faremos uma discussão do processo de reestruturação produtiva no espaço agrário cearense, retratando as inúmeras contradições e ambigüidades advindas com a inserção de alguns *pontos luminosos* (SANTOS, 1999) à dinâmica da produção associada ao agronegócio da fruticultura irrigada e seus desdobramentos para a classe camponesa.

A reestruturação da agropecuária na região do Baixo Jaguaribe, alicerçada sob forte mudança na base técnica, vem a cada instante usando o território de forma particular, singular para a produção de uma *agricultura científica* (SANTOS, 2001; ELIAS, 2003). É o que Santos (2002) denomina de *território usado sinônimo de espaço geográfico*. Para o autor, essa categoria de análise ganha notoriedade pelo fato de possibilitar que percebamos as inúmeras metamorfoses que se engendram no processo de produção do espaço no *período técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1985, 1991, 1994, 1996).

Milton Santos (1998, p.16), na sua proposta teórica metodológica, diz que “para se estudar o território não basta apenas falar de mundialização ou globalização se desejamos aprofundar o debate a cerca do processo de conhecimento desse aspecto da realidade total”. Para ele o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Portanto, diante dessa nova racionalidade do capital que se impõe, para se chegar à *totalidade social* (SANTOS, 2005), devemos pensar indiscutivelmente o território como objeto de análise social, como um “território dialético já que usado o território é humano, podendo desse modo comportar uma dialética” (SANTOS, 1998, p.17). Isso significa estudá-lo como território usado, apropriado, corporatificado e não somente estudar o território por ele mesmo.

O uso do território da região do Baixo Jaguaribe vem sofrendo, desde o final da década de 1980, um intenso processo de reestruturação e globalização. Isso tudo se tornou possível porque essa região, acompanhando o movimento do capitalismo mundial, passa a ser articulada por um processo de globalização que acelerou os fluxos mundiais, tanto materiais

como imateriais, possibilitando uma maior dissociação geográfica da produção e do consumo em escala planetária.

Contudo, o Baixo Jaguaribe vem passando por uma forte transformação na base técnica de sua agropecuária com a incorporação de ciência, tecnologia e informação, com vistas a aumentar a produtividade. Todo esse processo pode ser percebido com a grande expansão da produção de frutas frescas *in natura* para exportação.

Para que isso acontecesse, a região passa por uma nova organização de seu território, através da criação de *sistemas técnicos e normativos* (SANTOS, 1996) com intuito de facilitar a produção e a fluidez das mercadorias. Os sistemas técnicos construídos numa parceria entre o Estado e o grande capital adquirem importância singular na medida em que têm garantido a existência de um processo.

No âmago do desenrolar da expansão do capital com uma preponderante racionalidade técnica, científica e informacional, os camponeses resistem nas franjas da chapada do apodi, dos Tabuleiros de Russas e nas extensas áreas das planícies aluviais do vale do rio Jaguaribe que não podem ou ainda não foram incorporadas pela agricultura moderna, e que se tornam para eles refúgios. E às vezes, até essas áreas lhe são usurpadas, uma vez que os lagos das construções de grandes e médias barragens (Açude castanhoa e Açude Figueredo) as alagam e esses camponeses tem ainda mais precarizadas a suas vidas e passam também à situação de atingidos pelas barragens.

Esses camponeses, mesmo diante de uma racionalidade imperiosa em existir, onde o seu fim reside na apropriação da mais-valia através da *acumulação por pilhagem* (HARVEY, 1992), expropriando-os, marginalizando-os e desterritorializando-os, estes teimam e se (re)criam, resistem, lutam, como pode ser visto pelos inúmeros conflitos que se estabelecem entre os camponeses na disputa pelo território com o agronegócio. O imaginário hegemônico capitalista quer nos fazer crer ser inglória para os primeiros, em função da supremacia do segundo sobre eles, como forma de enfraquecer a luta e eliminar as resistências.

O semiárido cearense anteriormente declarado “vazio” de paisagem árida, inóspita, e eternizado como lugar da seca, miséria e da pobreza, sob a lógica desenvolvimentista do Estado, paradoxalmente, “cheio” de vida, de *saberes e fazeres* desses denominados povos sertanejos vai sendo usurpado pelas novas formas de produzir, relegando essas *gentes* aos fundos do Vale do Rio Jaguaribe, ou a uma situação perversa em que os camponeses e são expulsos da terra e se retiram notadamente para as áreas urbanas das cidades de Russas, Limoeiro do Norte, Quixeré e Morada Nova, em um processo crescente de precarização das

condições de vida e das relações sociais. Trata-se aqui de uma disputa territorial para além do território material, pois se estende ao território imaterial que envolve a cultura e os saberes historicamente acumulados de muitas gerações. São sujeitos possuidores de sabedoria, adquirida através da observação, da convivência familiar e comunitária. Seus *saberes-fazeres* (CLAVAL, 2011) que vão desde a capacidade de “ler/ interpretar os sinais do tempo a identificação de ervas da caatinga com capacidade medicinal, até as habilidades artísticas, como demonstram os dançantes de bumba-meu-boi, os repentistas, cordelistas, tocadores de viola e emboladores.

Esses povos sertanejos, trazem em comum a trajetória de vida na terra, e o fato de possuírem sentimentos de pertença, e reconhecimento de que sua condição é de sem terra, sem teto, sem lugar, marginalizados e excluídos, e julgados culpados pelo destino que dão às suas vidas. Suas roças, seus quintais, suas hortas, de outrora, hoje são apenas um grande mar de plantações de frutas tropicais que se destinam a adoçar a boca dos abastados das grandes metrópoles mundiais.

Tal processo é inerente às formas de produção do território pelo capital aqui representado pelo agronegócio, que propaga suas benesses, tais como a geração de empregos e divisas, as supersafras, o desenvolvimento econômico e social (SILVA; MENDONÇA, p, 09, 2012). Mas tais promessas não se cumprem, e assim os povos do campos são desterritorializados no sentido que nos diz Ianni:

O processo de desterritorialização tem acentuado e generalizado as condições de solidão. Indivíduos, famílias, grupos, classes e outros segmentos sociais perdem-se no desconcerto do mundo. [...] são continuamente bombardeados por mensagens, recados e interpretações distantes, díspares, alheias. [...] Desenvolvem-se as condições de alienação e, em consequência, acentuam-se as de solidão. (IANNI, 1992, p. 100).

Todavia mesmo diante do cenário do império do agronegócio, a (re)criação camponesa no Baixo Jaguaribe tem sido manifestada na permanente *luta pela terra e na terra*. A primeira se faz através dos movimentos que reivindicam a reforma agrária como medida de desconcentração das terras produtivas, acompanhadas de programas que permitam ao camponês viver da terra e na terra. No segundo caso, a (re)criação, tem sido manifesta através da preservação de seu sistema moral e de produção, também da posse do material genético e do conhecimento a ele inerente. O enfrentamento dos camponeses perante o capital não se faz somente na luta para entrar na terra, mas também para permanecer nela (SILVA; MENDONÇA, 2012). Nesta perspectiva, emerge a resistência camponesa na recusa à

precarização gerada pelo processo de expropriação imposto pelo capital. A (re)criação é luta cotidiana do campesinato que se expressa no jeito de *ser e fazer* para continuar *sendo e fazendo*.

Os resultados da pesquisa estão apresentados nesta Tese a partir em quatro capítulos, além da Introdução e da Conclusão. No primeiro capítulo, intitulado **O início da caminhada: o tema, a prolema, o método e o universo teórico de referência**, vai discorrer sobre os processos constituintes da realização da pesquisa. O capítulo está estruturado em três seções principais: na primeira apresentamos os caminhos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, na segunda seção, apresenta-se os pressupostos teóricos-metodológicos e por fim relatamos os percursos metodológico da pesquisa.

No capítulo dois: A **Modernização socioespacial do território cearense**, reflete como o território cearense vai ser incorporado aos ditames da produção moderna através da mudança de sua base técnica e com isso promovendo uma verdadeira reconfiguração territorial. Nossa indagação é decorrente de um olhar sob a modernização no espaço, em que se tem uma passagem de um território preso a dinâmicas regionais para um território transnacionalizado, aonde a aceleração dos fluxos, de capitais, informações, mercadorias, que articulados através da *unicidade técnica*, vem produzindo e reconfigurando novos lugares, com novos conteúdos, novas formas, com novas funções.

A partir do capítulo três, apresentou-se o contexto socioespacial do recorte empírico investigado, como subsídio para perceber o processo de territorialização do capital na região analisada. Intitulado de **As estratégias da reprodução sociometabólica do capital no espaço agrário da região do baixo jaguaribe(CE)**, abordamos a estrutura da organização do espaço do homem, remetida sobre a complexidade do espaço agrário abordando: os aspectos estruturais convergentes à diferenciação espacial (monopolização do território e territorialização do capital); e o paradoxo da (re)criação do camponês jaguaribano pelo processo histórico da sua exclusão sociopolítica, na sociedade monopolista.

No Capítulo quatro, **Campesinato no Baixo Jaguaribe frente ao império do agronegócio: expropriação, resistências e permanências**, realizou-se a discussão das estratégias de vivência do camponês e de que maneira o espaço do homem e o lugar do homem, favorecem a reprodução social dessa classe que incomoda manifestada na *luta pela terra e na terra*. Analisa-se a rede de relações sociais e os aspectos relacionados: a expropriação camponesa, as lutas e resistências por terra e água, as resistências ao modelo do agrohídro-negócio.

Nas considerações finais, apresentam-se as reflexões resultante do estudo, seguida das referências bibliográficas.

CAPITULO I

I. O INÍCIO DA CAMINHADA: O TEMA, A PROBLEMÁTICA, O MÉTODO E O UNIVERSO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

1.1 O COMEÇO DO CAMINHO,” O “FIO DA MEADA”: PORQUE DA REGIÃO DO BAIXO JAGUARIBE/CE

“Toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas...” (MARX, 1974, p. 939)

Toda Pesquisa Científica é guiada pelo porquê da *escolha do tema*, seguido pela *problemática*, assim como tem um *recorte espacial e temporal*, que estão sempre articuladas às *concepções teóricas/metodológicas* do pesquisador. Todavia nossas escolhas não são aleatórias, elas fazem parte de um processo mais amplo, carregado de subjetividades, curiosidades e busca de novos desafios.

Coadunamos com Corrêa (2003), quando este assinala que uma pesquisa deve começar com uma *problemática*, isto é, devemos lançar um problema sobre um dado aspecto da realidade, sendo que a *problematização* advém de nossa visão de mundo. O método é a forma como o pesquisador vê o mundo e a ciência, embasado em posturas filosóficas, e “como” utiliza o corpo de conceitos de uma ciência, na relação estabelecida com o objetivo de estudo.

“O método faz a ponte entre a reflexão de uma ciência particular e a produz a ação historicamente acumulada, deixando claro o caráter social da atividade científica.”(MORAES; COSTA, 1984, p. 32). Mas é importante assinalar que o método e sua aplicabilidade nas ciências humanas não significa, simplesmente, uma aplicação de um modelo estático, um sistema, uma realidade a priori, mas, a perspectiva de método elaborada por Marx, e acatada por esta pesquisa, parte da realidade, do movimento da história. Não se trata de uma realidade dada;

(...) Mas a partir deste método agarrar a realidade de modo tal que sua particularidade não resulte subsumida no reducionismo inerente as instâncias teórico-metodológicas. Assim, o ‘método se recria no confronto com a empiria, cuja aparente opacidade é ultrapassada e dissolvida na captação da essência movente da sociedade. (PAULO NETTO, in: LÊNIN, 1982, p. XX E XXI).

A lógica concreta (dialética) concebe o real como um todo estruturado que se desenvolve e se cria através de conexões recíprocas entre o todo e as partes, num movimento profundo que procura apreender a essência que se esconde sob a aparência do fenômeno em

todas as suas contradições. Para Lefebvre (1991, p. 238) nenhum fenômeno pode ser compreendido de forma isolada e na pesquisa dialética cada fenômeno é entendido no conjunto de suas relações com os demais fenômenos (Lei da Interação Universal):

Nada é isolado. Isolar um fato, um fenômeno, e depois conservá-lo pelo entendimento nesse isolamento, é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo. É imobilizá-lo artificialmente, matá-lo. É transformar a natureza — através do entendimento metafísico — num acúmulo de objetos exteriores uns aos outros, num caos de fenômenos.

Mas isso não quer dizer que Lefebvre considere dispensável a cisão do todo no de conhecimento; o que está sendo ressaltado é que o pensamento não pode parar nessa etapa. A separação é necessária para o entendimento do real, mas isso reflete um aspecto, uma aparência, que se transforma em erro quando é mantida (OLIVEIRA, 2014). Para Kosik (1976, p. 57) a teoria materialista considera os fatos em um duplo contexto: *o contexto da realidade*, onde os fatos existem originária e primordialmente, e *o contexto da teoria*, onde os fatos são arrancados do contexto do real e imediatamente ordenados:

O homem não pode conhecer o contexto do real a não ser arrancando os fatos do contexto, isolando-os e tornando-os relativamente independentes. Eis aqui o fundamento de todo conhecimento: a cisão do todo. Todo conhecimento é uma oscilação dialética (dizemos dialética porquanto também existe uma oscilação metafísica, que parte de ambos os pólos considerados como grandezas constantes e registra as suas relações exteriores e reflexivas), oscilação entre os fatos e o contexto (totalidade), cujo centro ativamente mediador é o método de investigação (KOSIK 1976, p. 57).

E por fim, utiliza-se da metodologia, conjunto de técnicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa é ajustada e definida de acordo com os objetivos e com a delimitação da problemática da pesquisa.

Na presente tese, o que nos motivou a escolha desse tema foram duas questões: *a primeira questão* atribuímos, aos nossos laços fortes aos *habitus* (BOURDIEU, 2000) e a pertença camponesa - uma história incorporada que persiste, mesmo quando a história objetivada já se foi – no caso a terra. Nas palavras de Bourdieu (2000, p. 83): “*habitus* é uma relação de pertença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria”. Além do sentimento de pertença com a região o importante conhecimento empírico adquirindo ao

longo da minha história de vida e *formação acadêmica*¹ nos guiou na escolha da temática estuda.

Nascido e criado na bucólica comunidade de São João de Deus, interior do Município de Russas (CE), na ribeira do Rio Jaguaribe pude vivenciar desde a infância a essência como é a vida camponesa no sertão nordestino. Um passado que persiste cristalizado em minhas memórias vivas através dos odores, sabores, sons, e das imagens da paisagem do sertão, como se nunca tivesse me distanciado daquele lugar. O cheiro da chuva, do mato, das comidas feitas no fogão a lenha, dos sons dos pássaros, no cultivos de vazantes do rio Jaguaribe.

Foi na ribeira do rio Jaguaribe na lida na roça com toda minha família de 07 (sete) irmãos que pude experimentar de perto o *mel* e o *fel*, ou seja, os momentos felizes que eram intensificados com a chegada das chuvas, das colheitas, das noites de prosas iluminadas a lamparinas, dos dias de debulha do feijão, sem esquecermo-nos das tradicionais quermesses em torno da pequena igreja, das brincadeiras de criança, das atividades culturais, do bumba-meu-boi, das cantorias e emboladas. Por outro lado experimentamos o sabor amargo do fel traduzido na vida dura que se faz ser vista e ouvida à luz do dia e nos intempéries da natureza, nas inúmeras dificuldades e agruras de ser camponês numa região marcada pelas cercas, pelo latifúndio, pelo poder dos donos, pela labuta árdua de sol a sol nas terras do senhor.

A *segunda questão* que nos fez despertar sobre o temática foi à emergência na Geografia, especialmente nesta primeira década do século XXI de um crescente debate a cerca das disputas, conflitos entre agronegócio e os camponeses e trabalhadores assalariados do campo diante à lógica de reprodução ampliada do capital. O debate a respeito da questão agrária traz velhos e novos elementos para a compreensão das relações entre capital e campesinato como centro das discussões. No debate paradigmático encontram-se as antigas discussões sobre os processos de integração-subalternidade-resistência do campesinato ao capital e as novas leituras sobre o fim do campesinato que cedeu espaço para a interpretação da metamorfose (do camponês em agricultor familiar) e da recampesinização. A discussão centra-se em estas três abordagens: 1) fim, 2) metamorfose e 3) recampesinização tendo como referências a formação do agronegócio na mundialização da economia e na internacionalização das lutas camponesas. Este é o debate atual a respeito da questão agrária

¹ Em 2006, sob orientação da professora Denise Elias, defendemos a Dissertação de Mestrado no Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), onde abordamos o processo de reestruturação produtiva da região do Baixo Jaguaribe, tendo com objeto de estudo a expansão do agronegócio da carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) e seus desdobramentos para as comunidades tradicionais.

que se ampliou com a discussão sobre se o campesinato é parte do agronegócio e/ou se constitui num modelo de desenvolvimento próprio como entende Ploeg (2008); Vérgés (2007) e Mazoyer e Roudart (1998).

Na trajetória percorrida para a realização desta pesquisa, perseguimos os processos constituintes da problemática de estudos, adotando o caminho indicado por José de Souza Martins (1996, p.1-2), quando afirmou que o — conceito vem no final do processo de pensamento e não no começo.

Diante da escolha do tema emerge inexoravelmente a problematização da temática que passa a pesquisada. A partir desse momento, vou contar uma história, ou melhor, revelar o caminho de construção da minha Tese de doutorado e, portanto, o momento em que foi preciso buscar outros referenciais teóricos e colocá-los em ação no sentido de saber o que explica e o que não explica ou, como diria Bourdieu (2000), colocar o conceito em movimento e tentar aos poucos captar o *movimento do real* diante de suas múltiplas complexidades, contradições e ambiguidades.

Destarte a pretensão inicial da investigação dessa tese, intitulada “*O gosto amargo das frutas nas terras do senhor: territorialização da produção capitalista e as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato na região do Baixo Jaguaribe (CE)*” será analisar como se dá as transformações socioespaciais diante à territorialização da produção capitalista² e embates e disputas territoriais entre o agronegócio e camponeses e *trabalhadores da terra*³ na região do Baixo Jaguaribe (Ce)⁴, sob a égide do movimento *sociometabólico*⁵ (MÉSZÁROS, 2002) do capital. Nessa região intensificou-se a partir da

² Conforme destacado por OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

³ De acordo com Mendonça (2004, p. 29) este termo refere-se aos que exercem o labor na terra e dela retiram as suas condições de existência. Tratam-se de trabalhadores rurais assalariados, nas suas diversas modalidades, que estabelecem o sentido pleno da vida na terra e, devido a uma situação de desfiliação social, forjam a luta pela terra e pela reforma agrária.

⁴ A área em estudo situa-se, sob a ótica da divisão territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na mesorregião do Jaguaribe, a leste do Estado do Ceará. Numa escala menor faz parte da microrregião do Baixo Jaguaribe, formada pelos municípios Alto Santo, Ibicuitinga, Itaiçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, Palhano, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

⁵ De acordo Mészáros (2002:42), diante da crise orgânica e estrutural do modo de produção capitalista a partir da década de 1970, o sistema desenvolveu um sócio-metabolismo para a superação da crise que solapa sua estrutura. A base material do sócio-metabolismo é o novo regime de acumulação e de reprodução societária do capitalismo global, caracterizado pela predominância do capital financeiro e da financeirização da riqueza capitalista, e que diferente de outros períodos de crises do sistema, atualmente domina todos os campos da sociedade contemporânea. O processo geral de desenvolvimento “sociometabólico do capital” cujo ímpeto e força de destruição e recriação moldam, por meio de variados mecanismos de controle, as diversas manifestações socioeconômicas, a fim de garantir ao capital a sua viabilidade (re)produtiva, que se assenta na construção de uma realidade hierárquica de controle sobre o trabalho em suas diversas manifestações, garantindo a extração continuada e ampliada da riqueza que emana do trabalho.

década de 1990, um processo de *acumulação por espoliação* (HARVEY, 2004)⁶ das riquezas do Sertão cearense, sob os desígnios do *agronegócio*⁷ associado a fruticultura irrigada nos Perímetros Públicos⁸ de Irrigação Jaguaribe-Apodi localizados na chapada do Apodi⁹ e Tabuleiro de Russas.

O projeto de modernização do campo nessa área, está pautado num modelo de acumulação que assegura às empresas privadas um lugar especial na condução da transformação e controle das terras públicas no intuito de estabelecer elos com as novas cadeias agroalimentares com base em produtos frescos (frutas) para exportação. Os pequenos, médios e grandes produtores tem na sua base produtiva o uso intenso de matéria e energia de origem sintética e natural, apropriados na forma de insumos para a produção. Entre os sintéticos, destacamos o uso de agroquímicos (fertilizantes, herbicidas, fungicidas, acaricidas etc) responsáveis por controlar desequilíbrios que foram produzidos pelo próprio padrão de produção escolhido, a monocultura de frutas tropicais. Já como insumo natural, destacamos o uso abundante de água, que proporciona a essência do modelo, a agricultura irrigada, isto é, a

⁶ Em seu livro *O novo imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola, 2004, pp. 115, David Harvey cunha um conceito que vem se difundindo no campo crítico, na caracterização do capitalismo contemporâneo. A “*acumulação por espoliação*” consiste numa persistente e recorrente prática de “acumulação primitiva”, que Harvey faz em seu livro teórico de maior fôlego: *The limits to capital* (1982). Nele, o processo de desenvolvimento capitalista e, assim, a reprodução da ordem social, são apreendidos pela relação contraditória das lógicas do território e do capital, considerando que, em todo momento histórico-geográfico dado, uma ou outra dessas lógicas pode dominar. Ainda de acordo com o autor a acumulação por espoliação se realiza a partir de um conjunto de processos, muitos deles violentos, que proporcionam ao capital um fundo de ativos (incluindo força de trabalho) a baixo custo (e, em alguns casos, custo zero).

⁷ Para Fernandes (2004), o *agronegócio* é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Porém, esse modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades eram utilizadas na produção monocultora para exportação. Desde o princípio do capitalismo, em suas diferentes fases, o modelo da grande produção agropecuária utiliza tecnologias para intensificar a produtividade e aumentar a exploração da terra e do homem.

⁸ Esses perímetros, realidade peculiar da região Nordeste brasileira, se constituem em espaços delimitados sobretudo pelo governo federal. A maioria dos perímetros tem com gerência o Dnocs, onde normalmente é estabelecido um padrão estruturado em lotes para a produção agrícola e em vilas de moradia dos irrigantes. Constitui-se também de uma infraestrutura com canais de irrigação e vias de deslocamento ao longo do perímetro. Normalmente, os perímetros são instalados em vales úmidos ou que tenham um possível acesso a água, uma vez que a proposta é de uma agricultura de mercado que valoriza a produtividade. Portanto, devem ter disponibilidade de produção durante todo o ano”(PINHEIRO, 2014, p.18).

⁹ No Ceará, a Chapada do Apodi compreende área de 2.421,8 km², englobando terrenos dos municípios de Aracati, Jaguaruana, Quixeré, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Alto Santo e Potiretama (COSTA, 2009). Neste trabalho, o recorte contempla os municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré em virtude da implantação do Perímetro Público de Irrigação nestes municípios, mais especificamente em Limoeiro do Norte. A Chapada é constituída de arenitos da formação açu e calcários da formação jandaíra, sendo este último responsável pela cobertura da parte superior da Chapada, proporcionando a formação de solos do tipo cambissolos. A permoporosidade das rochas sedimentares permite a infiltração d’água durante as chuvas, contribuindo para a alimentação do Aquífero Jandaíra. A vegetação, de porte arbóreo, atualmente foi substituída por uma cobertura vegetal de menor densidade em razão da intensidade do desmatamento causado por conta da expansão do agronegócio, além da extração de calcário, dentre outros (SOUZA, 2002; COSTA, 2009).

possibilidade de romper com as limitações pluviométricas decorrentes do semiárido nordestino.

A produção de *commodities* a partir do agronegócio aos moldes que vislumbramos no Baixo Jaguaribe pode ser compreendida enquanto expressão de um novo modelo de acumulação de capital, definido por Harvey (1992) como *acumulação por pilhagem*, que já não trabalha apenas mediante a extração de mais-valia e os tradicionais mecanismos de mercado, mas que impõe práticas predatórias, a fraude e a extração violenta, aproveitando as desigualdades e assimetrias entre os grupos sociais, para pilhar os recursos dos mais frágeis (CARNEIRO; RIGOTTO; PIGNATI, 2012. p. 11).

Em períodos recentes, particularmente a partir do final da década de 1980, mas fundamentalmente na década de 1990, sob a égide do período *técnico-científico-informacional*¹⁰ houve uma intensificação da economia e do consumo globalizados, principalmente ligados ao setor agroalimentar, que fizeram com que áreas do “*exército de lugares de reserva* (HARVEY, 2005)” do nordeste brasileiro, fossem ocupados pelo agronegócio e comesçassem a participar efetivamente dos circuitos espaciais globalizados da produção agrícola.

A redução do tempo de giro do capital proporcionada pela elevada produtividade dessas áreas aumenta a produção do excedente e intensifica o processo de acumulação e reprodução ampliada do capital (HARVEY, 2005). A velocidade de circulação do capital incrementada pela diminuição do tempo necessário para a produção natural da matéria-prima nas condições edafoclimáticas excepcionais encontradas em alguns pontos do território nordestino contribui para o processo de acumulação, assim como o preço relativamente barato das terras em relação ao praticado nas Regiões Sul e Sudeste do País. Com isso, o agronegócio territorializar-se nas melhores terras, pois assim poderá extrair a renda diferencial, que depende do aproveitamento das condições naturais privilegiadas de alguns terrenos, em relação aos demais (MARX, 1973).

Coadunamos com assertiva de Harvey (2005:48) quando assevera que o capital ávido pela acumulação tem sempre a necessidade de buscar outros espaços geográficos para promover a sua reprodução ampliada em decorrência da superacumulação do capital. Assim, ele expande-se para “novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital”

¹⁰ O Período *técnico-científico-informacional* é um dos mais importantes conceitos desenvolvidos por Milton Santos (1985, 1996, 2001) para explicar o impacto do processo de globalização no território. Para ele o atual período revela a nova composição técnica orgânica do espaço, construído com o conjunto técnico inerente ao novo ciclo da civilização mundial, com conteúdo crescente de ciência, tecnologia e informação.

com o objetivo de criar um ‘mercado mundial’, o que Harvey (2005) denominou de *expansão geográfica* ou *espaço de reserva*. Contudo, a expansão da agricultura moderna nessas regiões se dá maneira irregular em diferentes direções o que nos permite falar de *fronts agrícolas* (FREDERICO, 2008), no plural, porque os seus eventos singulares tocam o território de maneira descontínua.

Diante desse contexto, há uma tendência da expansão e da reprodução ampliada do capital nesse subespaço regional comandado pelas empresas de grande, médio e pequeno porte, tende à homogeneização e a criação de um espaço racional aos conclames do capitalismo neoliberal, tentando submeter e ou excluir qualquer possibilidade de reprodução de outra racionalidade econômica que não seja aquela regida pelo lucro e apropriação da mais-valia. Torna-se visível que o avanço do agronegócio ligado à fruticultura para exportação tem acentuado nesses espaços o processo tanto de expropriação quanto de exploração dos camponeses e trabalhadores assalariados contribuindo enormemente para que haja uma intensa transformação da *terra de trabalho*¹¹ em *terra de negócio*. A terra de negócio é representada pela presença cada vez maior de empresas de grande, médio e pequeno porte que imprimem uma nova lógica de produção no campo na região do Baixo Jaguaribe e com isso acentua sobremaneira mudanças de toda ordem de toda natureza nesta região (BEZERRA, 2008, p.94).

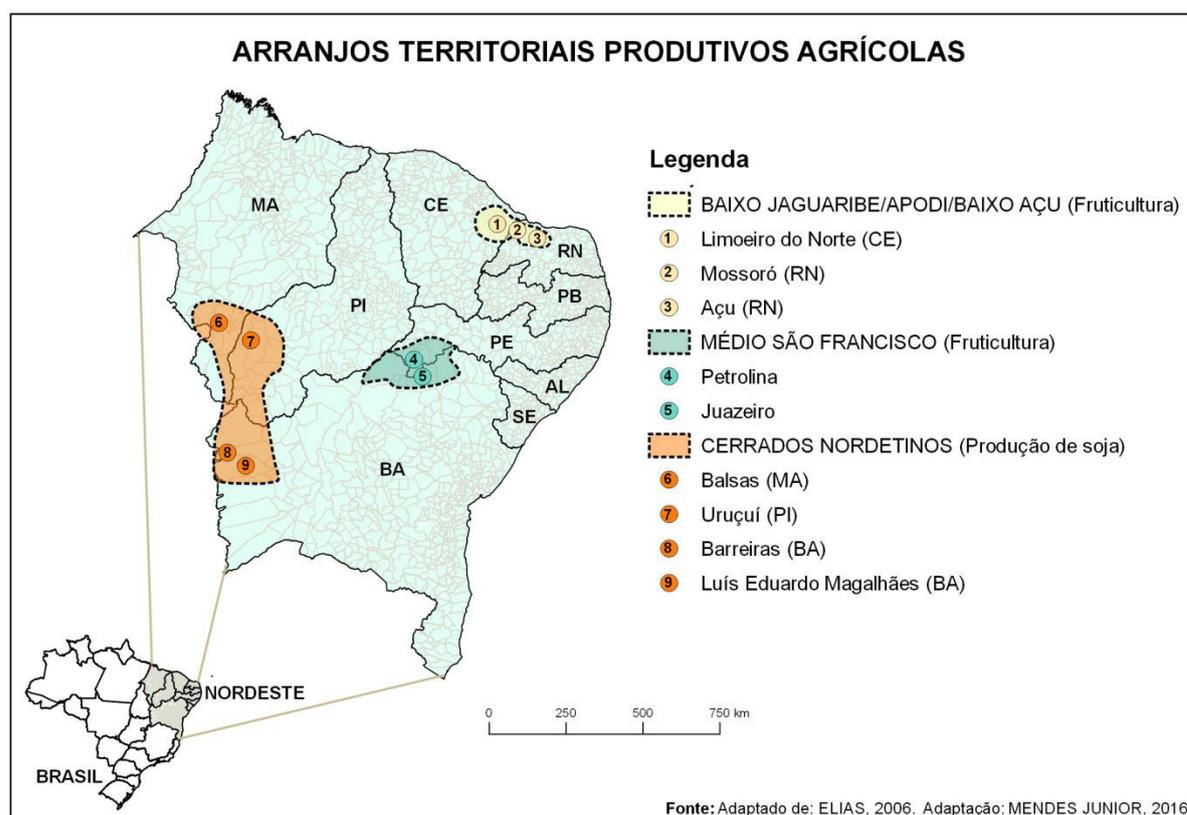
É importante denotar, o que se vislumbra no Baixo Jaguaribe, é a expressão do modelo de expansão do capitalismo gestado no espaço agrário brasileiro onde se tem dois processos contraditórios e combinados de expansão do capitalismo no campo, destacados por Oliveira (1986; 2001; 2007): a *Territorialização do Capital* (quando observamos a difusão de empresas agrícolas que efetivamente realizam a produção de frutas com relações tipicamente capitalistas através do trabalho assalariado) e a *Monopolização do Território ao capital* (quando o capitalismo subordina a agricultura camponesa a utilizar os novos processos técnicos na produção pelo Capital). Em sua acepção, o agronegócio através do discurso do desenvolvimento, da modernização e da produtividade tenta de toda forma imprimir a superação do *velho* e do *atrasado* a partir de implantação de um processo de modernização conservadora no campo baseado numa agricultura empresarial.

Contudo, as áreas de expansão do agronegócio ramificam-se em diferentes direções caraterizando o que Denise Elias (2006) vai denominar de *Arranjos Territoriais Produtivos*

¹¹ Conceito trabalhado pelo sociólogo José de S. Martins (1991, p.55) como a terra que o trabalhador se apossa para o trabalho. A terra de trabalho se opõe a terra de negócio, que se constitui em terra de exploração do trabalho alheio.

agrícolas: o sul do Maranhão, Oeste da Bahia e sudoeste do Piauí foram invadidos pela produção de grãos, especialmente a soja: o Vale Rio São Francisco que compreende porções territoriais dos estados de Pernambuco e da Bahia, Vale do rio Jaguaribe, no Ceará e os Vales do Apodi-Mossoró e do Açu no Rio Grande do Norte, tornaram-se importantes regiões produtoras de frutas para exportação, como pode ser ilustrado pela Figura 1.

Figura 1 – Arranjos Territoriais Produtivos Agrícolas



De acordo com Frederico (2008), estas áreas compõem os denominados *fronts agrícolas* em expansão, pois são pautadas por uma *situação geográfica* (SANTOS, 1996a; SILVEIRA, 1999a) semelhante de extensão da agricultura moderna. Segundo Santos (1996a, p.115),

o evento é o veículo de uma ou algumas das possibilidades existentes no mundo, na formação socioespacial, na região, que se depositam, isto é, se geografizam no lugar. Por isso, uma *situação geográfica* supõe uma localização material e relacional (sítio e situação), mas vai além porque nos conduz à pergunta pela coisa que inclui o momento da sua construção e seu movimento histórico.

É importante destacar que apesar das similaridades, cada sub-região apresenta suas próprias particularidades, devido às *rugosidades*¹² (SANTOS, 1978, 2002b; 1996a) específicas encontradas em cada lugar. Se, por um lado, as *verticalidades* (SANTOS, 1997)¹³ impostas a esses territórios são similares – concentração fundiária, intensa mecanização, forte presença de migrantes, atuação de empresas transnacionais – por outro, as horizontalidades resultantes são específicas, devido às diferentes heranças territoriais – estrutura fundiária, organização da sociedade civil, disponibilidade de meios de circulação (transporte e comunicação), características fisiográficas, organização política e econômica e diversidade cultural. O embate decorrente deste jogo ambivalente entre as novas lógicas presididas pela agricultura moderna nessas áreas de modernização do semiárido nordestino e as precedentes, resulta na conformação de uma nova *situação geográfica*, particular a cada um dos *fronts* agrícolas (SANTOS, C.D., 2016).

Segundo Frederico (2008, p. 40) *front* agrícola configura-se como uma *região funcional*¹⁴ à ação dos agentes mais proeminentes – grandes empresas e produtores – o que permite a sua delimitação, mesmo que efêmera. Pode-se falar, grosso modo, na existência de uma situação geográfica própria do *front* agrícola, pautada por fenômenos significativos e de grande envergadura, que se mesclam com fenômenos de menor dimensão, fruto da reação de cada lugar às verticalidades. Daí a existência de um *front* agrícola brasileiro, subdividido em vários *fronts* menores, sites regionalmente. Portanto, existe uma lógica externa que justifica e origina o *front* agrícola e há também lógicas internas, a cada lugar, que se misturam com os eventos externos, num movimento antropófago, que resulta em vários *fronts*, com especificidades próprias.

¹² “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas, os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 1996a, p.140).

¹³ A ideia de verticalidade e de uso vertical do território, desenvolvida por Milton Santos (1997, 2005), pode ser compreendida resumidamente pelas possibilidades de uso e ação territoriais presididas por agentes externos e distantes, que acabam por inserir no conteúdo do território racionalidades alheias aos interesses dos lugares e da sociedade como um todo.

¹⁴ As—regiões funcionais, nas quais o espaço aparece como um sistema de fluxos em que cada parcela ou subsistema desempenha um conjunto específico de funções tem forte inspiração na teoria do lugar central de Cristaller, onde um centro polarizador urbano estende seu raio de influência sobre o um espaço —regional, admitindo zonas de sobreposição e outras regiões funcionais (HAESBAERT, 2010).

Todavia é imprescindível denotar, que o modelo difundido nessas áreas é pautado em grande medida na expansão das fronteiras agrícolas para produção de *commodities*¹⁵ para mercados do consumo dos chamados países do Norte, tendo por base a lógica de mercantilização da natureza. As contradições envolvidas na expansão das atividades do agronegócio se edificam pela lógica da expropriação de territórios, acumulação por meio da espoliação da terra e saque das riquezas do solo, água e subsolo, sendo resultantes de um pacto estratégico entre o grande capital agroindustrial, o financiamento público, o latifúndio e o Estado¹⁶(SILVA, 2014). Ademais, esse processo de expansão vem combinado à lógica da exploração da força de trabalho, mediante a proletarianização do campesinato e a precarização das relações de trabalho.

As transformações no mundo atual, as quais presenciamos de forma proeminente o seu rebatimento na região em análise, ocorridas, sobretudo a partir da década de 1990, são explicadas como “[...] um conjunto de práticas de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico [...]” (HARVEY, 1992, p. 119). Nessa perspectiva, há uma inserção de “[...] novos sistemas de produção e de marketing, caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de mobilidade geográfica e de rápidas mudanças nas práticas de consumo [...]” (Ibid, p. 119). Logo, o desenvolvimento da presente pesquisa tem sua fundamentação teórica sustentada no contexto desse conjunto de mudanças mais recentes no sistema econômico, que acarretam, no nosso modo de entender, transformações nas atividades econômicas como um todo e, particularmente, na produção agrícola da região averiguada.

Como forma de garantir competitividade no mercado globalizado, os agentes econômicos criam novas estratégias empresariais em parceria com o Estado. Desse modo, a fim de promover a atração de novos empreendimentos, o Estado, mediante a garantia de benefícios fiscais e tributários, flexibilização e desregulação de leis, outorga de infraestrutura (estradas, portos para escoamento da produção, tecnologias, etc.). Inclui, ainda, além de tais privilégios, vantagens como oferta de terras a baixo custo, acesso à água e financiamento por meio de incentivos e isenções fiscais, proporcionando, ao mesmo tempo, flexibilizações na legislação e fiscalização ambiental para impor sua lógica.

¹⁵ “Em inglês esse termo significa literalmente mercadoria. Nas relações comerciais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do petróleo, café, do chá da, da lã, do algodão da juta, do estanho do cobre etc.” (SANDRONI, 2000, p.275).

¹⁶ Delgado, Guilherme Costa (2012). **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio.** Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre, Editora da UFRGS/PGDR.

De acordo com Santos, C. D (2016, p. 76), a consequência direta desse processo é que já não são apenas as empresas que competem entre si, essas continuam competindo, mas hoje também vemos o estabelecimento de um novo tipo de concorrência, de base territorial, a chamada —guerra dos lugares (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011; SANTOS, 2008). É como se existisse um mercado global para venda de virtualidades, onde cada lugar compete para atrair o máximo de investimentos e vetores de modernização para sua fronteira, a partir de vantagens competitivas que garantam uma maior rentabilidade aos seus agentes hegemônicos. Entre esses estão os associados ao agronegócio, por exemplo, aqueles da produção de frutas, tornada hoje uma das mais expressivas commodities, e cuja expansão territorial é responsável pela incorporação de vários espaços à produção agrícola moderna e pela difusão de —especializações territoriais produtivas (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011).

Sendo assim, o avanço do capital no campo facilitado pelo apoio indelével do Estado através das políticas de abertura econômica e mecanismos públicos de financiamento promoveu uma reestruturação produtiva na agropecuária com efeitos visíveis na região do Baixo Jaguaribe, com a introdução da ciência, da tecnologia e da informação no processo produtivo. Segundo Elias (2000; 2002a; 2006a; 2006b; 2006c; 2007; 2011), essa dinâmica se configura a partir de mudanças na base técnica, sendo necessário inserir novos métodos na produção, tais como a intensificação do uso de insumos artificiais em detrimento dos naturais e a utilização de equipamentos agrícolas, como tratores e colheitadeiras. Além das transformações químicas e mecânicas, a autora destaca ainda que a reestruturação produtiva da agropecuária na região é influenciada pelas inovações em biotecnologias, acarretando mudanças biológicas nas plantas e nos animais.

Todavia, a explicação da expansão da agricultura moderna associada a fruticultura para exportação na região do Baixo Jaguaribe não pode ser divorciada do movimento global do capital, mas como uma singularidade dentro da totalidade, quando o território cearense passa a despertar mais efetivamente os interesses do capital tendo na sua gênese um desenvolvimento desigual e combinado.

Corroboramos com David Harvey (2012), quando assinala que o princípio número um do sistema do capitalista é ultrapassar todos os limites geográficos para acumulação, sendo assim, o desenvolvimento geográfico desigual que resulta é tão infinitamente variado quanto volátil. Nesse sentido, a dinâmica territorial na região do Baixo Jaguaribe mesmo por encontra-se encravada numa região semiárida, longe de estar circunscrita apenas ao imaginário como lócus da pobreza e do domínio da seca, passa, atualmente, por importantes

transformações que refletem à expansão do capital mediante *ajustes espaço-temporal*¹⁷ (deslocamento no tempo, por meio de investimento de longo prazo de maturação e, deslocamento no espaço, por meio da abertura de novos mercados e novas capacidades produtivas) para quem o termo constitui metáfora frente às crises de reprodução capitalista. Para o autor,

... a produção do espaço, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, a abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital, e a penetração em formações sociais pré-existentes pelas relações sociais capitalistas e acordos institucionais (tais como regras contratuais e acordos de propriedade privada) são formas de absorver excedentes de capital e mão-de-obra. (HARVEY, 2004, p.12)

Nesse sentido, partimos da premissa de que a inserção do Baixo Jaguaribe em pleno semiárido nordestino dentro da lógica da produção mundializada faz parte da trajetória geográfica dos desdobramentos das crises do capital. Mészáros (2009) sinaliza que: da forma como o sistema do capital se apresenta hoje, “apenas uma reorientação qualitativa da reprodução sociometabólica pode apontar uma saída para a crise verdadeiramente global da humanidade”. (p.633).

De acordo com tese de Mészáros (2007), diante da *crise orgânica e estrutural* do modo de produção capitalista que eclode sobremaneira partir da década de 1970, o sistema desenvolveu uma lógica *sociometabólica* para a superação da crise que solapa sua estrutura. Conforme discorre Giovanni Alves (2004, p.32), a base material do sociometabolismo é o novo regime de acumulação e de reprodução societária do capitalismo global, caracterizado pela predominância do capital financeiro e da financeirização da riqueza capitalista, cujo ímpeto e força de destruição e recriação moldam, por meio de variados mecanismos de controle, as diversas manifestações socioeconômicas, a fim de garantir ao capital a sua viabilidade (re)produtiva, que se assenta na construção de uma realidade hierárquica de controle sobre o trabalho em suas diversas manifestações, garantindo a extração continuada e ampliada da riqueza que emana do trabalho.

¹⁷ De acordo com Harvey (2003:10) a ideia de *ajuste espaço-temporal* é bastante simples. “Superacumulação em um dado território implica em um excedente de mão-de-obra (aumento do desemprego) e excedente de capital (que se manifesta num mercado abarrotado de bens de consumo que não podem ser vendidos sem perdas, como uma alta improdutividade e/ou como excedente de capital líquido carente de possibilidades de investimento produtivo). Tais excedentes podem ser absorvidos por: a) uma reorientação temporal por meio de investimentos de capital em longo prazo ou gastos sociais (como educação e pesquisa) que adiam a reentrada na circulação do excesso de capital até um futuro distante; b) reorientações espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e mão-de-obra em outro lugar; c) alguma combinação de a e b”(HARVEY, 2003).

Sendo assim, a liberação do mercado foi a resposta local encontrada para o excedente da produção - expandir-se, sem fronteira.

Pode-se convincentemente argumentar que a “força bombeadora” do capital, que extrai o trabalho excedente, não conhece fronteira (embora tenha limites estruturais, que as personificações do capital recusam, e devem recusar, reconhecer), e assim pode-se corretamente considerar que tudo o que se puder imaginar como extensão quantitativa da força extratora de trabalho excedente corresponde à própria natureza do capital, ou seja, está em perfeita sintonia com suas determinações internas. Em outras palavras, o capital ultrapassa infatigavelmente todos os obstáculos e limites com que historicamente se depara, adotando até as formas de controle mais surpreendentes e intrigantes - aparentemente em discordância com seu caráter e funcionalmente “híbridas” – se as condições o exigirem. (MÉSZÁROS, 2009 p. 103).

Não obstante, a condição de sua existência é penetrar em todos os lugares, como garantia do seu próprio alimento. Assim, ele se estabelece como uma entidade material; ouro, negócios bancários, mecanismos de mercado, etc. Mas, muito, além disso, o capital penetra no mundo das artes, no mundo da religião e das igrejas, governando as instituições culturais da sociedade. Não é possível nenhum, aspecto de nossa vida que não seja, nesse sentido, controlado pelo capital sob circunstâncias presentes. Contudo, é exatamente nesse processo que ele próprio encontra seu limite e torna cada vez mais evidente e latente as suas contradições. Segundo Harvey (2012. p.174),

é também muito claro que a reprodução do capitalismo implica a realização de novas geografias e que a criação de novas geografias, por meio da destruição criativa do velho, é uma boa forma de lidar com o problema permanente da absorção do excedente de capital. Mas essa busca de uma “correção” geográfica para o problema da absorção do excedente constitui também um perigo sempre presente.

O capital financeiro no campo procura otimizar seus lucros ao incrementar seus investimentos em grandes e médias empresas capitalistas a partir de estratégias de negócios nos setores agroalimentar, para isso tanto as pessoas como a natureza se tornam mercadorias. Como isso se pode afirmar que as terras e os demais recursos naturais, inclusive o subsolo, estão sendo explorados mundialmente, em particular na América Latina¹⁸, de maneira intensiva, expansiva e freneticamente. Essas formas de exploração dos recursos naturais pelo grande capital permitiriam sugerir a presença ou a hipótese de uma *acumulação primitiva*

¹⁸ Ver Borrás, Saturnino M. et alii. **El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe visto desde una perspectiva internacional más amplia**. FAO, octubre, 2011.

permanente ou, como a denominou Harvey, de uma *acumulação via espoliação*¹⁹; Ploeg de *impérios alimentares*²⁰; e Naomi Klein de *capitalismo de desastre*²¹.

É importante destacar, que as opções empresariais consideradas pelo agronegócio, aos moldes que ocorre na região estudada, como promissoras para ampliar a acumulação capitalista pela via da espoliação são as estratégias burguesas de concentração da terra, da produção agropecuária em larga escala, do monocultivo e da busca de um produtivismo insano que lhes induz ao uso intensivo de agrotóxicos, de hormônios, de herbicidas e de sementes híbridas, transgênicas e mutagênicas, além de exercitarem hodiernamente o desprezo sociocultural pelos povos do campo e a desterritorialização dos camponeses. E tudo isso numa tendência crescente de desnacionalização consentida do agrário brasileiro (CARVALHO, 2013. p. 01)²².

No âmago do sinistro desenrolar desse modelo capitalista de desenvolvimento no espaço agrário tanto as pessoas como a natureza se tornam mercadorias. E os povos laboriosos do campo – como a massa de camponeses, são mal vistos pelos empresários do agronegócio, não apenas porque diferentes dos capitalistas, mas, sobretudo, por considerarem como o centro das suas racionalidades e emoções a reprodução social da família e não o lucro; por serem persistentes e duradouros no seu modo distinto de produção, de extrativismo e de viver; por desfrutarem uma relação amorosa com a natureza. Capitalistas e camponeses são assim duas concepções de mundo inteiramente distintas e, a meu ver, antagônicas.

Dessa forma, o desenvolvimento geográfico desigual é velado no ordenamento territorial voltado para a produção da riqueza proporcionado pelo trabalho. Conforme Martins (2004a), “a expansão do capital ameaça, em primeiro lugar, a visão ordenada e integral do

¹⁹ Em seu livro **O novo imperialismo**. São Paulo, Edicoes Loyola, 2004, pp. 115, David Harvey cunha um conceito que vem se difundindo no campo crítico, na caracterização do capitalismo contemporâneo. A “*acumulação por espoliação*” consiste numa persistente e recorrente prática de “*acumulação primitiva*”, que Harvey faz em seu livro teórico de maior fôlego: *The limits to capital* (1982). Nele, o processo de desenvolvimento capitalista e, assim, a reprodução da ordem social, são apreendidos pela relação contraditória das lógicas do território e do capital, considerando que, em todo momento histórico-geográfico dado, uma ou outra dessas lógicas pode dominar. Ainda de acordo com o autor a acumulação por espoliação se realiza a partir de um conjunto de processos, muitos deles violentos, que proporcionam ao capital um fundo de ativos (incluindo força de trabalho) a baixo custo (e, em alguns casos, custo zero).

²⁰ Ploeg, Jan Douwe van der (2008). **Camponeses e impérios alimentares**. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

²¹ Klein, Naomi (2008). **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

²² CARVALHO, Horácio Martins. **A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil**, Curitiba/ PR, 2013. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2013/06/07/a-expansao-do-capitalismo-no-campo-e-a-desnacionalizacao-do-agrario-no-brasil-por-horacio-martins-de-carvalho1/> Acesso: 25/10/2016.

mundo que é própria do camponês, sua concepção totalizadora da vida”. (p.109). De acordo com o autor,

o capital ameaça porque impõe a separação entre o trabalhador e seus meios de vida, porque coisifica as relações sociais, porque acoberta a solidariedade entre situação social e consciência social, porque impõe o descompasso entre a compreensão e a ação, porque fragmenta a vida e a compreensão do viver, porque impõe o estranhamento do homem em relação a si mesmo e o mundo. (p.109).

Seguindo esse caminho de interpretação, acreditamos que esse esplendoroso “adaptar” da região do Baixo Jaguaribe a reprodução sociometabólica segue a essa lógica geral da reprodução ampliada do capital. O incentivo à modernização da agricultura para alcançar o mercado externo, principalmente, nos países pobres, possibilitou no caso do sertão cearense banhado pelo Rio Jaguaribe ser incorporado pelas novas lógicas de reprodução ampliada do capital. Essa dinâmica (re)estruturou as relações de trabalho e de produção em consequência das “novas lógicas” que se instalaram, marcadas pelo uso intenso da ciência, da tecnologia e da informação, e pela especialização produtiva, principalmente nas áreas onde predomina a produção de frutas *in natura* para exportação.

Partimos desse cenário para que pudéssemos perscrutar dentro da tradição marxista e nos apoiando no uso da *noção de desenvolvimento desigual combinado do capitalismo*²³ (OLIVEIRA, 1988, 1996, 1999), como se engendra a re(criação)/reprodução camponesa enquanto *classe social*²⁴ através das tramas da lógica da *acumulação por espoliação* (HARVEY, 2004). Ainda segundo o autor ao explicar sobre esse movimento aponta duas situações para ilustrar o processo de acumulação por espoliação, que são: o processo de desterritorialização de comunidades campesinas e indígenas para produção de monoculturas tipo exportação, e o processo de subalternidade dos territórios, onde se mantem o controle pelos empreendimentos, principalmente pelas tecnologias e mercado. Desse modo, tal fenômeno pode ter efeitos diversos, conforme destaca Silva:

²³ A noção de desenvolvimento desigual e combinado tem origem vinculada aos pensadores clássicos marxistas com V. Lenin, L. Trotsky e R. Luxemburgo.

²⁴ A abordagem de campesinato enquanto *classe social* vem sendo desenvolvida e aprimorada por vários autores que o identificam como classe *sui generis*, entre eles, Shanin (1993), Bombardi (2004) Martins (1981; 1990), Oliveira (1986; 2001; 2007), Paulino (2004), Almeida (2006), Santos (2012). Para o entendimento dessa classe *sui generis*, é necessário abordar a discussão realizada por Marx (1974) de que existem três classes constituintes da sociedade moderna, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras, classes essas que vivem respectivamente do salário (utilizando-se da força de trabalho), do lucro (utilizando-se do capital) e da renda da terra (utilizando-se da propriedade fundiária). No entanto, no caso do campesinato, há uma particularidade, conforme apontam os autores, visto que a separação dos instrumentos de produção não é pura como nas três classes, sendo o camponês, ao mesmo tempo, proprietário de terra e trabalhador.

[...] A fronteira expressa, em linhas gerais, expansão agrícola em área, concentração fundiária, transformação das relações de produção (êxodo rural e emergência de um exército de boias-frias) e conflitos fundiários; modernização da base técnico-produtiva, implantação da rede de fixos (armazéns, indústrias, latifúndios, centro de pesquisa, bancos, cidades, empresas, distribuidoras, portos, etc.) e de fluxos de informações, capitais, mercadorias e mão-de-obra, integração espacial em diversas escalas geográficas, extensão da fronteira urbano-industrial de um país, desterritorialização, territorialização e marginalização de grupos sociais e/ou lugares. (SILVA, 2006, p. 293)

Vale lembrar que a atração de empresas de grande porte e todo o seu pacote tecnológico (insumos, máquinas, equipamentos, etc.) está alicerçada no discurso da promessa de emprego e desenvolvimento - reforçando a visão de que o campo é atrasado e precisa se desenvolver – bem como na promoção de parcerias do Estado com pequenos produtores. O agronegócio se consolidou no campo brasileiro com o discurso da modernidade e do progresso, da produtividade e da competitividade internacional, baseado no crescimento capitalista como solução para suprir a demanda por alimentos e desenvolver os territórios. Todavia, a realidade demonstra o protagonismo do conflito e da contradição na expansão do capital no campo, alterando a configuração dos territórios em um movimento simultâneo de construção, destruição e manutenção (OLIVEIRA, 2003), expresso no caráter desigual e combinado do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Assim, vai se constituindo a tessitura do processo combinado de expansão da fronteira agrícola para atender às demandas do mercado globalizado, gerando conflitos sociais e ambientais nas comunidades camponesas de base familiar com produção de subsistência para atender mercados locais. Por conseguinte, entendemos os conflitos ambientais como:

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem, ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 26)

Todavia a reestruturação das forças produtivas nesse espaço regional não se deu nem se dá sem conflitos. O outro lado do par dialético há resistências políticas a essas linhas de forças hegemônicas do agronegócio: os camponeses e trabalhadores assalariados despossuídos e despojados da terra que agora dispõem apenas da sua força de trabalho se organizam em rede para disputarem o território, o modelo de modernização em curso, inclusive tentando impedir a expansão da fruticultura sob a lógica da agricultura empresarial. Querem a terra de trabalho e não a terra de negócio.

Podemos destacar inúmeros enfrentamentos em curso nos *espaços agrícolas de reserva do semiárido* (ELIAS, 2006) no Baixo Jaguaribe, tais como aqueles envolvendo questões e disputas territoriais entre o agronegócio e os camponeses: ligadas à concentração fundiária; privatização da água; preservação ambiental; demarcação de terras; expropriação; expulsão de povos e comunidades tradicionais; expansão do *agro-hidronegócio*; controle e produção de alimentos; extração devastadora dos bens naturais; conflitos pela manutenção de formas de vida tradicionais, etc.

Nessa encruzilhada o campesinato do Baixo Jaguaribe convive, traduzido num cotidiano de luta pela utopia da vida, um camponês que luta, interfere, resiste, cria, recriam estratégias no movimento dialético da sua própria (re)criação/reprodução: por meio das resistências, permanências e subordinação frente ao processo de modernização implementado pelo Estado no território; subordinação da agricultura camponesa à agricultura capitalista; através da sujeição da renda da terra; ou a partir da organização dos movimentos sociais de luta pela terra que, através da ocupação.

Contudo, é preciso atentar, a percepção e compreensão do movimento vivo dos camponeses, só pode ser compreendida e descortinado partir das próprias contradições do modo de produção capitalista no campo; e no caso específico do Brasil baseado em um contexto sócio-histórico contraditório por meio do qual se pode compreender não apenas a (re)criação do campesinato, mas também a subordinação deste ao modo de produção capitalista envolto a um caldeirão de mudanças. Logo, a (re) criação do campesinato como uma relação não-capitalista é parte contraditória do modo de produção capitalista situação que, por sua vez, ao permitir a produção de capital, também contém sua negação, seja na luta contra a transferência de renda, seja na luta direta pela *terra de trabalho*. A respeito vejamos as explicações de Oliveira (1981, p.08):

[...] o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; neste sentido o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução capitalista ampliada do capital), além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução [...].

Coadunamos com Almeida (2008:95), é insuficiente dizer que o capitalismo, ao se reproduzir, reproduz relações não-capitalistas, é preciso considerar a luta dos homens, suas

utopias, desejos, seus *habitus*. Na verdade, é na luta cotidiana pela terra e na terra que o camponês tem garantido sua permanência no mundo capitalista. Caso contrário, abrimos uma brecha para a determinação e funcionalidade da reprodução ampliada do capital levando ao erro da visão unilateral.

Destarte, nesta pesquisa partimos da premissa de que mesmo diante do processo intenso de territorialização do capital no espaço agrário no Baixo Jaguaribe, que expropria e subordina o campesinato, o modo de vida camponês, os mesmos a duras penas, resiste ao “reino” ou “império” uniforme do capital onde os camponeses são considerados uma anomalia, pois, são “diversos por natureza, sustentam seu polimorfismo perverso em múltiplas e variadas maneiras de interagir com a biosfera” (VÉRGÉS, 2007, p. 86). O campesinato é parte do capitalismo porque é recriado pelo capital por meio das relações de compra e venda da terra e/ou do arrendamento e se recria por meio da luta pela terra, principalmente pelas ocupações de terra (FERNANDES, 2000). A recriação do campesinato pelo capital é um processo capitalista de criação de uma relação não capitalista, pois “o próprio capital engendra e reproduz relações não capitalistas de produção” como explicita Martins (1979, p. 3), o que resulta em relações de subalternidade e resistência.

Na região do Baixo Jaguaribe que passa por intenso processo de difusão de uma agricultura científica, eles não são meros residuais, mas sim uma classe que incomoda, são atores principais no movimento dialético e contraditório da reprodução ampliada do capital monopolista em tempos de crise orgânica e estrutural. Nesse sentido, procuramos descortinar as suas múltiplas contradições, conflitos e ambiguidades, que engendram o movimento de (re)criação/reprodução camponesa diante da globalização econômica nos espaços agrícolas de reserva.

Em se tratando do recorte espacial, sob a ótica da divisão territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a mesorregião do Jaguarib (Figura 3), está situada a leste do Estado do Ceará. Numa escala menor, temos a microrregião do Baixo Jaguaribe, formada pelos municípios de Alto Santo, Aracati, Ibicuitinga, Itaiçaba, Jaguaruana, Fortim, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, Palhano, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte. Todavia com base nos dados divulgados pelo IBGE (1990/2011) sobre os municípios os maiores produtores de frutas do estado voltadas para exportação, verifica-se que o maior destaque é a microrregião do Baixo Jaguaribe, com ênfase nos municípios de Russas, Limoeiro do Norte, Morada Nova e Quixeré.

Ao propormos uma abordagem sobre a modernização da agricultura em uma região *politico-administrativa* (que apresenta, em sua estrutura interna, diferentes configurações econômicas, políticas, sociais e culturais)²⁵ temos dimensão que mesmo dentro de uma região existem diferentes territórios. Entre esses territórios, estão aqueles do agronegócio, formados a partir da territorialização do capital no campo, que levou à configuração de territorialidades inexistentes no Baixo Jaguaribe antes da década de 1990.

Portanto a nossa pesquisa, o principal parâmetro para a definição do recorte espacial é a penetração do capital no campo cearense e isso se traduz nas principais áreas inseridas na dinâmica do agronegócio globalizado. Todavia, compreende-se que o recorte geográfico do Baixo Jaguaribe (CE), não pode prescindir de considerações acerca de projetos de gestão do território definidos em escala nacional. Dessa feita, partimos do pressuposto de que a questão agrária do Baixo Jaguaribe é a expressão de um processo tanto único quanto abrangente, seja do ponto de vista espacial ou temporal, cujo esforço analítico busca uma conciliação entre essas duas esferas, até mesmo para que se possa apreendê-lo em suas singularidades e generalidades.

Na nossa análise sobre a dinâmica do espaço agrário regional, destacamos a dimensão espacial enquanto expressão do circuito metabólico homem e natureza, sociedade e espaço, parte-se da hipótese de que a expansão do capital, sob a égide do modelo do agronegócio da fruticultura irrigada nas áreas seletivas (ELIAS, 2002, 2006) do Estado do Ceará, tem propiciado inúmeras alterações na dinâmica socioespacial, cuja expressão nos territórios ganha corpo a partir da mobilização promovida pela divisão social e territorial do trabalho. É importante anotarmos que o novo (re)ordenamento espaço-temporal do capital no Baixo Jaguaribe tem afetado diretamente a das relações de trabalho (ARAÚJO, 2006; BEZERRA, 2008, 2012; FREITAS, 2010; GOMES, 2007; MUNIZ, 2004; PINHEIRO, 2014) na região, mudando consideravelmente suas formas e conteúdos.

Todavia para compreendermos as mudanças socioespaciais em curso nesse recorte espacial, não podemos perder de vista o movimento geral do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e as estratégias para se apropriar do trabalho e dos recursos naturais, analisando sua forma contraditória de desenvolvimento e enfatizando, com base em Oliveira

²⁵ A diferenciação socioespacial conforme Santos (2005) pode ser compreendida por meio da formação sócioespacial, uma categoria capaz de guiar a análise da organização espacial de um dado espaço a partir da totalidade sócioespacial. Para isso, conforme o autor é necessário à recorrida ao tempo histórico, pois as diferenças entre os lugares são os resultados do arranjo espacial dos modos de produção particulares. Na presente pesquisa optou-se por não analisar de forma específica a formação sócioespacial de cada município pesquisado, e sim, a região do Baixo Jaguaribe como um todo, com ênfase nos municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Quixeré e Morada Nova onde acontece o processo mais intenso de modernização da agricultura.

(1998) entendemos que o processo de monopolização da produção e do territorialização pelo capital, nas diversas alianças entre as classes dominantes, tendo a classe camponesa como parte importante dessa engrenagem.

As transformações que acontecem na área pesquisada serão interpretadas como consequência de um processo que se dá na escala global e que tem seu rebatimento fenomenicamente na região pela imposição de uma racionalidade técnica, urbanização, migração campo-cidade, pelos movimentos pendulares, a modificação das atividades econômicas, mudanças nas relações de trabalho, a aparição de diversas classes sociais, frações de classe, na luta pela terra e água, nas novas sociabilidades, nas conflitualidades e modos de vida.

Contudo, nossa perspectiva não pode deixar de perscrutar nas particularidades do processo, as diferenças, as quais em algum momento apareceram como impulso na luta pela terra e água, entendida como luta pela possibilidade da reprodução da vida mantendo a autonomia sobre o uso do tempo; em síntese, a modernização, mesmo entendida como a configuração de uma sociabilidade abstrata implica, contudo, espaços diferenciais a partir dos quais, as contradições estão permanentemente presentes e têm a possibilidade de questionar a realidade social vigente. A necessidade de se pesquisar a modernização no campo sua crise e a dialética que permite a existência de outra forma de consciência, nas áreas rurais é a principal justificativa deste trabalho.

Quanto ao recorte temporal que adotamos para análise nessa pesquisa é o período pós 1980, quando de forma bastante proeminente novos eventos protagonizados pelas empresas do agronegócio transformaram mais uma vez o padrão de organização da agricultura mundial e conseqüentemente a inserção dos espaços agrícolas de reserva nos circuitos produtivos globalizados da agricultura. Sendo a região do Baixo Jaguaribe do estado do Ceará a região um desses lugares do semiárido nordestino ocorre a maior a intensificação da agricultura moderna em bases empresariais de forma particular, nos Perímetros Públicos de Irrigação que compreende faixas territoriais dos municípios de Limoeiro do Norte, Russas, Morada Nova e Quixeré.

Entretanto, em nosso recorte temporal não serão eliminadas análises de períodos antecedentes aos anos 1980, tendo em vista ser importante considerar em qualquer análise da dinâmica socioespacial, as inúmeras nuances históricas na produção do espaço. Dessa forma, coadunamos Santos (2008), quando o mesmo destaca que a periodicização permite melhor definir conceitos e, ao mesmo tempo, autoriza a empiricização do tempo e do espaço em

conjunto. “É através do significado particular, específico, de cada segmento do tempo que aprendemos o valor da cada coisa num dado momento.” (SANTOS, 2008, p. 92).

É importante observar que a difusão do agronegócio no Nordeste foi fruto do processo de fragmentação do espaço agrícola onde a existência de uma agricultura moderna resultado da adequação ao padrão balizado pela agricultura científica (SANTOS, 2000; ELIAS, 2003) teve sua expressão espacial em forma de pontos no território nordestino. Estas áreas serviram de modelo ao processo de transformação da estrutura produtiva de caráter regional baseada na agricultura de subsistência, na pecuária e no extrativismo vegetal para dar lugar também a produção de produtos de maior valor agregado tais como a produção de frutas *in natura* como manga, melão, mamão, uva, abacaxi, melancia e banana nos estados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia.

Essa dinâmica está indubitavelmente associada incorporação da década de 1990 a incorporação, pelos agricultores dos países desenvolvidos, das chamadas “novas tecnologias”, como a informática, a microeletrônica, a biotecnologia, a engenharia genética e a formação e transmissão de bancos de dados. Segundo Graziano da Silva (1998, p.123), a “Terceira Revolução Agrícola”, nome dado ao conjunto das inovações, não foi incorporada imediatamente pelos agricultores brasileiros, apenas a partir da década de 1990 é que elas começam a se difundir, ainda que de maneira extremamente seletiva, em pontos específicos, Santos e Silveira (2001) vai denominar de “modernização em manchas”.

Tais eventos que acontecem em escala planetária foram pautados numa maior tecnificação e cientifização dos sistemas técnicos, somado à emergência da informação como o principal elemento viabilizador e organizador da agricultura. As ações e objetos se tornaram cada vez mais informados, tanto os insumos agrícolas passaram a ter um conteúdo maior em informação (sementes, defensivos, maquinário), quanto as formas de utilizá-los se tornaram mais racionais e precisas (FREDERICO, 2008).

É nesse contexto, que pontos luminosos, frações territoriais, do nordeste brasileiro, incluindo aqui a e região em análise, são incorporados à dinâmica da globalização²⁶. Com

²⁶ Alguns autores, como François Chesnais e Giovanni Alves, a denominam de mundialização do capital. Santos (2000, p. 23, 24) mostra que “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. [...] No fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária. Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada”.

isso, presenciamos a difusão de novos eventos como a implantação dos sistemas de engenharia e/ou de normas funcionais à ação dos agentes hegemônicos que acaba por constituir uma *situação geográfica* própria (SANTOS, 1997b, p.95; SILVEIRA, 1999, p.22).

Dessa forma, em cada lugar, convivem objetos e ações, materialidades e normas, de idades diferentes, em constante refuncionalização e renovação. Por isso, Santos (1997b, p.95) demonstra que a situação geográfica é dinâmica e está em constante processo. Novos eventos, ao chegarem aos lugares, refuncionalizam formas antigas, conferindo a essas um novo conteúdo; é o que Santos (1978), inspirado na ideia de prático-inerte de Sartre, chama de forma-conteúdo. Segundo o autor (1996a, p.82-83), esta se recria a cada evento, “assim, a forma-conteúdo não pode ser considerada apenas como forma, nem apenas, como conteúdo. (...) desde o momento em que o evento se dá, a forma, o objeto que o acolhe ganha uma outra significação, provinda desse encontro (FREDERICO, 2008, p.08)”.

A ideia de situação geográfica nos permite, ao mesmo tempo, a elaboração de uma periodização geográfica, pautada nas diversas situações, que se superpõem e se embaraçam ao longo do tempo; e também a identificação do processo dialético inerente ao espaço, resultado do confronto de forças diacrônicas: o novo e o velho, o mercado e o Estado, o externo e o interno (SANTOS, 1985, 1997b, p.95).

Mas, para elaborarmos uma periodização geográfica e identificarmos as forças diacrônicas referentes ao fato geográfico é necessário selecionar os eventos mais significativos que conformam, a cada momento, a situação geográfica. A escolha dos eventos, que conformará tal situação, está atrelada à visão de mundo do pesquisador e resultará no seu concreto pensado.

Ao partir desse pressuposto, elencamos uma série de eventos significativos que, a nosso ver, nos permite identificar uma situação geográfica própria ao Baixo Jaguaribe. A presença de eventos similares em determinada porção do território brasileiro, notadamente em pontos específicos do território nordestino é que nos autoriza a fazer o recorte de nossa área de estudo e denominá-la *território do agronegócio* que se especializa para se inserir na dinâmica da nova divisão territorial do trabalho.

A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante deste movimento dos lugares. Visto pela ótica do espaço como um todo, esse movimento dos lugares é discreto, heterogêneo e conjunto, “desigual e combinado”. Não é um movimento unidirecional. Pois os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator. Mas é a divisão do trabalho que tem a sua precedência causa, na medida em que é ela a portadora das forças de transformação,

conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que torna, possíveis. (SANTOS, 2004, p. 133)

Baseando-se na citação acima, tem-se que os processos não ocorrem e nem estão distribuídos hegemonicamente no espaço, ou seja, agem sobre a égide do Desenvolvimento Desigual e Combinado. A heterogeneidade dos processos acarreta em fenômenos diversos, expressando assim, as reais condições de cada lugar, bem como a sua inserção na Divisão Territorial do Trabalho.

Dentre os eventos mais significativos, destacam-se a difusão de uma agricultura moderna, a partir das décadas de 1980/90, numa região de características fisiográficas comuns, denominada Baixo Jaguaribe. Essa agricultura moderna é caracterizada pelo uso de insumos modernos (maquinário, químicos, sementes selecionadas); pela monocultura em médias e grandes propriedades, destinada em grande parte à exportação de frutas; pela presença de firmas nacionais e mundiais da produção de e comercialização de frutas *in natura*, sementes e agrotóxicos; pela funcionalização dos núcleos urbanos à demanda do campo moderno; pelo discurso da necessidade e construção de sistemas de transportes com objetivo de ligar as regiões produtoras aos portos exportadores; intenso movimento de trabalhadores agrícolas e não rurais; mudanças nas relações de trabalho; crescente movimento de expropriação camponesa; aumento exponencial das lutas por terra e água dentre outros eventos.

É evidente que dentro dessa região funcional, aqui denominada territórios do agronegócio, encontramos, nos seus diversos lugares, particularidades próprias, fruto de suas heranças culturais, políticas e territoriais. A história e as relações de poder existentes, por exemplo, no vale do São Francisco (PE/BA) é completamente diferente do que encontramos no Vale do Açu (RN), bem como da região do Baixo Jaguaribe (CE). Apesar de suas diferenças históricas, essas *regiões funcionais* estão ligadas, no período coevo, por uma mesma lógica, proveniente da ação conjunta de empresas, do Estado e grandes produtores de frutas.

Através das novas territorialidades nos espaços agrícolas de reserva do sertão nordestino, no campo e nas cidades, são visíveis pontos de transformação da natureza, de criação de novas horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1996) e da articulação da escala local com a planetária, expande-se o processo de territorialização do capital do campo, criando regiões funcionais ao agronegócio da fruticultura para a exportação. Ao mesmo tempo em que os processos modernos de produção se espalham por todo o globo, a produção

também se especializa regionalmente. Segundo Santos (idem), hoje as regiões são lugares funcionais do Todo, mantendo relações alheias às regras de proximidade e contiguidade e possuindo limites mutáveis constantemente. Para se entender a região hoje, é necessário compreender o funcionamento da economia mundial e o seu rebatimento no território, identificando os principais agentes intermediadores, principalmente os hegemônicos (FREDERICO, 2008).

Regiões funcionais como os territórios do agronegócio voltado à fruticultura, surgem devido ao maior aprofundamento da Divisão Territorial do Trabalho, que exige a implantação de fixos para balizar os fluxos que perpassam o mundo (SANTOS, 1978, 2002b). A divisão territorial do trabalho revela as especializações de cada porção do espaço, que passa a desempenhar uma função específica de uma produção que transcende os limites do território nacional. As frutas são produzidas em áreas específicas do sertão nordestino, lá também se realizam outras etapas do processo produtivo como o armazenamento e o beneficiamento. Entretanto, outras etapas da produção, ligadas principalmente aos aspectos normativos, como a comercialização, definição de preços, destino dos produtos, são realizadas em lugares distantes, na maioria das vezes nas bolsas de mercadorias do hemisfério norte.

Essa dissociação entre as diversas etapas do processo produtivo exige a implantação de fixos em diversos pontos do território (escritórios interligados por redes de computadores e internet, centros de pesquisa e educação profissional, bancos, estradas, portos, aeroportos) com o intuito de possibilitar a realização de fluxos de toda ordem (informações, mensagens, capital, dinheiro, pessoas, mercadorias).

Os espaços da fruticultura experimentam um período de expansão da agricultura empresarial, pois foram afetadas por políticas de valorização do caráter redentor da atividade do agronegócio. Em breve análise dos documentos públicos das instituições de planejamento e gestão para o setor da agricultura é possível perceber uma política de empreendedorismo rural na qual os respectivos governos estaduais parecem mesmo participar de uma feira mundial de anúncio das potencialidades da região destacando as possibilidades de oferta de recursos naturais, da existência de um clima favorável e da ampla e irrestrita oferta de mão-de-obra. Tudo isso mediante portentosos investimentos em infra-estrutura e de incentivos fiscais não obstante o fato de muitas destas microrregiões estarem encravadas em áreas de extrema pobreza.

As microrregiões de expansão do agronegócio da fruticultura apresentam alguns processos gerais na organização de seu território destacados por vários estudos (ALBANO,

2008, 2011; BEZERRA, 2008, 2012; DOURADO, 2011; ELIAS, 2002, 22006b; FREITAS, 2010; SOARES, 1999; SOUSA, 2013; SOUZA, 2001, 2008). Estes devem ser lidos levando em consideração a diferença destes eventos no espaço e no tempo e que aqui consideramos juntos apenas enquanto exercício de análise e reflexão. Dentre os principais processos gerais identificados nas microrregiões analisadas podemos destacar: o uso comercial das terras em virtude da existência de condições naturais favoráveis; o apoio indelével do Estado na construção de um novo panorama para a dinamização das economias regionais; mudança na estrutura produtiva e o crescimento da iniciativa privada com o aumento do número de empresas no setor da agropecuária; aquecimento do mercado de terras; desenvolvimento de uma agricultura conectada aos novos parâmetros de modernização tecnológica.

Todas estas dinâmicas foram suscitadas pela presença de investimentos de grupos privados nacionais e multinacionais que dinamizaram não só a estrutura produtiva das microrregiões como também alteraram as relações sociais de produção tanto no campo como nas cidades.

Nesse ínterim, o quadro para o mercado de trabalho regional tem sido desde então o do aprofundamento das relações de trabalho capitalistas mediante a venda da força de trabalho pelos camponeses que em sua grande maioria são desprovidos dos meios de produção consubstanciando, assim, o conflito entre a *terra de trabalho* e a *terra de negócio* (MARTINS, 1991).

Quanto aos camponeses, a pobreza gerada pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio demonstra cada vez mais seu caráter avassalador. Todavia, tal fato é retoricamente negado pelo poder público no sentido de que, tal como vimos, há de fato uma expansão dos empregos formais o que tem acarretado um aquecimento significativo dos comércios e serviços locais beneficiados pela injeção dos recursos advindos dos salários dos camponeses. Pois se pensarmos em municípios que sobrevivem há muito tempo apenas com os recursos do fundo de participação municipal e das aposentadorias, a chegada de uma empresa que cria mais de 2000 postos de trabalho com o rendimento de um salário mínimo passa a injetar na economia local uma quantia significativa posta em circulação na economia regional, alterando o padrão de consumo local e regional.

Mas o que pode ser visto, a priori, como a grande salvação para milhares de camponeses pode representar uma grande armadilha posta pelos processos de reestruturação produtiva da agropecuária e das ingerências dos governos neoliberais que proliferam diversos mitos sobre o agronegócio (OLIVEIRA, 2004). Aqui devemos ressaltar a importância de

considerarmos a relação entre agronegócio e ideologia na produção de discursos que superam a ideologia meramente vista como falsa consciência imprimindo nesta relação uma clara referência à ideologia enquanto consciência prática da sociedade de classes (MÉSZÁROS, 2006).

Segundo Fernandes (2008) cada vez mais campesinato e agronegócio estão envolvidos num processo de conflitualidades. Todavia, destacamos que, assim como o autor citado acreditamos que o campesinato não é parte do agronegócio, mas como o camponês está inserido numa sociedade do capital este acaba participando da produção quando o resultado de seu trabalho é de interesse do capital. De fato, mesmo os camponeses que, em determinadas épocas do ano, transformam-se em assalariados não perdem seu vínculo com a terra. Essa migração forçosa é resultado da falta de políticas voltadas para a produção camponesa e o avanço dos investimentos alocados para o agronegócio, revelando a dinâmica própria do camponês que ora é (des)territorializado, ora se (re)territorializa. Isso acaba demonstrando toda a plasticidade do campesinato que cria e se recria através das relações não-capitalistas no interior das relações capitalistas.

É justamente nesse momento que temos que lançar mão da perspectiva crítica contrapondo os argumentos tendenciosos e apologéticos através de uma postura classista e ideológica (não necessariamente falsa consciência) que busca apontar como uma possível saída da estagnação econômica, a adoção de políticas públicas de emprego e renda a partir do incentivo a agricultura de mercado e da modernização do setor, sobretudo a partir das empresas agropecuárias.

Do outro lado do movimento de renovação das forças produtivas e da difusão da *agricultura científica* encontra-se a agricultura camponesa cuja reprodução de sua lógica em pleno movimento de expansão do agronegócio continua a desafiar teórica e empiricamente as reflexões acerca da produção capitalista de relações não-capitalistas de produção (LUXEMBURGO, 1985; MARTINS, 2002; OLIVEIRA, 1997).

Nas áreas de difusão do agronegócio no Nordeste este movimento aparece de maneira mais ilustrativa, sobretudo nas áreas de produção da fruticultura, na existência das *empresas âncoras*²⁷. Estas estabelecem relações de parcerias com os agricultores camponeses onde os mesmos se comprometem a entregar parte ou mesmo toda a produção para as grandes

²⁷ Grandes empresas agroindustriais que se instalam no território e de forma articuladas com as pequenas médias propriedades passam a comandar grande parte do circuito espacial produtivo. No caso da região do Baixo Jaguaribe temos a instalação das multinacionais *Del Monte Fresh Produce e Fyffes Pineapples Limited*. Com atuação nos cinco continentes, essas empresas controlam grande parte da produção, comercialização e beneficiamento de frutas *in natura* no mundo.

empresas que se responsabilizam tanto pela exportação dos produtos, como também, por fornecer assistência técnica para que os mesmos possam estar adequados ao padrão de consumo globalizado proposto pelos receituários dos selos de qualidade internacionais.

Em síntese, com a expansão das relações capitalistas de produção no espaço agrário nordestino comandado pelas empresas do agronegócio surgem dois elementos, combinados entre si: de um lado, os camponeses autônomos, cuja resistência é baseada no seu trabalho e no de sua família, que estariam sendo expulsos da terra, expropriados. De outro, emerge, como consequência, uma massa de agricultores que estaria se transformando em trabalhadores assalariados ou em trabalhadores sem-terra. De um lado, o agricultor que concebe aquilo que é necessário à sua reprodução social, à sua sobrevivência; de outro, o trabalhador que só é proprietário da sua força de trabalho. Enfim, os trabalhadores não detentores dos meios de produção veem-se obrigados a vender seu único bem.

Assim, o trabalho é apropriado pelo capital. Por isso, as relações sociais sob a lógica capitalista no campo produzem resultados econômicos antagônicos, personificados por pessoas distintas, que são o “trabalhador e o capitalista” (MARTINS, 1979, p.155). E, na trincheira dessa relação desigual, situa-se o agricultor familiar, comprimido pela miséria e pela expansão capitalista e suas imposições.

A existência deste quadro, extremamente complexo guarda seu vínculo histórico através do jogo intrincado das relações sociais de produção onde o processo de expropriação e exploração da classe trabalhadora tem avançado paulatinamente desde os mais remotos períodos coloniais até o advento da mundialização do capital. Dito isto, devemos atentar para as redefinições que acontecem no mundo do trabalho nas áreas de difusão do agronegócio indagando acerca do seu grau de complexidade e da riqueza de situações e casos que escapam das análises tradicionais no enfoque da questão agrária.

É importante anotarmos que esses *pontos luminosos*²⁸ (SANTOS, 1996) do território da região do Baixo Jaguaribe tradicionalmente marcada por conflitos territoriais entre camponeses e latifundiários, assentada a organização e produção da vida em torno da agricultura camponesa, especialmente as atividades agropecuárias de sequeiro, baseada na policultura e na criação de animais de pequeno porte. Todavia a partir da década de 1990

²⁸ De acordo com Santos (2000; 2004), aqueles territórios que acumulam densidades técnicas e informacionais e, portanto, se tornam mais aptos a atrair atividades econômicas, capitais, tecnologia e organização são denominados territórios luminosos. Os territórios em que estas características não estão presentes são chamados de territórios opacos. Entre esses polos opostos teríamos toda uma infinidade de situações geográficas. Os espaços luminosos pela sua densidade técnica estaria mais apto a participar do processo de racionalização do territórios aos interesses das empresas.

integra-se a uma modernização do campo evidenciando diferenças e conflitualidades entre a agricultura de base camponesa e a empresarial, resultando na luta em torno de projetos distintos, um voltado para a reprodução das condições materiais da existência, outro, dedicado à acumulação e reprodução do capital.

Todavia nas palavras de Milton Santos (1996:246), “ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica instala-se paralelamente contra-racionalidades”. Segundo ele:

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias: de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente (SANTOS, 1997b, p. 246).

Embora o mundo dos “atores hegemônicos” busque imprimir a toda sociedade uma única racionalidade, aquilo que passou também a ser definido como pensamento único fundado na lógica da acumulação do capital, existem resistências a essa lógica, existem outras contra-racionalidades e elas não estão necessariamente no movimento político de vanguarda, mas muitas vezes nas práticas cotidianas das populações excluídas das benesses da expansão da racionalidade hegemônica.

Em toda extensão do Baixo Jaguaribe, em especial nas áreas onde acontece a dinâmica do agronegócio, onde o movimento dos atores hegemônicos tenta impingir suas determinantes, porém, conseguimos encontrar de forma bastante proeminente um forte movimento de resistência dos camponeses através das lutas por terra, água, soberania alimentar, justiça social, ou seja, existe uma contra-racionalidade que vem contestando a imposição da homogeneização do território.

As famílias que se organizam em torno da Chapada do Apodi e no Tabuleiro de Russas resistem contra o agronegócio que se instalou naquela região desde a década de 1980 e que nos últimos anos tem gerado morte e violência. Hoje essa região por grandes empresas do agronegócio que extrai da região toda matéria prima e faz uso indevido de agrotóxicos

contaminando vários canais de irrigação e provocando câncer nas pessoas e má formação genética em animais.

No perímetro irrigado Tabuleiro de Russas por exemplo, ressalta-se a notoriedade alcançada pelas lutas das comunidades (como exemplo a comunidade de Lagoa dos Cavalos e Assentamento Bernardo Marin-Russas) por produção orgânica e agroecológica, por terra, água e contra os agrotóxicos, reforçadas na formulação de uma articulação entre movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pastorais sociais, representações de trabalhadores, lideranças comunitárias e universidades, nomeada de Movimento 21, em referência ao assassinato de Zé Maria, liderança da comunidade de Tomé (Limoeiro do Norte), assassinado em 21 de abril de 2010 por sua atuação junto à associação de agricultores sem-terra desapropriados e em defesa dos direitos da população contra a contaminação por agrotóxicos na região.

No perímetro irrigado de Tabuleiro de Russas, evidenciam-se os embates das comunidades (Lagoa dos Cavalos, Junco, Barbatão, Córrego Salgado, Bananeiras, Escondidas e Peixe) junto ao DNOCS pelo direito ao reassentamento e à garantia das áreas de produção orgânicas e agroecológicas, bem como a persistência de assentamentos da reforma agrária que se recusam a serem sufocados pelo agronegócio que se avizinha.

É nesse território disputas em disputa que o campesinato se cria e (re)recria, não só na luta pela terra, mas, principalmente, na luta para continuar vivendo nela e na reafirmação de sua existência e dos modos de vida que a significam. A ameaça em perder a sua forma de reprodução social na terra de trabalho, em virtude das perspectivas de apropriação e expropriação promovidas pelos perímetros, repercute diretamente nas experiências de enfrentamento aos projetos do capital, resultando, portanto, numa potência de resistência que é, também, característica da reprodução do campesinato.

1.2 NA BUSCA DE UMA TEORIA

De porte da problematização da pesquisa, enfrentamos a questão básica na construção da pesquisa e do seu objeto, a reflexão sobre os instrumentos teóricos. Estariam os conceitos articulados com o objeto? A resposta a essa questão foi a adoção do desafio de colocá-los em ação, na constante tarefa de construir e desconstruir as certezas da pesquisa, ou continuamente saber o que explica e o que não se explica. Desse modo, a definição dos procedimentos foi marcada pela preocupação de não isolar os instrumentos teóricos da pesquisa empírica.

A partir de então nossa preocupação centrou-se na busca do significado mais profundo desta realidade percebida, isto é, a descoberta de sua estrutura, exigiu que se repletíssimos sobre a teoria existente e pertinente à temática. E por demais conhecido que a pesquisa propriamente dita se inicia a partir do momento em que se delinea o campo teórico com que há de operar. Mas a maneira como se articulam teoria e pesquisa, no decorrer do processo de investigação em ciências humanas²⁹, é questão ainda bastante controversa e aberta a discussões³⁰.

Na perspectiva metodológica adotada, a exigência de buscar a teoria a esta altura se definia pela necessidade de elaborar determinações abstratas com as quais se retornaria ao ponto de partida, visando apreendê-lo não mais naquele nível superficial de compreensão permitido pela percepção imediata, mas como um todo ricamente articulado e compreendido.

Nestas circunstâncias, a teoria só podia ser considerada com consciência humana da realidade percebida, que, como tal, “é reflexo e ao mesmo tempo projeção; registra e constrói, toma nota e planeja, reflete e antecipa; é ao mesmo tempo receptiva e ativa.”³¹.

Assim entendida a teoria passa a ter com a pesquisa propriamente dita uma relação dialética. Ela projeta antecipa a pesquisa, ao mesmo tempo em que reflete e registra seus resultados. Ela é, em síntese, elemento de mediação na busca do conhecimento.

A relação teoria e pesquisa, no processo de investigação não se fazem, portanto, através de fases estanques, como ocorre por exemplo, na concepção verificacionista da ciência onde uma hipótese é deduzida a teoria, e a pesquisa tem como objetivo testar a hipótese elaborada e, conseqüentemente, a teoria que lhe serviu como ponto de partida. Num tal esquema, a teoria é o início e o fim do processo cognoscitivo. O resultado é a elaboração de um conhecimento que não reflete a realidade, uma vez que esta passa a ser explicada através de princípios gerais e abstratos.

²⁹ CASTELLS, Manuel. Les Nouvelles **Frontieres de la methodologie sociologique**. In: information sur les Sciences Sociales. Vol. IX n. 6 dezembro de 1970.

³⁰ Em seu trabalho **o grau zero conhecimento**: o problema da fundamentação em ciências humanas Ivan Domingues afirma que na modernidade surge a existência de encontrar o começo absoluto ou o grau zero do conhecimento, mesmo no terreno da “sombra de certezas por aproximação” que Aristóteles dominou denominou em o domínio das coisas humanas. Domingues ressalta a ideia de que o discurso da ciência é formado a partir de um *corpus* de proposições cuja cadeia fundamentativa deve ser interrompida num determinado ponto, evitando a regressão *ad infinitum* que levaria da fundamentação a fundamentação à fundamentação infinitamente. Para Domingues esse ponto, o qual denominou de ponto arquimediano do conhecimento, seria um axioma, evidenciando a razão ou o princípio empírico (DOMINGUES, Ivan. **O grau zero do conhecimento**: o ponto da fundamentação em ciências humanas. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1999, p.46.

³¹ Kosik, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução Celia Neves e Alderico Toríblio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Quando se objetiva conhecer a realidade em si mesma, impõe-se a necessidade de considerar também os elementos que lhe darão a sua especificidade. Só assim é possível apreender a atividade objetiva do homem e conseqüentemente, chegar à estrutura condicionante da realidade percebida e definida como ponto de partida. Só assim, é possível ascender do abstrato ao concreto, isto é superar a “abstratividade” dos conceitos mediadores do processo de conhecimento e representar a realidade mais objetivamente.

A busca pela Teoria no processo de investigação resulta na crença que o cientista tem na existência de algo suscetível de ser definida como estrutura da coisa, a essência da coisa, coisa em si, isto é da crença que o cientista tem, na possibilidade de conhecer mais profundamente a realidade percebida. O papel do mediador que esta Teoria passa a desempenhar a partir daí resulta por sua vez da clara compreensão que o cientista tem, de que a estrutura da coisa percebida é o resultado da própria ação do homem, isto é o resultado da relação de forças entre classes sociais que se enfrentam de forma específica, em função de modos determinados de produção(KOSIK, 1976, p. 13).

Isto leva a concluir sobre a necessidade de se entender o processo cognoscitivo sobre a necessidade como algo inesgotável em si mesmo, num duplo sentido: de um lado, cada novo conhecimento adquirido, como resultado do esforço conjugado de reflexão teórica e observação da realidade, exige uma nova volta á realidade observada, em busca de um conhecimento mais profundo da mesma; de outro lado, cada nova realidade percebida exige uma retomada do conhecimento existente, como elemento mediador conhecimento, ao nível do concreto da referida realidade. Neste sentido, torna-se difícil delimitar em detalhes um trabalho de investigação científica. De uma parte, estes limites serão sempre uma secção de um processo cognoscitivo mais geral, realizado pelo sujeito investigador. De outra parte, os limites fixados representam apenas uma aproximação dos limites reais da investigação, uma vez que as categorias mais gerais, que a orientam, são meros instrumentos de análise da realidade a ser observada e representada concretamente. (D’INCAO, 1979, p.19)³²

Como secção de um processo cognoscitivo mais geral, este trabalho é a última etapa vencida no processo de investigação que teve seu início na percepção que os camponeses, mesmo em condições adversas, dentro de uma racionalidade hegemônica de territorialização do capital no espaço agrário conseguem conspirar além dos mares e sertões, superando diferenças, abismais da cultura, sociabilidade e tecnologia. Tendo inexoravelmente como marca de sua existência (re) criação a inquietude, pois de outra maneira naufragariam em

³² D’INCAO, Maria Conceição de. **O bóia fria**: acumulação e miséria. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1976.

mundo instável e conseqüentemente fatal e de incerteza profundas. Na Região do Baixo Jaguaribe(Ce), como em outras partes do Nordeste brasileiro onde acontece esse processo de territorialização do capital no campo sob o comando da agricultura empresarial, os camponeses permanecem, resistem, e lutam não tanto por suas supostas invariáveis mas, sobretudo, por seu modo de se transformar, por valores e projetos implícitos em suas múltiplas e complexas estratégias de sobrevivência.

Como tentativa de representar concretamente uma dada realidade, ele é orientado por um conjunto de proposições que resultaram das etapas já vencidas do referido processo. Um breve exame das etapas que o antecederam permitirá, portanto, compreender o proposto nesta etapa que ora se realiza.

Inicialmente a pesquisa bibliográfica se fez orientada pelo o intuito de avaliar a relevância do tema, dentro da problemática mais geral pensando numa abordagem que estivesse ancorada nas contradições e ambigüidades da modernização do campo em territórios de reserva no campo nordestino e qual o papel desempenhado pela classe camponesa nessa seara tão complexa e contraditória. Constatamos, através de um esforço conjunto de reflexão do conhecimento existente e de pesquisa que a Região do Baixo Jaguaribe (CE), representa em relação a problemática proposta, um universo estratégico, para a análise pois retrata com suas particularidades as condições que vem ocorrendo o processo de reprodução ampliada do capital no espaço agrário de regiões periféricas do globo.

Paralelamente contactou-se que o tema vem sendo objeto de investigação e (re)leitura crítica e por diversos pesquisadores³³ da América Latina, que na última década passaram a se articular através de redes de pesquisadores, e como isso estruturam um programa permanente de intercâmbios que tem beneficiado sobremaneira a produção e difusão científica na região sobre a questão agrária.

A partir da contribuição destas duas constatações, no sentido da busca de se compreender as estruturas do movimento dialético da reprodução do capital traduzidas nas inúmeras conflitualidades entre agronegócio e campesinato, consistia numa coerência na relação estabelecida entre a problemática definida e a problemática nos países de economias

³³ A partir de 2006, reunidos por intermédio do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLASCO), inúmeros pesquisadores do Brasil, Argentina, Paraguai, México, Bolívia, Peru e América Central, passaram a realizar trabalhos que fazem uma leitura crítica, revelando as conflitualidades produzidas pelas políticas neoliberais entre campesinato e agronegócio. Esses pesquisadores (Educação, Geografia, História, Sociologia e Economia) têm produzidos trabalhos que tem como objetivo discutir as semelhanças e diferenças das conflitualidades nas disputas territoriais entre agronegócio e campesinato no período atual. Os resultados dessas pesquisas estão sendo publicados em livros, revistas, e anais de congressos científicos nacionais e internacionais. Basta ver os resultados no crescimento de publicações brasileiras sobre essa temática em várias editoras, mais especificamente na Editora Expressão Popular.

periféricas. Tornava-se óbvio (o que de certa forma já era, mas cumpre aqui formalizar, e o esforço de formalização sempre deforma um tanto a realidade) que o conhecimento mais aprofundado da realidade percebida exigia o recurso do conhecimento elaborado sobre as formações sociais capitalistas, em especial sobre a dialética espacial da modernização do campo em áreas periféricas do mundo, com ênfase nas múltiplas determinações entre capital e campesinato.

Dessa forma, Paulino; Almeida (2010) elencam como primordial uma interpretação camponesa baseada nas dinâmicas econômicas do século XXI, utilizando os elementos conceituais escritos pelos autores clássicos no final do século XIX e início do século XX, uma vez que muito foi escrito sobre o fim ou irracionalidade desta classe, que permanece nos dias de hoje, como classe contraditória ao capitalismo.

Reinterpretar e ressignificar os conceitos forjados pelos pensadores clássicos da questão agrária é de fundamental importância para se entender os movimentos de reprodução camponesa e a sua relação com o capital. É nessa ordem, que muitos autores se dedicam a investigar, a partir da reflexão teórica, as dinâmicas que permeiam as contradições do campo brasileiro no século XXI.

Logo, é possível compreender a relação entre o capitalismo e o campesinato, uma vez que o “desenvolvimento do capital não se faz em sentido único, antes a sua reprodução ampliada se faz ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, (re)cria formas não capitalistas com vistas à extração da renda, via pilhagem, como forma de produzir capital” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 28).

A partir dessas premissas selecionou-se da literatura disponível, um arcabouço teórico que tivesse como finalidade buscar uma aproximação teórica para interpretar a *(re) produção do espaço* na complexa realidade do espaço agrário do nordestino, em especial na região do Baixo Jaguaribe, que apelamos para uma interpretação *dialética do espaço*³⁴, como a possibilidade de incluir a efetividade da modernização, sua negação e sua superação, simultaneamente; mediante a observação do fenômeno nos diferentes níveis sociais e escalas geográficas.

Ao fazê-lo, corremos o risco de não confundir essência e aparência do processo de sujeição das práticas cotidianas dentro da lógica do capital, mas, a partir dos testemunhos dos entrevistados, acreditamos na potência dessas aparências na vida dos sujeitos e enxergamos, nelas, contradições *no* espaço que têm a possibilidade de se tornar contradições *do* espaço.

³⁴.DAMIANI, Amélia Luisa. Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. In: **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume Especial 30 Anos (2012), p. 254-283

Nosso olhar tenta se debruçar sobre a região a partir da abordagem dialética marxista de compreensão do processo de territorialização como componente inerente da re-criação ou (re)campesinação como um movimento dentro da própria lógica do próprio sistema. Analisamos as todas estas mudanças como momentos distintos de um processo dialético pelo qual o capital vai tentando contornar a sua própria crise orgânica e estrutural, mediante a transformação das atividades produtivas, gerando transformações nas relações sociais mediante a destruição e subordinação das formas anteriores.

Tanto o surto de “modernização” de meados do século XX, quanto seu fracasso de finais deste século e começos do XXI, correspondem a momentos gerais da crise do capital que, entretanto, não conseguem fazer desaparecer completamente nem o campesinato, nem a campesinidade, já que ao nível das comunidades e na escala dos sujeitos, subsistem expressões e visões de mundo não acumulativas cuja existência implica o questionamento da efetividade do processo de transformação acelerada da sociabilidade e dos grupos humanos subordinados, na sociabilidade urbana industrial.

Em outras palavras, apesar de que na escala global, a produção agrária, camponesa ou não, contribua para a sustentação do capital, em escalas menores o avanço espacial da relação social capitalista não implica a destruição de outras formas de sociabilidade, mas (de modo dialético) sua recomposição (ou sua subordinação).

Acreditamos que o movimento do pensamento vai do nível da teoria ao nível da prática, e dos aspectos mais gerais aos mais particulares. Para tanto compartilhamos com Armando Vergés (2011, p. 1-2), quando defende que não podemos compreender um estudo do campesinato no século XXI sem tomar como ponto de partida o estudo de Marx. Desse modo sem apoio de uma compreensão crítica da economia capitalista, nada podemos dizer sobre a economia camponesa que se reproduz submetido ao capital global.

Pretende-se fazer uma leitura de Marx, a partir da leitura da exploração do trabalho camponês pelo capital. Portanto, sob a interpretação marxista de formação econômica e social, é fundamental entender o processo do capital através das contradições do desenvolvimento desigual. O campesinato mesmo sendo formado por relações de trabalho não-capitalistas, sua reprodução deve ser entendida a partir das contradições do capital e não como fruto da articulação entre modos de produção.

De acordo com Armando Vergés (2011, p.11-12), na tentativa de reconstruir teoricamente as mediações que colocam o sistema de trabalho camponês a serviço da valorização do capital, contaremos como dois apoios importantes: em primeiro lugar, Marx,

desenvolveu amplamente em *O Capital, as mediações lógicas* que nos permitem passar do conceito abstrato de produção simples de mercadoria ao conceito de produção mercantil capitalista; por outro lado, nos escritos do mesmo autor, é possível encontrar uma série de indicações que nos mostram as *mediações históricas* que nos levam a produção mercantil camponesa artesanal à produção capitalista desenvolvida. Em ambos os casos podemos conhecer a mesma orientação metodológica incalculável: a necessidade de desenvolver as mediações e não conectar direta e metafisicamente os termos.

No segundo momento tentaremos fazer uma aproximação à dialética marxista (de base hegeliana) na compreensão de fenômenos espaciais, para o qual utilizamos o trabalho de Henri Lefebvre. As leituras da “Lógica formal, lógica dialética” de Henri Lefebvre³⁵ e da “Condição pós-moderna, O novo imperialismo, Spaces of Global Capitalism: A Theory of Uneven Geographical Development e A produção capitalista do espaço”, de David Harvey. Nas suas obras Harvey propõe a construção de um arcabouço teórico sustentado na *teoria do desenvolvimento desigual e combinado* de quatro diferentes condicionalidades, de diferentes *status* epistemológicos: (1) a base material que envolve o processo de acumulação de capital na teia da vida socioecológica; (2) acumulação por espoliação (quando recursos pré-existentes – força de trabalho, dinheiro, capacidade produtiva ou mercadorias – são reunidos e postos em circulação como capital; (3) o caráter de lei da acumulação do capital no espaço e no tempo; (4) as lutas políticas, sociais e de classe numa variedade de escalas geográficas. E defende uma teoria uma concepção de teoria aberta: “(...) que reconheça o poder e a importância de certos processos que são especificáveis independente uns dos outros, mas que podem ou devem ser reunidos num dinâmico campo de interação” (HARVEY, 2006, p.76).

Estes trabalhos foram determinantes para entendermos o movimento geral do modo de produção capitalista. Posteriormente, a definição de uma dialética espacial irá tentar explicitar a questão da permanência do campesinato como modo de vida e forma de produção imersa dentro da relação social capitalista, embora contrastante com ela (sendo e não sendo, simultaneamente). Finalmente, aplicar-se-ão os postulados desta teoria ao caso específico do campesinato (ou os campesinatos) existentes na região do Baixo Jaguaribe.

A partir da discussão da problemática da reprodução camponesa como sendo algo intrínseco ao movimento do capital buscamos um arcabouço teórico metodológico que fornecessem possibilidades de conhecer o conteúdo da racionalidade das formações econômicas-sociais, em que o fenômeno se manifesta. Ora a racionalidade de uma sociedade

³⁵.LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho: Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

não se encontra na massa de fatos e fenômenos que aparecem na superfície, como fatos casuais de desligados entre si, mas sim quando por trás desses fatos se põem em evidência seus elementos e relações fundamentais constituindo uma totalidade ou conjunto de elementos e relações estruturados, ou seja, um sistema e uma estrutura.

Esta posição metodológica exige que se substitua o esforço estéril de encontrar uma correspondência entre os conceitos e de observações empíricas pela integração de conceitos de observações empíricas pela integração de conceitos e de observações num único conjunto diferenciado, mas no qual todos os elementos seriam religados por relações teoricamente significativas.

E mais, na medida em que, se entende a racionalidade buscada como a racionalidade da história real, isto é, da história que tem o homem como sujeito, este conjunto complexo de elementos e relações estruturados teria que vir necessariamente, referido às relações sociais de produção. Estas seriam, em última análise, entendidas como determinantes dos demais níveis da realidade, componentes do todo estrutural em que o homem atua. Tal determinação faria nos termos do Marx, quando afirma: “ Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem determinadas formas de consciência social”³⁶

O que se buscamos, portanto, como a escolha desse método de análise no campo das leis gerais, eram conceitos que, associados com a realidade que se tinha em vista – realidade percebida pudesse formar um conjunto teórico capaz de representa-lo como um todo complexo, no qual as relações sociais de produção desempenhassem, em última análise, o papel determinante. Este conjunto teórico seria tomado como uma espécie de hipótese e garantiria o necessário caráter mais sistemático da observação que se faria a seguir, ao mesmo que se orientaria a busca do conhecimento da realidade ao nível concreto.

Trazendo essa discussão para o plano específico da dinâmica do espaço agrário brasileiro, concatenando com o nosso objeto de estudo, tomaremos como base as importantes interpretações dos autores de José de Souza Martins³⁷, Manuel Correia de Andrade, Ariovaldo

³⁶ MARX, Karl. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. Traduções de Edgard Malagodi. São Paulo: Editora. Victor Civita, 1982.

³⁷ **As Temporalidades da História na Dialética de Henri Lefebvre**. In: MARTINS, J. S. (org.). Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo: Hucitec, 1996(b). 151p.

Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Eliane Tomiasi Paulino, Margarida M. Moura, Ellen Woortmann, Antônio Thomaz Júnior, Marta Inês Medeiros, que influencia diretamente o presente trabalho. Em síntese esses autores compartilham com o pensamento perspectiva Oliveira (2004) quando reitera “os camponeses, em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuar sendo camponeses” (p.35) e ainda “ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção” (p.36).

1.3 OS PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

1.3.1 A pesquisa bibliográfica

A teoria “[...] projeta e antecipa a pesquisa, ao mesmo tempo em que reflete e registra seus resultados. Ela é, em síntese, elemento de mediação na busca do conhecimento.” (D’INCAO, 1979, p. 18). Ainda conforme a autora, a relação entre teoria e pesquisa, no processo de investigação, não se faz por meio de fases estanques, como ocorre na concepção verificacionista da ciência, cuja hipótese é deduzida da teoria e a pesquisa tem como objetivo testar a hipótese elaborada.

Nesse sentido o primeiro procedimento metodológico que vai dá sustentáculo a pesquisa qualitativa foi à construção do arcabouço teórico metodológico. Esta por sua vez, apoia-se em autores que subsidiam a problemática levantada e os objetivos a serem atingidos.

A escolha do arcabouço teórico partiu da perspectiva de que seja necessário buscar o conhecimento mais amplo possível em termos históricos e geográficos e devemos romper com as perspectivas teóricas reducionistas, totalizantes e teleológicas. Para isso precisamos desenvolver uma abordagem dialética, que considere as formas, modos e estruturas como momentos específicos na conformação das relações sociais, definidos por diferentes processos ora contraditórios, ora complementares. “A abordagem dialética, entendida numa versão relacional, reúne elementos para avançar, nesse sentido na análise do movimento da sociedade e do desenvolvimento desigual do capitalismo em suas múltiplas determinações” (MARQUES, 2008, p. 67-68).

Partindo dessas premissas, para que pudéssemos desvelar as múltiplas e complexas contradições do movimento contraditório e combinado do modo de produção capitalista no Baixo Jaguaribe em tempos crise estrutural, buscando sempre estabelecer uma conexão entre a escala local a global tentamos fazer uma aproximação com à dialética marxista (de base hegeliana) na compreensão de fenômenos espaciais, para o qual utilizamos o trabalho de Henri Lefebvre. As leituras da “Lógica formal, lógica dialética” de Henri Lefebvre e da “Condição pós-moderna, “O novo imperialismo”, “Spaces of Global Capitalism: A Theory of Uneven Geographical Development” e “A produção capitalista do espaço”, de David Harvey nos ajudaram nesse sentido. E para ampliarmos ainda mais o debate sobre a territorialização do capital sob a égide da globalização econômica e seu rebatimento nos lugares da produção globalizada foram imprescindíveis as leituras dos trabalhos de David Harvey (2003, 2004, 2005, 2006, 2012), István Mészáros (2002, 2004, 2006, 2007, 2009), Milton Santos (1996, 2002).

Com relação a questão agrária a tese ampara-se em autores que refletem sobre a expansão do capital monopolista no espaço agrário e suas múltiplas feições e tentando trazer o enfoque para a o objeto de estudo. Nesse sentido, trabalharemos com interpretações, dos autores de José de Souza Martins (1979,1980, 1981, 1993), Manuel Correia de Andrade (1998), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1986, 1996, 1997, 1988, 1999,2001, 2002) Bernardo Mançano Fernandes (1998, 2008), Eliane Tomiasi Paulino (2008, 2010, 2012), Margarida M. Moura (1978,1986), Ellen Woortmann (1990, 1998, 2000) Antônio Thomaz (2002, 2004, 2006, 2009), Denise Elias (ELIAS, 2002; 2006a; 2006b; 2006c; 2007; 2011); Marta Inês Medeiros Marques (1994, 2004, 2005, 2008); Teodor Shanin (1976,1979,1980, 2008); Armando Bartra Vergés (2009, 2011); Rosemeire Aparecida de Almeida (2006, 2010), dentre muitos outros.

Para que aprofundássemos ainda mais sobre o fenômeno da expansão do agronegócio no nordeste brasileiro realizamos uma exaustiva pesquisas em livros, artigos, teses e dissertações onde levantamos um banco de trabalhos que discutem a temática na região nordestes por diversos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento como Geografia, História, Economia e Sociologia. Esses autores nos guiaram nessa longa trajetória de aproximação com o real tão dinâmico e complexo e difícil de captar.

1.3.2 Os sujeitos da pesquisa

A escolha dos sujeitos da pesquisa, ou seja, dos informantes não foi tarefa fácil. A dificuldade foi, sobretudo, de delimitar uma amostragem em cada município. Mas, logo, percebeu-se que, para compreender as metamorfoses sócio-espaciais, não era necessário um número exaustivo de informantes, mas, a escolha de sujeitos considerados “chave” que pudessem contribuir para o recolhimento de dados e, portanto, de informações para a efetivação da pesquisa.

A primeira visita de campo foi realizada no município de Limoeiro de Norte, momento que serviu para observar e conversar com camponeses, movimentos sociais locais e instituições que trabalham diretamente com a questão agrária na região de estudo. Também mantivemos contatos com professores da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE) agrônomos, representantes comerciais de produtos voltados para às atividades agropecuárias. A partir dessa visita, aos poucos foi se definindo o universo de sujeitos a serem qualificados como informantes da pesquisa. Muitos sujeitos que, inicialmente, pensava-se que poderiam ajudar com informações foram dispensados porque outras pessoas que poderiam contribuir mais. Nessa visita inicial foi possível também, por meio da observação direta e de conversas informais, obter informações importantes para pesquisa. Aos poucos, o universo de sujeitos foi sendo definido, tendo sido obedecido alguns critérios, em todos os municípios:

a) Proprietários de lojas de produtos voltados para a agricultura (insumos, equipamentos) e de empresas de assistência técnica (agrônomos, técnicos agrícolas) para angariar dados sobre o perfil dos empresários rurais, tamanho das propriedades das áreas de chapada, infraestruturas dos municípios para atender as atividades agrícolas. Esses informantes também contribuíram para a escolha dos produtores a serem entrevistados, bem como das propriedades a serem visitadas.

b) Trabalhadores agrícolas não rurais que realizam cotidianamente o trajeto do perímetro urbano de Limoeiro do Norte, Russas, Quixeré, Tabuleiro do Norte para o Projeto Jaguaribe Apodi e Tabuleiro de Russas, para trabalharem nas empresas do agronegócio; Camponeses que expropriados de suas terras passaram a morar para nas franjas urbanas das “cidades do agronegócio”; Camponeses que estão subordinados a lógica do agronegócio diante do processo de monopolização do território; camponeses que contestam o modelo do

agronegócio e através de mobilizações lutam e resistem permanentemente contra a privatização da terra e água; camponeses que através da luta contra o agronegócio conquistaram a terra (Assentamento Bernardo Marin localizado dentro do projeto Tabuleiro de Russas); as comunidades que se reproduzem mesmo diante do drama da (des)territorialização do capital promovidas pelo agronegócio.

c) Movimentos sociais que articulam o processo de luta e resistência camponesas na região do baixo Jaguaribe; instituições que desenvolvem atividades com os camponeses da região a exemplo dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Pesquisadores que trabalham a questão agrária na região.

O próximo passo, após a escolha dos sujeitos, foi eleger a quantidade de entrevistas em cada categoria, ou seja, uma amostragem. Sobre amostragem, Turato (2003, p. 351) faz a seguinte afirmação:

Nas pesquisas em que seres humanos são os alvos do estudo é impossível, por razões práticas, abordar todos os sujeitos que compõem o grupo de interesse do pesquisador, salvo quando o recorte do objeto de estudo compreenda comunidades numericamente tão restritas que o pesquisador tem condições temporais de conhecer cada um e condições intelectuais de aprender todos em seu trabalho. Como então só é viável conhecer parte do universo, seja em pesquisa quantitativa ou qualitativa, resta ao investigador recorrer ao que denominamos de amostra de sujeitos.

Na definição da amostragem observou-se alguns critérios estabelecidas por Minayo (2008, p. 197). São eles:

a) investir em instrumentos que permitam a compreensão de diferenciações internas e de homogeneidades; b) assegurar que a escolha do *locus* e do grupo de observação e informação contemplam o conjunto das experiências e expressões que se pretende objetivar na pesquisa; c) privilegiar os sujeitos sociais que detém os atributos que o investigador pretende conhecer; d) definir claramente o grupo social mais relevante, ou seja, sobre o qual recai a pergunta central da pesquisa; e) dar atenção a todos os outros grupos que interagem com o do foco principal, buscando compreender o papel de cada em suas interações; f) trabalhar num processo de inclusão progressiva das descobertas em campo, confrontando-as com as teorias que demarcam o objeto; nunca desprezar informantes ímpares e não repetidas, cujo potencial explicativo acabam por ser importantes na descoberta da lógica interna do grupo; h) considerar um número suficiente de interlocutores para permitir a reincidência e complementaridade das informações; h) certificar-se de que o quadro empírico da pesquisa esteja mapeado e compreendido.

Para o estabelecimento do número de sujeitos também utilizou-se a proposta da amostragem por saturação de Turato (2003). Conforme esse autor, na amostragem por saturação, o pesquisador fecha o grupo quando, diante das informações já coletadas com um determinado número de sujeitos, observa-se que novas entrevistas somente adicionarão

repetições de informações já coletadas. A partir da delimitação dos sujeitos e da amostragem, em todos os municípios pesquisados, foram realizadas entrevistas. A partir da delimitação dos sujeitos e da amostragem, em todos os municípios pesquisados, foram realizadas entrevistas estruturadas e semi-estruturadas.

As entrevistas estruturadas são caracterizadas pela elaboração prévia e criteriosa das perguntas. A lista de perguntas é chamada de formulário (GIL, 1999). Requer planejamento e operações específicas para o seu desenvolvimento.

As entrevistas semi-estruturadas constituem uma interação entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas), em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea. Esse tipo de entrevista foi usado porque possibilita a obtenção de outras informações além das previstas. Uma pergunta pode dar a chance ao entrevistado de fornecer novas informações ou complementar informações já oferecidas; também a resposta de uma pergunta pode levar o entrevistador à indagação sobre outras informações.

1.3.3 A pesquisa de campo

Considerando o trabalho de campo como uma etapa essencial da pesquisa, optou-se por fazer neste presente trabalho várias imersões a campo no decorrer do ano de 2013, 2014, 2015 e 2016. Respaldo no uso combinado de fontes testemunhais, documentais e bibliográficas, o estudo tem buscado informações em campo em dois momentos distintos. Inicialmente, adotou-se a exploração com roteiros de entrevista aplicados a atores aleatórios, procedimento flexível que permitiu transitar por pontos de observação à medida que se avançava no conhecimento do objeto de estudo. Posteriormente, utilizou-se a entrevista individual³⁸ estrutura e semi-estruturada, valendo-se da gravação e das notas de campo.

Em se tratando das pesquisas de campo nas comunidades é importante destacar que as entrevistas foram divididas em dois grupos; os camponeses que nunca se envolveram em trabalhos externos a comunidade e os camponeses que trabalham/trabalharam no agronegócio.

As entrevistas com o primeiro grupo aconteceu em situação no cotidiano dos agricultores em situações informais em visitas domiciliares às famílias na busca da “conversa”. Esta conversa estava permeada de observações singulares dos detalhes do modo

³⁸ A entrevista individual é um importante momento de interação social entre o pesquisador e o pesquisado em dado contexto social com um roteiro no mínimo semi-estruturado que permita ao pesquisador construir uma leitura do real (HAGUETTE, 1987).

de vida, como também da maneira a tornar os entrevistados mais espontâneos. Inicialmente buscou-se entrevistar líderes comunitários e partir desde fui colhendo outros camponeses que por sua vez indica outros. Esta metodologia é conhecida como “bola de neve”(MYNAYO, 1993). Em se tratando do segundo grupo de camponeses as entrevistas se deram nos dias de folga das empresas que geralmente se dão aos sábados e domingos.

Realizamos o primeiro trabalho de campo na Região do Baixo Jaguaribe de 08 a 13 de julho de 2013 no município de Limoeiro do Norte. Nesse primeiro contato com o objeto de estudo visitamos algumas instituições como a Cáritas Diocesana que tem desenvolvido um trabalho intenso de mobilização dos camponeses expropriados, onde entrevistamos dois agentes sociais da referida entidade. Também realizamos entrevistas com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Presidente da Federação dos Produtores do Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi (FAPIJA). Além das instituições mencionadas, nos aproximamos da problemática da expropriação camponesa através de visitas as comunidades de KM 69, Cabeça Preta (Limoeiro do Norte), e Tomé (Quixeré) todas elas situadas nas imediações do perímetro irrigado Jaguaribe Apodi. Ainda nessa visita técnica acompanhamos o movimento pendular dos camponeses que se deslocam da sede do município de Limoeiro do Norte para as empresas do agronegócio, onde realizamos conversas informais e começamos a organizar um banco de imagens. Conversamos também com proprietários de lojas que vendem produtos agropecuários, engenheiro agrônomo que trabalham na agricultura moderna.

A definição dos atores que seriam entrevistados no segundo momento aconteceu durante a fase exploratória, utilizando-se da amostragem (COSTA NETO, 1977; MARCONI & LAKATOS, 1990; COUTINHO, 2011). Ou seja, optou-se pela escolha deliberada dos atores que deveriam ser entrevistados a partir do julgamento do pesquisador sobre quais as fontes de informações seriam mais adequadas para fornecer as contribuições que permitissem alcançar os objetivos do estudo.

Em pesquisas qualitativas, quando a amostra é intencional, pode-se reduzir o seu tamanho sem a preocupação de que seja estatisticamente representativa da população. O importante é que os informantes sejam detentores das características e condições necessárias para fornecer informações que auxiliem o pesquisador a compreender a problemática em estudo. Assim, além de facilitar a solução de problemas práticos relacionados a tempo, recursos e pessoal, desde que se adote um critério razoável de julgamento, os resultados obtidos com a amostragem não probabilística intencional serão confiáveis. Com base nisso, é que se optou por entrevistar informantes-chave com o seguinte perfil: agentes internos

detentores da memória sobre a história local; agentes internos envolvidos no processo de construção e gestão da ação coletiva e dos espaços e recursos de uso comum; e, agentes e instituições externos que exercem ou exerceram papel estratégico em algum momento da trajetória das Comunidades.

Dessa forma, no período de 03 a 09 de novembro de 2013 realizamos de forma a segunda prática de campo. Priorizamos nessa visita técnica o Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas, onde visitamos as comunidades de Lagoa dos Cavalos, Junco, Barbatão, Córrego Salgado, Bananeiras, Escondidas e Peixe. A escolha dessas comunidades deveu-se ao fato das mesmas estarem encravadas dentro dos limites territoriais do perímetro irrigado e encontrar-se em permanente luta e resistência contra o processo de (des)territorialização em curso. Ainda no Projeto Tabuleiro de Russas visitamos o Assentamento de reforma agrária Bernardo Marin que fora fruto da luta dos camponeses da região contra à lógica do Agronegócio. Com esses sujeitos sociais realizamos e entrevistas semiestruturadas e conversas informais, foram importantes para obter informações sobre o modo de vida dos camponeses e sua permanente luta e resistência contra o agronegócio. Essas entrevistas foram feitas nas comunidades, aproveitando os dias de folga (sábado e/ou domingo) dos trabalhadores.

A terceira visita de campo ocorreu do dia 03 ao dia 10 de maio de 2014. É importante ressaltar que a referida visita técnica não estava programada, mas partir dela ampliamos sobremaneira o entendimento sobre o nossa da área de estudo. Através dos contatos que mantivemos com os movimentos sociais organizados tomamos conhecimento que um grande número de camponeses no dia 05 de maio iria realizar uma grande ocupação no Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi. De posse dessas informações nos deslocamos de imediato para a região 02 (dois) dias antes da ocupação, e dessa forma pudemos acompanhar de perto parte do processo de mobilização e ocupação do Perímetro Irrigado. No dia 05 de maio como programado presenciamos registramos os cerca de 1.000 (mil) camponeses³⁹ de toda extensão da Chapada do Apodi provenientes de várias comunidades (Tomé, Cabeça preta, Carnaúba, Lagoinha, Marcação, Lagoa da Casca, Sucupira, KM 60, Carrasco Grande, Ipu e Cercado do Meio) que ocuparam uma área ao lado do canal e barraram a água que seguia para uma área de 350 hectares, onde se instalou a multinacional (Del Monte) de fruticultura irrigada. A principal reivindicação era a liberação de 4 mil hectares de área irrigada para as famílias da Chapada do Apodi.

³⁹ Inicialmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra cadastraram cerca de 600 famílias, mas depois outras famílias foram se juntando a luta dos que já estavam acampados chegando segundo os dados do MST mais de 1200 acampados.

Essa visita de campo foi muito importante porque pudemos presenciar de perto desde a mobilização, a organização do assentamento, as negociações entre os assentados e o DNOCS, a pressão, dificuldades, conflitualidades vividas pelos camponeses no processo de luta por terra e água nas “terras do senhor”. Durante uma semana realizamos uma série de entrevistas com camponeses, com lideranças do MST e dos movimentos sociais que encamparam a luta e agentes sociais da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Como resultado dessa extensa jornada de campo, construímos um banco de fotografias, e entrevistas gravadas.

A quarta visita de campo ocorreu no dia 14 a 20 de julho de 2014. Depois do processo de ocupação três meses depois achamos interessante visitarmos novamente o acampamento no Jaguaribe Apodi para tentarmos compreendermos ainda mais o processo de luta e resistência dos camponeses bem como realizar entrevistas com outros atores sociais da região.

A quinta visita de campo ocorreu de 04 a 09 de setembro de 2016. Nesse período visitamos algumas comunidades tanto da Chapada do Apodi como do Tabuleiro de Russas que estão sendo desterritorializadas. Nessa oportunidade estivemos no Assentamento Bernardo Marin II e na Comunidade Lagoa dos Cavalos, na empresa Agrícola Famosa, na administração do Perímetro Tabuleiro de Russas, e Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Nesse período que estivemos na região conseguimos visitar as empresas Frutacor e Banesa a partir da explanação por engenheiro agrônomo da empresa conseguimos importantes informações para desvelar o processo de monopolização do território por parte dessa grande empresa produtora de banana para exportação. Além dos acampados entrevistamos camponeses que trabalham nas empresas do agronegócio. Com esses sujeitos sociais realizamos e entrevistas semiestruturadas e conversas informais, foram importantes para obter informações sobre as relações de trabalho. Essas entrevistas foram feitas nas comunidades e também nas cidades, aproveitando os dias de folga (sábado e/ou domingo) dos trabalhadores.

Todas as entrevistas tiveram o áudio gravado por meio de um gravador para análise dos dados posteriormente. O termo de consentimento livre foi apresentado e assinado pelos entrevistados no momento de cada entrevista. Em ambos os momentos, lançou-se mão também da observação simples, de conversas, materiais não oficiais e matérias em jornais, revistas especializadas, periódicos, livros e outras fontes.

1.3.4 A coleta de dados em fontes secundárias

Na abordagem qualitativa, tanto a coleta de dados quanto a sua análise devem ser feitas com rigor, para que os instrumentos utilizados proporcionem respostas à problemática levantada. Nesse sentido, de acordo com a problemática levantada, foi necessária a busca de dados em fontes primárias e secundárias. Os dados obtidos as fontes secundárias referem-se à produção agropecuária, à população, à estrutura fundiária, ao PIB (Produto Interno Bruto) e à produção irrigada, a exportação de frutas, entre outros.

Esses dados não são especificamente dos municípios da região do Baixo Jaguaribe; contemplam ora ou outra todo o estado de Ceará, a região Nordeste e também o território brasileiro, haja vista a necessidade de interlocução do local com o regional e o nacional. Para coletar esses dados, estamos recorrendo ao no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará (IPECE), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

No IBGE foram levantados dados concernentes à produção agrícola de 1970 a 2008, a estrutura fundiária, mercado de trabalho formal. As informações do período 1970 a 1995 estão contidas nos Censos Agropecuários. De 2000 em diante, são referentes à Produção Agrícola Municipal (PAM). Ainda no IBGE estão sendo coletados dados referentes à população nos Censos Demográficos dos municípios em estudo.

Também foi utilizada para a escrita da tese a fonte documental. Buscou-se informações em bibliotecas públicas: Universidade Federal do Ceará(UFC), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Banco do Nordeste (BNB), DNOCS, dentre outras. Muitos dados sobre as empresas estão sendo coletados nos *sites* oficiais e particulares que trabalham com a produção e exportação de frutas na região do Baixo Jaguaribe.

No que tange aos dados de fonte primária, estes foram compilados por meio de observação direta e indireta e de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, tendo, o trabalho de campo como elemento norteador dessas escolhas.

No tocante as fotografias utilizadas são apenas do período da pesquisa, mas são também do acervo de diversas entidades, mas utilizamos muitas imagens do banco de

fotografias da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, e dos jornais Diário do Nordeste e Jornal O Povo de períodos anteriores. Também serão utilizadas fotografias aéreas concedidas por órgãos públicos.

Outro recurso utilizado serão os mapas, adotados para localização, espacialização e também mapeamento de dados, da área de pesquisa, do Ceará, do Baixo Jaguaribe. Os mapas confeccionados especialmente para compor este trabalho foram elaborados a partir de cartas base do IBGE e outros assessoria públicos como a IPECE, COGERH, DNOCS, SUDENE, dentre outros órgãos públicos.

CAPITULO II

MODERNIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO CEARENSE

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido se desmancha no ar.” (BERMAN, 2001).

2.1 A INSERÇÃO DO CEARÁ NA LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE.

Os mecanismos de intervenção do Estado através de políticas públicas voltadas a “superação do atraso” na região Nordeste remontam o final do século XIX. Ainda no ano de 1909 é criado o primeiro órgão oficial de combate aos efeitos da seca, por meio do decreto nº 7619, a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), que em 1919 passa-se a chamar IFOCS, transformado no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no ano de 1945, assumindo o caráter de desenvolver estudos voltados ao aproveitamento dos recursos hídricos. É importante observar que nesse momento, a principal forma de intervenção centrava-se nas políticas de obras contra as secas, baseada em ações isoladas, especialmente na construção de barragens e açudes, motivo para que esse período ficasse conhecido como da Fase Hidráulica (ELIAS, 2002, p.22).

Em 1948, há um indicativo na condução do processo de planejamento regional com a criação da Comissão do Vale do São Francisco, hoje Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco Parnaíba (CODEVASF) que tinha como premissa a promoção do desenvolvimento nessas áreas (ALBANO, 2011).

De acordo com Denise Elias (2001), a fase hidráulica possibilita através da construção de açudes por todo Nordeste possibilitou a perenização de alguns rios. No Ceará, o rio Jaguaribe passou a receber um fluxo contínuo de água provenientes do açude Orós. Com isso possibilitou o desenvolvimento de uma agricultura irrigada na planície aluvial, de pequenas dimensão técnica e econômica que era quase que exclusivamente voltada para a subsistência.

É importante ressaltar que a fase hidráulica também serviu para a preservação da estrutura fundiária regional, extremamente concentrada, de base técnica de produção, mantendo intocável também “a força política das oligarquias agrárias, que se sustentavam com a difusão da “indústria da seca” explorando a miséria nordestina, base para a formação e manutenção do clientelismo que legitimava localmente o poder central”(ELIAS, 2001, p.8).

Todavia, o processo de acumulação através do modelo de industrialização sugerida no pós-guerra desencadeou no Brasil, assim como em toda a América Latina um complexo debate teórico e ideológico. Por um lado, com a disputa interimperialista dos países ricos por novas áreas de expansão do capital nos moldes do desenvolvimento industrial tecnológico; e por outro a preocupação ideológica com o avanço das propostas comunistas insurgidas na

União Soviética exigia uma redefinição da divisão internacional do trabalho, transformando as relações entre os chamados países centrais e os países periféricos.

De acordo com Azar (2013)⁴⁰, havia a necessidade premente de abrir novas fronteiras para o capital e ampliar o universo do “mundo industrializado” para economias até então meras exportadoras de matérias-primas. A América Latina, e particularmente o Brasil, apresentava condições muito apropriadas ao combate à tendência da queda de lucros, aspecto central para definição destas novas áreas, pois oferecia abundância em força de trabalho, exigência de baixos salários e oferecia suas matérias-primas a preços muito baixos. Outro importante aspecto para a escolha das novas áreas no ajuste espaço-temporal era a estabilidade política dos países candidatos, fator este cumprido de forma determinante pelo governo militar estabelecido na região (AZAR, 2013).

Nesta perspectiva, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, foi criada pela Organização das Nações Unidas para desempenhar importante papel na construção teórica do desenvolvimento como uma condição da autodeterminação nacional, ao mesmo tempo em que camuflava seu sentido ideológico enquanto instrumento de medidas de acumulação capitalista.

Em termos teóricos, o pensamento cepalino exerceu e continua exercendo influência junto a importantes grupos políticos e econômicos brasileiros no período pós-guerra. Por exemplo, na política econômica brasileira, pode ser observada a influência cepalina no Plano de Reabilitação da Economia Nacional e Reparcelamento Industrial, proposto pelo segundo governo de Vargas; no Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek; e no Plano Trienal de Desenvolvimento, de João Goulart, dentre outros.

Criada em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a CEPAL tinha por objetivo principal a cooperação econômica entre os países e Estados que a compunham, contava na América Latina com um importante grupo de intelectuais que se dedicavam a compreender a situação de subdesenvolvimento da região. Sua tese central partia de uma concepção do sistema econômico organizado na relação centro periferia, o que significa dizer a relação entre países industrializados, com avanço tecnológico e países não industrializados, sem acesso a tecnologias modernas (AZAR, 2013).

Na concepção cepalina esta relação tinha por base os traços fundamentais de cada organização produtiva. Com um desenvolvimento econômico caracterizado por um atraso inicial devido ao lento progresso tecnológico, os países periféricos apresentavam como traços

40

fundamentais a produção especializada e heterogênea. No que se refere à especialização produtiva, significa que havia uma produção centralizada em produtos do setor primário destinados à exportação, que apresentava grande importância na economia do país, porém, apesar da grande quantidade de exportação deste tipo de produto o país sofria uma grande carência de bens e serviços, cujo atendimento era realizado, em sua grande maioria, através da importação.

Portanto, no período pós-guerra, com a crise capitalista de 1929, o Estado brasileiro entra efetivamente no contexto desenvolvimentista orientado pelos países industrializados ou centrais, reiterando então, as relações dos países periféricos com os centros capitalistas na divisão internacional do trabalho, cuja base é a dependência, o que dá sentido à concepção de desenvolvimento e suas consequências.

É nesse contexto, que em 1960 o Estado passa a atuar, de forma mais incisiva no processo de planejamento da região Nordeste, com vistas a fornecer as condições socioeconômicas para a reprodução ampliada do capital na região. Nas palavras de Bursztyn (1984), é quando o Estado brasileiro deixa de ser autoritário por omissão para tornar-se autoritário ativo. A fim de efetivar seus propósitos, o governo central cria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Através da coordenação de Celso Furtado, cria os chamados Grupos de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, que elabora um diagnóstico sobre a realidade nordestina, com vistas a intervenção na região, por meio da atuação da SUDENE, voltada, prioritariamente para a industrialização. Uma das propostas centrais do relatório do GTDN (como ficou conhecido aquele documento) era estimular a industrialização no Nordeste como forma de superar as dificuldades geradas pela velha base agroexportadora nordestina.

É com a criação da SUDENE e, mais especificamente, com a aprovação do seu primeiro Plano Diretor, em 1961, que o Estado começa a agir mais sistematicamente, de forma planejada, no Nordeste... É nesse clima que o governo de JK cria o GTDN (Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste), sob a chefia de Celso Furtado, cujo relatório final redundou na criação da agência de desenvolvimento regional. (BURSZTYN, 1984, p. 23)

De acordo com a economista Tânia Bacelar (1984), a criação da SUDENE, inicialmente, a criação de um centro autônomo de expansão manufatureira, mediante incentivos para a criação de indústrias de base e indústrias que aproveitassem matérias-primas regionais; mas que na prática tal crescimento industrial do Nordeste apresenta-se com duas principais características: dependência e complementariedade com relação à indústria do

Sudeste. Tal dependência pode ser evidenciado, desde os recursos que financiaram este crescimento, aos mercados que se destina à produção, o fornecimento de insumos e a compra de equipamentos, levando-a a concluir que:

(...) a opção pelo Nordeste foi tarefa das grandes empresas, nacionais e transnacionais, já atuantes no mercado brasileiro; com isso, os principais beneficiários do crescimento industrial no Nordeste foram às grandes empresas, o grande capital, nacional e transnacional, que se expandiram em direção ao Nordeste aproveitando o sistema de incentivos atraídos, alguns, pelas matérias primas locais, dentre outros aspectos. (BACELAR, 1984).

Este quadro demonstra, mais uma vez, que a economia nordestina não é autônoma, e o processo de industrialização não podem ser entendidos a partir dos estreitos limites da região. Para compreendê-lo é preciso buscar elementos na dinâmica geral do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, nos últimos anos. E sua integração à economia nacional e internacional.

Para Silvio Maranhão (1984) a criação da SUDENE é fundamental, não apenas a partir do processo de industrialização em si, mas a partir da atuação incisiva do Estado, no que tal atuação concretamente representou para a região. Para tanto parte do princípio central do duplo caráter do Estado: ao mesmo tempo instrumento de classe e mediador de conflitos. O Estado deve ser compreendido a partir de dentro da sociedade civil, embora em suas formas institucionais objetivas pareçam estar, acima da sociedades (SOUZA, 2009, p.14)⁴¹.

Segundo Souza (2009, p. 15) duplo caráter se expressa no fato de que o Estado incorpora, por um lado, o conteúdo de um sistema de dominação que articula forças sociais desiguais e de outro, através de suas atividades formais – o planejamento – procuram colocar-se acima destes interesses sociais na medida em que proclama servir a sociedade, ou a região. Entretanto, é preciso destacar que a “lógica do planejamento regional” não ocorre de forma retilínea, ou neutra, depende, diretamente, do movimento das classes sociais que lhes dão conteúdo. A respeito dessa dualidade e dos interesses antagônicos do estado, vejamos as explicações de Bursztyn (2003, p.78):

A SUDENE, que foi concebida como bastião da implantação de um processo de desenvolvimento de longo prazo, sofreu graves revezes: a possibilidade de uma reforma agrária na Zona da Mata foi abortada pelo golpe militar de 1964; a industrialização por meio de incentivos fiscais revelou-se uma falácia que favoreceu mais investidores oportunistas do que a região; a questão hídrica não foi equacionada; o fosso que separava o Nordeste do Centro-Sul aumentou; a identidade de “região-problema” foi eclipsada pela magnífica mobilização de opinião pública nacional e internacional em torno da “questão amazônica”, que emerge nas agendas

⁴¹ SOUZA, Suzane Tosta. As investidas do capital no campo através das ideologias do “desenvolvimento” e da “modernização”. **Para Onde!?**, v. 3, n. 1.

ambientais a partir dos anos de 1980. Capturada por elites inescrupulosas, a SUDENE tornou-se foco de mazelas administrativas e estigma de incompetência e corrupção. No bojo da maré desestatizante e da perda de legitimidade da função de planejamento governamental, a agência acaba sucumbindo.

Francisco de Oliveira (1981) reforça na sua análise, as relações do Estado brasileiro com a sociedade nordestina e brasileira propiciadas pelo estudo da emergência do planejamento regional – representada, principalmente pela SUDENE; em que este “planejado” não é senão uma forma transformadora do conflito social, e sua adoção pelo Estado em seu relacionamento com a sociedade é, antes de tudo, um indicador do grau de tensão social do conflito, envolvendo as diversas forças e agentes econômicos, sociais e políticos; não podendo ser encarado como mera aplicação técnica de recursos, mas um marco do sistema capitalista de produção, garantindo a racionalização da reprodução ampliada do capital. Por isso, o planejamento não pode realizar a superação da contradição básica do sistema capitalista (SOUZA, 2009).

Cabe destacar, que a SUDENE ao centrar-se na perspectiva da industrialização, embora toque, vagamente, em sérias questões sociais que afetam o Nordeste – a exemplo da concentração fundiária, de fato cria as condições para a expansão capitalista no Nordeste, voltada ao fortalecimento de uma economia nacional – puxada pelo Sudeste brasileiro, com destaque para o Estado de São Paulo, agravando as questões sociais que priorize as necessidades da classe trabalhadora, via intensificação das contradições entre capital versus trabalho. Mas os trabalhadores resistem, com destaque, no Nordeste, a atuação das Ligas Camponesas, em que os conflitos de classes se exacerbam e o Estado mediador se fez presente (SOUZA, 2009).

Vale ressaltar que ainda de forte intervenção do estado no planejamento regional também foram inúmeras outras instituições visando a intervenção planejada do governo central do Nordeste brasileiro, tais como o Banco do Nordeste(BNB), Companhia do Vale do São Francisco (CODEVASF), assim com um conjuntos de infraestruturas tanto no espaço urbano como rural.

Diferentemente de como se dera até então em períodos anteriores à atuação do governo federal no espaço agrário nordestino, passa a se efetivar com a implementação de inúmeras políticas públicas com vistas a expandir as condições técnicas econômicas necessárias a modernização agricultura as áreas consideradas atrativas para o capital, denominadas *exército de lugares de reserva* (HARVEY, 2005).

De acordo com Albano (2011), quando da realização dos diagnósticos visando a elaboração de Planos Diretores da SUDENE, a irrigação foi apontada como instrumento de expansão das forças produtivas no campo, pois poderia a produtividade no semiárido. A partir deste aparato técnico o discurso em voga pelo Estado era o de superar a condição de atraso, que era medida pelas condições naturais de semi-aridez existente na maior parte da região. O discurso da superação da condição de “atraso” passa a se apoiar na elaboração de projetos e execução de programas de irrigação, a fim que se pudesse “sanar” as “deficiências” hídricas.

Em 1968, a criação do Grupo Executivo para a irrigação e Desenvolvimento Agrícola (Geida), definiu-se a política de irrigação para o Nordeste e o Geida foi sendo absorvido, em etapas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PNDs).

O primeiro Plano Diretor (1961-63) visava ao aproveitamento racional dos recursos hídricos, à reestruturação da economia agrícola, à racionalização do abastecimento e a uma política de colonização. Esse Plano deu maior ênfase à infraestrutura, principalmente a estradas, energias e comunicações, para possibilitar que posteriormente se realizasse um grande volume de investimentos na região.

O segundo Plano Diretor (1963-65) institucionalizava o Crédito Rural, vinculando a este a compra de insumos agrícolas, como agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e maquinário. Além disto, esse Plano também ampliou o Sistema de Incentivos Fiscais, dando permissão às pessoas jurídicas de deduzirem até 50% nas suas declarações de rendas, para aplicação em projetos agrícolas. Todavia, no meio desse Plano Diretor ocorre o Golpe Militar (1964) e com ele a mudança da estratégia de desenvolvimento regional para o Nordeste. Faz-se sentir, após o golpe, uma crescente diminuição do poder institucional da SUDENE e a implantação da Modernização Conservadora no campo, com a inviabilização da reforma agrária (ALBANO, 2011).

É nessa perspectiva, que a SUDENE passou a financiar projetos de irrigação em áreas específicas do semiárido nordestino, dotadas de vantagens locais a exemplo: do Vale do Rio São Francisco, em Pernambuco; do Vale do Açu e Apodi-Mossoró, no Rio grande do Norte; do Vale do Jaguaribe, no Ceará e das Várzeas do Sousa e Pombal, na Paraíba.

Ante a crise orgânica do capitalismo neoliberal a partir das décadas de 1980, o capital tem vivenciado uma crise de acumulação que tem exigido sua reestruturação, processo que visa, a um só tempo, recuperar o ciclo produtivo e o processo de acumulação e controlar a conflitualidade social emergente (ANTUNES, 2002, p. 34). Com isso, notável um acelerado

processo de transformações de diversas naturezas, magnitudes e complexidades, com renovados arranjos no sistema produtivo com rebatimento na ordem global.

Alicerçado na arquitetura da globalização o capitalismo intensifica o processo de reestruturação da produção e do território de todos os países, muda-se o funcionamento do mercado internacional, depara-se com os graves problemas de ordem organizacional das empresas e nas novas formas de produzir e de distribuir. Além disso, passa a serem exigidas novas regulações, tanto ao nível internacional, quanto no interior dos países. O regime de acumulação fordista em crise, exige agora mais do que nunca aplicações imediatas no processo de produção, distribuição e consumo das mercadorias.

As condições favorecidas pelo surgimento de técnicas novas em vários campos da vida – transportes, produção, informação, a partir da integração de capitais, industriais, bancários, agrários, com a organização de conglomerados empresariais por meio de fusões, reorganização de holdings, carteis, trustes – amplia-se a integração entre os mais longínquos recantos do mundo, de acordo com as suas potencialidades de cada território, atribuindo, por sua vez, importância relacional entre países e diferentes regiões. Para Harvey (2012), o princípio número um do sistema do capital é ultrapassar todos os limites geográficos para acumulação, sendo assim, o desenvolvimento geográfico desigual que resulta é tão infinitamente variado quanto volátil.

Pode-se convincentemente argumentar que a “força bombeadora” do capital, que extrai o trabalho excedente, não conhece fronteira (embora tenha limites estruturais, que as personificações do capital recusam, e devem recusar, reconhecer), e assim pode-se corretamente considerar que tudo o que se puder imaginar como extensão quantitativa da força extratora de trabalho excedente corresponde à própria natureza do capital, ou seja, está em perfeita sintonia com suas determinações internas. Em outras palavras, o capital ultrapassa infatigavelmente todos os obstáculos e limites com que historicamente se depara, adotando até as formas de controle mais surpreendentes e intrigantes - aparentemente em discordância com seu caráter e funcionalmente “híbridas” – se as condições o exigirem. (MÉSZÁROS, 2009, p. 103).

Como parte desse grande conjunto mundial, a reorganização do capital mundializado, coube à região periférica do sistema global, especialmente ao grupo de países de economias periféricas a produção de bens primários. No caso do brasileiro a Região Nordeste torna-se um dos pontos dinâmicos dessa estratégia de reprodução ampliada do capital para produção agrícola moderna. Naturalmente que essa adesão acontece com intensidades e complexidades distintas, para isso a inserção entre o novo e o velho, o poder do Estado e do mercado, a forma

de interação entre novos fatores da produção e os elementos de estruturação do espaço, a resistências dos camponeses e movimentos sociais (ELIAS, 2006, p.27).

De acordo com Elias (2006) até a década de 1980, o conjunto da agropecuária nordestina permaneceu praticamente inalterado, a partir de então se vislumbra à ocupação de novas fronteiras pelo agronegócio em lugares específicos dessa região. Sob a nova lógica de organização dos territórios, alguns lugares de reserva do semiárido e dos cerrados nordestinos se inserem de forma subordinada à produção agropecuária intensiva baseada fortemente no modelo econômico nas últimas duas décadas do século XX, cujo ápice teve lugar durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-2002).

O fenômeno da atual globalização, adota estratégias de reprodução de uma nova racionalidade econômica no campo, cuja centralidade encontra-se a exploração irracional dos recursos naturais, submissão de toda a população aos ditames dos grupos econômicos, dos grandes conglomerados nacionais e internacionais, acirramento do neoliberalismo, da diminuição e se não eliminação completa, do papel do Estado na condução da economia, houve a intensificação das precarização das relações de trabalho, sujeição formal do trabalho, privatização dos recursos naturais terra e água para a realização da produção de uma monocultura de exportação para os denominados mercados globais. Denise Elias (2002, p.19) ratifica essa realidade:

Alguns espaços agrícolas do Nordeste, vem sendo afetado por um processo de reestruturação produtiva da agropecuária, resultante da resultante da intensificação das relações econômicas tipicamente globalizadas. Isto significa dizer que esta reestruturação produtiva se deu de forma seletiva, gerando um processo heterogêneo, em áreas espacialmente restritas, especializadas em determinados produtos, o que corrobora com o avanço do capitalismo no campo, mas deixa à margem a maior parte das comunidades camponesas. Neste sentido, a entrada do nordeste na rota da capital mundial impactou de forma profunda o campo, complexificando e reconfigurando a questão agrária.

Ajustando-se a esse movimento do capitalismo cada vez mais dinâmico, o território nordestino sob a égide da globalização econômica passa a experimentar uma crescente de modernização de algumas áreas seletivas do espaço agrário. Diante desse contexto, pode ser evidenciado aprofundamento da Nova Divisão Territorial do Trabalho diretamente vinculada à ação do capital apoiado pelo Estado no desenvolvimento de atividades altamente lucrativas, numa gama cada vez mais ampla de subespaços econômicos anteriormente considerados hostis ao desenvolvimento econômico, como o caso do semiárido e cerrado nordestino, mas que hoje são vistos como verdadeiros polos dinâmicos, frentes de expansão, pontos

luminosos, manchas ou focos, (ARAÚJO, 1997,1999; ELIAS; 2006), rematando o que afirma Tânia Bacelar (2001, p.11).

Nos anos recentes, movimentos importantes da economia brasileira tiveram repercussões fortes na região Nordeste. Tendências da acumulação privada reforçadas pela ação estatal, quando não comandadas pelo Estado brasileiro, fizeram surgir e desenvolver no Nordeste diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo em grande parte responsáveis pelo desempenho relativamente positivo apresentado pelas atividades econômicas na região. Tais estruturas são tratadas na literatura especializada ora como “*frentes de expansão*”, ora como “*pólos dinâmicos*”, ora como “*manchas ou focos*” de dinamismo e até como “*enclaves*.”

A difusão do agronegócio no Nordeste fruto do processo de fragmentação do espaço agrícola onde a existência de uma agricultura moderna resultado da adequação ao padrão balizado pela agricultura científica (SANTOS, 2000; ELIAS, 2003) tem sua expressão espacial em forma de pontos específicos do território nordestino.

Estas áreas serviram de modelo ao processo de transformação da estrutura produtiva de caráter regional baseada na agricultura de subsistência, na pecuária e no extrativismo vegetal para dar lugar também a produção de produtos de maior valor agregado tais como a produção de frutas *in natura* (manga, melão, uva e banana) e da soja. Dentre as áreas de maior destaque no agronegócio no Nordeste podemos citar: sul do estado do Maranhão, sudoeste do estado do Piauí e oeste da Bahia na produção de grãos, especialmente a soja; o Vale do Jaguaribe, no Ceará, Vale do Apodi-Mossoró e do Açu no Rio Grande do Norte, e as microrregiões de Petrolina (PE) e Juazeiro(BA), no Vale do rio São Francisco na produção de fruticultura.

Os espaços de modernização agrícola experimentam um período de expansão da agricultura empresarial, pois foram afetadas por políticas de valorização do caráter redentor da atividade do agronegócio. Em breve análise dos documentos públicos das instituições de planejamento e gestão para o setor da agricultura é possível perceber uma política de empreendedorismo rural na qual os respectivos governos estaduais parecem mesmo participar de uma feira mundial de anúncio das potencialidades da região destacando as possibilidades de oferta de recursos naturais, da existência de um clima favorável e da ampla e irrestrita oferta de mão-de-obra. Tudo isso mediante portentosos investimentos em infraestrutura e de incentivos fiscais não obstante o fato de muitas destas microrregiões estarem encravadas em áreas de extrema pobreza.

As microrregiões de expansão do agronegócio apresentam alguns processos gerais na organização de seu território destacados por vários estudos (BEZERRA; 2011; ALVES, 2006; ELIAS, 2006b; FERREIRA; 2006; MORAES, 2006; MUNIZ, 2004; RAMOS, 2001). Estes devem ser lidos levando em consideração a diferença destes eventos no espaço e no tempo e que aqui consideramos juntos apenas enquanto exercício de análise e reflexão. Dentre os principais processos gerais identificados nas microrregiões analisadas podemos destacar: o uso comercial das terras em virtude da existência de condições naturais favoráveis; o apoio indelével do Estado na construção de um novo panorama para a dinamização das economias regionais; mudança na estrutura produtiva e o crescimento da iniciativa privada com o aumento do número de empresas no setor da agropecuária; aquecimento do mercado de terras; desenvolvimento de uma agricultura conectada aos novos parâmetros de modernização tecnológica.

Todas estas dinâmicas foram suscitadas pela presença de investimentos de grupos privados nacionais e multinacionais que dinamizaram não só a estrutura produtiva das microrregiões do Nordeste, como também alteraram as relações sociais de produção tanto no campo como nas cidades. Nesse ínterim, o quadro para o mercado de trabalho regional tem sido desde então o do aprofundamento das relações de trabalho capitalistas mediante a venda da força de trabalho pelos camponeses que em sua grande maioria são desprovidos dos meios de produção consubstanciando, assim, o conflito entre a *terra de trabalho e a terra de negócio* (MARTINS, 1991).

O atual contexto expressa a intensificação das relações de trabalho na perspectiva de garantir a acumulação do capital monopolista no espaço agrário. Assim, a região Nordeste, encontra-se literalmente mapeada e dividida regionalmente por atividades produtivas de interesse do grande capital, sendo merecedora de destaque a contradição que permeia tal processo, pois, se por um lado, a considerada grande produção adota modelo tecnológico avançado, designando-lhe conotação de modernidade, por outro lado, esta modernização produtiva apresenta-se apenas no aspecto tecnológico, posto que as condições sociofinanceiras da região se viram pouco alteradas, a força de trabalho não recebeu seu “quinhão”, prometido este pela retórica do modelo de desenvolvimento adotado nas últimas décadas.

Nas palavras de Burszty (2003, p.76), não mudou muito o foco das políticas públicas para o Sertão. E não mudou muito a situação do Sertão. O Nordeste não virou a Califórnia americana, como se prometia nos anos de 1970. Passadas três décadas de investimentos em

irrigação pública, o modelo de modernização do velho sertanejo, que seria transformado em *farmer*, revelou-se um fiasco. A redenção do semiárido não ocorreu. Experiências exitosas de perímetros irrigados, envolvendo pequenos produtores, revelaram-se efêmeras quimeras.

2.2 A OFENSIVA DO SETOR AGRÁRIA/INDUSTRIAL PARA INSERÇÃO DO CEARÁ NA LÓGICA DO SOCIOMETALISMO DO CAPITAL

A inserção do Estado do Ceará na dinâmica produtiva do circuito do capital internacional e, de forma especial na exploração de seus recursos naturais têm se dado desde os tempos coloniais, desde sempre o Ceará cumpriu seu papel importante na dimensão produtiva do além fronteiras, seja na fase de ocupação e formação territorial, de desenvolvimento, seja na atual fase imperialista do capitalismo, e o termo comum em todas elas foi o atendimento às demandas exógenas, ou seja, em todo processo histórico, o estado teve sua inserção na dinâmica econômica nacional e internacional de forma subalternizada, e dependente, negligenciando-se a si mesmo, negando-se a responsabilidade de si, da necessidade de olhar para si, de defender-se das investidas e interesses externos. A primazia dada pela economia estadual foi ao atendimento das necessidades para a acumulação do capital, negligenciando no processo, as necessidades da sociedade local.

Nesta perspectiva, o cumprimento do atual papel do Ceará na Divisão Internacional do Trabalho, ou atual rota da mundialização do capital, encontra-se devidamente articulado ao cumprido papel ainda nos tempos do seu processo de ocupação, organização inicial do espaço pelos portugueses. Nesse período que se inicia com a ocupação e se estende até século XVIII, os fluxos eram intensos, embora mais lentos, vistos que os interesses se voltavam mais a pontos naturais, em que havia recursos para sua subsistência, com limitadas instalações criadas pelas comunidades tradicionais (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011).

A expansão marítima que resultou no “ocasional” desembarque na Terra de Santa Cruz, tinha outro objetivo que não o de fortalecer os interesses da elite imperial portuguesa na busca de riquezas em detrimento dos povos nativos. E quando não encontravam riquezas usavam da barbárie para se apossarem dos territórios. Esse processo “que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno” (PRADO JR, 1999, p.20), ou o mundo do capital. E, embalados pela nova ordem, grupos europeus singraram temidos e desconhecidos mares em busca da fortuna a ser alcançada com a

acumulação expropriatória. À medida que os colonizadores foram desconstruindo o território indígena, recriaram outro, seguindo os interesses dos criadores de gado usurpadores das terras (LIMA, 2006). E, numa dinâmica insana chegaram ferindo e sangrando as veias das novas terras. E, estas novas terras eram:

a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. (GALEANO, 1981, p.14).

A América Latina passou a ter suas veias abertas, expostas, por onde correm suas finitas riquezas: minérios, fauna, flora e vidas. Do Brasil levaram o pau de tinta abrasado, precioso para o vermelho das roupas elegantes da nobreza; animais e plantas exóticas; exploraram ouro e prata; fizeram a terra produzir cana-de-açúcar, café, arroz, algodão. Hoje, no caso o Ceará levam os tantos de minerais; e fazem a terra produzir frutas, flores e camarões. E, na divisão internacional do trabalho, conforme afirma Galeano (1981, p.05),

A América Latina aperfeiçoou suas funções. [...] a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte de reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matéria-prima e alimentos, destinados aos países que ganham, consumindo-os mais do que a América Latina ganha produzindo-os.

E, se antes o que era expropriado das terras brasileiras para alimentar e enfeitar nobreza europeia, hoje é, essencialmente, para alimentar, supermercados e hotéis de alto padrão mundo afora.

De acordo com Lima (2012, p.01), a ocupação inicial do território cearense esteve associada notadamente em decorrência da pecuária extensiva desenvolvida no sertão através duas rotas de penetração: uma vinda de Pernambuco pelo baixo curso do rio Jaguaribe e a outra, procedente da Bahia, vinda pelo alto curso. As grandes fazendas aí estabelecidas eram utilizadas para a pecuária extensiva, produzindo charque, para o abastecimento áreas canavieiras do Nordeste Oriental, e para a comercialização nas áreas de mineração da Bahia e Minas Gerais (ANDRADE, 1975). Neste histórico, o Ceará se integrou de forma efetiva ao sistema colonial, principalmente na forma de organizar a produção agrícola e pecuária destinada à exportação, o que, apenas com novas configurações é realizado atualmente.

Em fins do século XVIII e primeiros decênios do século XIX, o Ceará se insere de forma efetiva na Divisão Internacional do Trabalho em decorrência da produção de algodão

para abastecer os mercados têxteis americanos em pleno ápice da Guerra Secessão. Outro modo de produção redefine as relações sociais e econômicas exigindo outra estrutura que na época atenda e dinamize as atividades de produção e circulação. Fundam-se os dois pilares da economia e da cultura dos sertões, com forte rebatimento nas cidades (ELIAS;PEQUENO, 2013).

O binômio gado-algodão foram partes embrionárias da montagem do parque industrial cearense, montados precocemente desde as charqueadas e as oficinas de tecelões (AMORA, 1995). Somente mais tarde, a Sudene, reforçaria o modo de produção industrial como uma terceira fase das atividades produtivas do Ceará. Como com isso, evidencia-se a argumentação que o Ceará com suas atividades produtivas principais voltadas ao atendimento de uma demanda externa, desde os tempos da antiga província, vinculou-se ao mercado mundial, configurando-se de forma subalternizada, em os momentos das necessidades de reprodução mundial da riqueza.

Até a década de 1960, a economia cearense continuava dependente da pecuária extensiva (bovinos, caprinos e ovinos), na agricultura de subsistência (feijão, milho, mandioca) e no extrativismo vegetal (castanha de caju, cera de carnaúba etc.), que ocupavam quase que a totalidade das terras cultivadas, responsáveis pelo maior percentual do valor bruto da produção agropecuária (ELIAS, 2002, p.20).

Somente a partir da década de 1980, diante do processo de acumulação e de crise do capital conduziria o Ceará integrar-se novamente de foram subalterna a novas exigências do mundo em modernização no final do século XX, com infraestruturas baseadas em inovações técnico-científicas: quando os parâmetros da produção e dos fluxos se baseiam nas criações dos meios de comunicação e de informação da microeletrônicas; a biotecnologia atinge forte impacto no setor produtivo e a ciência é captada pelo sistema produtivo (LIMA;VASCONCELOS; FREITAS, 2011,p. 63).

De acordo com Araújo (2006), a entrada do Ceará à nova Divisão Internacional do Trabalho como um espaço privilegiado da transnacionalização do capital, acontece fundamentalmente com a ascensão ao poder de um grupo de empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC)⁴², órgão ligado a Federação da Indústria do Estado Ceará (FIEC), liderados pelo empresário Tasso Jereissati⁴³ (Figura 2) que se autodenominaram de *Governo das*

⁴² Fundado em 1919, o Centro Industrial do Ceará – CIC é uma entidade política, formada por industriais, empresários e profissionais liberais e tem como objetivo principal ser um agente indutor do processo de desenvolvimento do Estado (FIEC, 2016). Disponível: <http://www.fiec.org.br> Em: 01/05/2016.

⁴³ Para aprofundar essa discussão, recomenda-se consultar o trabalho de Josênio Parente & José Maria Arruda (Org.). **A era Jereissati-Modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

*Mudanças*⁴⁴. As elites visualizam no processo de reestruturação produtiva a possibilidade de penetrar em todo território, acionado pelo Estado local, acatando as novas regulações do capitalismo voraz dominante no mundo do final do século XX.

Figura 2 – Tasso Jereissati em campanha eleitoral para Governador do Ceará/1986



Fonte: Disponível: <https://cearacomtasso.wordpress.com/page/2/>

É nesse quadro internacional, domiciliado pelo Estado brasileiro, que o Ceará entra com novas atividades como turismo, serviços modernos, e agricultura voltada a exportação, o que não significa o aniquilamento da *oligarquia/coronelismo*⁴⁵ agrária cearense, mas um aprofundamento da submissão aos ditames imperiais e neoliberais (LIMA, 2006). “É nessa década que o Estado brasileiro acasala-se com o projeto do neoliberalismo, fundamentado na

⁴⁴ A partir de 1978, inicia-se a luta e ascensão de um grupo de empresários cearenses pelo comando político cearense. O processo teve início com a reativação do Centro Industrial Cearense (CIC), utilizado para aglutinar as forças auto-identificadas como modernas e atingiu a campanha eleitoral para o governo do Estado em 1986. Com o slogan de “governo das mudanças”, tem-se o lançamento e vitória da candidatura do empresário Tasso Jereissati filiado ao PSDB. Os “novos empresários”, mesmo sendo herdeiros de empresas originadas em um contexto de acumulação tradicional, eram representantes do segmento industrial e, através do CIC, tentaram demarcar fronteiras entre a velha e a nova mentalidade empresarial, elegendo como temas principais de seus debates a questão Nordeste e o modelo político e econômico brasileiro (MAMEDE, 1996, p. 65).

⁴⁵ Na verdade os termos oligarquias e coronelismo são vagos e despojados de um maior rigor teórico. No vocabulário econômico “oligarcas” e “coronéis” são definidos em geral, como grandes e médios proprietários fundiários, tradicionais e antiindustrialistas. Do ponto de vista político, as definições são ainda mais imprecisas. Os “oligarcas” representam, dizem grupos que se apropriam do aparelho estatal, no interior de cada Unidade Federativa com o propósito de usufruir, com os seus, do banquete propiciado pelo controle do aparelho de poder. A diferença entre “coronéis” e “oligarcas” a partir de uma perspectiva política é, sobretudo, um problema de gradação da hierarquia do poder dominante” (MARTINS, 1985.p. 101).

bandeira de menos intervenção estatal, e maior força decisória das grandes empresas” (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011, p.64).

A concretização de seu projeto de reestruturação das forças produtivas, essas “novas lideranças”, utilizaram-se de um fundamentado discurso ideológico com apelos sistemáticos ao “desenvolvimento”, a “modernização” e ao “crescimento econômico”, que deslancharam conseqüentemente para e urgência de se modernizar as forças produtivas do Ceará. Para tanto, procuram a todo custo, suplantam a ideologia vigente das oligarquias agrárias afirmando tratar-se de uma “nova era” “era de mudanças”, e de uma “nova cultura política”, sendo o progresso, a modernização, a reestruturação produtiva, as únicas possibilidades de transição do estado do arcaico para o moderno (ARAÚJO, 2006).

Na realidade a imposição de um discurso ideológico sustentado em ambíguas concepções de “progresso” e “desenvolvimento”, na verdade, tratava-se de armadilhas discursivas dos arautos da modernização. De acordo com Meszáros (2004, p.65):

A ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independentes) que exercem forte influência sobre os processos materiais tangíveis do metabolismo social (p. 65).

As modernizações das forças produtivas, com apoio indelével do Estado, expressou no âmbito do concreto uma mudança no padrão produtivo tradicional, aconteceu como tentativa clarividente de consolidação da reprodução social capitalista no espaço cearense pelas novas elites agrárias/industriais. Os pressupostos espaciais desta face da modernização implicaram a consolidação da forma como o Estado na condição de mediação e reprodução da sociabilidade baseada no predomínio da forma valor. Desse modo, de acordo com Perruci (1984) o entendimento da chamada “modernização da economia se define enquanto reajustes do modo de produção no seu processo de realização histórica, tendo em vista os interesses da classe dominante” (p. 14).

O discurso da modernização encontrava-se a cheio de contradições. Esses empresários, paradoxalmente adotaram posições antagônicas em relação ao desenvolvimento econômico e aos ideários de modernização os quais sustentavam: em nível nacional, passam a defender o

liberalismo econômico, a livre concorrência dos mercados, o enxugamento da máquina estatal, a venda de empresas públicas e a extinção de outras, como forma de estimular a eficiência, a competência e a moralização da máquina pública. Em se tratando de política doméstica, abandonam essa conceituação para propor a intervenção planejada do Estado com a construção de grandes obras para a atração de investimentos e dinamização da economia.

Com a substituição das oligarquias agrárias tradicionais, estes promoveram uma renovação/reestruturação econômica das forças produtivas locais, com objetivos claros de se inserir o estado no circuito espacial da produção e consumo globalizados. Condicionados aos ideários do modelo neoliberal os denominados governos “desenvolvimentistas” caracterizam-se por implantar de forma intensa uma série de políticas territoriais, com inovações tecnológicas em várias porções do território cearense. Acelera-se as ações para implantar os planos e projetos inovadores, com implicações no reordenamento territorial e na vida da população cearense (LIMA, 2000).

Para a efetivação das novas bases de desenvolvimento econômico do Estado, ao assumirem a máquina pública estadual, essa nova elite agrária/industrial, lançaram o Plano de Desenvolvimento Econômico do Ceará. As ações desse plano, concentram-se nos três “vetores de modernização”: 1) Promover uma forte guerra fiscal contra outros estados da federação para interiorização das indústrias, o que vai ocasionar a instalação de várias indústrias do setor calçadista em municípios fora da região metropolitana de Fortaleza; 2) Realizar fortes investimentos em marketing para vender as belezas naturais do Estado e assim fomentar e fortalecer o setor turístico tornando o Ceará no segundo destino turístico do país e um dos primeiros em investimentos do setor hotelaria do Brasil; 3) Selecionar áreas do território cearense para participarem da produção de uma agropecuária globalizada baseada na produção de flores, frutas e criação de camarão em cativeiro (ARAÚJO, 2006).

Para isso, todas as condições para incorporar economia cearense no circuito de reprodução ampliada do capital são criadas pela “nova elite dominante”, estabelecem diversas formas de alianças com os projetos do capital, sejam estes vinculados as empresas nacionais ou internacionais. Nesse novo contexto, o Estado é convocado a favorecer maior investimento ao setor industrial, à produção agropecuária, acentuando o papel dos serviços modernos para intensificar os fluxos de capital, de mercadorias e pessoas.

O período caracterizou-se por uma proeminente difusão de inúmeros *objetos geográficos*⁴⁶ (SANTOS, 1996) associados aos transportes, às comunicações, à eletrificação, ao saneamento básico, à irrigação, etc., para que os denominados vetores de modernização econômicos (turismo, indústria e agronegócio), pudessem colocar algumas faixas do território cearense dentro da lógica da produção e consumo globalizado (ARAÚJO, 2006; LIMA; 2006).

2.3 RACIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO CEARENSE AOS DITAMES DO CAPITAL

Na tentativa em atender aos reclames imperiais e neoliberais do capitalismo, o Estado do Ceará promove uma série de mudanças e regulações com vistas a inserir o espaço agrário cearense na lógica da agricultura para a exportação. Acompanhando o movimento que acontece em escala nacional sob a batuta do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde o Estado brasileiro acasala-se com o grande projeto do neoliberalismo, fundamentado na bandeira de menos intervenção estatal e maior força decisória das grandes empresas, esse modelo é replicado em nível local também com a chegada empresário Tasso Jereissati (PSDB) quando passa a controlar a máquina pública (LIMA;VASCONCELOS; FREITAS, 2011).

Essas mudanças normativas são rápidas e amplas, muito significativas na desregulação e nos investimentos das infraestruturas para atração de grandes empresas agrícolas. A estratégia do Estado é promover cada vez mais o encontro do capital nacional e transnacional para produzir *commodities* agrícolas, baseados nos preceitos neoliberais, que priorizam as culturas de exportação sob o “comando” da agricultura empresarial. Tudo isso, a partir da apropriação da terra, água e mão de obra, facilidades de infraestrutura e de financiamento, além de condições políticas e institucionais favoráveis.

Para obter êxito nas suas estratégias de racionalização do espaço agrário o Estado e capital privado adotam uma agenda de investimentos pesados, como a construção de fixos (rodovias, pontes, eletrificação rural, açudes, canais, centros de ensino tecnológicos) para inserir algumas áreas do território cearense na lógica do agronegócio. Os vales úmidos (vales

⁴⁶ Para o autor objetos geográficos são tudo o que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou, portanto, o que se criou fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, uma exterioridade. Cf. Santos, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**, 1996, p.59.

do Jaguaribe e do Acaraú) passam a ser a vitrina do desenvolvimento da fruticultura irrigada, como também as áreas serranas (Baturité e Meruoca) para o cultivo de flores para exportação. Mais recentemente, no final dos anos noventa do século XX, a carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) nas áreas de mangues e na extensão da planície aluvial do baixo curso do rio Jaguaribe e rio Acaraú, também torna-se a mais nova estratégia de uma artificialização do espaço agrário cearense, onde ciência, tecnologia e informação compõe a estrutura central da lógica produtiva.

Nessa esquizofrenia de dotar o território de uma maior densidade técnica como forma de garantir a expansão ampliada do capital, o Ceará vai criar inúmeros sistemas de objetos técnicos no território. Estes são imprescindíveis pois garantem a existência do processo produtivo na sua plenitude, ou seja, através da circulação, distribuição e consumo final, tornando o lugar do fazer cada vez mais próximo do lugar do reger. De acordo com Arroyo (2001) eles podem apresentar-se na forma de pontos (aeroportos, portos, pontes, e armazéns, etc) ou em forma de linhas, isto é, vias que permitem a fluidez e conseqüentemente para o escoamento das mercadorias (rodovias, ferrovias, hidrovias, dutovias, vias aéreas e vias marítimas, infovias, etc).

Nas palavras de Santos (2016, p. 77), a difusão do novo modelo de agricultura globalizada (SANTOS, 2005; ELIAS, 2003b), um número reduzido de grupos com posição dominante no mercado interno e, sobretudo, externo, exerce controle dos espaços agrários incorporados ao grande capital. Empresas internacionais são —convidadas, por um Estado que se torna mínimo às questões sociais e máximo nas parcerias que estabelece com o setor privado, a investirem e explorarem vantagens econômicas em determinados lugares (CHAVES, M.L.J. e SANTOS, C.D, 2013). As políticas públicas são chamadas a responder, de forma urgente, às demandas da economia hegemônica com a construção de grandes obras, a aceleração dos fluxos e as respectivas combinações normativas. — O poder público tem um papel ativo na construção de especializações territoriais produtivas, assim como na formulação de políticas setoriais de repercussão regional (M. L. SILVEIRA, 2010, p. 82).

Juntamente com os novos objetos técnicos, as políticas de crédito e pesquisa adicionados ao território para viabilizar a eficácia do circuito espacial da produção voltado à fruticultura irrigada o Estado do Ceará conhece também uma adequação normativa (leis,

decretos, portarias)⁴⁷, que funciona de forma complementar, mas não menos importante do que as demais ações que visam dar sustentáculo a expansão dessas atividades econômicas. “As formas técnicas são indicativas da maior ou menor rentabilidade do capital e do trabalho. Mas como as formas não trabalham sozinhas, há uma exacerbação da necessidade de normas” (SANTOS, 2003, p.60). Estamos aqui entendendo a norma como as regras políticas implementadas para contornar a uma nova regulação das ações e do trabalho no território.

Poderíamos destacar o papel do Estado através de órgãos como (SRH, SDE, COGERH, SEAGRI, SEMACE, AGROPOLOS), ao criar em território, uma área com normatização especial (leis, resoluções e normas técnicas), que favorece as ações das empresas que por ventura venham a se instalar nas áreas que passam por processo de modernização. Este é o um exemplo de como as adequações técnicas e normativas, promovidas em maior parte pelo público em diferentes instâncias, tem como intenção tornar o território viável ao projeto das grandes empresas.

Diante desse quadro fenomênico de reestruturação produtiva, Estado através das suas diversas instâncias iniciam, um processo fenomenal de regulação e planejamento do território. Inicialmente é criada a Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) no ano de 1987, e a Secretaria de Agricultura Irrigada (SEAGRI), criada em 1999, tornam-se importantes ferramentas no projeto de reestruturação produtiva e do espaço agrário cearense, interligando intimamente a atuação do Estado aos interesses do agronegócio (ELIAS, 2002). Com isso, inicia uma etapa importante de a racionalização do espaço agrário cearense à consolidação de uma agropecuária moldada nos padrões da competitividade contemporânea, baseada em produtos de valor agregado, com aumento da produção e da produtividade.

De acordo com Elias (2002), a política implantada pela SRH é um marco para a gestão dos recursos hídricos no Ceará, inclui-se à Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (COGERH), criada em 1993 cabendo-lhe promover o aproveitamento racional e integrado desses recursos, coordenar, gerenciar, e operacionalizar estudos, projetos, e serviços, com fundamento na Lei Estadual de Recursos Hídricos, de 1996, que defende o uso mais racional da água. A COGERH tem importância fenomenal dentro dessa lógica racionalização do espaço voltado para agropecuária moderna na medida que vai gerenciar a oferta d'água armazenada nos corpos superficiais e subterrâneos, sob o domínio do Estado.

⁴⁷ Novas normas constituem ao mesmo tempo, a emergência de novas formas no território, pois” (...) a norma é geneticamente uma ação morfológica uma densidade, uma forma” (SILVEIRA, 1999, p.257). Ao mesmo tempo em que o território conhece a adição de novas normas, estão criadas, efetiva e potencialmente, as possibilidades para as novas densidades materiais no território.

A Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), executa um papel importante no tocante à reorganização do espaço cearense com a implantação do maior programa de infraestrutura de oferta d'água da história do Estado e um dos maiores do país. Na medida em que vai cortando e reconfigurando o sertão cearense com a implantação inúmeros *objetos geográficos* (canais, barragens, açudes e dutos), e um conjunto de ações, com repercussões diretas na reorganização dos espaços produtivos ligados ao setor agropecuário com a construção do Açude do Castanhão e do Canal da Integração (Figuras 3 e 4). Com isso, revela-se a capacidade do Estado em conduzir o processo de organização territorial criando canais, barragens, açudes onde antes reinava quase que absoluta a paisagem árida do Sertão e suas comunidades camponesas.

Figura 3 – Açude do Castanhão



Fonte: SRH, 2016

Figura 4 – Canal da integração



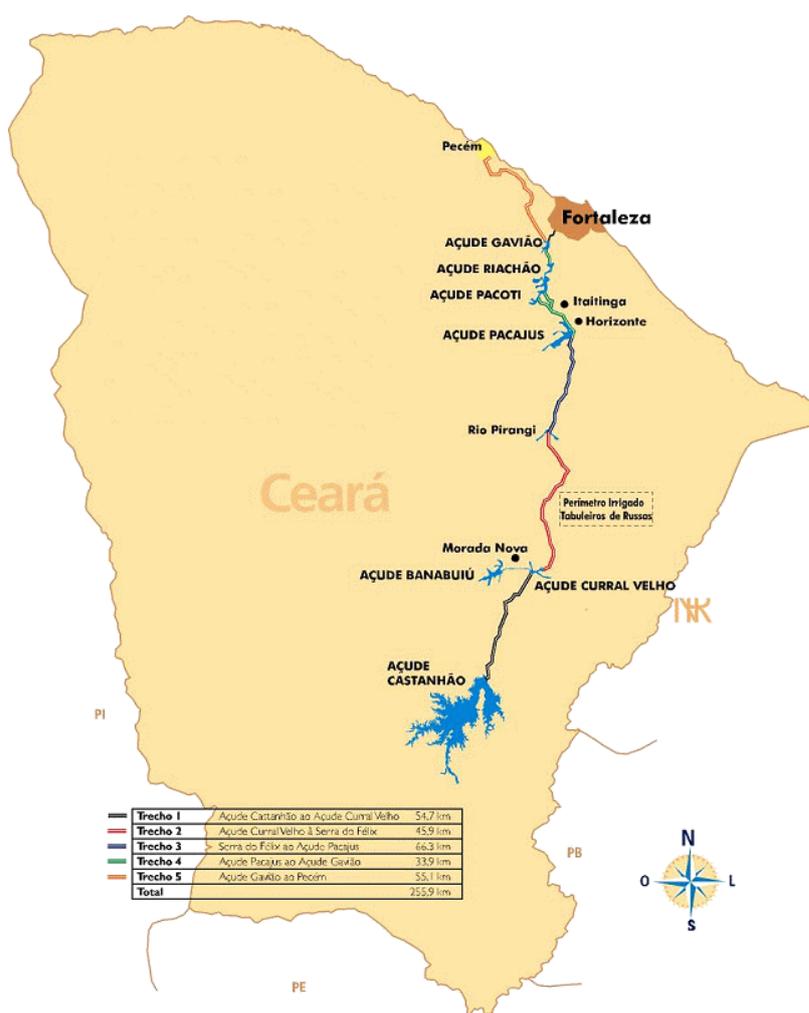
Fonte: SRH, 2016

No entanto esse processo revela as faces contraditórias dos usos dos diversos usos território pelo Estado e as forças produtivas para a realização do capital. No sertão cearense nessas áreas onde a população sertaneja teve de ser removida para dar “lugar ao progresso” e efetivar o caminho das águas para a tão esperada segurança hídrica, as obras avançam num ritmo crescente, produzindo um cenário extremamente complexo. Nesse ínterim, “erigem formas diferenciadas de apropriação do território com reflexo direto na promulgação de conflitos sociais centrados na questão do acesso à terra e à água, bem como no conjunto de problemas que afetam a dinâmica geográfica do trabalho” (BEZERRA, 2011, p. 71).

Dentre as obras mais importantes podemos elencar à construção de quarentas açudes, conclusão do açude do Castanhão (Figura 5), no Vale do Jaguaribe, maior açude da história Ceará com capacidade para armazenar 6,7 bilhões de metros cúbicos de água. Na verdade o Castanhão foi construído para ser o coração de um grande sistema de interligação de bacias

hidrográficas, que conjuntamente com o Canal da Integração (Figura 5) promoveu uma verdadeira reorganização do território com vistas a atender prioritariamente o agronegócio em franca expansão no Baixo Jaguaribe, bem como as indústrias no complexo portuário do Pecém (ELIAS, 2002).

Figura 5 – Canal da Integração no Ceará



Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará (SRH), 2016.

Na última década do século XXI, os investimentos no setor dos recursos hídricos tem ocupada cada vez mais lugar de destaque no Nordeste do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. No Ceará as obras bilionárias do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), conforme Figura - 8 , estão recortando grandes extensões territoriais da região semiárida com vistas a ampliação das reservas hídricas para serem destinadas notadamente aos projetos de modernização do estado. Para se ter noção da grandiosidade do

tamanho do projeto e do montante de investimentos, basta dizer que o projeto do CAC prevê a construção de 1.300 km de canais, túneis e sifões a partir da transposição das águas do rio São Francisco em seu eixo norte. A previsão do custo do projeto é de R\$ 9 bilhões, com conclusão estimada entre 10 e 15 anos. O objetivo geral do CAC é garantir oferta de água para as 12 bacias hidrográficas do Estado.

Seguindo a orientação da política nacional de “modernização em manchas” o governo estadual através da SEAGRI vai reorganizar o território cearense através de Agropólos (Figura 9), que visava criar uma articulação e um ambiente de “parceria e cooperação” entre as empresas e o Estado. Esse Instituto definiu seis áreas prioritárias para as políticas de intervenção do estado: Região metropolitana; Baixo Jaguaribe; Ibiapaba; Baixo Acaraú; Centro Sul; e Cariri., que tinha como principal objetivo viabilizar a atividade empresarial na agricultura baseada em um novo padrão produtivo e de mercado, com ações vinculadas a estudos científicos, certificação, comercialização e assistência técnica (LIMA;FREITAS; VASCONELOS, 2011).

Além do desenvolvimento técnico e científico, as redes de informação, como sendo um dos principais elementos da arquitetura da globalização não podia está ausendo na consecusão processo de modernização do espaço cearense. Para tanto o Estado vai investir grandes cifras na criação do Cinturão Digital do Ceará (CDC). O projeto consiste em interligar em torno de 105 municípios do Estado por intermédio de uma rede de 3.000 quilometros de fibra óptica possibilitando que empresas e estado consiga com maior rapidez conectar através dessas infovias os lugares mais disntantes aos centro de controle e poder dos território.

Quando analisamos de forma crítica o processo de reestruturação do território cearense coadunamos com interpretação de Marcel Bursztyrn (2003:77), quando fala que a região Nordeste, historicamente foi marcada pelo clientelismo nas suas práticas políticas. Diante dos focos de modernidade que surgiram nas duas últimas décadas poderiam estar apontando para mudanças no modo de fazer política na região. Afinal, uma vez majoritariamente urbana — sobretudo, no caso das grandes cidades que desenvolveram atividades econômicas secundárias e terciárias — as populações tenderiam a buscar formas de representação políticas mais modernas.

Todavia, mesmo diante do processo de modernização das forças produtivas, o que presenciemos no território cearense, foi o *novo* recriando o *velho*, num movimento dialético com vistas unicamente a manutenção do *status quo* da classe dominante. A máxima de que no

Sertão o *continuísmo* se vale, até mesmo, de mudanças para que tudo fique como sempre esteve [Bursztyn, 1989], é (lamentavelmente!) ainda atual:

O estado do Ceará revelaria a plasticidade das velhas formas de se fazer política, regeneradas no tecido urbano. A dinastia Jereissati, que desanca os velhos coronéis latifundiários — Bezerra, Távora e Cals — é o testemunho de que o espaço do *coronelismo* não é incompatível com arranjos econômicos modernos. Indústria pujante e turismo, mesmo valendo-se de relações de trabalho capitalistas e atuais, não parecem servir de contraponto a uma persistente promiscuidade entre as esferas da política (no sentido de *politics*) e da política (no sentido de *policy*) (BURSZTYN, 2003, p.77).

Em síntese, podemos afirmar que a reestruturação socioespacial do território cearense apresenta duas faces conflitantes. Se de um lado pontos do território tanto no campo quanto em algumas manchas urbanas onde se vivencia modernização das forças produtivas, adota-se um modelo tecnológico avançado para a realização do capital, designando-lhe conotação de modernidade, por outro lado, esta modernização produtiva apresenta-se apenas no aspecto tecnológico, posto que as condições sociofinanceiras do Estado se viram pouco alteradas, a força de trabalho não recebeu seu “quinhão”, prometido este pela retórica do modelo de desenvolvimento adotado, persistindo e em algumas regiões administrativas ampliando as disparidades socioespaciais.

CAPÍTULO III

AS ESTRATÉGIAS DA REPRODUÇÃO SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL NO ESPAÇO AGRÁRIO DA REGIÃO DO BAIXO JAGUARIBE(CE)

“Vivemos em uma época de crise histórica sem precedentes, [...] a crise estrutural cada vez mais profunda do próprio sistema do capital. Como tal, essa crise afeta [...] a totalidade da humanidade e, a fim de que a humanidade sobreviva, demanda mudanças fundamentais no modo de controle do metabolismo social” (MÉSZÁROS, O desafio e o fardo do tempo histórico).

3.1 NOVAS TENDÊNCIAS PRODUTIVAS E REDEFINIÇÃO GEOGRÁFICA

O espaço geográfico também pode ser considerado, a um só tempo, como conceito e instância social. Na qualidade de conceito, sua definição e conteúdo são mutantes, aderem a cada período histórico para poder alcançar níveis desejados de operacionalidade e servir, assim, de instrumento adequado e crítico de análise e interpretação de situações concretas do presente. No período atual, a definição que mais se aproxima desse ideal é aquela que compreende o espaço geográfico como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1991b; 1996a). Por meio dessa definição o espaço pode ser compreendido como um híbrido de materialidades e ações, técnicas e normas que se condicionam e se explicam mutuamente (FREDERICO, 2008).

Ainda de acordo com Frederico (2008), tanto os objetos quanto as ações não fazem sentido separadamente (um é pressuposto e condição do outro). Eles interagem: de um lado os sistemas de objetos condicionam e proporcionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre os preexistentes. Dessa maneira, dá-se a dinâmica de transformação do espaço através de suas formas híbridas, as técnicas, que nos indicam como o território é usado (SANTOS, 1996a).

Corroboramos com Frederico (2008) quando diz que a grande importância dada às técnicas para a delimitação de períodos históricos na geografia. Porque são os sistemas técnicos, entendidos como objetos e também como formas de fazer e regular, que vão possibilitar entender a evolução das variáveis escolhidas dentro de uma situação (SILVEIRA, 1999a), reconhecendo as rugosidades (SANTOS, 1978, 2002b; 1996a) e as intencionalidades dos projetos promovidos no território. Este é entendido como um compartimento político do espaço geográfico, onde se dá uma regulação que, hoje, é resultante do embate de duas lógicas conflitantes e cooperativas: a do Estado, fundada na unidade e totalidade do território (GOTTMAN, 1975), e a das grandes empresas, fundada nas redes (SANTOS, 1996a).

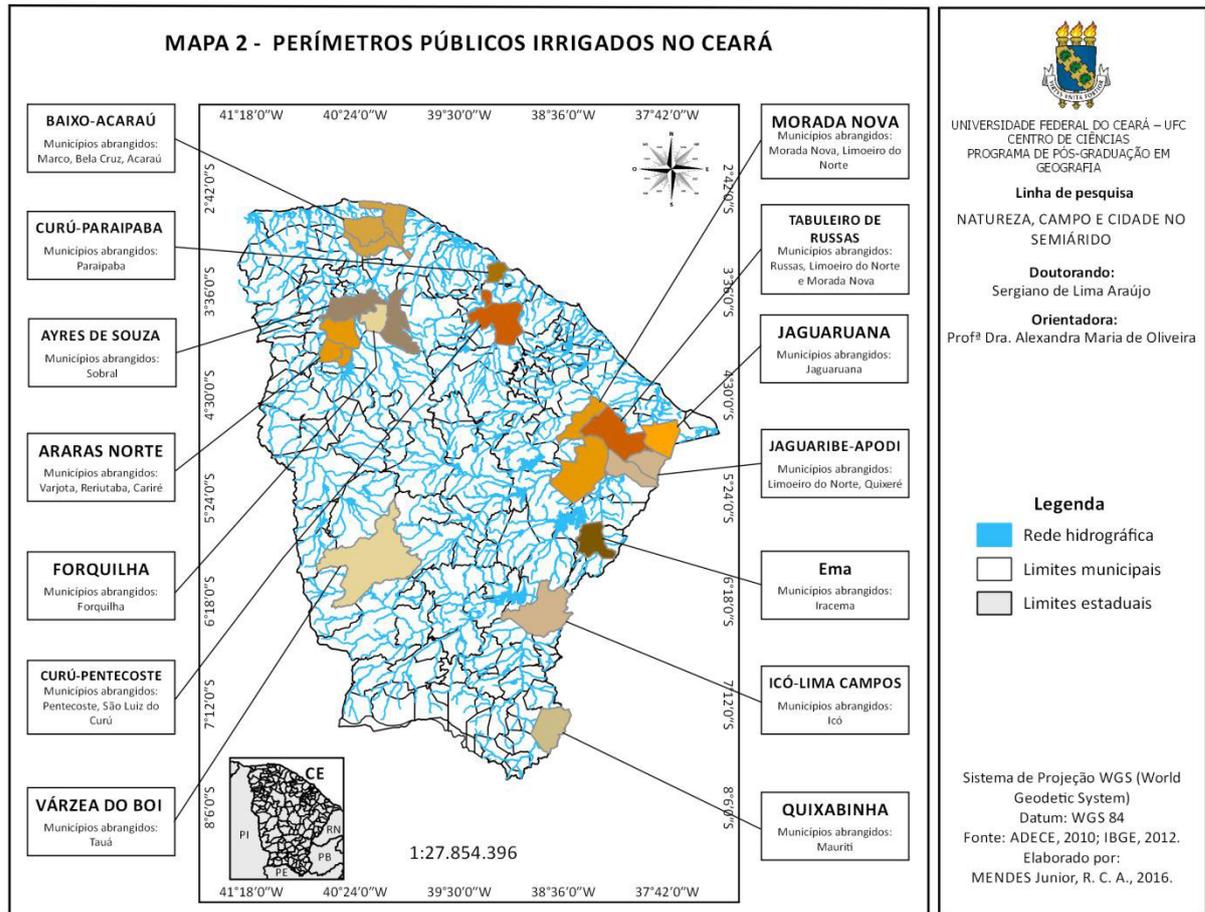
O confronto entre a lógica dos Estados e a das empresas é um par dialético presente em todo o globo e que se torna ainda mais evidente em regiões da produção voltadas para a exportação, onde a difusão da agricultura moderna se dá sob os auspícios da ação das médias e grandes empresas. Estes agentes hegemônicos impõem nas áreas do Baixo Jaguaribe uma ação cada vez mais racional, que extrapola a lógica dos lugares por atender a interesses exógenos.

Quanto maior a racionalidade e o número de sistemas técnicos difundidos pelo território, dentro das circunstâncias anteriormente mencionadas, maior será sua dependência com relação aos projetos dos agentes hegemônicos. A partir do momento em que uma série de sistemas de engenharia são edificados - como açudes, canais, dutos, sistemas de transporte, - para atender à demanda de um único produto, sobretudo a fruticultura, mais dependente resta o território aos projetos das grandes empresas, tornando-se cada vez mais difícil a execução de contra-projetos.

De acordo com o Relatório do Dociê dos Perímetros Públicos⁴⁸, os planos do Governo Federal para o aproveitamento hidroagrícola no Vale do Jaguaribe intensificaram-se na década de 1960, com a elaboração do Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe, realizado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com base em informações extraídas de Brasil (1991) os estudos mapearam importantes zonas de solos férteis, propícios ao desenvolvimento da agricultura irrigada, que subsidiaram a implantação de diversos perímetros irrigados na região do Vale do Jaguaribe, entre eles o Perímetro Irrigado Morada Nova, no ano de 1968, o Perímetro Irrigado Jaguaruana, no ano de 1975, o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, no ano de 1987 e o Projeto Irrigado Tabuleiro de Russas, como pode ser visto no Mapa 2.

Todavia somente a partir de 1980 a região do Baixo Jaguaribe com a implantação de grandes objetos geográficos e de um conjunto de ações do Estado, materializa-se em um processo de redefinição geográfica regional que implicará consequentemente, uma reorganização dos espaços produtivos atuais (SOARES, 2002, p.100).

⁴⁸ Disponível: <https://dossieperimetrosirrigados.net/estudos-de-caso/perimetro-irrigado-tabuleiro-de-russas/>
Acesso: 24/08/2016.



Enquanto agente econômico, Pereira (2010) elucida que o Banco Mundial, nos anos de 1950, 1960, 1970, passa a dar ênfase ao setor rural com o discurso velado de superação da pobreza pelo aumento da produtividade dos pobres. Dessa forma, diversifica a sua carteira de empréstimos em diversas direções: crédito agrícola (repassado aos produtores por intermédio de Bancos nacionais de desenvolvimento), construção de grandes barragens para eletricidade e irrigação, mineração, transporte, empresas de maquinário agrícola, desenvolvimento urbano e educação e saúde básicas no interior. De acordo com o autor, a irrigação, drenagem e administração da água foram o principal subsector dentro da agropecuária financiada pelo Banco nesse período, aos países da Ásia, Oriente Médio e América Latina. As áreas irrigadas novas ou reabilitadas foram responsáveis pelo aumento da produção agrícola dos países pobres.

É mediante tal política do Banco, que o Governo brasileiro absorve os financiamentos e dentro dessa lógica implanta a irrigação no Sertão nordestino tido como um “problema” resultado de uma “economia agrária tradicional, ou do efeito da seca, e quando analisada de

forma mais „contudente“ era apresentada como uma questão de desvio da política pública local voltada para os chamados interesses eleitoreiros” (CONCEIÇÃO, 2005, p.166).

Todos os problemas seriam aniquilados na medida em que os “pobres do campo” fossem inseridos em atividades produtivas, ou seja, pudessem competir no mercado. A agricultura irrigada, no clima semiárido, seria o ponto chave para a redução da pobreza e para o “desenvolvimento” até então localizado no Centro-Sul do país. Foi assim que, na segunda metade da década de 1960, houve a concentração de investimentos federais na região e, para criação de infraestrutura de irrigação e o que provocou, também, novos investimentos voltados para o fortalecimento da infraestrutura socioeconômica. A terra e a água da região deixariam de serem utilizadas para a realização do trabalho, para ser um negócio rentável ao capital, mediante o uso do trabalho assalariado ou pela subordinação da produção camponesa. Para que de fato a irrigação passasse a ser realidade no Sertão, a criação da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) em 1955 com o objetivo prioritário de aproveitar as águas do São Francisco para a geração de energia elétrica, da efetivada da CODEVASF em 1975 (Companhia de Desenvolvimento dos Vales dos rios São Francisco e Parnaíba) para gerenciar as áreas que seriam irrigadas, do BNB (Banco do Nordeste) em 1952, responsável em conceder os empréstimos para os produtores, e da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) criada em 1974. Esta passou a receber os financiamentos do Banco Mundial para desenvolver pesquisa local, orientando seus técnicos para fins de produção de dados e desenhos de projetos ligados à agricultura. Todas as políticas foram essenciais para a consolidação dos Perímetros Públicos Irrigados⁴⁹ nos parâmetros da política internacional. Os projetos de irrigação foram fundamentais para a transformação do Semiárido nordestino em grandes “pomares”, voltados à produção de commodities. A criação de vários projetos de irrigação na década de 1970 demonstrou que, mesmo não resolvendo a questão fundiária no Nordeste, essa política continuou a ser utilizada como “minirreformas” agrárias.

De acordo com Dourado (2011, p. 116), dinâmicas passam a caracterizar os polos de irrigação, que atuam como áreas de atração de investimentos nacionais e internacionais, interferindo sobre o modo na organização social local. Na economia globalizada, os mais longínquos lugares acabam sendo interligados ao mercado global, às multinacionais, aos

⁴⁹ De acordo com a CODEVASF, um Perímetro passa por três etapas: a) o estudo quando os aspectos técnicos de viabilidade e implantação ainda estão sendo analisados e detalhados; b) a implantação que é definida como o início real das obras; c) o estágio em produção, quando está em pleno funcionamento, assim recebe e recebe o nome de Perímetro de Irrigação. Para a Companhia, essas informações estão constantemente sofrendo novas alterações, pois o processo é dinâmico e os projetos, em sua maioria, são realizados por etapas. Disponível em: www.codevasf.gov.br. Acesso em 10.05.2015

ditames do mercado financeiro. Porém, as mudanças não se restringem somente ao âmbito espacial, fazendo-se presentes na esfera do trabalho, tanto no campo quanto na cidade, passando a predominar a lógica do assalariamento como a melhor alternativa para o trabalhador. Aos poucos, ou de repente, conforme o nível de inserção dos polos frutícolas à dinâmica do mercado, os camponeses vão tornando-se cada vez mais integrados a este processo, na medida em que são transformados em fornecedores de matéria-prima ou de mão-de-obra. Para Ianni (1999, p. 36), “a globalização destrói e recria, subordina e integra, subsumindo formal ou realmente as mais diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho

Com base nos dados disponibilizados pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), entre 1968 e 1992, foram construídos pelo Governo Federal 35 perímetros públicos irrigados na região semiárida nordestina, com destaque para o Ceará, onde foram instalados 14 (quatorze), 40% de todos os perímetros.

Analisando a Tabela 1 é possível identificar três períodos de construção: 80% dos perímetros iniciaram sua instalação no período de 1968-1979; 17% no segundo período, de 1980-1989; e apenas 1 (um) perímetro, o Tabuleiros de Russas, no Ceará, teve sua construção iniciada na década de 1990.

Tabela 1. Distribuição dos perímetros irrigados (DNOCS) no semiárido.				
Período de construção				
Estados	Nº de perímetros	1968-1979	1980-1989	1990-1992
Bahia	3	3	0	0
Ceará	14	10	3	1
Paraíba	3	3	0	0
Pernambuco	4	4	0	0
Piauí	6	4	2	0
Rio Grande do Norte	5	4	1	0
Total	35	28	6	1

Fonte: DNOCS, 2016

Por serem terras propícias para irrigação, os municípios do Vale do Jaguaribe, em particular os do Baixo Jaguaribe, passaram a ser objeto de políticas de irrigação a partir dos anos 1970. O primeiro perímetro a ser instalado foi o de Morada Nova (1970), com 3.611 hectares de área irrigada. No final da década (1977), implantou-se o perímetro público de Jaguaruana, com cerca de 200 hectares de irrigação.

Quadro 1. Dados dos perímetros públicos irrigados do Ceará (DNOCS)

N°	Perímetro irrigado	Município	Fonte hídrica	Área (ha)		Implantação/ano		
				Desapropriada	Implantada	Início	Término	Operação
01	Araras Norte	Varjota, Reriutaba, Cariré	Açude Paulo Sarasate	6.407,39	1.616,50	1987	-	1998
02	Ayres de Souza	Sobral	Rio Jaibaras (afluente do Rio Acaraú)	8.942,75	615,00	1974	1978	1977
03	Baixo-Acaraú	Marco, Bela Cruz, Acaraú	Rio Acaraú	13.909,42	8.335,00	1983	-	2001
04	Curu-Paraipaba	Paraibapa	Rio Curu	6.912,50	3.004,14	1974	-	1975
05	Curu-Pentecoste	Pentecoste, São Luiz do Curu	Açude General Sampaio, Açude Pereira Miranda	4.569,37	1.068,00	1974	1979	1975
06	Ema	Iracema	Açude Ema	352,03	42,00	1971	1973	1973
07	Forquilha	Forquilha	Açude Forquilha	3.327,13	218,00	1974	1979	1977
08	Quixabinha	Mauriti	Açude Quixabinha	530,35	293,00	1971	1973	1972
09	Icó-Lima Campos	Icó	Açude Lima Campos	10.583,18	2.712,00	1969	-	1973
10	Jaguaribe-Apodí*	Limoeiro do Norte e Quixeré	Rio Jaguaribe (através do afluente Rio Quixeré)	9.605,71	5.465,09	1987	-	1989
11	Jaguaruana*	Jaguaruana	Rio Jaguaribe	343,08	231,31	1975	1979	1977
12	Morada Nova*	Morada Nova, Limoeiro do Norte	Açude Banabuiú e Açude Pedras Brancas	11.166,31	4.474,19	1968	-	1970
13	Tabuleiros de Russas*	Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova	Rio Jaguaribe e Rio Banabuiú	18.915,00	10.765,72	1992	-	2004
14	Várzea do Boi	Tauá	Açude Várzea do Boi	12.878,71	326,00	1973	1975	1975
Total				108.443,98	52.689,31	-	-	-

Fonte: DNOCS, 2016; Organizado por ARAÚJO (2016)

*Perímetros irrigados do Baixo Jaguaribe.

No final da década de 1980 (1989) foi a vez da instalação do Jaguaribe-Apodí⁵⁰, no município de Limoeiro do Norte, cuja previsão era de irrigar 7.000 hectares. Por fim, instala

⁵⁰ A área de fruticultura (irrigação localizada) é de 1.967,74ha e de culturas anuais (pivô central) de 2.168,00ha. A ampliação das áreas cultivadas depende da implantação da segunda etapa do projeto e de regularização fundiária. A estrutura irrigada da 2ª etapa está implantada, com toda a infraestrutura de uso comum pronta há 15 anos e sem irrigação por falta da regularização fundiária (ADECE, 2013).

do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas⁵¹, que ocupa áreas de tabuleiro nos municípios de Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova, cuja primeira etapa foi instalada entre os anos de 2003 e 2004, encontrando-se em execução a segunda etapa (Quadro 1).

Exceto o Perímetro Irrigado Morada Nova, no qual há predominância do cultivo de arroz (em torno de 80% da área), as áreas irrigadas desses perímetros se destinam basicamente à produção de frutas para abastecer mercados externos, tendo como principais destinos os Estados Unidos, a Inglaterra, a Holanda e a Espanha (ELIAS *et. al.*, 2007). As principais frutas são melão, banana, mamão e abacaxi, melancia, manga e maracujá. Outras frutícolas são produzidas em menor escala, tais como coco-da-baía, goiaba e acerola, abacate, caju, graviola, laranja, limão e uva.

3.1.1 Projeto de Irrigação Jaguaribe- Apodi

O Projeto de Irrigação Jaguaribe Apodi (Figura 6), é dividido em duas áreas: uma área para os pequenos agricultores e a outra parte para os empresários. A área para os pequenos agricultores é de dois mil e novecentos hectares (2.900), o loteamento para os pequenos agricultores é de 04 (quatro), 6,5 (seis e meia), 08 (oito), 12,5 (doze e meia) e 16 (dezesseis) hectares. Nesta área existe trinta e um (31) pivores centrais para aguar as lavouras. Estes pivores são automáticos, necessitando apenas de um operador para ligar e desligar estes equipamentos. Este sistema de irrigação com pivores; tornou-se muito caro, porque há um grande desperdício de água, seja através da evaporação ou através do vento que carrega uma boa parte da água, causando para o agricultor custos elevados, tanto no pagamento da tarifa de águas, quanto na conta da energia elétrica. As principais culturas desenvolvidas nessa área dos pequenos agricultores são: feijão, milho verde, algodão e tomate, que ficam sob os pivores(DOCIÊ DOS PERÍMETROS PÚBLICOS, 2014).

⁵¹ A área atualmente cultivada é de 4.687,42 hectares. Há possibilidade de implantar mais 3.200 hectares de área cultivada, mas isso depende da conclusão das obras de infraestrutura em andamento (faltando apenas cerca de 20% para concluir), (ADECE, 2013).

Figura 6 – Projeto de irrigação Jaguaribe Apodi



Fonte: Google, 2008.

A área do setor empresarial tem dois mil e quinhentos hectares (2.500), a área ocupada por este setor é de setecentos sessenta e oito (768) hectares, o sistema de irrigação desse setor é através de gotejamento e com micro aspersor. O processo de gotejamento são canos sobre a terra com pequenas perfurações, onde a parte perfurada fica junto ao tronco da árvore. O micro aspersor é colocado também em canos finos, molhando apenas o tronco da planta. São formas encontradas para economizar a água. Nesta área é desenvolvida a fruticultura, as principais frutas produzidas nesta área são: mamão, graviola, goiaba, uva, manga, pinha (ata) e bananas do tipo pacovan, maçã e prata.

3.1.2 Projeto De Irrigação Tabuleiro de Russas

Para a expansão da área irrigada na bacia do rio Jaguaribe, em meados de 1987, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), com base nas diretrizes do Programa Nacional de Irrigação (PROINE), retomou os estudos sobre aproveitamento

hidroagrícola da região, com a produção do plano intitulado de Estudos da Viabilidade da Zona de Transição Tabuleiros de Russas, que identificou uma área de 15.000 hectares de solos irrigáveis, subsidiando, assim, as ações Governo Federal para implantar o mais recente perímetro irrigado do Vale do Jaguaribe, o Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas (PITR) (BRASIL, 2005), conforme **Figura 7**.

Figura 7 – Projeto de irrigação Tabuleiro de Russas



Fonte: Distrito de Irrigação do Perímetro Tabuleiro de Russas (DISTAR), 2016

O DNOCS dividiu a implantação do PITR em duas etapas: as obras da primeira etapa iniciaram no ano de 1992, totalizando 10.765 hectares (ha) e a segunda, com 3.365 ha, no ano de 2008. A 2ª etapa do perímetro Tabuleiros de Russas conta com investimento de R\$120.05 milhões, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2). A área é constituída por uma ampla superfície aplainada, ao longo da margem esquerda do Rio Jaguaribe, apresentando solos podzólicos vermelho-amarelo, areia quartzosas, litólicos de substratos gnáissicos, etc., de textura superficial normalmente arenosa ou média (BRASIL, 2005).

Para implantação do Perímetro, o Governo Federal, representado pelo DNOCS, implantou um sistema de engenharia hidroagrícola composto por (i) estações de bombeamentos; rede de canais e tubulações, que garantem o aporte hídrico necessário à produção; (ii) sistema de irrigação (predominantemente micro-aspersão e gotejamento); (iii)

rede viária para acesso/escoamento da produção e (iv) rede de drenagem, para proteção das áreas irrigadas e das estradas do perímetro (DOCIÊ DOS PERÍMETROS PÚBLICOS, 2014).

O aporte hídrico é garantido pela política de açudagem orquestrada ao longo dos anos pelo Governo Federal. As estações de bombeamento e canais captam água no Rio Banabuiú, afluente do Rio Jaguaribe, que tem sua vazão regularizada por três açudes localizados à montante do ponto de captação:

1) Açude Público Federal Arrojado Lisboa, situado no Rio Banabuiú, no local denominado Boqueirão do Meio. O reservatório possui um volume máximo de 1.601.000.000 metros cúbico.

2) Açude Público Federal Vinícius Berredo, sobre o Rio Sitiá, afluente do Rio Banabuiú, com volume máximo de 434.049.000 metros cúbico.

3) O Açude Público Federal Castanhão, situado no Rio Jaguaribe, com volume máximo de 6.700.000.000 metros cúbico.

3.2 TERRITORIALIZAÇÃO E MONOPOLIZAÇÃO DO CAPITAL PELO MODELO DO AGRONEGÓCIO NO BAIXO JAGUARIBE

A conjuntura produtiva do campo brasileiro nas últimas décadas deve ser compreendida a partir da lógica contraditória da mundialização do capital, pois, é devido a essa lógica contraditória que o agronegócio tem-se expandido no Brasil. “O Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. O agronegócio é sinônimo de produção para o mundo.” (OLIVEIRA, 2006, p. 37). E ainda, “[...] produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável em sua soberania alimentar.” (OLIVEIRA, 2006, p. 38).

A partir da década de 1990, governo, pesquisadores e mídia passaram a empregar o termo agronegócio, “numa tentativa de dar um ar de modernidade às velhas práticas da agricultura capitalista”. Essa expressão é utilizada no Brasil para designar grandes propriedades modernas que se dedicam à monocultura com o emprego de tecnologia avançada e reduzida mão-de-obra. Na maior parte dos casos, a produção é destinada ao mercado externo ou às agroindústrias, com a finalidade principal de auferir lucros.

Teubal (2008), por sua vez, ressalta que no modelo de funcionamento do agronegócio, há predomínio de capital, especialização crescente de determinadas commodities para o mercado externo e tendência à concentração em grandes unidades de produção/exploração. Diferentemente, “no sistema agrícola camponês, a reprodução, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências.” (WELCH; FERNANDES 2008, p. 166). Desse modo, enquanto que a lógica da agricultura camponesa se baseia em três fatores essenciais: terra, trabalho e família, o agronegócio, no lucro e na renda.

Para Fernandes (2004), o agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Porém, esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades eram utilizadas na produção monocultora para exportação. Desde o princípio do capitalismo, em suas diferentes fases, o modelo da grande produção agropecuária utiliza tecnologias para intensificar a produtividade e aumentar a exploração da terra e do homem (MATOS, 2013).

A abertura econômica brasileira ao mercado internacional iniciada pelo Estado nos anos 1990, facilitou sobremaneira a entrada de grandes empresas nacionais internacionais no espaço agrário nordestino, reconhecido como possuidor de vantagens comparativas relacionadas às condições edafoclimáticas excepcionais que permitem uma velocidade de produção de biomassa superior a cinco vezes à encontrada na Europa ou demais áreas localizadas no clima temperado (OLIVEIRA, 2014, p. 25).

Diante do contexto de abertura econômica consorciado com a revolução técnico-científico em tempos de ajustes espaço-temporal, aconteceu uma revalorização de determinadas áreas do território brasileiro aos reclames do agronegócio. No Ceará, como já abordamos anteriormente alguns pontos do território vão se inserir na arquitetura do capital, com destaque para os vales do rio Jaguaribe e rio Acaraú. Essas áreas apresentam importantes vantagens comparativas, que possibilitam uma elevada produtividade e, com isso, uma redução do tempo de giro do capital, intensificando o processo de acumulação e reprodução ampliada do capital.

A ampliação da abertura econômica iniciada nos anos 1990 possibilitou que através neoliberalismo de rapina, grandes empresas do setor agroalimentar penetrasse á áreas que possibilitassem uma maior produtividade em cursto espaço de tempo. O Baixo Jaguaribe diante das condições de clima, solos e água, associados aos avanços técnicos científicos,

possibilitou à produção de frutas durante todo o ano, diferentemente das regiões de clima temperado do globo.

A redução do tempo de giro do capital proporcionada pela elevada produtividade dessa área aumenta a produção do excedente e intensifica o processo de acumulação e reprodução ampliada do capital (HARVEY, 2005). A velocidade de circulação do capital incrementada pela diminuição do tempo necessário para a produção natural da matéria-prima nas condições edafoclimáticas excepcionais encontradas no Baixo Jaguaribe contribui sobremaneira para o processo de acumulação, assim como o preço relativamente barato das terras e da força de trabalho ao praticado nas Regiões Sul e Sudeste e Centro Oeste do País.

Todavia a configuração territorial do espaço agrário do Baixo Jaguaribe, no qual as atividades produtivas se apresentam de forma contraditória, expressas pela oposição entre agronegócio e agricultura camponesa. Em suas lógicas distintas, ambos vêm reordenando e disputando territórios sob o manto da expansão capitalista, e que aqui serão interpretadas à luz dos conceitos de *Territorialização do Capital* e *Monopolização do Território* pelo Capital.

Neste momento, tem-se uma importante contribuição à Ciência Geográfica, para entendimento das questões do campo, propostas por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em que são trabalhadas as questões das mudanças técnicas e redefinição das lógicas de produção do território. Oliveira afirma que “o capital cria condições contraditórias no processo de construção/destruição de frações territoriais.” (1999, p. 75).

Assim, quando se refere à esta interpretação, parte-se dos conceitos de *Territorialização do Capital* e *Monopolização do Território pelo Capital*, (OLIVEIRA, 1999, p. 105), em que a partir de tais conceitos, tem-se ferramentas para entender como que ocorrem os processos capitalistas no campo, bem como suas contradições. Estas considerações fazem parte de um momento da ciência geográfica em que o materialismo e a dialética se tornam arcabouços para a interpretação. De acordo com Oliveira(1999), a *Territorialização do Capital* se expressa basicamente por uma produção baseada na concentração do uso de terras, em muitos casos pelo latifúndio, com a produção monocultora, apresentando um alto grau de mecanização e número de trabalhadores assalariados, ou seja, demonstra em suma a produção capitalista do agronegócio.

Já no caso da *Territorialização pelo Capital*, tem-se neste momento em que a produção supõe a junção entre gestão produtiva e o trabalho, ou seja, apresenta o controle dos meios de produção pelo próprio trabalhador. Basicamente, neste viés de interpretação, tem-se a produção pautada nas relações de trabalho familiar.

No primeiro cenário de monopolização do território do capital no espaço agrário da região temos a chegada de inúmeras empresas tanto nacionais como internacionais ligadas ao setor fruticultor. As mesmas, além de promover o controle e uso corporativo do território vão também intensificar as relações capitalistas de produção de forma muito contundente como iremos analisar a seguir.

A passagem do século XX para XXI é marcada por grandes transformações na economia e espaço mundiais. Este último tornou-se essencial à reprodução do capital, uma vez que, o desenvolvimento de atividades lucrativas depende diretamente do jogo de dominação dos espaços mais susceptíveis a adequação e ao modelo de exploração dominante (CHAVES, M.L.J. e SANTOS, C.D, 2013, p.130).

Após a Segunda Guerra Mundial, comenta Corrêa (1992) que a empresa multinacional passou a constituir o mais importante agente da reorganização espacial capitalista. Sua ação traduziu-se na escala mundial, numa nova Divisão Internacional do Trabalho, que envolve a produção simultânea em diversos lugares de diferentes partes componentes de um mesmo produto (CHAVES, M.L.J. e SANTOS, C.D, 2013, p.130).

As empresas, principalmente, as multinacionais, de acordo com Chesnais (1996), ao se introduzirem nos lugares exprimem, dentre outras vantagens, as decorrentes da internalização e da localização. Corrobora-se a ideia de Corrêa (1992) quando ele chama atenção para o fato de que as grandes corporações exercem grande poder de pressão econômica e política nos governos e na (re)organização dos lugares onde se instalam. O deslocamento dos processos produtivos provoca a desterritorialização do capital e a emergência de protagonistas na economia mundial, que exercem poder e força sobre as economias nacionais, no tocante à decisão sobre o que, como e onde produzir (BENKO, 1996).

De acordo com Oliveira (2014), a mundialização do capital em curso diminui o papel dos Estados Nacionais, derruba fronteiras e representa um processo de aceleração capitalista jamais visto antes. Graças aos avanços tecnológicos é possível para uma empresa transnacional atuar em escala planetária, produzindo em um território, tendo seu centro de comando a milhares de quilômetros distante desse espaço e exportando essas mercadorias para todo o mundo. Os avanços tecnológicos, notadamente os relacionados às telecomunicações e aos transportes, permitem que territórios distantes se tornem cada vez mais próximos entre si.

O olhar, ou melhor, os vários olhares para a região do Baixo Jaguaribe permitem verificar uma dinamicidade de fatores de ordem econômica, política e social que possibilita

desvendar a combinação de elementos responsáveis por sua configuração e, portanto, as territorialidades existentes. No que se refere à modernização da agricultura, consolidada por meio da territorialização do capital, especialmente nas áreas de tabuleiros, estruturaram-se territórios com cenários reveladores das relações de produção e das relações sociais de uma agricultura voltada para a reprodução do capital.

Os vetores da modernização, via esforços do Estado para expandir o crescimento econômico, conduzem para os lugares e a produção à especialização. No Baixo Jaguaribe, essa especialização, está intimamente relacionada à difusão da agricultura moderna que, ao inserir novos métodos de produção, metamorfoseou não apenas o campo, mas também o urbano. A fruticultura irrigada vem ganhando bastante destaque, sendo considerado o novo símbolo da modernização agrícola. A estratégia posta em prática pelas grandes empresas é articular o mercado local com o global através da produção de frutas, definindo dessa forma, novos padrões de produtividade e competitividade dos lugares produtores.

De acordo com Gomes (2009), as inúmeras políticas públicas implantadas para dinamizar o setor agroexportador, várias empresas ligadas ao ramo da fruticultura se instalaram na região do Baixo Jaguaribe. Só da segunda metade dos anos 1990 para cá, um número considerável de médias e grandes empresas ligadas ao setor do agronegócio se territorializaram na região, graças à ação efetiva do Estado na construção de um ambiente institucional e de infraestrutura para a realização lucrativa de seus negócios no Ceará.

Essa especialização produtiva territorial em curso, é, marcada pelo surgimento de inúmeras estratégias especialmente políticas, econômicas e ideológicas com vistas a promover uma nova divisão territorial do trabalho. As médias e grandes produtoras de frutas articuladas através de parceria com centenas de pequenos produtores do setor, coadunadas com as mais diversas ações estatais comandam praticamente toda a produção e comercialização e o financiamento da fruticultura para a exportação produzido no Estado. Com isso, conectam a região do Baixo Jaguaribe através do permanente volume de fluxos de mercadorias, pessoas e informações com os centros de poder em nível mundial, trazendo com sigilo novas determinantes para o espaço regional.

As novas ondas de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004) sinônimo do atual período histórico torna esse sub espaço regional um desse *lugares do fazer* que se integra de forma articulada ao movimento contraditório e combinado de uma racionalidade exógena voltada para o agronegócio. As suas feições estão presentes nesse agrário regional, centrado indubitavelmente nos perímetros irrigados Jaguaribe Tabuleiro de Russas e Jaguaribe Apodi,

como pode ser observado na concentração de empresas que se instalaram na região (Quadro 2). As firmas internacionais (Del Monte Fresh Produce-Americana, Banesa-Fiffes-Irlandesa) e as nacionais (Frutacor; Agrocouta Agropecuária, Agrícola Famosa; Tropical Nordeste; J. Sallouti Tropical Comercio Frutas Ltda; Itaueira Agropecuária S.A; Asa Agrícola Santo Antônio S.A; Agrosol Agricultura de Mossoró Ltda; Fresh Fruit Comercial Ltda, dentre outras), por meio da implantação e controle dos novos sistemas técnicos se territorializam e imprimem ao território um novo tempo (tempo do capital), que lhes possibilita uma ação hegemônica sobre os demais agentes. A oferta do crédito, da circulação e dos insumos necessários à produção são os principais instrumentos utilizados pelas empresas para subjugar os produtores e o próprio território aos seus desígnios.

QUADRO 2 – EMPRESAS TERRITORIALIZADAS BAIXO JAGUARIBE (CE)

EMPRESA	LOCALIZAÇÃO	CULTURA	MERCADO
Asa Agrícola Santo Antônio S.A	Limoeiro do Norte; Quixeré	Mamão	Mercado interno externo
Agrosol Agricultura de Mossoró Ltda	Limoeiro do Norte	Melão	Inglaterra, Espanha e Holanda
Agrocoura Agropecuária	Limoeiro do Norte; Russas	Banana	Mercado interno e externo
Agrícola Famosa Ltda	Rio Grande do Norte (Baraúna); Ceará (Icapuí, Russas, Quixeré, Limoeiro do Norte)	Melão; melancia; Banana.	Interno (São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Belo Horizonte); Externo (Holanda, Inglaterra, Espanha e Portugal)
Banesa (Fiffes) (multinacional Irlandesa)	Ceará (Limoeiro do Norte)	Banana	Estados Unidos e Europa
Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda (multinacional Americana)	Rio Grande do Norte; Ceará (Limoeiro do Norte, Quixeré)	Melão; abacaxi; banana; melancia	Interno (São Paulo) Externo (58 países dos cinco continentes)
Itaueira Agropecuária S.A (3)	Limoeiro do Norte; Russas	Melão; abacaxi; figo	Interno; Externo (Canadá, Estados Unidos, Chile, Rússia, Holanda, Inglaterra, Itália e Espanha e Dubai)
Fruta Cor	Ceará (Limoeiro do Norte, Quixeré, Russas).	Banana; mamão; goiaba; uva; laranja; tangerina	Interno (Recife, Natal, Mossoró, João Pessoa, Maranhão, Belém) Externo (através da empresa Agronol, para Inglaterra, Portugal e Espanha)
Fresh Fruit Comercial Ltda	Limoeiro do Norte	Banana	Mercado Interno
J. Sallouti Tropical Comercio Frutas Ltda	Quixeré	Melão; manga; carambola; Mamão; pitaya	Interno (Fortaleza) e Externo (Holanda)

Fonte: FRUTAL, 2013

Org.: ARAÚJO, Sergiano, 2016

Com chegada das firmas (Figura 18), estas passam controlar o território para a reprodução do capital, temos com isso toda uma racionalização para a lógica da expansão capitalista, sendo assim, pontos dos territórios dos municípios de Russas, Morada Nova, Quixeré e Limoeiro do Norte, incorporadas pela difusão do agronegócio, passam a serem *pontos nodais* (CORRÊA, 2001, p.228) de todo o circuito espacial da produção da fruticultura não só da região do Baixo Jaguaribe, mas do Brasil.

Na verdade com isso queremos ressaltar que com a expansão desta atividade econômica, neste sub espaço regional, conhece uma fluidez de mercadorias, pessoas e informações de nova natureza, e os municípios acima citados passam a integrar a rede que conformam os *circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação*⁵² da fruticultura nacional conectando os *lugares do fazer*⁵³ se conecta aos *lugares do reger*.

Diante do visível, circunscrito na produção da riqueza na região de mais de uma safra de frutas por ano e nos variados tipos, cores, tamanhos, teor de doçura, presentes diariamente no mercado europeu e americano de acordo com as normas dos selos, o tempo e o espaço passam a ser tipicamente controlados pelo/para o capital. Desse modo, a distância entre o Baixo Jaguaribe e as várias partes do mundo praticamente inexistem pelo fluxo de mercadorias que circulam em países, como, por exemplo, Estados Unidos, Portugal, Espanha, Itália, Holanda, Grã – Bretanha, Irlanda, Emirados Árabes. É o avanço tecnológico, que permite a *compressão do espaço* (HARVEY, 2004) e tempo na circulação e consumo da mercadoria; porém, é o trabalho o possibilitador da riqueza e este se torna cada vez mais necessário no sistema do capital.

Torna-se imprescindível assinalar que a configuração do meio geográfico atual e o processo de globalização, da forma como o assistimos, permitem e mesmo impõem

⁵² Para dar conta de tamanha complexidade, em que a produção, a circulação, a comercialização e o consumo comandam o atual período e onde o território passa a ser usado de forma corporativa pelas novas relações ditadas pelo capitalismo mundial, Santos (1986, 1988, 1993, 1996, 2000, 2001) propõe um olhar minucioso da dialética do território através dos *circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação* “O uso do território não é o mesmo para as diversas firmas. Os mesmos sistemas de engenharia são utilizados diferentemente e seletivamente. Na medida em que a força de mercado não é a mesma, a dimensão espacial de cada firma não é idêntica, variando com a capacidade de cada qual transformar as massas produzidas em fluxos. Cada firma usa o território segundo sua força. Criam-se, desse modo, circuitos produtivos e círculos de cooperação, como forma de regular o processo e assegurar a realização do capital. Os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, de matéria. Os circuitos de cooperação associam esses fluxos matéria e outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens. As cidades são definidas como pontos nodais, onde estes círculos de valor desigual se encontram e superpõe” (SANTOS, 1994, p.28)

⁵³ O termo região significa reger, comandar, mas atualmente —[...] há cada vez mais regiões que são apenas regiões do fazer, e, cada vez menos, regiões do mandar, regiões do reger. Aquelas que são regiões do fazer são cada vez mais regiões do fazer para os outros. [...] Os objetos obedecem a quem tem o poder de comandá-los. [...] Não é por acaso que a raiz da palavra cibernética é a mesma da palavra governador” (SANTOS, 1996b).

determinadas práticas produtivas as empresas e uma verdadeira reorganização das suas ações (política) no território. Estas ações agora se dão em conjunto, divididas entre uma série de agentes em diferentes lugares no espaço, e são baseadas num sistema de objetos técnicos que possibilita um intenso número de trocas materiais e de informações, subsidiando a emergência de novas estratégias organizacionais pelos agentes hegemônicos que desenvolvem meios mais eficazes de competitividade no mercado. A estratégia de uso do território a partir de diferentes tipos de redes exemplifica e é uma das faces deste processo.

Todavia a existências de rede políticas aponta para conflitos no sertão cearense. No caso do Baixo Jaguaribe, as personagens desses conflitos são as corporação do agronegócio. As empresas Del Monte Fresh Produce e a Fyffes Pineapples Limited são as principais agentes de des(re)territorialização de grupos sociais e reorganização espacial, dada a dimensão multifuncional e a multilocalização de seu sistema de objetos e de ações em escalas geográficas diversas.

Se pensarmos na Del Monte Fresh Produce e a Fyffes Pineapples Limited como grandes corporações do setor agroalimentar do mundo, corroboramos com as considerações de Hanna Arendt (2009, p. 258), que a ação política da corporação possui quatro elementos indissociáveis, a saber: 1) o fim que ela persegue; 2) o objetivo que tem em mente e pelo qual se orienta; 3) o significado que se revela no curso da ação e 4) o princípio que a coloca em movimento, isto é, a convicção compartilhada por um grupo de pessoas (2009, p. 258-9).

De acordo com Santos (1996) a história dos lugares é definida a partir da efetivação das possibilidades que o mundo lhes oferece, ou seja, a efetivação de um conjunto de ações, que por sua vez tornam-se materializadas no território. Assim, ainda que o território seja povoado por distintas ações e objetos, e que todos influenciem o seu funcionamento, a sua configuração é determinada sobremaneira por um conjunto de agentes (e ações) mais proeminentes.

Na fase atual da nova divisão internacional do trabalho, as grandes empresas modernas desempenham papel fundamental na organização espacial, exercendo determinado controle sobre amplo e diferenciado território (CORRÊA, 1991). O controle sobre a *gestão do território*⁵⁴ através de redes verticalizadas, constitui a principal forma encontrada para a

⁵⁴ “Entendemos por gestão do território o conjunto de práticas que visa, no plano imediato, a criação e o controle da organização espacial. Trata-se da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos como concentração e dispersão espacial, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica. Em última instância a gestão do território constitui poderoso meio que visa através da organização espacial, viabilizar a existência e reprodução da sociedade” (CORRÊA, 1991, p. 01).

acumulação do capital e a reprodução de suas condições de produção. De acordo com Santos (2016, p. 76), o uso corporativo do território brasileiro por parte das grandes empresas é exemplificado na incorporação das áreas mais suscetíveis à expansão do agronegócio e ao seu controle, isto é, os —lugares de reserva (SANTOS, 2005), como no caso da inclusão dos vales úmidos nordestinos à prática da fruticultura irrigada.

Nesse sentido, caberíamos destacar o papel das grandes empresas que conjuntamente com o Estado, se apropriam, controlam, e gestam o território através de suas *práticas espaciais*⁵⁵ (CORRÊA, 1991), o que acabam por (re) funcionalizar os lugares segundo suas necessidades e interesses⁵⁶. De acordo com Corrêa (1998), essas empresas a partir da centralidade que exercem no comando de ações de toda ordem e de toda natureza, acabam por criar novas *territorialidades ou re-territorialidades*⁵⁷.

De acordo com Araújo (2006), com a adoção de estratégias comerciais modernas, organizam *regiões funcionais*⁵⁸ sob seu comando, estimulando e utilizando os sistemas técnico-científico-informacionais do meio geográfico do Baixo Jaguaribe, cearense e brasileiro, chamando tais lugares a participar do movimento geral da globalização. Dessa forma, o uso do território se dá seletivamente, levando imposição das normas dos grandes agentes da economia mundial sobre os lugares quem tem então seus destinos ditados pelos mesmos (CASTILLO & TOLEDO, 2005, p. 1-6).

No caso do Baixo Jaguaribe, o uso do território de maneira seletiva e hierárquica se dá principalmente através das firmas⁵⁹ maiores produtoras, processadoras e exportadoras de frutas do Brasil, elas exemplificam bem este fenômeno que pode ser observado através das

⁵⁵ Corrêa (1991), quando analisa a gênese e a dinâmica da reprodução do capital do Grupo Souza Cruz define como sendo práticas espaciais: seletividade espacial, fragmentação/remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora.

⁵⁶ De acordo com Santos & Silveira (2002), no Brasil os novos arranjos territoriais subordinados às lógicas globais tem restringido o uso território a um pequeno grupo de firmas e, portanto, induzido a ações excludentes.

⁵⁷ “ (...) novas territorialidades ou re-territorialidades, por sua vez dizem respeito a criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja pela recriação parcial em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território” (CORRÊA, 1998, p.252).

⁵⁸ As—regiões funcionais, nas quais o espaço aparece como um sistema de fluxos em que cada parcela ou subsistema desempenha um conjunto específico de funções tem forte inspiração na teoria do lugar central de Cristaller, onde um centro polarizador urbano estende seu raio de influência sobre o um espaço —regionall, admitindo zonas de sobreposição e outras regiões funcionais (HAESBAERT, 2010).

⁵⁹ (...) as empresas, isoladamente ou associadas, estabelecem redes privadas, cuja geografia e funcionalização correspondem ao seu próprio interesse mercantil. É por onde circulam – não raro de forma exclusiva – as informações, os dados especializados e as ordens que estruturam a produção. Quando se fala em fluidez, deve-se, pois, levar em conta essa natureza mista (e ambígua) das redes e do que elas veiculam (SANTOS, 1997,p.220).

práticas espaciais e das *relações de poder* (FOUCAULT, 1988)⁶⁰ que elas exercem sobre os municípios da região, que participam do circuito espacial produtivo da fruticultura.

Para controlar o território do Baixo Jaguaribe e reproduzir uma região especializada e funcional para a sua produção as empresas passam a criar uma série de normas técnicas corporativas. Com isso desenvolvem um conjunto de *práticas espaciais*⁶¹ de acordo os seus interesses. Na verdade as empresas estabeleceram uma hierarquia funcional e uma ampliação da vida de relações a nível regional, embora apresentem um caráter extremamente privado e seletivo, porque dizem respeito somente as ações das empresas. Na medida em que elas se inseriram na rede internacional da produção e no circuito espacial da fruticultura, utilizam-se tanto de *ações normativas*⁶² criadas pelo Estado, bem como dos novos objetos técnicos (rodovias, açudes, barragens, canais dutos etc.) adicionados ao território, fazem uso de modelos modernos de gestão logística, empregam os recursos técnicos da informática, ou seja, das redes técnicas para ampliar seus negócios, localização estratégica e de espaço planejado para a atividade (ARAÚJO, 2006).

À instalação dos sistemas de objetos técnicos (laboratórios, centros de processamento e armazenamento) associadas ao processo de produção essas empresas acabam na verdade por tornar o território mais denso, e propenso ao fortalecimento do circuito espacial da produção, favorecendo dessa forma, uma *fluidez territorial* (ARROYO, 2001), ou seja, permitindo uma

⁶⁰ Hoje, a tendência é para uma *Geografia do Poder* (RAFFESTIN, 1993), cuja idéia de território, do seu uso, da sua construção, por instituições e grupos sociais que ao longo dos tempos, definiram novas formas, compreendendo dinâmicas de apropriação efetiva e afetiva. Nessa perspectiva, parto da concepção de que o poder está relacionado à construção e ao uso do território pelo processo de modernização da agropecuária. Michael Foucault ressalta que o poder está em todas as relações sociais, pois todas são relações de poder. O autor afirma que o poder do Estado é apenas uma de suas formas, ao passo que o poder está em todas as relações sociais, dessa forma, todas que são relações de poder e está presente em todos os lugares.” Não porque tenha privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim, porque provém de todos os lugares”(FOUCAULT, 1998, p.89)

⁶¹ Quando usamos aqui o arcabouço teórico metodológico de (CORRÊA, 1991), para tentar descortinar as inúmeras territorialidades produzidas pelas empresas voltadas para o agronegócio no uso corporativo do território no baixo Jaguaribe consideramos na análise, às inúmeras peculiaridades e diferenças dos processos atinentes a produção do espaço nos territórios. Portanto, não tratamos aqui de utilizar os conceitos apenas como uma prótese. Na verdade, tentamos mostrar a partir deles, obviamente guardadas as devidas proporções, que empresas ligadas ao ramo da fruticultura também realizam *práticas espaciais* (como as grandes corporações), visando criar uma região funcional para a sua produção. Nossa reflexão parte da premissa que a reprodução do capital no espaço agrário cearense se realiza através de uma simbiose combinada e contraditória entre diversas formas estruturas, funções e atores sociais que compõem esse grande mosaico que é o espaço geográfico.

⁶² Conjuntamente com os novos objetos técnicos, devemos considerar também a grande importância que exerce o Estado no tocante a uma adequação normativa do território na criação de (leis, normas e resoluções), que funciona de forma complementar, mas não menos importante, à adequação técnica. “As formas técnicas são indicativas da maior ou menor rentabilidade do capital e do trabalho. Mas, como as formas não trabalham sozinhas, há uma exacerbação das necessidades de normas”(SANTOS, 2003, p.60). Estamos aqui entendendo a norma como as regras políticas implementadas para uma nova regulação das ações e do trabalho no território.

aceleração cada vez maior de fluxos de mercadorias, capitais e informações em nível local, nacional e global.

Nesse cenário merece destaque a instalação das empresas multinacionais *Del Monte Fresh Produce Ltda* e a *Fyffes Pineapples Ltda*. As mesmas são bons exemplos do interesse de grandes empresas nacionais e internacionais no Baixo Jaguaribe. Estas firmas são na verdade, dois grandes conglomerados multinacionais do ramo alimentício cuja sede da primeira está localizada nos Estados Unidos e a outra na Irlanda.

Em se tratando da marca Del Monte (Figura 8 e 9) uma das três principais empresas do setor de frutas do mundo, nasceu no final do século XIX, anos de 1880, em Oakland no estado norte-americano da Califórnia. No decorrer de boa parte do século XX, a Del Monte diversificou e verticalizou sua atuação, indo desde a produção de frutas e legumes frescos até à industrialização desses produtos e sua distribuição nos mercados mundiais. Hoje a Del Monte Fresh Produce tem seu principal centro administrativo nas Ilhas Cayman, na sua capital George. Com atuação nos cinco continentes, a empresa é considerada hoje a terceira no setor de produção, comercialização e beneficiamento de frutas in natura do mundo. Em 1892, referida marca foi amplamente utilizada na expansão dos negócios da firma e, no decorrer do século XX, diversificou sua atuação, indo desde a produção de frutas e legumes frescos até a industrialização. Hoje, a multinacional tem um elevado nível de verticalização: produz, transporta, processa, comercializa e distribui frutas para os mercados dos EUA e da Europa. Ainda lida com negócios de investimento em mercado financeiro, imobiliário e no setor turístico.

Figura 8 – Empresa Del Monte Fresh Produce



Fonte: <http://delmontebrasil.com.br>

Figura 9 – Empresa Del Monte Fresh Produce



Fonte: <http://delmontebrasil.com.br/>

Na América, ela atua principalmente na sua sede as Ilhas Cayman - e depois nos Estados Unidos. Nas Ilhas Cayman, a empresa tem a propriedade de várias empresas de navegação para transportar seus produtos, além do registro de subsidiárias de outros países e empresas de investimentos e de serviços ligados ao Turismo. Nos EUA, a empresa tem subsidiárias em vários estados com operações variadas. Em Delaware, perto de Nova Iorque, essa Empresa tem registro de operações com a produção de frutas, além da propriedade de uma empresa aérea e empresas de logística e transporte. Na Flórida e no Texas, tem registro de operações com a produção de frutas e firmas de propaganda. Recentemente, já durante a gestão da família Abu-Ghazaleh, em 2004, foi intensificado o processo de integração vertical da Empresa com a compra da empresa americana Cam-Am Express Inc, que tem uma grande frota de caminhões refrigerados que interliga boa parte dos estados americanos e o Canadá, o que vai possibilitar transportar as frutas da Del Monte Fresh Produce (ALBANO, 2005).

A empresa Del Monte Fresh Produce, iniciou a sua produção no Brasil, no final da década de 1980, instalando-se no Município de Ipanguaçu, no Rio Grande do Norte. Vale ressaltar que a Multinacional se fixou primeiramente, por via de uma *joint-venture* (associação) pernambucana chamada de Directivos Agrícola, que queria expandir sua área de produção com bananas para exportação, escolhendo o referido município. Celebrada a parceria entre as duas empresas, comenta Albano (2011), a Del Monte iniciou a compra de terra (502,4 ha), por meio da sua joint-venture, em 1995, a plantação no ano de 1996 e a colheita no ano seguinte, momento em que resolveu unilateralmente quebrar o contrato de parceria, trazendo uma série de prejuízos para a Directivos Agrícola. Nesse contexto, a Multinacional instalou-se efetivamente em Ipanguaçu e expandiu sua área de produção para dois outros municípios vizinhos: Açu e Carnaubais (CHAVES, M.L.J. e SANTOS, C.D, 2013, p.131).

No ano de 2000, a empresa chegou ao Ceará, especialmente no baixo curso do rio Jaguaribe, instalando fazendas de melão no Município de Quixeré. Em 2001, passou a produzir abacaxi (*Ananas sativus*), em Limoeiro do Norte, beneficiando das inúmeras vantagens locacionais (infraestrutura hídrica, viária, de eletrificação e telefônica) se instalou na área vizinha ao perímetro público Jaguaribe-Apodí (CHAVES, M.L.J. e SANTOS, C.D, 2013, p.131).

Outra empresa gigante do setor agroalimentar que se territorializou no Baixo Jaguaribe foi a empresa Fyffes Pineapples Limited (Figura 10 e 11). A marca “Fyffes” é a mais antiga do mercado frutícola mundial, encontrada em algumas frutas como banana, abacaxi e melão.

A empresa, de capital irlandês, começou a funcionar em 1888, levando bananas das Ilhas Canárias para Londres. É a primeira Companhia a ter navios especialmente construídos para o transporte de banana, já em 1901. É uma empresa bastante verticalizada, controla a produção, a aquisição, o transporte, o beneficiamento, a distribuição e a comercialização de frutas. O seu foco maior é a aquisição e não a produção propriamente dita, uma vez que possui somente uma pequena parcela de fazendas em Belize; o resto da produção é comprado da Dole ou de outras fazendas menores em Belize, Suriname, Jamaica, Colômbia, Costa Rica, Panamá, Equador, Honduras, Ilhas Canárias e Brasil (ALBANO, 2011; FYFFES, 2016; CHAVES, M.L.J. e SANTOS, C.D, p.130).

Em 2005, a Fyffes começou a atuar no Brasil por meio da sua *joint-venture* Bananas do Nordeste S/A (BANESA), produzindo melão (*Cucumis melo*) e melancia sem caroço (*Citrullus lanatus*) para o mercado externo. O projeto da empresa Banesa trata-se de uma iniciativa voltada quase que exclusivamente para exportação. Essa empresa começou a operar no ano de 2005 no Ceará, no perímetro público Jaguaribe-Apodí, em Limoeiro do Norte. Recentemente, 80% da produção vai para o mercado externo – Europa, Estados Unidos e Mercosul. Os outros 20% abastecem as praças de São Luís, Belém, São Paulo, além de fábricas de doce do Nordeste (CHAVES, M.L.J. e SANTOS, C.D, 2013, p.130).

Em 2006, como forma de ampliar sua participação na produção e exportação de frutas no Baixo Jaguaribe através de outra *joint venture* adquiriu 60% das ações da Nolem. Basta dizer da importância desse negócio, a Nolem é responsável por 40% do melão exportado pelo País, emprega 1,7 mil pessoas somente no Ceará. Sua sede localiza-se, em Mossoró. São oito mil hectares plantados no Rio Grande do Norte e Ceará. No período de safra(safra no caso do melão, dependendo do tipo, vai de agosto a março) chegam a empregar 2,8 mil trabalhadores. Na entressafra, o número fica em 1,8 mil trabalhadores. Empresa altamente tecnificada — possui parque frio para armazenagem com capacidade para 1.100 pallets; estrutura de galpões, incluindo packing, apoio, armazenagem e estoque, totalizando 34.500 metros quadrados No Ceará tem três unidades: Terra Nova, em Quixeré; Nova Esperança, no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (1.800 hectares arrendados); e na Fazenda Flamengo, na divisa do Ceará com o Rio Grande do Norte.

Figura 10 – Empresa Fyffes



Fonte: FYFFES, 2016

Figura 11 – Empresa Fyffes



Fonte: FYFFES, 2016

É importante assinalar essas duas grandes empresas mundiais do setor agroalimentar atuam nos territórios do agronegócio como ator-rede ou corporação-rede que estabelece estratégias-redes, troca de recursos de poder diante de objetivos compartilhados, definição de decisões que configuram o território corporativo (Baixo Jaguaribe) e diversos planos de visibilidade do poder e de resistências sinalizadas por movimentos sociais. O fim em jogo é a reprodução ampliada do capital no âmbito do agronegócio da fruticultura em áreas do semiárido. Para tanto, os objetivos se direcionam para a eliminação de obstáculos sociais aos interesses da corporação, através de estratégias-redes. O significado da ação aponta para desmatamento, concentração fundiária, privatização da água, controle do aparelho político, alianças com outras *tradings*, legitimação de um modelo de “desenvolvimento”, mudanças das leis ambientais e requalificação do território. A convicção fica por conta das possibilidades reais de acumulação de capital, apesar das resistências.

Outras empresas de capital nacionais também se territorializaram no Baixo Jaguaribe. Apesar do raio de atuação está circunscritos ao território nacional as mesmas conjuntamente as grandes corporações passaram a exercer esse controle do território e desenvolver práticas espaciais e interligando esse subespaço regional através das mais diversas conexões. É importante destacar que apesar de terem atuação apenas em escala nacional grande parte da sua produção destina-se a exportação. Então vejamos algumas delas:

Itaueira Agropecuária S.A (Figura 12 e 13): Sua matriz encontra-se em Fortaleza, suas áreas cultivadas ficam estrategicamente localizadas nos estados do Piauí (canto do Buriti), do Ceará (Limoeiro do Norte, Russas, Itaíçaba, Acaraú, Aracati, Palhano, São Benedito) e da Bahia (Curaca, Ribeiro do Amparo) a 1.000 quilômetros de distância uma da outra. Em São Paulo, fica o escritório comercial, que gerencia as vendas para todo o Brasil, já as exportações são

gerenciadas a partir da matriz, em Fortaleza para Estados Unidos, Canadá, Chile, Dubai, Rússia, Holanda, Espanha e Itália.

Figura 12 - Empresa Agrícola Itaueira



Fonte: Diário do Nordeste, 2015

Figura 13 - Empresa Agrícola Itaueira



Fonte: Diário do Nordeste, 2015

Agrícola Famosa Ltda: A sede está situada localizada no município de Icapuí justamente na divida entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte (Figura 14). Além de produzir frutas no município de Icapuí, a empresa possui áreas produtoras no Rio Grande do Norte (Baraúna); Ceará (Russas, Quixeré, Limoeiro do Norte). Como enfatiza a própria empresa sua localização diante de três importantes corredores de escoamento da produção: a apenas 300 km do Porto de Natal, no Rio Grande do Norte; 220 km do Porto do Mucuripe em Fortaleza, Ceará; e a 250 km do Porto de Pecém, a mais moderna estrutura industrial-portuária da região Nordeste, que está localizada no estado do Ceará, e é também o Porto brasileiro mais próximo do continente europeu.

Figura 14 : Localização da empresa Agrícola Famosa



Fonte: Agrícola Famosa, 2016

Dessa forma torna-se evidente que os sistemas técnicos cada vez mais facilita a compressão espaço-tempo. Nesse caso, frutas (melões, melancias e bananas) chegam com maior rapidez aos mercados consumidores britânico, holandês, italiano, português e espanhol, Dubai, Singapura, Turquia, Rússia, Lituânia, Estados Unidos e Canadá, indubitavelmente pelo avanços dos sistemas técnicos espalhados no território.

Figura 15 - Produção melão na Agrícola Famosa



Fonte: Diário do Nordeste, 2015

Figura 16 - Produção de melão na Agrícola Famosa



Fonte: Diário do Nordeste, 2015

Frutacor - Localizada do Chapada do Apodi em Limoeiro do Norte (Figura 17 e 18), também possui áreas produtoras em Quixeré e Russas. A empresa é uma grande produtora de banana mamão goiaba, banana, uva laranja tangerina para grande redes de supermercado de todo o Brasil, mas também exporta para Inglaterra, Espanha e Portugal. A empresa além da produção própria, monopoliza o território através do regime de “parceria” com pequenos produtores em um raio de mais de 150 KM da sede da empresa. A empresa iniciou no Perímetro Irrigado no ano de 1998 e vem expandindo suas terras e mercado na região do Baixo Jaguaribe. A empresa mantém parceria com 49 produtores (pequenos e médios), que ocupam 950,00 ha. Possui área de 932,00 ha em produção, onde a renda da terra acontece via produção propriamente dita (com assalariamento), o que representa 50% de sua produção. Somadas, as áreas produtivas da empresa e parceiros atingem 1.882,00 ha. Com a parceria, a renda da terra é apropriada mediante circulação de mercadorias (FREITAS,2010).

Figura 17 – Empresa Frutacor



Fonte: Freitas, 2010

Figura 18 – Empresa Frutacor



Fonte: Freitas, 2010

AGROSOL Agricultura de Mossoró LTDA: foi fundada em 1980 e tem como principal atividade produtiva o plantio e comercialização de melão, utilizando as variedades. A empresa têm no mercado externo a maior parte da destinação de seus frutos. Os produtores alegam que o fruto de primeira qualidade é quase totalmente destinado à Europa, onde os principais portos de distribuição são os de Roterdã, na Holanda e de Dover, na Inglaterra. Quanto ao plantio de outras culturas, menciona-se mamão, sorgo e manga, destinados para o mercado interno.

NOLEM Comercial Importadora e Exportadora LTDA: Fundada em 1997, a Nolem é atualmente a maior produtora e exportadora de melão do país, sendo responsável por 30% das exportações do fruto e detentora de 40% do mercado nacional. A empresa produz seis tipos de melão: Valenciano Amarelo, Pele de Sapo, Orange Flesh, Cantaloupe, Gália e Charantais, todas visando o mercado externo, notadamente para a Inglaterra e Holanda, saindo pelos portos de Natal e Fortaleza. A Nolem também produz mamão, acerola, caju, melancia e coco verde, visando uma diversificação de sua principal linha produtiva. No entanto, essas culturas ainda são produzidas em escala bem menor e somente para o mercado interno.

Durante a pesquisa, uma das questões que nos chamou atenção foi o fato de grande partes das empresas usarem modernos sistemas tecnológicos e de informação em todo processo produtivo. Grande parte delas utilizam a comunicação da internet via satélite através de sistemas, que abrange os módulos financeiro, fiscal e contábil, permitindo com isso que o incremento de informações ao sistema fosse realizado diretamente das fazendas localizadas nos diversos pontos do território, aumentando sensivelmente a velocidade de alimentação dos dados e a conseqüentemente a obtenção dos resultados das atividades por setor, cultura, vendas e distribuição em tempo real, reduzindo drasticamente o emprego de planilhas, cuja automação crescente terminará por substituí-las definitivamente.

Algumas empresas a exemplo da Itaueira, o utiliza o GTIN-13 (*Global Trade item Number*) para a identificação do Melão. A empresa foi uma das pioneiras a usar o código EAN-13 em todos os melões. Esse sofisticado sistema permite a rastreabilidade *pallet a pallet*, caixa a caixa e fruta a fruta. Todas as informações de rastreabilidade são mantidas na organização por 3 anos, mesmo o melão tendo 35 dias de prazo de validade. O Programa Global de Rastreabilidade foi desenvolvido para revisar o processo de rastreabilidade baseado em um *checklist* que resulta em um diagnóstico para detectar se o Sistema GS1 foi adotado corretamente. Além disso, permite as empresas obter orientação quanto as principais normas internacionais de rastreabilidade (BRC GLOBAL STANDARD – FOOD, GLOBALGAP, IFS FOOD, ISO 9001:2000, ISO 22005:2007, entre outros).

Analisando esse processo em curso no Baixo Jaguaribe de intensa fluidez territorial diante desses fatores diferenciais que podemos reconhecer, no atual conteúdo do território, o que Milton Santos denominou de “alargamento dos contextos”, que, segundo o autor, se caracteriza pelas

[...] novas possibilidades de fluidez que estão na base dessa formidável expansão do intercâmbio. Aumenta exponencialmente o número de trocas e estas ocupam um número superlativo de lugares em todos os continentes multiplicando-se o número e a complexidade das conexões (G. N. Fischer, 1980, p.27). Estas passam a cobrir praticamente toda a superfície da Terra (SANTOS, 1997, p.202).

Desta forma, com o desenvolvimento técnico e a consequente transformação do meio geográfico, a produção baseada na tecnologia da informação não mais se restringe aos sistemas locais ou regionais, mas, dada a nova natureza dos objetos e ações que compõem o espaço geográfico atual, configura verdadeiros circuitos globais de produção. É a partir deste alargamento dos contextos que surgem as possibilidades dos sistemas produtivos mais complexos distribuírem territorialmente as suas distintas etapas produtivas, graças, sobretudo, às facilidades de transporte e informação comuns deste período.

Com isso marca a existência de “regiões funcionais” que se associam a produção das empresas, tornando esse território um centro funcionalmente especializado as suas atividades. Áreas que, no passado recente, podiam ser chamadas de opacas (SANTOS & SILVEIRA, 2001), mas que, com a chegada dos eventos característicos da agricultura moderna, transformam-se em zonas luminosas, pontos ou manchas do território que vislumbram a configuração do meio técnico-científico e informacional.

Portanto com o crescimento demasiado da atividade ano final da década de 1990, a região Baixo Jaguaribe torna-se um espaço *racional e especializado*⁶³ e integrado ao circuito espacial produtivo do fruticultura sendo a maior área produtora do Ceará e uma das maiores do Brasil em algumas culturas a exemplo do melão e da banana, tornando-a um território regido pelo, o *acontecer hierárquico*⁶⁴. Valendo-se da ação vertical e controladora através da produção, circulação, comercialização e consumo dão-se, em espaços complementares à lógica do uso corporativo do território pelas firmas e cria-se, neste caso, um espaço racional e especializado para o agronegócio da fruticultura irrigada na região do Baixo Jaguaribe.

3.3 UM PANORAMA SOBRE A EXPANSÃO DAS FRUTAS TROPICAIS NO CEARÁ

Entendemos como crucial, antes de analisar o desenvolvimento do agronegócio da fruticultura no Ceará, perscrutar os aspectos mais gerais que demonstram a força do agronegócio no Brasil e mais particularmente no Nordeste brasileiro. Daí a importância de identificar o quadro estrutural da dimensão produtiva do capital no campo. Para lograr tal objetivo, recorreremos aos dados da área plantada e quantidade produzida, seu perfil e evolução. Coadunamos com Bezerra (2012) que assevera que esse exercício da exposição para a Geografia, às informações sobre os dados referentes à área plantada significam muito mais do que um mero conjunto de estatísticas relacionadas à produção que, o conteúdo do conflito social presente no avanço do agronegócio pode se expressar, claramente, a partir do quantitativo de hectares (verdadeiros territórios obnubilados!) que são incorporados pela racionalidade do capital.

A produção para o consumo de frutas *in natura* vem apresentando um crescimento expressivo nos últimos anos. As mudanças nos hábitos alimentares e o maior estímulo ao consumo de frutas pela população mundial fizeram com que a demanda pelo consumo de frutas aumentasse vertiginosamente. No Brasil, esse aumento é visível, pois nunca se comercializaram tantas frutas em feiras, supermercados e hipermercados como nos últimos

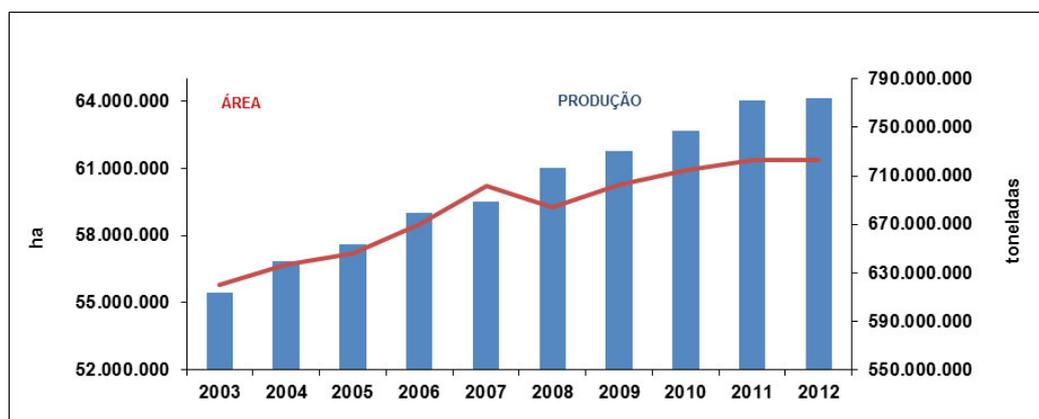
⁶³ “Essa nova divisão social do trabalho aumenta a necessidade do intercâmbio, que agora se dá em espaços vastos. Afirma-se uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. É o império, no lugar, de um saber-fazer ancorado num dado arranjo de objetos destinados a produção. Isso vem talvez nos mostrar o lado mais ativo da mencionada divisão territorial do trabalho”(SANTOS & SILVEIRA, 2002, p. 135).

⁶⁴ “(...) os espaços produzidos e organizados segundo as lógicas do *acontecer hierárquico*, sob a égide das técnicas informacionais, de verticalidades, de razões globais, que impõe uma ordem alheia, instrumental e pragmática ao funcionamento dos lugares[...]. São, pois, os espaços mais produtivos para as redes hegemônicas. Daí a força que o meio técnico-científico-informacional, em suas escalas local, regional e nacional, atrai capitais e designa hierarquia entre os lugares (BERNARDES, 2001, p.429).

anos. O aumento da renda, as novas formas de consumo e o rápido crescimento do processo de urbanização influenciam diretamente na formação de um mercado de frutas bastante competitivo (BEZERRA, 2012, p. 132).

A produção mundial de frutas foi de 773,8 milhões de toneladas e o Brasil é o 3º produtor mundial, atrás apenas da China e da Índia, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), divulgadas em 2012. Os dez maiores produtores mundiais são responsáveis por pouco mais de 60% da produção total. A produção mundial de frutas tem apresentado crescimento contínuo, caracterizando-se pela grande diversidade de espécies cultivadas, constituindo-se em grande parte por frutas de clima temperado, produzidas e consumidas, principalmente, no Hemisfério Norte.

Gráfico 1 - Produção mundial de frutas – 2003 a 2012



Fonte: FAO, 2011

As frutas tropicais e sub-tropicais possuem um elevado potencial de consumo, no entanto, apenas a Banana tem presença significativa no comércio internacional. A oferta de uma determinada fruta ao longo do ano é possível, pois as relações comerciais na Fruticultura se caracterizam por se complementarem com produções do Hemisfério Norte e Hemisfério Sul.

Os três maiores produtores são: a China, a Índia e o Brasil (Tabela 2) que, juntos, respondem por 44,2% do total mundial e têm suas produções destinadas principalmente aos seus mercados internos. Se contabilizadas, as produções do quarto ao décimo produtor, quais sejam: Estados Unidos, Turquia, Indonésia, México, Irã, Filipinas e Espanha representam 17,5% do total. Assim, os dez países maiores produtores respondem por 61,8% de toda a fruticultura mundial

Tabela 2: Principais Países Produtores de Frutas – 2012

País	Área (ha)	Produção (t)	% Produção
China	14.401.937	227.492.666	29,4
Índia	6.360.595	72.472.580	9,4
Brasil	2.442.786	41.023.611	5,3
Estados Unidos	1.221.109	29.244.549	3,8
Turquia	1.369.662	20.727.160	2,7
Indonésia	836.676	18.395.004	2,4
México	1.314.425	17.526.306	2,3
Irã	1.251.409	17.221.650	2,2
Filipinas	1.247.551	16.485.422	2,1
Espanha	1.584.900	15.720.947	2,0
Demais 196 Países	29.351.667	297.533.116	38,4
TOTAL	61.382.717	773.843.011	100,0

Fonte: FAO, 2011

Elaboração: ARAUJO, 2016

O maior produtor mundial de frutas é a China que em 2012 colheu 227,5 milhões de toneladas, o que representa 29,5%. As produções de Melancia, Maça, Manga, Melão, Tangerina, Pêra, Pêssego, Nectarina e Ameixa são as mais importantes. O segundo produtor é a Índia, cujas colheitas de 72,5 milhões de toneladas, participam com 9,4% no total mundial. Tem destaque nas colheitas de Banana, Coco, Manga, Abacaxi, Limão/Limas e Castanha-de-Cajú(Tabela 3).

Tabela 3: Principais Frutas Produzidas no Mundo (2012)

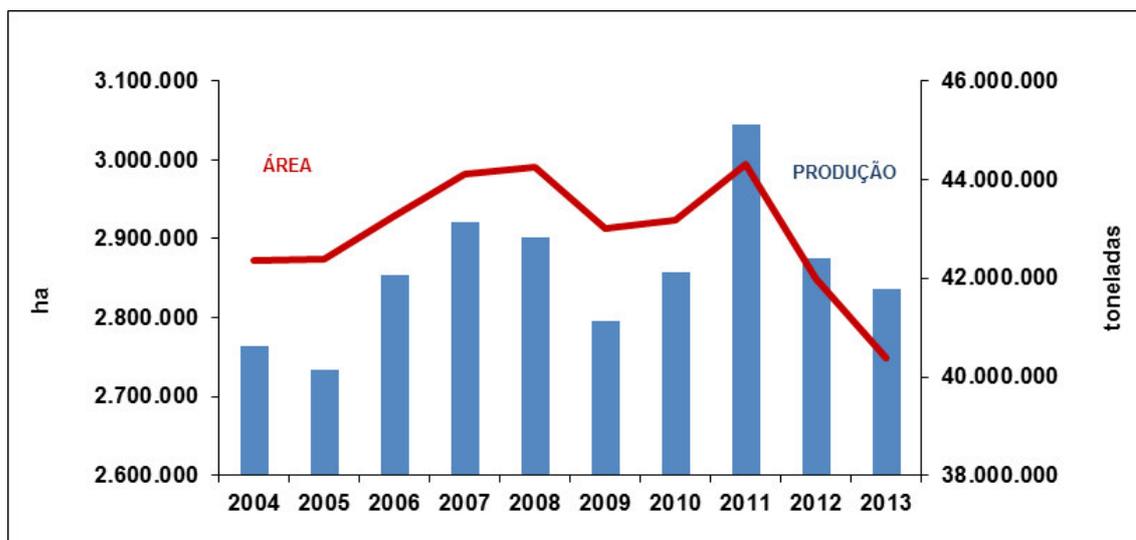
Frutas	Produção (t)	% Produção
1° Banana/Plátio	138.676.670	22,8%
2° Melancia	89.004.814	14,6%
3° Maça	69.569.512	11,4%
4° Laranja	69.416.335	11,4%
5° Uva	68.311.466	11,2%
6° Pera	22.644.755	3,7%
7° Abacaxi	19.418.477	3,2%
TOTAL	609.213.509	100,0%

Fonte: FAO/ADECE, 2011

Org: ARAUJO, Sergiano, 2016

O Brasil é um dos três maiores produtores mundiais de frutas, com uma produção que supera os 40,0 milhões de toneladas. A base agrícola da cadeia produtiva das frutas abrange 2,7 milhões de hectares e gera 6,0 milhões de empregos diretos. A presença brasileira no mercado externo, com a oferta de frutas tropicais e de clima temperado durante boa parte do ano, é possível pela extensão territorial do país, posição geográfica e condições de clima e solo privilegiadas.

Gráfico 2 - Produção de Frutas no Brasil 2004 -2013



Fonte: IBGE

Conforme pode ser analisado no Gráfico 2, o Brasil foi responsável pela produção de 43,6 milhões de toneladas de frutas em 2013. Em 2013, foram utilizadas cerca de 2,2 milhões de hectares para a produção de frutas. Juntas, estas oito frutas respondem por mais de 95% das exportações brasileiras em 2014. Outras frutas também são exportadas: Laranja, Abacate, Abacaxi, Figo, Coco, Caqui, Goiaba, Tangerina, Mangostão, Ameixa, dentre outros.

Tabela 4: Desempenho das Exportações de Frutas¹- Principais Estados (Valor em US\$ Fob)

ESTADOS	2010	2011	2012	2013	2014
1 Bahia	131.032.646	138.005.382	131.319.734	138.747.999	138.040.147
2 Pernambuco	131.850.816	148.531.297	129.333.475	122.046.151	115.676.495
3 Ceará	99.162.867	102.390.774	108.289.898	117.037.815	114.404.662
4 São Paulo	80.095.023	89.885.243	87.257.453	94.937.016	111.146.834
5 Rio G. do Norte	79.515.789	85.397.794	89.079.136	91.371.633	90.974.677
6 Outros Estados	105.388.237	86.366.494	90.406.831	112.440.638	88.638.781
Brasil	627.045.378	650.576.984	636.810.206	676.581.252	658.881.596

Fonte: MDIC

Org.: ARAUJO, Sergiano, 2016

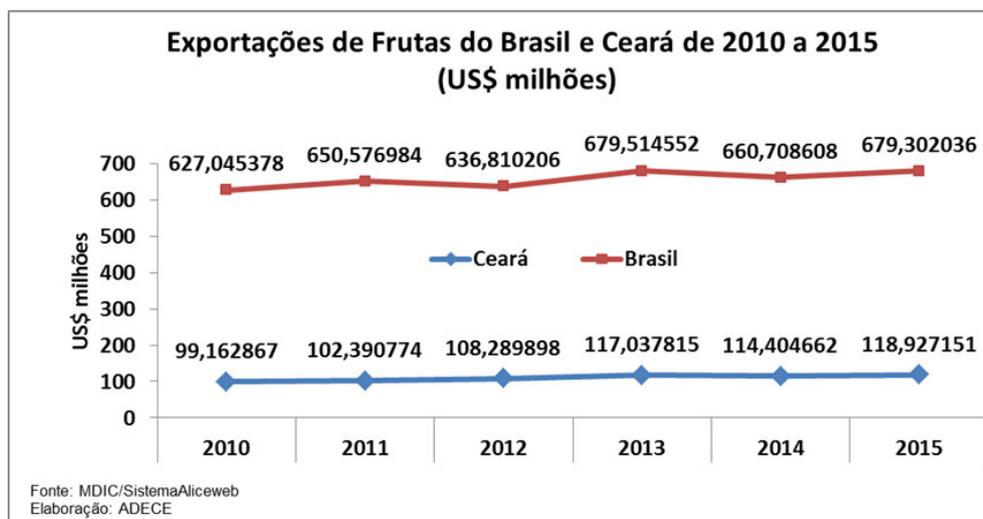
(1) *Frutas frescas e elaboradas, constantes no Capítulo 08 (NCM). exceto castanhas, amêndoas, avelãs, nozes e frutas rijas.*

(2) Ranking de acordo com as exportações no ano de 2013.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) entre os anos de 2010 -2014 o nordeste se consolidou como a maior região produtora e exportador de frutas do Brasil. Os Estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte concentram a maior parte da produção nacional. No ano de 2014, com um volume de exportação e de US\$ 138.040.147 milhões o estado da Bahia ocupou a liderança nacional seguido por Pernambuco US\$ 115.676.495 milhões e o Ceará US\$ 114.404.662 milhões (Tabela 4).

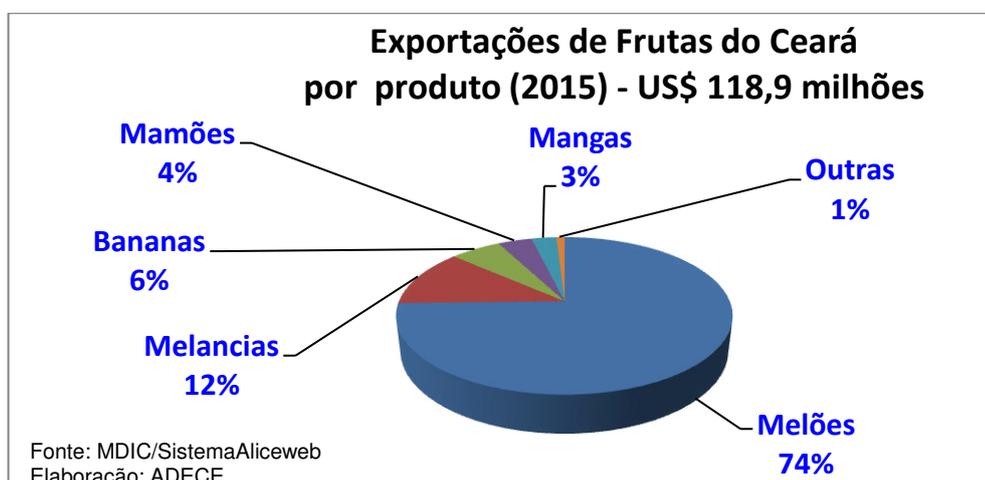
Como pode ser observado no Gráfico 3, o Estado do Ceará vem se destacando a cada ano nesse setor. Em 2010, o estado exportou algo em torno de pouco mais de US\$ 99 milhões de dólares e em 2015 esse valor saltou para mais US\$ 118 milhões o que lhe garantiu a terceira posição do ranking brasileiro de exportação de frutas tropicais(Tabela 4).

Gráfico 3 – Exportações de frutas do Ceará 2010 a 2015



Como pode ser visto através do Gráfico 4, 2015 exportou US\$ 188.710.968 milhões, sendo com um percentual de 74% do volumes de exportado o melão é o grande destaque na produção cearense, seguido pela melancia com 12%, a banana 6%, mamão 4% e manga 3% do total negociado nas bolsas internacionais.

Gráfico 4 - Exportações de frutas por produtos – Ceará -2015



Quando analisamos de forma rápida o contexto da espacialização das principais lavouras no Ceará, permite-nos observar a formação de um quadro preocupante e elucidativo da força com que o agronegócio avança no território cearense. De acordo com dados mais recentes da Produção Agrícola Municipal do IBGE em 2008-2014, as lavouras tradicionais como arroz em casca, Cana-de-açúcar, feijão em grãos, mandioca e milho mesmo terem se mantido entre as culturas com

maior quantidade de área plantada, houve uma variação negativa tanto na área plantada como na quantidade produzida como pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5 - Ranking decendente da área plantada (ha) das principais lavouras do Ceará e quantidade produzida em toneladas - 2008/2014

Lavoura	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Área Plantada (ha)							
Arroz (em casca)	32.806	34.776	27.563	31.755	24.902	19.493	13.201
Cana-de açúcar	42.159	42.706	43.024	41.370	40.248	32.739	25.190
Feijão (em grão)	576.569	586.625	464.636	600.137	451.190	318.484	403.666
Mandioca	95.455	103.707	109.155	85.083	89.117	65.519	60.747
Milho (em grão)	675.480	691.632	551.984	725.301	497.598	355.871	472.052
Quantidade produzida (ton)							
Arroz (em casca)	97.769	93.388	63.868	93.460	51.200	49.268	39.798
Cana-de açúcar	2.270.816	2.323.937	2.306.004	2.209.852	1.996.789	1.674.705	1.176.523
Feijão (em grão)	252.741	129.827	83.286	264.205	52.200	49.268	108.998
Mandioca	935.317	686.325	620.964	836.606	468.724	300.348	478.663
Milho (em grão)	752.882	538.962	174.955	915.286	122.501	112.741	347.828

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 2008-2014 – Levantamento sistemático da produção agrícola

Org: ARAÚJO, Sergiano. 2016

Quando comparamos com dados também da mesma série histórica 2008-2014, identificamos, nitidamente, o contorno de um grave conflito, no qual a dominância das principais culturas do agronegócio vem se mantendo com larga distância em relação às culturas da agricultura tradicional, a exemplo do feijão, arroz e mandioca. As culturas de abacaxi, Melão, banana, maracujá, mamão dentre outras tanto tiveram crescimento na sua área produzida com na sua produtividade como pode ser observado de forma mais detalhada na Tabela 6.

Tabela 6 - Participação percentual de área plantada e quantidade produzida de frutas / Ceará - 2008-2014

Cultura	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Área Plantada (ha)							
Abacaxi	497	556	277	285	355	330	292
Banana	43.511	44.742	46.220	47.745	47.413	49.255	46.654
Goiaba	702	766	800	979	1.079	1.197	1.515
Mamão	2.141	2.360	2.424	2.612	2.562	2.773	2.478
Manga	5.049	5.016	5.132	5.202	5.262	5.576	2.559
Maracujá	4.978	5.579	7.000	8.043	8.137	9.319	6.500
Melão	6.803	4.888	5.431	5.629	7.794	7.329	7.349
Melancia	1.473	1.464	1.223	1.621	2.089	2.024	1.859
Quantidade produzida(ton)							
Abacaxi	100.865	17.585	11.451	11.074	10.538	11.247	10.403
Banana	423.016	429.506	445.169	494.250	415.763	375.531	452.541
Goiaba	7.441	8.698	9.031	11.264	12.569	13.984	18.936
Mamão	99.522	104.954	102.875	112.579	86.414	118.372	98.773
Manga	43.427	43.707	46.840	41.374	43.138	46.632	49.305
Maracujá	112.804	129.001	159.886	180.692	179.243	213.902	144.024
Melão	170.424	124.157	153.161	143.466	219.309	212.362	-
Melancia	56.285	51.281	50.321	56.910	75.442	68.895	82.424

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal 2008-2014, Levantamento sistemático da Produção Agrícola 2015.

Org: ARAÚJO, Sergiano 2016.

O avanço do agronegócio da fruticultura no Ceará pode ser mensurado na medida que essa atividade econômica já ocupam o segundo lugar dentre os principais os itens a pauta de exportação do estado. Como pode ser observado através da Tabela 7, no ano de 2014, como o volume da ordem superior a US\$ 115 milhões de dólares passou a suplantando as atividades econômicas tradicionais ligadas ao extrativismo vegetal, como a cera de carnaúba, a castanha de caju e a lagosta que historicamente foram os principais produtos exportados pelo estado durante décadas.

Tabela 7- exportações cearenses - principais agronegócios - (US\$ FOB)

PRODUTO	2010	2011	2012	2013	2014	%
	(Jan-Dez)	(Jan-Dez)	(Jan-Dez)	(Jan-Dez)	(Jan-Dez)	Total 2014/13 (Jan-Dez)
1 COUROS E PELES	165.874.620	184.139.998	205.932.324	194.111.759	218.256.259	12,4
2 FRUTAS TOTAL	99.162.867	102.390.774	108.289.898	117.037.815	114.404.662	-2,2
3 CASTANHA DE CAJU	182.015.701	176.049.720	148.575.140	109.803.348	89.699.379	-18,3
4 CERA DE CARNAÚBA	43.629.881	58.215.910	66.842.620	53.029.585	66.835.136	26,0
5 SUCOS DE FRUTAS	29.598.539	39.875.979	45.840.727	42.978.583	39.949.173	-7,0
6 LAGOSTA	60.195.313	50.109.672	29.037.413	42.070.296	42.206.635	0,3
7 EXTRATO VEGETAL (LCC)	8.678.775	13.834.155	10.755.509	7.757.645	4.366.913	-43,7
8 MEL DE ABELHA	9.721.535	12.778.933	8.152.477	7.280.129	10.076.874	38,4
9 PEIXES	3.258.534	3.570.811	3.556.104	4.035.824	4.520.067	12,0
10 FLORES/PROD. FLORICULTURA	3.290.644	5.000.846	4.279.536	3.974.780	4.602.646	15,8
PRINCIPAIS AGRONEGÓCIOS	605.426.409	645.966.798	631.261.748	582.079.764	594.917.744	2,2
ESPORTAÇÕES TOTAIS DO CEARÁ	1.269.498.551	1.403.295.759	1.266.967.291	1.420.464.015	1.471.111.769	3,6
% AGRONEGÓCIOS SOBRE O TOTAL	47,7%	46,0%	49,8%	41,0%	40,4%	

Fonte: MDIC/ALICE

Elaboração: ADECE/Adaptado por (ARAUJO, Sergiano 2016)

Com relação as das frutas com a melhor relação produção versus exportação, tais como o melão, melancia, manga e a banana, o Baixo Jaguaribe concentra a maior número de área plantada e de quantidade produzida. De total de área de 88 mil hectares de área irrigada do estado, a região sozinha responde por de 28 mil hectares irrigadas como pode ser observado no quadro através do Quadro 3.

Quadro 3 - Caracterização dos Pólos de Irrigação do Ceará (2010)				
Pólos de Irrigação	Nº Municípios (un.) (%)	Área Irrigável (mil ha) (%)	Área Irrigada (mil ha) (%)	PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS
Baixo Acaraú	14 / 7.6%	30/ 15.0%	4/ 4.2%	Abacaxi, banana, coco, citros, goiaba, leite, mamão, manga, maracujá, melão, pimenta, uva
Baixo Jaguaribe	15 / 8.2%	65/ 32.5%	28/ 32.2%	Abacaxi, ata, banana, citros, figo, goiaba, graviola, leite, mamão, manga, melão, melancia, uva, hortaliças, sementes
Cariri	8 / 4.3%	20/ 10.0%	6/ 6.8%	Banana, goiaba, leite, manga, uva, hortaliças, plantas, flores tropicais
Centro Sul	4 / 2.2%	30/ 7.5%	8/ 9.8%	Banana nanica, goiaba, leite, spondias
Ibiapaba	9 / 4.9%	15/ 15.0%	12/ 13.6%	Acerola, banana, goiaba, manga, maracujá, hortaliças, plantas ornamentais, flores, rosas, folhagens
Metropolitano	14 / 7.6%	20/ 10.0%	15/ 16.7%	Bulbos de amarilis, caladium, ata, banana, coco, flores tropicais, graviola, leite, mamão
Total Polos	64 / 34.8%	180/ 90.0%	73/ 83.2%	Abacaxi, banana, mamão, manga, melão, melancia, uva, hortaliças, leite, sementes, produtos da floricultura
Extra polos	120 / 65,2%	20/ 10.0%	15/ 16.8%	
Ceará	184/ 100.0%	200 / 100.0%	88/100.0%	Frutas, flores, hortaliças, arroz, feijão, cana de açúcar e leite

Fonte: Fonte: IBGE, SDA, DNOCS, INST. AGROPOLOS, EMATERCE, SRH
Elaboração: ADECE

3.4 OS CIRCUITOS ESPACIAIS DA FRUTICULTURA E SEUS CONSEQUENTES CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DA FRUTICULTURA NO BAIXO JAGUARIBE

As mudanças que ocorrem no mundo atual se mesclam através de várias transições, as quais se traduzem na emergência de novas formas de organização do território, que divergem das formas precedentes na medida em que revelam modificações na própria intervenção produzida pelo Estado em transformação. Essas mudanças conferem um novo significado ao espaço na atual fase do modo de produção (BRANDÃO FILHO, 2005).

Essas mudanças, no modo de produção capitalista, vão intensificar um *frenesi* no território para produção de mercadorias. Isto faz com que o território passe a ser usado de forma corporativa pelo Estado, pelas corporações, pelas instituições.

De acordo com Araújo (2006), essa aceleração nos fluxos de mercadorias vai promover uma articulação entre a base agrária e a base industrial. Com isso surgem no país inúmeros conglomerados econômicos ligados diretamente à produção de determinados produtos agropecuários. Essas corporações asseguram o controle das indústrias de insumos modernos, máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, indústrias de transformação de produtos agropecuários e de rações, indústrias de medicamentos veterinários e pesquisa genética para a produção de raças de bovinos, suínos e aves, bem como para a nova variedade de sementes de cereais.

Essa articulação do capital agrário-industrial vai tomar duas direções. Ao mesmo tempo, que dão sustentáculo ao mercado interno em franca expansão, devido ao processo intenso de urbanização, vai também fortalecer a monocultura exportadora, como forma de equilibrar a balança comercial brasileira. Intensifica-se com isso uma nova racionalidade na agropecuária brasileira, o que vai modificando as formas tradicionais de produção, distribuição e comercialização dos produtos agropecuários em algumas regiões do país (ARAUJO, 2006).

Para dar conta de tamanha complexidade, em que a produção, a circulação, a comercialização e o consumo comandam o atual período e onde o território passa a ser usado de forma corporativa pelas novas relações ditadas pelo capitalismo mundial, Santos (1986,1988,1993,1996,2000,2001) propõe um olhar minucioso da dialética do território através dos *circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação*⁶⁵.

⁶⁵ “O uso do território não é o mesmo para as diversas firmas. Os mesmos sistemas de engenharia são utilizados diferentemente e seletivamente. Na medida em que a força de mercado não é a mesma, a dimensão espacial de cada firma não é idêntica, variando com a capacidade de cada qual transformar as massas produzidas em fluxos. Cada firma usa o território segundo sua força. Criam-se, desse modo, circuitos produtivos e círculos de

Esse caminho teórico metodológico possibilita que vislumbremos o movimento do território através da circulação de bens e produtos “apontando a maneira como os fluxos perpassam o território” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p.143). Essa categoria de análise abre a possibilidade que enxerguemos as inúmeras teias que se processam e se entrelaçam nesse movimento permanente da reprodução do capital que tem engendrado uma nova divisão territorial do trabalho no espaço agrário cearense.

Com isso, torna-se possível entender “...as relações entre especialização produtiva, a hierarquia de lugares, o comando dos circuitos por grandes empresas e o papel do Estado como intermediário privilegiado entre agentes” (CASTILLO, 2005, p.3). Isto significa dizer, que o território deixa de ser visto como um agente passivo, inerte, inócuo, para ser pensado como um território em movimento, que passa a ser apropriado e usado para o estabelecimento de novos eventos.

Quando elabora a categoria dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação, Santos (1986) parte do pressuposto de que a história dos lugares é definida a partir da efetivação das possibilidades que o mundo lhes oferece, ou seja, a efetivação de um conjunto de ações, que por sua vez tornam-se materializados no território. Assim, ainda que o território seja povoado por distintas ações e objetos, e que todos estes influenciem no seu funcionamento, a sua configuração é determinada sobremaneira por um conjunto de agentes (e de ações) mais proeminentes.

Santos (1996) entende que o território usado deve ser percebido a partir de uma visão panóptica formado por *um conjunto indissociável e contraditório* (Idem, 1996) *de sistemas de objetos e de sistemas de ações*, sendo que os sistemas de objetos não funcionariam e não teriam realidade filosófica se os vemos separados dos sistemas de ações.

Dessa forma, não se trata de tomar o território como simples compartimentação ou mesmo extensão, passivo e inerte. “...é preciso pensá-lo também como uma totalidade, tal o espaço geográfico, isto é, como território usado. É dessa forma que o território vivo e vivendo, revela a dinâmica da natureza sociedade e “fala pela nação”” (SOUZA & RAMALHO, 2004). A partir dessa análise, Santos (1996) expressa a compreensão de território usado como uma totalidade dinâmica.

cooperação, como forma de regular o processo e assegurar a realização do capital. Os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, de matéria. Os circuitos de cooperação associam esses fluxos matéria e outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens. As cidades são definidas como pontos nodais, onde estes círculos de valor desigual se encontram e superpõe” (SANTOS, 1994, p.28)

“Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido...” (KOSIK, 1976, p. 43). O território usado é uma totalidade, pois possui estrutura própria (não é caótica), se desenvolve (não é imutável) e vai sendo criado (não é um todo perfeito, acabado e isolado). A técnica é mutável, o meio geográfico é mutável. A técnica tem uma durabilidade, que está ligada à sua função como meio para determinados fins (ORTEGA Y GASSET, 1963). Os usos do território mudam conforme as novas funções designadas pela sociedade.

A aceleração contemporânea gera mais rápido a mudança das coerências funcionais, que são as funções do uso do território num dado espaço. A funcionalização do mundo, nos lugares, a partir dos usos do território, não se dá mais dentro de limites regionalizados estáticos. Os lugares tornam-se mundializados e interdependentes conforme avança a difusão do período técnico-científico-informacional. A densidade desse meio possibilita novos usos do território, que criam sinergias nos lugares e a interdependência entre eles (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

Nesse caso, com a utilização da categoria dos circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação, tenta-se apreender esse movimento dialético dos territórios produtivos no atual período. O aumento exponencial de técnica, ciência e informação para a realização de uma mais-valia universal, facilita a produção de fluxos e fixos de toda ordem e com isso, o mundo passa a se conectar através da produção, circulação, comercialização e consumo.

Segundo Santos,

(...) No período atual, esse movimento é comandado, sobretudo por fluxos não obrigatoriamente materiais, isto é, capitais, informações, mensagens, ordens. Essa é a inteligência do capital, reunindo o que o processo direto da produção havia separado em diversas empresas e lugares, mediante o aparecimento de verdadeiros círculos de cooperação. Circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos, e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p.144).

De acordo com (SANTOS & SILVEIRA, 2001), tanto os círculos de produção quanto os círculos de cooperação são conceitos indissociáveis entre si, e que para captarmos a dinâmica socioespacial é preciso que tratemos o conceito não como um sobreposto ao outro, mas sim com o conceito uníssono que tem a pretensão de abarcar a totalidade daquilo que ele se propõe. Sendo o circuito espacial caracterizado pelo movimento mais visível, enquanto os círculos de cooperação se caracterizam por aquilo que, segundo Raffestin (1993), as grandes

empresas tentam esconder de qualquer forma, ou seja, os fluxos imateriais, que também se realizam através de ações, políticas, eventos, matéria-prima do mundo contemporâneo.

Os circuitos espaciais da produção (re)configuram o território através da criação de sistemas técnicos e normativos, com intuito de favorecer a fluidez. Dessa forma, os agentes operam nos circuitos espaciais produtivos, principalmente as grandes empresas, tentando suprimir os obstáculos à livre circulação das mercadorias, da informação e do capital, através da criação de fixos e de normas que possibilitem a realização acelerada dos fluxos. Para tanto, são estabelecidas solidariedades organizacionais e círculos de cooperação dentro dos circuitos espaciais. Nesse caso, como podemos perceber, as normas passam a ser as principais estratégias adotadas pelas firmas no tocante ao processo de monopolização do território (FREDERICO, 2005).

Destarte, quando estudamos a expansão do agronegócio no território cearense através dos *circuitos espaciais da produção e seus conseqüentes círculos de cooperação*, possibilitamos a abertura de caminhos para o avanço no entendimento da totalidade, haja vista que o conceito nos permite vislumbrar como se engendram os inúmeros eventos cristalizados ou não no espaço através da expansão do *meio-técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1999).

No caso do Ceará, a região do Baixo Jaguaribe é o exemplo notório desse latente estado de transformação. As mudanças processadas no presente se dão devido à nova racionalidade exógena imposta pelas firmas produtoras de novos eventos, que vão impondo a partir das normas técnicas e corporativas, e da intervenção do Estado através de um *conjunto de objetos e um conjunto de ações* (SANTOS, 1996) uma nova dinâmica territorial.

O rebatimento dessa modernização no território cearense, acontece de diversas formas de apropriações, incorporações e sujeições de processos, formas e estruturas antigas que conjuntamente com as novas feições do capital produzem novos eventos. Ou seja, têm-se ao mesmo tempo eventos produzidos em tempos pretéritos somados aos produzidos sob os auspícios da modernização que se juntam no movimento do capital se fundem numa metamorfose territorial, criando as condições propícias para uma nova divisão territorial do trabalho, através da produção, circulação, comercialização e consumo globalizados, permitindo com isso uma maior flexibilidade da comunicação entre os lugares.

Dessa forma, os territórios selecionados para produção adquirem novos arranjos, novos significados, novas funcionalidades, sendo a produção de mercadorias, uma ponte que conecta os lugares da produção aos lugares do consumo e vice-versa, diante de movimentos

contínuos. Esse movimento dos fluxos (capital, mercadorias, informações) através das redes, engendra no território, inúmeros subespaços articulados regionalmente, e permitem que estes, por sua vez, se conectem através dos inúmeros fluxos de todos os tipos, de todas as intensidades e de todas as direções com outros lugares da produção e do consumo.

No período técnico-científico-informacional, as normas técnicas tornaram-se agentes imprescindíveis para que o território seja apropriado, corporificado pelas empresas na nova racionalidade moderna. O conjunto de normas corporativas (materiais e imateriais) promove um sincronismo fenomenal no espaço, ao mesmo tempo em que rompe com eventos pretéritos, também se justapõe com eventos atuais, numa simbiose que tem como resultado visível o aprofundamento da divisão territorial do trabalho ligado a determinados circuitos espaciais produtivos.

Por exemplo, quando uma firma, com auxílio do Estado, utiliza-se de um conjunto de técnicas para regular, normatizar determinado território para o seu uso corporativo, através de um grande número de materialidades (estradas, barragens, portos, aeroportos) e imaterialidade (informações, comandos, mensagens) isso significa dizer que essa firma está usando o território de forma particular, para a sua produção. A viabilidade da fluidez territorial facilitada através das ações das grandes empresas, que utilizam o território como recurso (SANTOS, 1997). Em nenhum período histórico as normas foram tão determinantes para que as empresas reproduzissem em escala planetária, como bem relata Santos:

As normas das empresas são hoje uma das locomotivas do seu desempenho e de sua rentabilidade. Tais normas tanto podem ser internas, relativas ao seu funcionamento técnico, como externas relativas ao seu comportamento político e nas suas relações regulares ou não, com outras firmas, sejam essas relações de cooperação ou de concorrência (SANTOS, 1999, p. 183).

Portanto fica claro que com a globalização os agentes que operam nos circuitos espaciais produtivos, principalmente as grandes empresas, tentam suprimir os obstáculos à livre circulação das mercadorias, da informação e do capital, através da criação de fixos e normas que possibilitem a realização acelerada dos fluxos. Para tanto, são estabelecidos solidariedades organizacionais e círculos de cooperação dentro dos circuitos espaciais.

No circuito espacial da fruticultura, diversas parcerias são estabelecidas entre exportadores, processadores, produtores, transportadores e o Estado, com a finalidade de permitir uma logística mais eficiente de circulação, diminuição dos custos de produção e maiores ganhos financeiros.

O desenvolvimento técnico-científico foi o instrumental que possibilitou uma manipulação mais eficiente dos recursos naturais na região do baixo Jaguaribe. Os altos índices de produtividade conquistados pelo agronegócio desta região, estão associados impreterivelmente aos investimentos em ciência e tecnologia, da dependência dos insumos fornecidos pelas multinacionais, especialmente no que se refere aos agrotóxicos e fertilizantes.

Assim corroboramos com Bernardes (2002: 336), quando esta assinala que as inovações mecânicas, físicas – químicas e biológicas, utilizadas de forma coordenadas, superam as barreiras naturais e aumentam a velocidade de circulação de capital, redimensionando a produtividade do trabalho e elevando o rendimento médio. Essa é uma estratégia para aumentar a produção sem expandir a propriedade

Fazendo uma analogia com o estudo Bernardes (2002, p. 79) quando a mesma analisa os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação da soja no Estado do Mato Grosso, acreditamos que a região do Baixo Jaguaribe, guardadas as devidas proporções, também se inclui no que a autora vai chamar de *espaços concentradores da produção*, tornando-se dessa forma, o lugar da concentração de recursos e de implantações tecnológicas, e, articuladora de condicionadores econômicos e técnicos que se difundem espacialmente, resultando em elevados níveis de rendimento⁶⁶. Sendo assim, pelo fato de a região possuir alta capacidade de expandir rapidamente o meio técnico-científico-informacional, tornou-se uma das principais regiões produtoras de frutas tropicais do país.

Portanto para se entender a expansão da fruticultura na região do Baixo Jaguaribe é oportuno analisar as políticas públicas atuantes, tanto no que se refere ao incremento da produção propriamente dita, quanto no incentivo à industrialização do setor. A partir desse contexto, pode se entender o aparelhamento estatal, agindo por meio dos bancos oficiais (fornecendo linhas de créditos específicas) para a construção de estações de beneficiamento de frutas, laboratórios, canais, e completo sistema de irrigação etc., que são formas geograficamente imobilizadas do capital. Como também através dos investimentos em ciência e tecnologia através da presença marcante da Embrapa, Universidade Federal do Ceará, do Instituto Federal Tecnológico responsáveis pela realização de pesquisas aplicadas que garantiram o acelerado desenvolvimento do setor em poucos anos. A atuação dos dois últimos órgãos citados se dá, sobretudo a partir da difusão de pesquisas e tecnologias voltadas para o manejo da produção, impactos ambientais, genética e controle de doenças, dentre outros.

⁶⁶ A produtividade de algumas culturas a exemplo da banana dentro dos perímetros irrigados do Baixo Jaguaribe é maior do Brasil.

Com tudo isso, a produção desta *commodity* avança alcançando os mais elevados patamares de produção e produtividade na região do Baixo Jaguaribe, apoiada na atuação ativa do Estado por intermédio dos investimentos na produção com base em biotecnologia e nos vultosos investimentos financeiros que financiam grande parte do circuito espacial produtivo.

3.4.1 A Ciência a serviço do Capital

Apesar da região do Baixo Jaguaribe apresentar condições favoráveis como clima, áreas de terras desocupadas, solos de boa qualidade e recursos hídricos, necessitariam serem realizadas pesquisas que avaliem a adaptação desse território para essa nova atividade econômica. Desse modo, a revolução técnica-científica tem sido um grande diferencial na manipulação mais eficiente dos recursos naturais nessa região, intensificando o domínio da natureza pelo capital através dos adubos químicos, uso de máquinas, sementes melhoradas geneticamente, que levam o capital a superar as barreiras naturais.

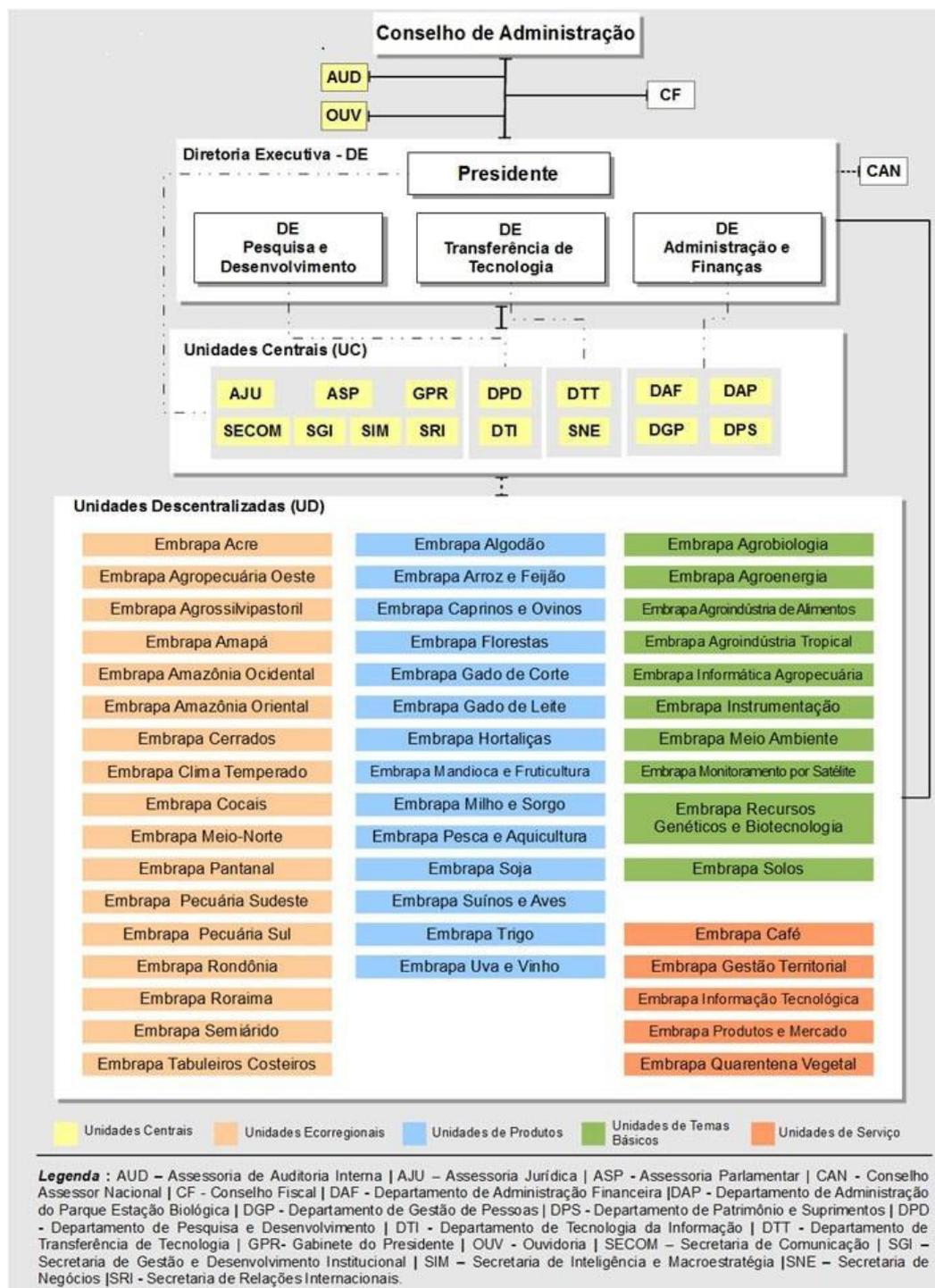
Portanto a expansão da fruticultura no Baixo Jaguaribe se deve, em grande medida, aos crescentes incentivos oficiais dados ao desenvolvimento de pesquisas biotecnológicas para adaptação de espécies, o que vem possibilitando uma independência tecnológica que até então estava restrita aos grandes países produtores do mundo. Neste caso, o Estado participa como mediador, subsidiando recursos financeiros na pesquisa e na tecnologia da produção. Nesse item, as universidades públicas desempenham importante função no fortalecimento dos circuitos espaciais da produção da fruticultura na medida em que vêm desenvolvendo tanto as condições de pesquisa bem como a formação de mão-de-obra qualificada.

Dentre as políticas empreendidas a partir da década de 1970, destaca-se como fundamental aos processos de difusão de inovações na agropecuária a ação pioneira do Estado através da política tecnológica especialmente a criação da Empresa Brasileira de Assistência de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), primeiro sistema de pesquisa e extensão rural no âmbito nacional associado à agropecuária, que logo montou uma verdadeira rede de estações de pesquisas experimentais espalhadas por todo o território nacional, resultado de extraordinárias inovações científicas-técnicas e constituem sobremaneira um dos alicerces da reestruturação da agropecuária do país (ELIAS, 2002, p. 25).

Em poucos anos a Embrapa se transformou na mais importante instituição de pesquisa agropecuária do país e num dos mais influentes do terceiro mundo. São 46 centros de pesquisa, núcleos e unidades espalhadas por todo país. Com a Sede da Embrapa em Brasília

que é responsável por planejar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à execução de pesquisa agropecuária e à formulação de políticas agrícolas. Esse trabalho é realizado por meio de 17 Unidades Administrativas, também chamadas Unidades Centrais, que dão suporte à Diretoria-Executiva da Empresa, conforme pode ser observado no organograma da Figura 19.

Figura 19 – Organograma da EMBRAPA



Julho - 2014

Fonte: EMBRAPA, 2016

No Ceará podemos foram montados dois centros da Embrapa, um localizado no município de Sobral, o centro Nacional de Pesquisa de Caprinos (CNPc), especializado em caprinocultura e outro na capital, Centro Nacional de Pesquisa de Agropecuária (CNPAT) especializado em tecnologia e processos e processos para a Agroindústria tropical, direcionado hoje, para atuar em toda cadeia produtiva da fruticultura que com isso tem realizado inúmeras pesquisas voltadas para esse setor em parceria com outras instituições de pesquisa a exemplo da Universidade Federal do Ceará(UFC), Universidade Estadual do Ceará(UECE) e CENTEC.

Em 2005, a Embrapa Agroindústria Tropical e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) firmaram um convênio para programar ações de modernização tecnológica e desenvolvimento sustentável em oito Perímetros Irrigados do Nordeste, dentre eles o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. As ações incluíam levantamento por demandas de capacitação de multiplicadores, instalação de unidades demonstrativas de fruteiras irrigadas e unidades-piloto para o processamento de frutos tropicais. De acordo com o DNOCS, o principal objetivo da Embrapa neste espaço seria a instalação de unidades demonstrativas de cultivo de fruteiras irrigadas, com a realização de dias de campo para treinar os participantes (EMBRAPA, 2005).

Os efeitos da revolução biotecnológica empreendidos pela Embrapa para a expansão da fruticultura irrigada no Baixo Jaguaribe pode ser percebido a partir das inúmeras pesquisas voltadas para a melhoria e métodos de irrigação que otimizem a produção e melhoria genética, reduzam o consumo de água e controlem a salinização; adaptação e obtenção de novas variedades de frutas mais produtivas e resistentes a pragas e doenças; desenvolvimento de plantas modificadas geneticamente; desenvolvimento e/ou adaptação de métodos de manejo de pragas e doenças; técnicas de processamento utilizando métodos combinados; determinação do ponto ótimo de colheita para as principais fruteiras cultivadas; novas técnicas de armazenamento e embalagem de frutas tropicais; desenvolvimento de técnicas que reduzam os efeitos de afluentes e resíduos sólidos gerados pelo setor; estudos de tendências de mercado (EMBRAPA, 2002).

Em 2008 através das pesquisas realizadas na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargen), em Brasília, com apoio do Proeta/EMBRAPA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Novas Empresas de Base Tecnológica e à Transferência de Tecnologia conseguiu grandes feitos na área de biotecnologia voltada para o agronegócio de frutas tropicais a partir de vários recursos públicos destinados a pesquisa voltados ao

agronegócio. Em parceria com a UFC, CENTEC, com aportes financeiros do Programa de Apoio à Pesquisa na Pequena Empresa (Pappe) da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), Banco do Nordeste(BNB) e BNDES depois de várias pesquisas no Baixo Jaguaribe, conseguiu lograr êxito na criação da primeira biofábrica (BIOCLONE)⁶⁷ do Ceará especializada no desenvolvimento de mudas clonadas para o agronegócio (Figura 20 e 21).

É importante destacar que antes da Bioclone, algumas grandes empresas de fruticultura do Ceará importavam mudas da Costa Rica e Israel para implantar os seus campos de produção. De acordo com a empresa Bioclone a muda clonada traz como grande vantagem por ser isenta de pragas e doenças, o que a muda convencional não oferece como garantia. Outro fato positivo – apregoado - é a padronização do material, todo homogêneo: permitindo ao produtor obter uma produção de qualidade, com tanto que seja adotado as boas práticas no cultivo (BIOCLONE, 2016).

O processo de racionalização e controle do tempo a serviço da produção da mercadoria é tão intenso que de acordo informações da empresa Bioclone as plantas transgênicas⁶⁸ passa a ser isenta de pragas e doenças, o que a muda convencional não oferece como garantia. Para termos dimensão da complexidade do processo, acontece toda uma padronização do material, todo homogêneo: permitindo ao produtor obter uma produção uniforme, com tanto que seja adotado as boas práticas no cultivo. A qualidade da fruta de muda clonada vai ser mais homogênea, pois o vigor genético é de uma variedade só, selecionada criteriosamente. O material selecionado resultante vai ser idêntico à planta-mãe. A tecnologia possibilita ainda a sincronia e a precocidade que permite antecipar a colheita até um mês e pode dar um retorno mais cedo ao investimento (BIOCLONE, 2016).

Essa lógica de racionalizar e homogeneizar o circuito espacial produtivo da fruticultura no espaço agrário do Baixo Jaguaribe á lógica de uma *agricultura científica*⁶⁹, o Banco do Nordeste tem condicionado os financiamentos de créditos para os pequenos produtores à utilização de mudas clonadas. É importante observar que a partir dessa

⁶⁷Disponível:http://www.bioclone.com.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1 Acessado em 10/09/2016.

⁶⁸ Organismos geneticamente modificados (OGM) são, segundo definição do Ministério da Agricultura, todo e qualquer organismo que teve seu material genético (DNA) modificado geneticamente através da introdução de material genético de outra espécie, utilizando técnicas de engenharia genética.

⁶⁹ Santos (2001) afirma que a *agricultura científica* está relacionada à atividade agrícola que tem influência planetária e que recebe influência das mesmas leis determinadas para outros setores da produção econômica. Nesse contexto, influenciado sobretudo pela competitividade, o mesmo autor afirma que a agricultura é dita científica quando demanda ciência, técnica e informação, objetivando aumentar a quantidade produzida em relação às superfícies plantadas.

descoberta nas áreas de biotecnologia, a empresa Agrícola Famosa (Figura 22 e 23), produtora de melões, e melancia, a Frutacor produtora de banana passaram a comprar espécies modificadas geneticamente da empresa Bioclone.

Figura 20 – Mudanças melão clonado



Fonte: Bioclone, 2016

Figura 21 – Mudanças de bananas clonadas



Fonte: Bioclone, 2016

Outra empresa que também vem se fortalecendo no setor de produção de mudas é a empresa *TopPlant Comércio de Mudanças Ltda*⁷⁰, está instalada no município de Icapuí/CE, região da Mata Fresca, localização central em relação aos polos cearense e potiguar de produção de melões, bananas e mamões. A empresa produz hoje uma média mensal de 15,0 milhões de mudanças de melões e melancias sem sementes durante a safra regional, e 3,0 milhões de mudanças de mamão por ano, além de uma grande variedade de mudanças de hortaliças. Seus principais clientes são a Agrícola Famosa, Nolem, Del Monte, Potyfrutas, Itaeira, Mata Fresca Ltda, dentre outros 125 produtores de frutas (TOPPLANT, 2016).

Figura 22 – Empresa Agrícola Famosa/Russas



Fonte: ARAUJO, Sergiano, 2016

Figura 23 – Empresa Agrícola Famosa/Russas



Fonte: ARAUJO, Sergiano, 2016.

⁷⁰ Disponível: <http://www.topplant.com.br/index.php>

Outras firmas, também tem se empenhado na região no desenvolvimento de um pacote tecnológico exclusivo para suas áreas produtoras. As empresas Itaueira, Frutacor e Del Mont mesmo comprando mudas clonadas da empresa Biclone, desenvolvem um conjunto técnicas e tratos culturais onde possuem sementes exclusivas resistentes a pragas, com diferentes cores, teores de doçura, etc.

O avanço tecnológico ligado a produção de frutas na região do Baixo Jaguaribe é tão intenso que grande parte do sistema de irrigação das empresas que produzem melão, banana, melancia, banana, uva, mamão, abacaxi, goiaba, limão, figo, dentre outras, é todo automatizado, controlado por computadores que enviam para cada planta, através de um sistema de gotejamento a quantidade exata de água que necessita a cada período do dia e em cada fase de crescimento em que se encontra. Junto com a água são misturados fertilizantes para garantir a nutrição da planta. Cada uma recebe a quantidade exata necessária a sua fase de crescimento. Muitas empresas desenvolvem um próprio sistema de tratos culturais, incluindo o que há de mais moderno em termos de técnicas de preparo de solo, plantio, fertirrigação, colheita e pós-colheita e adotando sempre que possível o uso da mecanização agrícola.

Para completar o processo produtivo, as frutas ao chegarem no *packing house* (unidade de beneficiamento) como pode ser visto nas Figuras 24 e 25, são recebidas por um rígido controle de qualidade, identificada e separadas por tamanhos, e por teor de açúcar. No mesmo momento ou após algumas horas, inicia-se o beneficiamento. Após serem lavadas em água quente, polida, encerada e secada, passa por classificação e qualidade para ser destinada a cada cliente com parâmetros pré-estabelecidos pelos mesmos, e inspecionada em todos os processos por nutricionista responsável pelo Sistema de Gestão da Qualidade. Depois destes processos, são embaladas, etiquetadas e encaminhadas à área de expedição, onde será inspecionada novamente e finalmente liberada para embarque em caminhões refrigerado sendo possível monitoramento da logística até o cliente nas diversas cadeias de supermercados nacionais ou internacionais.

Figura 24 – Empresa Frutacor



Fonte: Diário do Nordeste, 2015

Figura 25 – Empresa Agrícola Famosa



Fonte: Diário do Nordeste, 2015

Na empresa Agropecuária Itauera é um bom exemplo de como tudo isso acontece. Todo processo de colheita dos frutos para venda no mercado externo é feito um controle rigoroso do sabor e da quantidade de açúcar (grau brix) de cada fruta, tanto no campo quanto no setor de embalagem. A empresa adota a filosofia fordista no campo na medida em que as frutas são separadas com garantia de sabor e qualidade de acordo com os gostos dos consumidores dos mais diversos países do mundo. Na colheita de frutos para exportação, são embalados melões com marca REI para Estados Unidos, Canadá e Holanda, com marca CEPI para Espanha e Itália e com marca DUNORT para Itália, todos levando em consideração o controle rigoroso do sabor, coloração, do teor adequado de açúcar (grau brix), tanto no campo como no setor de embalagem.

Portanto diante desse cenário de intensos avanços técnico-científicos voltadas a expansão do agronegócio, é notório que a expansão da produção da fruticultura no Baixo Jaguaribe se deve, em grande medida, aos crescentes incentivos oficiais dados ao desenvolvimento de pesquisas biotecnológicas para adaptação de modificação de plantas, o que vem possibilitando uma independência tecnológica que até então estava restrita aos grandes países produtores do mundo.

Os efeitos dessa revolução biotecnológica voltada para a fruticultura na região do Baixo Jaguaribe pode ser sentidos pelos altos índices de produtividade como, por exemplo, na produção de bananas. A variação da produtividade (rendimento médio da produção de banana) entre os estados produtores da região Nordeste maior produtora⁷¹ do Brasil é bastante

⁷¹ A produção brasileira de banana está distribuída por todo o território nacional, sendo a região Nordeste a maior produtora (35%), seguida do Sudeste (33%), Sul (16%), Norte (12%) e Centro Oeste (4%). Em 2012, o

diferenciados No biênio 2011-2012, enquanto o Rio Grande do Norte apresentou índice de 27,7 t/há – o maior da região, o Ceará não alcançou 9 t/ha. Ademais, quando fazemos uma comparação dentre as áreas produtoras de banana das micro regiões do Ceará as variações de produtividade são bastante acentuadas, como regiões serranas e perímetros irrigados. A razão principal da baixa produtividade da produção de banana no Ceará reside no fato de que a maior parte dos bananais está localizada em microrregiões serranas, cujo nível tecnológico adotado pelos produtores é muito baixo em relação aos praticados pelos Agropolos, como os do Baixo Jaguaribe (Figura 26) e Baixo Acaraú. De acordo com a Embrapa nas áreas dos perímetros irrigados no Ceará, a produção de banana apresenta altos níveis de produtividade, merecendo destaque o Agropolo do Baixo Jaguaribe, já possuem áreas consideráveis com a bananicultura, onde são obtidas produtividades superiores a 40 t/ha, considerada a mais alta do Brasil (EMBRAPA, 2014).

Figura 26 – Cultivo de banana no Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas



Fonte: Distrito de Irrigação Tabuleiro de Russas (DISTAR), 2016

Torna-se evidente que os avanços das pesquisas voltadas para o agronegócio na região do Baixo Jaguaribe com forte influência do Estado através das agências de pesquisa e

Estado do Ceará participou com 47,4 mil hectares, produzindo 415.763 toneladas, ocupando a terceira e a sexta posição, respectivamente, no cenário nacional (IBGE, 2012).

fomento tanto estaduais como nacionais exercem um papel preponderante na difusão da agricultura científica. Essas agências participam como mediadoras, subsidiando recursos financeiros⁷² na pesquisa e na tecnologia da produção. Nesse item, as Universidades Públicas (UFC; UECE,) Institutos de Pesquisa (EMBRAPA), e de Ensino Tecnológico (CENTEC; IFCE), agências de pesquisa (FUNCAP; FINEP) e financiamento (BNB; BNDES; BB) desempenham importante função no fortalecimento dos circuitos espaciais da produção da fruticultura, na medida em que vêm desenvolvendo tanto as condições de pesquisa bem como a formação de mão-de-obra qualificada e financiamento.

Um dos efeitos visíveis dessa lógica está relacionado ao acompanhamento sistemático das pesquisas tecnológicas no país e no exterior, tendo em vista a inserção de variedades mais ao gosto de cada nicho consumidor (BRASIL, 2003, p.12). Nesse âmbito à fruticultura na região do Baixo Jaguaribe vai se adequando a essas novas determinantes técnicas para acompanhar o desenvolvimento tecnológico que avança de forma muito rápida mundo afora. Um desses efeitos como já descrevemos anteriormente, grande parte das culturas de melão banana e melancia são espécies modificadas geneticamente e as frutas (melancias mamões e melões) produzidas pela maioria das empresas, são mais resistentes a pragas, não possuem sementes, e possuem tamanhos, cores e teor de doçura ao gosto dos consumidores mais exigentes das grandes metrópoles mundiais.

Todavia os fortes investimento nas áreas da biotecnologia, engenharia genética, num primeiro momento aos olhos dos desavisados pode parecer algo extremamente positivo, fazendo-nos cair no *canto da sereia* onde o engodo do discurso da modernização, o desenvolvimento e do progresso tão propalados pelos arautos da globalização como sendo algo extremamente positivo, serve na verdade para escamotear uma racionalização perversa do saber científico a serviço das tramas da apropriação da riqueza e da força de trabalho dos sertanejos.

Quando adentramos as tramas da reprodução do capital nos espaços de reserva do semiárido, fica clarividente que está em curso um processo preocupante de controle, racionalização, e artificialização da natureza pelo Estado e empresas do agronegócio no Baixo Jaguaribe a exemplo do que ocorre em outras regiões do país. Sendo as universidades e os

⁷² A Bioclone já conseguiu captar quase R\$ 1 milhão em projetos nas agências de fomento à inovação. Aprovou R\$ 942.217 em projetos nos três recentes anos. Em 2008, a empresa teve aprovado projeto de R\$ 481.750 mil pelo Programa de Apoio à Pesquisa na Pequena Empresa (Pappe) da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). Em 2009, a empresa captou mais R\$ 120 mil no Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime) da Finep e, em 2010 teve aprovado projeto de R\$ 340.467 no Fundo de Inovação Tecnológica (FIT) da Funcap.

centros de pesquisas financiadas com recursos públicas as principais artífices na produção de uma “Racionalização Perversa” a serviço dos interesses do capital, com asseguira Milton Santos (2008):

Num mundo em que o papel das tecnociências se torna avassalador, um duplo movimento tende a se instalar. Disciplinas incumbidas de encontrar soluções técnicas, as reclamadas soluções práticas, recebem prestígio de empresários, políticos e administradores e desse modo, obtém recursos abundantes para exercer seu trabalho. Basta uma rápida visita às diferentes faculdades e institutos para se constatar a disparidade dos meios (instalações, material, recursos humanos) segundo a natureza mais ou menos mercantil e pragmática do labor desenvolvido (p.24).

Seus desdobramentos são nefastos, os camponeses estão sofrendo cada vez mais graves ataques das empresas e corporações do agronegócio que produzem sementes e plantas geneticamente modificadas, tornando-os dependentes a um pacote tecnológico exógeno sendo seus efeitos imediatos à destruição do patrimônio natural e cultural dos povos do campo. De acordo com Armando Bartra Vergés (2011, p. 101):

O maior perigo derivado das patentes sobre a vida, não está nos grandes lucros que esse monopólio apresenta. A maior ameaça encontra-se na condição desejável e até indesejável que adquirem os ecossistemas naturais quando o assunto é submissão da produção agrícola ao emprego de sementes manipuladas. O risco reside no fato de que uma vez privatizados *ex situ* as amostras de tecidos e códigos genéticos, sobre biodiversidade *in situ* – a natureza enquanto tal (Grifo nosso). No terceiro milênio, o novo emparelhamento que nos ameaça já não diz respeito somente aos despersonalizados homens de macacão, as águas represadas, e as terras derrubadas e aplanadas; hoje é o uso egoísta e irresponsável dos transgênicos o que ameaça a biodiversidade e atenta contra a sobrevivência humana.

Destaca-se nesse quadro dantesco, os ataques que se dão pelas anomalias e mutações causadas pelo cruzamento espontâneo entre as plantas que não foram modificadas e as que sim foram modificadas, também pela pressão das corporações sobre os Estados para promulgarem legislações que garantam os “direitos” das corporações e criem patentes nos seus produtos visando a “proteção”. Carvalho (2010) relata esse processo dizendo:

Se outrora as sementes constituíam um acervo comunitário e cultural dos povos camponeses e indígenas de todo o mundo, cuja obtenção, guarda e reprodução eram muitas vezes mediados pelo sagrado e tinham na partilha desse bem comum um valor material e simbólico que as tornavam sinônimos da vida, contemporaneamente as sementes transformaram-se em mercadorias, em objetos de negócios cujo objetivo precípuo é o lucro através da exploração e submissão dos produtores rurais de todo o mundo, não por potências estrangeiras, mas por corporações privadas capitalistas de âmbito multinacional.

Para completar à lógica de subordinação dos camponeses ao império do agronegócio no sertão cearense, o Estado, e as empresas, fazem um “pacto” para a difusão hegemônica de um pacote tecnológico e assistência técnica para que o camponês que ainda não é integrado ao mercado de sementes híbridas e transgênicas passe a utilizá-las. O caso mais sintomático é quando um banco público no caso do Banco do Nordeste passar a condicionar os financiamentos aos pequenos agricultores familiares que produzem frutas nos perímetros do Baixo Jaguaribe a adoção de plantas transgênicas como relata abertamente um dos empresários do setor da produção de plantas clonadas:

O BNB nos projetos de financiamento para pequenos produtores de fruticultura só atende com o crédito se o projeto for implantado com muda clonada. “Se não for, não financia. Se o produtor de 4 a 5 hectares não tivesse condições de acessar a tecnologia no Ceará, teria que ir buscar no Sul e Sudeste onde existem outras biofábricas (Agrônomo Roberto Caracas de Araújo Lima – um dos Principais acionistas da Empresa Bioclone)⁷³

Na prática o modelo em tela que se expande no Baixo Jaguaribe, está consolidando um tipo de poder com potencial destrutivo em relação à natureza e a humanidade (MÉSZÁROS, 2007), dentre outros agravantes, pode ser verificado na disseminação dos agrotóxicos e das sementes e plantas geneticamente modificadas. Estabeleceram ampla variedade de “insumos industriais” como exigência para obter as melhores safras, substituindo os ciclos ecológicos locais, pautados nos recursos endógenos (PEREIRA, 2012). Em outras palavras, o que presenciamos nessa região é a reprodução ampliada do capital a partir dos avanços das novas modalidades rentáveis baseadas na apropriação de bens naturais escassos. À envelhecida privatização das superfícies férteis de água se impõe a privatização da diversidade da flora, da fauna, e dos micro-organismos, não só por meio da extração de espécies, mas decifrando, modificando e patenteando seus códigos genéticos (VERGÉS 2011, p.100).

Corroboramos com Camacho (2012, p. 03), quando enfatiza que a lógica desigual, contraditória e combinada do agronegócio é a mesma que rege as relações capitalistas de produção: quanto mais se produz, mais gera exploração do homem e da natureza, mais produz mais-valia, mais concentra/acumula/amplia o capital, e a consequência desse processo é a ampliação das desigualdades sociais. Mas, a especificidade desse processo está no fato de

⁷³ Disponível em: <http://desimbloglio.blogspot.com.br/2011/06/biotecnologia-mercado-de-mudas-de.html?view=mosaic>

que, atualmente, o domínio da ciência, técnica e informação em nível mundial (Santos, 2001), possibilitou ao capitalismo territorializado no campo produzir mais com menos tempo e espaço. Este fato aumentou o poder do agronegócio no Brasil e no mundo.

[...] O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada. (FERNANDES, 2009, p. 39)

Em síntese, a produção de uma agricultura científica aos moldes que acontece na produção de frutas para exportação no Baixo Jaguaribe é o espelho do modelo gestado em outras áreas que foram incorporadas a modernização do campo. Essa lógica é extremamente preocupante na medida em que prima pelo controle da natureza e sua crescente artificialização, uso abusivo de agrotóxicos, o manejo irresponsável dos transgênicos. Este modelo por sua vez não apenas danificam a vida no campo, mas também afetam a qualidade das colheitas e colocam em risco a saúde dos consumidores, além de depredar os recursos naturais, romper com o equilíbrio dos ecossistemas e atenta contra a biodiversidade.

3.4.2 A formação da mão-de-obra qualificada

O processo de globalização em curso vem exigindo das empresas uma crescente política de qualificação profissional. De acordo com (ELIAS, 2005, p. 443), a valorização do trabalho intelectual tem ganhado destaque na nova ordem estabelecida pelo capitalismo mundial, tendo com isso aprofundado a divisão social e territorial do trabalho e consequentemente provocado mudanças abruptas no emprego e no trabalho. Ainda segundo a autora, a dinâmica do capitalismo atual tem colocado a competitividade como uma das principais formas de inserção dos territórios à lógica da produção e do consumo globalizado.

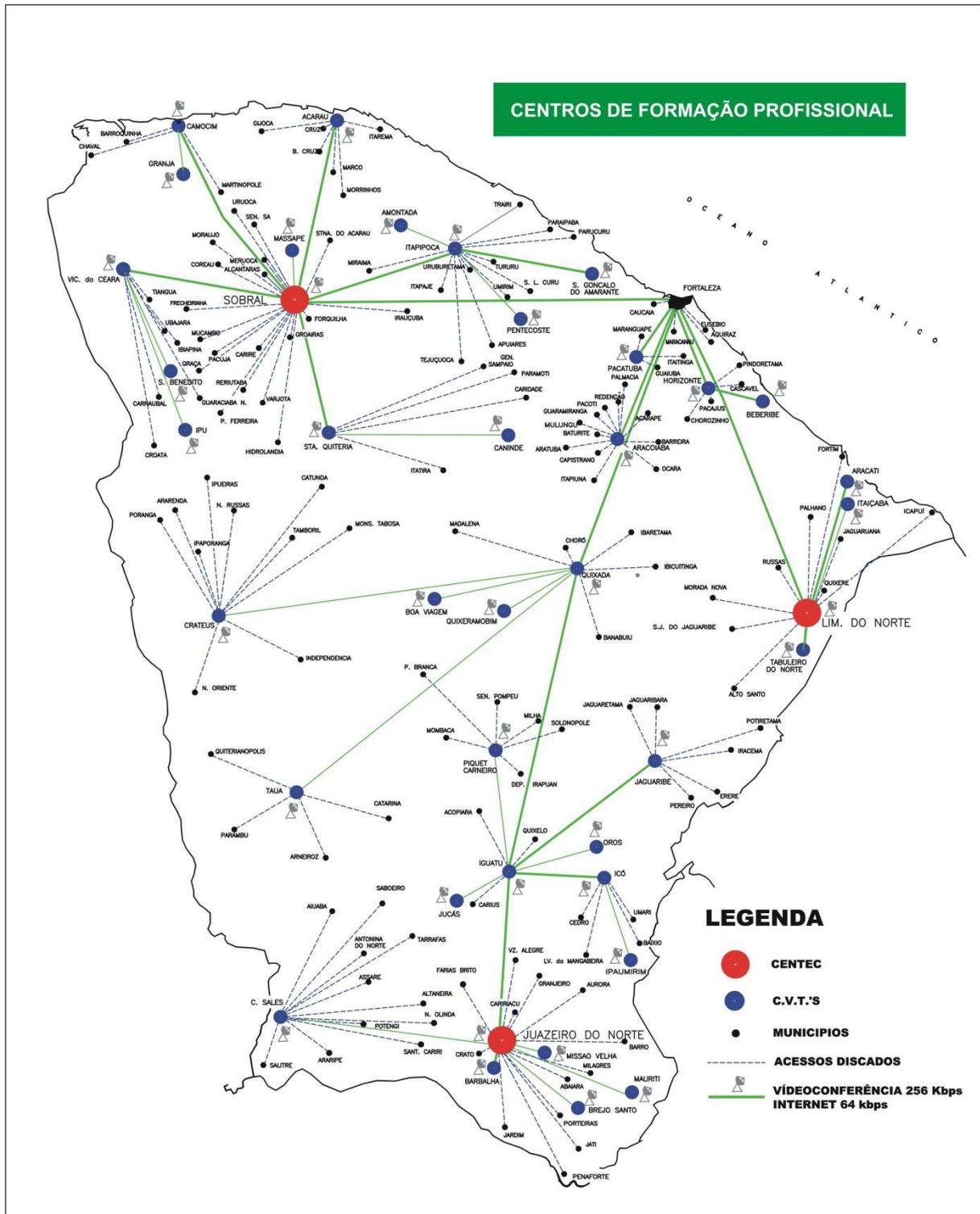
A competitividade vivida pela sociedade moderna tem feito com que os territórios vivam um frenesi jamais visto na história. Sendo assim, é atribuída de forma esquizofrênica a qualificação profissional como sendo uma das únicas formas de inserção dos territórios na nova ordem da produção de mercadorias com alta produtividade e qualidade para se atender os mercados ditos globais. Diante disso, presenciamos de forma surpreendente a partir da reestruturação produtiva do Ceará, as ações do governo estadual em todos os níveis no tocante

à criação de diversas políticas públicas com vistas à qualificação de mão-de-obra para a agropecuária patronal.

No campo da formação profissional, podemos a importante atuação do Estado que por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia (Secitece), criou os Centros de Ensinos Tecnológicos (Centecs) e os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) que passaram a exercer inquestionável importância no formação profissional frente ao processo de reestruturação produtiva da economia cearense, notadamente no tocante ao processo de modernização do campo.

Os Centecs tornaram-se centros de excelência irradiadores de conhecimentos voltados para formação de técnicos de nível médio (dois anos) e superior (três anos e meio), nas áreas de Irrigação e Drenagem, Tecnologia de Alimentos, Recursos Hídricos, Eletromecânica e Saneamento Ambiental. Os Centecs localizados estrategicamente nas cidades de Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral e Limoeiro do Norte. É interessante lembrar que a escolha dessas cidades como sedes dos referidos Centros de Ensino Tecnológicos deveu-se ao fato das mesmas exercerem dentro de suas respectivas regiões grande importância econômica, política e cultural, e no caso de Limoeiro do Norte além da sua histórica força das suas lideranças políticas o fato do projeto Jaguaribe Apodi está situada em seu território também foi um fator determinante para essa centro de ensino ali se instalasse. Em se tratando dos CVTs, estes são pequenas unidades de formação profissional coordenados pelos Cente's e estão instalados em mais de quarenta municípios do Ceará, sendo responsáveis por ministrarem cursos de curta duração voltados para os arranjos produtivos locais.(Observar Figura 27).

Figura 27 - Localização dos Centecs e CVTs no Ceará



Fonte: Adaptado do Secitece – CENTEC/ CVT's

Em se tratando da fruticultura no Baixo Jaguaribe, é notório a importância exercida tanto pela Unidade do Centec de Limoeiro do Norte onde desde a sua criação os cursos Tecnológicos de Irrigação e Drenagem e Tecnologia de Alimentos tiveram grande

importância para dá suporte ao agronegócio em franca expansão. Recentmente a Unidade do Centec de Limoeiro do Norte, foi federalizada e sendo incorporada pelo Instituto Federal de Ensino Tecnológico além da manutenção dos cursos tecnológicos foi criado o bacharelado em Nutrição, e os cursos técnicos e tecnológicos (Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Agronegócio, Tecnologia em Irrigação e Drenagem) e implantado um Mestrado Acadêmico em Tecnologia de Alimentos. Com a federalização aumentaram-se significativamente os investimentos para ampliação dos laboratórios existentes e implantação de outros que pudessem aumentar o apoio a agricultura irrigada na região. É importante ressaltar que em volta do IFCE de Limoeiro do Norte funcionam os CVTs de Russas, Morada Nova, Jaguaribe e Tabuleiro do Norte, o Núcleo de Informação Tecnológica de São João do Jaguaribe, Alto Santo e Quixeré os os CIDs dos municípios do Baixo Jaguaribe, numa grande rede que fornece cursos de qualificação permanentemente.

Portanto estas instituições além de exercerem uma importante função na constante formação de mão-de-obra especializada, têm desenvolvendo importantes ações na realização de pesquisas nas áreas de análise de solos, melhoria genética, métodos de manejo de pragas de doenças, métodos de irrigação, novas técnicas de embalagem e processamento de frutas tropicais dentre outras para dá suporte aos reclames da agricultura moderna de base empresarial que se instalou na região.

3.4.3 Melhoria na infraestrutura e logística para escoamento da produção

O rebatimento do sociometabolismo do capital no processo modernização do campo no campo no Ceará se dá através dos inúmeros liames que se edificam para o uso corporativo do território (SANTOS, 1998) pela fruticultura, através dos circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação. Notoriamente o território da região do Baixo Jaguaribe, sob a égide do capital monopolista, vem sendo palco de um grande adensamento técnico onde a produção de uma racionalidade exógena passa a ordenar, monopolizar o território através das redes técnicas, dos fluxos (capitais, mercadorias, informações, mão-de-obra etc.) e dos fixos (construção de barragens, canais, estradas, dentre outros) associados ao agronegócio, principalmente à fruticultura irrigada.

Para Santos e Silveira (2005), mais importante que o território em si mesmo é o uso que se faz dele a partir do tripé ciência, tecnologia e informação que caracteriza a dinâmica do mundo atual. Nessa visão, o território funciona através da horizontalidade e da verticalidade.

O atual período tem permitido que redes (verticalidades) formadas por pontos distantes uns dos outros a partir de uma imposição externa baseada em normas utilitárias, parciais e egoísticas que beneficiam a alguns grupos privilegiados e que corroem a coesão horizontal (horizontalidade). Esta situação acelera o processo de alienação dos homens e dos espaços. Segundo Santos (2002, p. 287) “a tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares.

Nesse sentido, a modernização do território cearense foi esculpindo transformações em função de acréscimos técnicos, tornando muitos espaços de lentidão em espaços de rapidez. Em princípio, os espaços de rapidez são, do ponto de vista material, os dotados de maior número de vias (e de vias com boa qualidade), de mais veículos privados (e de veículos mais modernos e velozes), de mais transportes públicos (com horários mais frequentes, convenientes e precisos e também mais baratos). Do ponto de vista social, os espaços da rapidez serão aqueles onde é maior a vida das relações, fruto da sua atividade econômica ou sociocultural, ou então zonas de passagem, respondendo a necessidade de uma circulação mais longínqua. Os espaços de rapidez e os de lentidão se distinguem também em função da importância da divisão do trabalho, sobretudo quando ela é interna a região, e também da variedade e da densidade dos consumos. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 263).

No Ceará têm-se os espaços de lentidão e os espaços de rapidez, da mesma forma que se pode afirmar que há espaços opacos e luminosos, pobreza e riqueza, materializadas na paisagem, demonstrando as contradições do capital, que privilegia uns lugares em detrimento de outros. Mas, tanto para o Estado, quanto para o capital é importante à presença e o movimento das contradições no espaço.

Para Bernardes (2007) há convivência de tempos lentos e rápidos que conformam espaços luminosos e opacos e há convivência de escalas de tempo distintas, porque a vida é presente, mas também é passado e futuro. Desse modo, em um estado, em uma região ou em um município, os espaços luminosos respondem pelos espaços opacos no que se refere à produção, à densidade técnica, pois, conforme Santos (2006), o tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abarca toda a sociedade.

A seleção de lugares que vão receber os conteúdos técnicos conduz às mutações na configuração da divisão do trabalho e têm como consequência, disparidades regionais, em função dos territórios priorizados tanto por parte do Estado quanto por parte das empresas para receberem investimentos em fixos e fluxos (SANTOS, 1998).

Essa seletividade espacial na implantação de densidades técnicas pode ser evidenciada, sobretudo, por meio das redes de circulação. No Ceará as redes de circulação, principalmente às rodovias, possuem grande capilaridade na região do Baixo Jaguaribe onde se intensifica a modernização agrícola, por isso que esse espaço apresenta maior fluidez. Na contemporaneidade, conforme Santos (2006, p. 275), “[...] não é mais a produção que preside a circulação, mas é esta que conforma a produção”.

Sendo assim, a criação de diversos sistemas de movimentos foi e continua sendo fundamental para a expansão do capitalismo mundial. Essa característica é realçada com a expansão do meio técnico-científico-informacional, como nos lembra Santos (1999, p. 212): “hoje, não basta produzir, é indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade não é mais a produção que prescinde à circulação, mas é esta que conforma a produção”.

De acordo com Frederico (2004, p. 8), “território é organizado, através da criação de sistemas técnicos e normativos, com intuito de favorecer a fluidez”. Essa organização dos territórios nacionais possibilita uma fluidez territorial (ARROYO, 2001), ou seja, permite uma aceleração cada vez maior dos fluxos que o estruturam.

Os sistemas de objetos técnicos garantem a existência do processo produtivo na sua plenitude, ou seja, através da circulação, distribuição e consumo final, tornando o lugar do fazer cada vez mais próximo do lugar do reger. De acordo com Arroyo (2001) eles podem apresentar-se na forma de pontos (aeroportos, portos e armazéns, etc.) ou em forma de linhas, isto é, vias que permitem a fluidez e conseqüentemente para o escoamento das mercadorias (rodovias, ferrovias, hidrovias, dutovias, vias aéreas e vias marítimas, infovias, etc.).

Essa dinâmica pode ser evidenciada no Estado do Ceará, conseguimos perceber de forma contundente a construção de um conjunto de sistemas técnicos (estradas, portos, aeroporto, infovias, telefonia, eletrificação rural) que passam ser responsáveis pela articulação de forma surpreendente dos fluxos de mercadorias, capitais, informações, na nova ordem do capitalismo mundial (Observar Figura 28 e 29).

Figura 28 - Porto do Pecém



Fonte: CEARA PORTOS, 2016

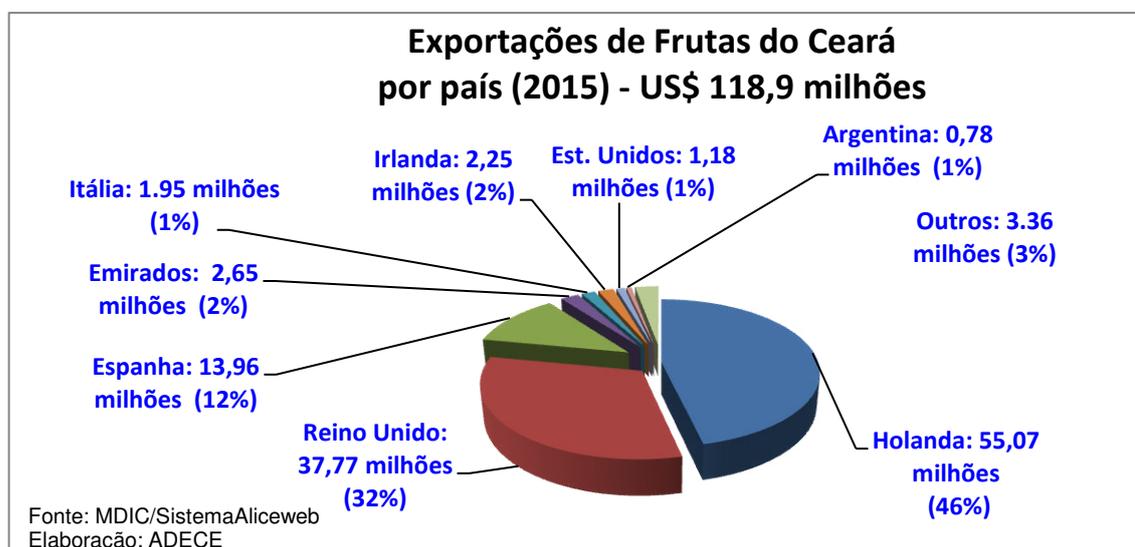
Figura 29 - Aeroporto Pinto Martins



Fonte: INFRAERO, 2016

Nesse sentido, os fluxos associados a fruticultura que são produzidos em sua grande maioria na região do Baixo Jaguaribe percorrem um longo caminho até chegarem aos consumidores que estão localizados em todas as partes do mundo (Gráfico 5). Essa fluidez territorial acontece a partir de uma articulação entre os diversos sistemas técnicos que se complementam de forma extraordinária para atender aos mercados ditos globais.

Gráfico 5 – Exportações de frutas do Ceará por país (2015)



Os apelos dos agentes econômicos de rapidez e qualidade no fornecimento das frutas frescas que agrada aos paladares mais exigentes das elites dos países de economias centrais são atendidos em tempo hábil devido a uma articulação feita principalmente entre os sistemas técnicos rodoviários.

No Baixo Jaguaribe, o cultivo de frutas remete pensar o espaço regional e a economia a partir do importante papel exercido pela Rodoviária Federal (BR -116), pois essa malha rodoviária que corta a região, no seu traçado faz conexão do Nordeste (a partir de Fortaleza) e vai margeando o território nacional até o sudeste do país (Rio de Janeiro). Aproxima a região produtora (Baixo Jaguaribe) a pouco mais de 160 km da cidade de Fortaleza principal corredor exportar das frutas. É importante ressaltar que a região é articulada por importantes Rodoviárias Estaduais (CEs 123, 138, 265, 371, 357, 377, 356, 458, dentre outras), que seguem essa determinação de interligar a região funcional aos complexos portuários e aeroportuários do Estado que conseqüentemente se conectam aos principais portos e aeroportos dos Estados Unidos, Europa, Ásia e América do Sul. Complementando essa infraestrutura região possui terminais rodoviários, aeródromos e um aeroporto regional.

O Eixo da BR -116 se destaca, tanto pelo seu caráter funcional com estrutural, facilitando a circulação e escoamento da produção notadamente para o Complexo Portuário do Pecém e Complexo Portuário de Fortaleza, colocando esses dois portos entre os maiores exportadores de frutas frescas do Brasil. Como pode ser vislumbrado na Tabela 8, o Porto do Pecém desde do ano de 2013 vem ocupando relativo destaque na medida que ocupa a primeira posição no ranking de exportação. Basta dizer que somente no ano de 2015, o referido porto exportou 28% de toda produção nacional. Na quinta posição no cenário nacional, tivemos entre os anos de 2013 a 2015 o Complexo Portuário de Fortaleza, com a importante participação no volume de exportações, com uma variação percentual entre 8% a 10% de toda essa produção de frutas frescas.

Tabela 8 - Ranking dos Portos Brasileiros na Exportação de Frutas
(Frutas; cascas de cítricos e de melões)

PORTO	2013		2014		2015	
	Peso(t)	Part.%	Peso(t)	Part.%	Peso(t)	Part.%
Pecém - Porto - CE	161.070	25%	154.792	26%	194.464	28%
Parnamirim - RN	159.756	25%	157.256	27%	180.072	26%
Santos – SP	82.273	13%	87.773	15%	99.401	15%
Salvador - Porto – BA	88.981	14%	76.968	13%	84.661	12%
Fortaleza - Porto - CE	62.837	10%	59.954	10%	56.790	8%
Itajai - SC	34.093	5%	15.991	3%	28.806	4%
Porto De Rio Grande - RS	45.614	7%	24.127	4%	24.251	4%
Sao Francisco Do Sul - SC	6.765	1%	5.503	1%	8.286	1%
Belem - Porto - PA	362	0%	194	0%	2.370	0%
Barcarena - PA	830	0%	1.136	0%	1.619	0%
Manaus - Porto - AM	1.937	0%	1.407	0%	1.410	0%
OUTROS	2.017	0%	864	0%	584	0%
TOTAL	646.536	100%	585.964	100%	682.714	100%

Fonte: SECEX/MDIC, 2016

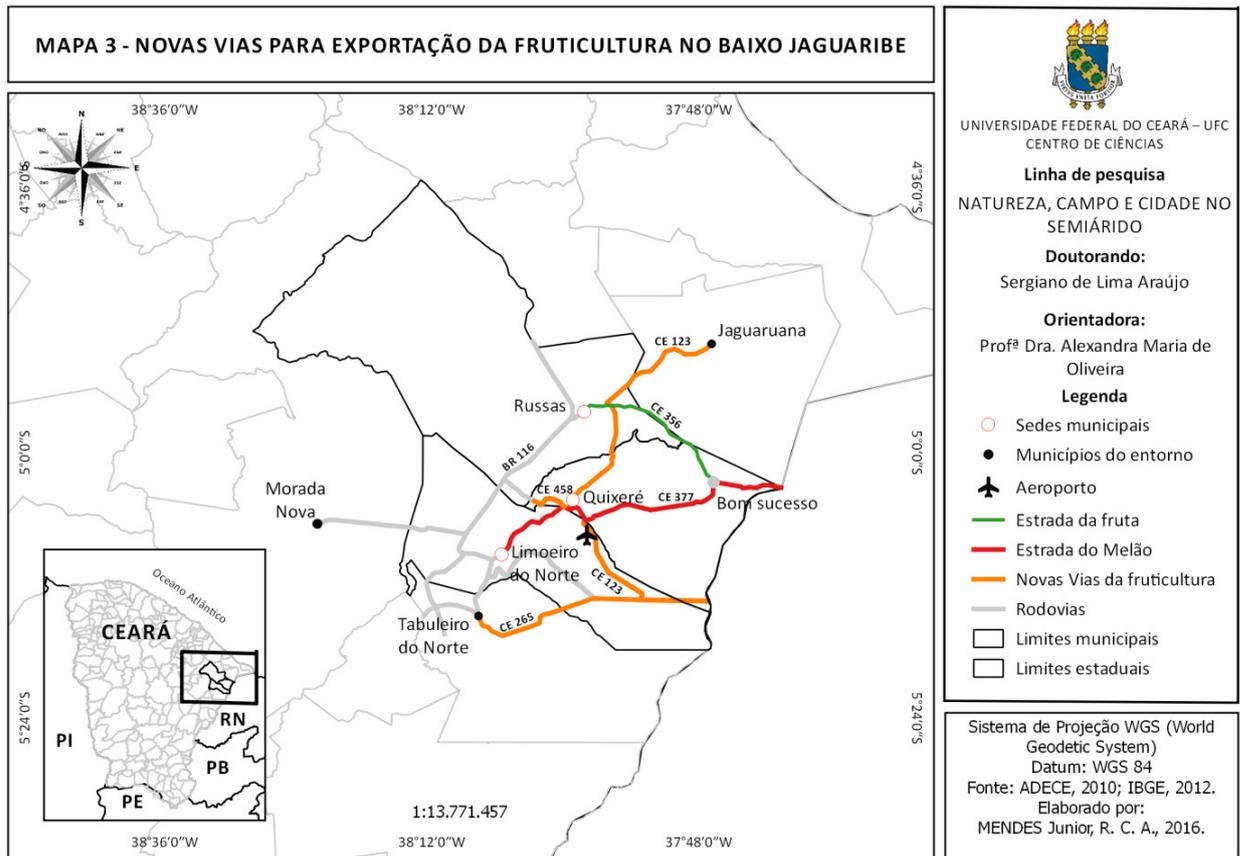
É importante lembrar, que além de possibilitar essa conexão dos lugares da produção com os lugares do consumo, possibilita também a articulação dos sistemas técnicos rodoviários e aeroportuários aproximando a região do Baixo Jaguaribe com os vários estados da região Nordeste no tocante aos fornecimentos de insumos, equipamentos e fertilizantes para a fruticultura, bem como o fluxo de frutas frescas para os mercados consumidores nacionais.

As diversas reivindicações referentes ao melhoramento das condições e da trafegabilidade significou programar paulatinamente um sistema logístico eficiente que facilitasse os fluxos de produção de frutas e diminuir os custos do valor dos fretes. Os pressionamentos para a construção de asfaltamento que liguem aos corredores de exportação (Porto do Pecém, e Porto de Fortaleza e Aeroporto Pinto Martins) aos territórios do agronegócio tornaram-se cada vez mais intensos pelos empresários do agronegócio, haja vista que a redução dos custos nos deslocamentos das frutas são benefícios para os fruticultores e, mais ainda, para as grandes *trades* econômicas, sendo que essas empresas multinacionais (*Del Monte Fresh Produce Ltda* e a *Fyffes Pineapples Ltda*) são as principais favorecidas e as que mais obtêm os lucros.

Atendendo aos apelos dos empresários do setor, o Governo do Estado do Ceará tem intensificado nos últimos anos as políticas públicas de incentivo a tal atividade aliado ao setor privado. Grandes obras públicas de infraestrutura foram e vem sendo construídas na região do Baixo Jaguaribe. Primeiramente construiu-se a Rodovia Estadual 377, também chamada de Estrada do Melão, com 41 quilômetros e inaugurada em 2002. A referida rodovia corta o município de Quixeré, ligando a área de produção ao município de Baraúna no Rio Grande do Norte. Em 2006, com vistas a fortalecer ainda mais a fruticultura o governo do estado inaugura mais uma importante rodovia, a Estrada da fruta (CE-356), que em que faz a conexão da BR-116, em Russas, à comunidade de Bonsucesso, em Quixeré na Chapada do Apodi. Em 2014 esta rodovia foi totalmente reformada, a pista foi alargada e passou a ter 7 metros, além de 1,5m de acostamento custando aos cofres públicos algo em torno de R\$ 38 milhões de reais.

O Mapa 3, demonstra como o território da Baixo Jaguaribe, torna-se cada vez mais detentora de uma densidade técnica que possa facilitar o escoamento da produção. No ano de 2014 o Estado do Ceará investe mais 100 milhões na construção e implantação de outra importante rodovia, a Estrada da Produção (CE-458), no trecho que liga o Distrito de Flores, em Russas (Tabuleiro de Russas), a Quixeré (Chapada do Apodi). Também estão em fase de

conclusão a CE 458 que ligará a BR 116 a Chapada do Apodi através da criação das rodovias estaduais (CE 123 e CE 265), no trecho entre a CE 377 (Santa Cruz, Poço Novo, Cabeça Preta), com extensão de mais de 30Km.



Além de todos esses investimentos em asfaltamento, ampliação e construção de rodovias está fase de conclusão uma ponte de 400 metros sobre o Rio Jaguaribe, interligando o eixo rodoviário que dá acesso do Distrito à BR-116 nas imediações do Distrito de Flores, município de Russas. Todas essas obras de infraestrutura rodoviária torna cada vez mais a região Baixo Jaguaribe dotada de uma rede técnica voltada prioritariamente para o agronegócio.

Os reclames dos capitalistas tem um sentido único, conectar os lugares da produção aos lugares do consumo de forma rápida, articular o circuito espacial da produção e os círculos de cooperação da fruticultura com outros centros urbanos do Brasil e do mundo. Dessa forma as empresas, através do contato com os produtores, fornecedores, compradores e consumidores, acabam projetando a região do Baixo Jaguaribe para regiões cada vez mais

amplas e distantes. Por exemplo, os insumos e fertilizantes vem sua grande maioria, dos estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, sendo que essa circulação é realizada pelas rodovias estaduais e federais, e a circulação de frutas com os países da Europa, Estados Unidos e Japão acontece por via marítima e aérea.

Essa dinâmica permanente de fluxos de toda ordem, permite que as empresas criem laços de proximidade com os lugares da produção e do consumo fortalecendo, dessa forma, uma hierarquia entre as áreas produtoras e os consumidores. A conexão dos lugares da produção através da fluidez de mercadorias (frutas) para os principais mercados consumidores do mundo se dá através do Porto do Mucuripe, com ênfase para o Porto do Pecém⁷⁴, que desde a sua inauguração em março de 2002, vem ganhando notoriedade na exportação de grande parte das frutas do Ceará e demais estados do Nordeste para a Europa, Estados Unidos e Ásia.

Nesse sentido, as corporações do agronegócio exercem uma perspicaz hegemonia mundial, sendo as empresas multinacionais que dominam, controlam e se apropriam dos múltiplos territórios. Na medida em que essas firmas de negócios se territorializam, induz amplas desterritorializações, fragmentando o espaço agrário e colocando a produção de commodities no circuito panorâmico da globalização da economia.

Não devemos ser ingênuos a ponto de pensar que os investimentos aplicados aos sistemas de engenharias bastante evidentes no Ceará se restringem em promover um desenvolvimento endógeno de base local, que levam em consideração as especificidades e as demandas sociais levantadas pelas populações de suas regiões. Pelo contrário, quando se destinam investimentos para promover a construção e asfaltamento de várias rodovias estaduais, a construção do Porto do Pecém, ampliação do Porto de Fortaleza e do aeroporto Internacional Pinto Martins dotando-o inclusive de sistemas técnicos que facilitem o armazenamento e transportes das frutas, flores, camarões, tem-se um cenário geográfico delimitado por seu caráter estratégico, no qual estão pautados na facilitação do escoamento

⁷⁴ O moderno Complexo Industrial e Portuário do Pecém localizado na cidade de São Gonçalo do Amarante a 50km da Região Metropolitana de Fortaleza, passa a ter grande importância na integração do Ceará dentro da nova forma de acumulação capitalista que vem exigindo dos territórios uma maior organização nos fluxos de mercadorias. A construção desse fixo equipado com tecnologia de alta precisão torna-o um equipamento de tráfico rápido que por sua vez atende ao crescente fluxo de mercadorias. Com isso, o território cearense insere-se de forma mais contundente na lógica da produção globalizada, pois passa a participar com rapidez da nova dinâmica produtiva dos territórios no período técnico-científico-informacional, ávidos pela compressão do tempo.

dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações para atender em grande medida os interesses da reprodução ampliada do capital.

3.4.4 Contradições da territorialização do capital no espaço agrário do Baixo Jaguaribe.

A constatação de que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas ocorre de forma desigual e contraditória levou ao entendimento de que em determinadas circunstâncias em vez de se territorializar é mais vantajoso ao capital monopolizar o território (OLIVEIRA, 1987, 2001). Neste sentido, há momentos em que o capital ao invés de expropriar o camponês, subordina a produção deste a indústria, dominando a circulação e drenando, assim, a renda da terra camponesa.

A monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1987; 2001) é entendida como territorialidade capitalista no território camponês. Considerando que sujeito e espaço não se separam (LEFEBVRE, 2006; SANTOS, 2006), compreende-se territorialidade como o uso do território, ponderando que este é exclusivamente produzido por uma relação social que somente pode ser realizada pelo sujeito. Desta forma, entende-se que a territorialidade pode ser capitalista ou camponesa. Pode-se ter uma territorialidade capitalista porque a relação social capitalista produz uma territorialidade que é uma forma de uso do território. Assim, há locais em que as relações capitalistas subordinam as relações camponesas e, conseqüentemente, seus territórios, sendo que as técnicas e as tecnologias de produção agropecuária são determinadas pelo agronegócio que capitaliza a renda produzida pelos camponeses. Trata-se de uma territorialidade infringindo, subordinando a outra territorialidade. Este entendimento contribui para a compreensão das formas de subordinação encontradas nas pequenas unidades produtivas especialmente na cultura da banana na região do Baixo Jaguaribe, que por sinal já foram dissecados especialmente em dois trabalhos que estudam essa temática na região.⁷⁵

⁷⁵ FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
PINHEIRO, Érica Maria Bezerra. **Reestruturação produtiva da agropecuária e sujeição da renda da terra**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual do Ceará(UECE). 2014. 158f. Fortaleza, 2014.

3.4. 5 A monopolização do território pelo capital

No Baixo Jaguaribe tanto dentro do perímetros públicos de irrigação (Jagauribe Apodi e Tabuleiro de Russas), bem como em pequenas unidades produtivas de base familiar em algumas áreas do baixo Jaguaribe, com ênfase para Russas, Limoeiro do Norte, Quixeré e Tabuleiro do Norte, muitos camponeses alguns camponeses se dedicam ao cultivo da banana, realizando-o a partir do sistema “integrado” de produção, sobretudo, com três empresas do setor: Frutacor, Itaueira e Agrícola Famosa. Por este sistema, as empresas financiam as estruturas (kits de irrigação), mudas de bananeiras clonadas, adubos e agrotóxicos que serão usados na lavoura além de fornecer assistência técnica aos pequenos agricultores que em troca devem comercializar sua produção com a empresa. Às empresas, este sistema permite o acúmulo de capital, por meio da definição dos preços da matéria-prima, do financiamento das estruturas e insumos, ou seja, através da sujeição compulsória da renda da terra camponesa. É importante resaltar que através deste mecanismo as empresas definem o preço dos insumos e a taxa de juros dos financiamentos, ao mesmo tempo, são elas que determinam o preço pago pela matéria-prima entregue pelos camponeses, através de um sistema de classificação da qualidade do produto.

Com o domínio crescente do circuito produtivo da fruticultura por grandes, médias e empresas, que atuam como financiadoras, beneficiadoras, exportadoras e transportadoras, os produtores associados a essas firmas passam a trabalhar com o mesmo nível de produtividade e competitividade impostos pelas mesmas. No Baixo Jaguaribe, através de novos conteúdos em técnica, ciência e informação em suas atividades as empresas, além de cultivarem frutas em suas áreas produtivas, vêm desenvolvendo um programa autodenominado “*parceria*”, que nada mais é do que a integração de produtores individuais às empresas.

Constituem-se, dessa forma, uma rede de parceiros em todo território do Baixo Jaguaribe e regional, mantendo uma verdadeira articulação, uma conexão empresas-produtores. Este programa é voltado para produtores de *pequeno e médio*⁷⁶ porte. Essas firmas fornecem aos mesmos as técnicas, as informações, as normas e os comandos, com vista a estabelecer um processo de normatização em toda cadeia produtiva.

⁷⁶ As empresas definem como pequeno produtor aquele que explora uma área equivalente a três módulos produtivos ou 10 hectares. Enquanto o médio produtor é aquele que se dedica a explorar acima de seis módulos produtivos, ou seja, entre 20 e 30 hectares.

O que vislumbramos nesse caso é que através dos sistemas técnicos modernos as empresas conseguem promover *dispersão do circuito espacial produtivo*⁷⁷, ou seja, a produção se realiza em vários pontos do território, porém articulados por um comando único. Com a monopolização do território, as empresas passam a oferecer a estes parceiros financiamento, assistência técnica especializada, insumos, equipamentos e, em troca, estes firmam o compromisso de que toda produção será comercializada com as mesmas.

Esse processo de desconcentração da produção, efetuado pelas empresas, está associado à garantia de monopolização que exercem na comercialização da produção. Ou seja, desconcentra a produção, permitindo que um número maior de agentes se envolva no circuito produtivo; porém, monopoliza-se a circulação. Cabe aqui destacar que dentre as muitas ações exercidas pelas empresas junto aos produtores, para realização da produção, destacamos a política de financiamento como sendo a principal ferramenta de manutenção da sujeição dos pequenos e médios produtores as mesmas.

Durante as práticas de campo que realizamos nos municípios (Quixeré, Russas e Limoeiro do Norte), notamos de forma bastante proeminente a sujeição dos pequenos e médios produtores às grandes empresas notadamente a empresa Frutacor. Essa sujeição às grandes empresas reside em duas razões: primeiro pelo fato de serem em grande maioria formados camponeses, portanto apresentando baixa capitalização para investir num setor que exige um considerável montante de investimentos. Segundo porque como não possuem muitas garantias de pagamentos dos empréstimos, encontram enormes dificuldades de cumprir as inúmeras exigências burocráticas para a concessão do crédito nos bancos oficiais, o que impede de certa forma, que estes tenham uma participação mais efetiva como beneficiários da política de crédito dos organismos estatais. Levando-os a procurarem as empresas para intercederem como intermediadoras de todo o processo.

É exatamente nesse momento que as empresas estabelecem uma parceria com os pequenos agricultores de base familiar. Essa intermediação se dá da seguinte forma: as firmas contraem os financiamentos para a viabilização do projeto junto às instituições de crédito e desenvolvimento, dando inclusive ofertas de todas as garantias que estes investimentos serão ressarcidos dentro dos prazos preestabelecidos.

⁷⁷ Segundo Santos & Silveira (2002:131), “ No passado, a natureza do produto e as condições e a velocidade da circulação determinavam certa organização do território, pois existiam ritmos agrícolas que não podiam ser modificados e uma necessidade de industrialização próxima diante dos problemas de conservação. Mas hoje as biotecnologias e os novos calendários, capacidade de armazenagem e as condições de fluidez efetiva para certas firmas permitem a emergência do que chamamos de fazenda dispersa. Ou seja, normas rígidas asseguram que a dispersão material da produção mantenha uma unicidade organizacional”(SANTOS & SILVEIRA, 2002, p.131)

Logo depois de garantirem o crédito para os pequenos e médios produtores, as empresas na maioria das vezes, passam a atuar também na execução de todas as obras de infra-estrutura, com recursos que podem ser das próprias firmas ou originários de recursos concedidos pelas linhas de crédito oficiais, de forma que o empreendimento esteja de acordo com as normas técnicas para se produzir as bananas com vistas a atender tanto o mercado nacional como internacional.

Ao finalizarem toda assistência técnica, é assinado um contrato entre a firma e o produtor, onde este assume a total e irrestrita responsabilidade pela condução do projeto, cumprindo todas as orientações técnicas fornecidas pela empresa âncora, bem como recebendo dessas todos os insumos (fertilizantes e agrotóxicos) necessários ao ciclo produtivo.

Um fato interessante neste processo de integração, é que nos contratos assinados entre as partes consta que não haverá nenhum vínculo empregatício entre as empresas e seus parceiros, independente do número de trabalhadores que serão contratados para o processo produtivo propriamente dito. Os únicos empregos que serão assumidos pelas empresas são os ligados a mão-de-obra especializada, no caso nas áreas administrativas e técnicas, mas sendo que estes já fazem parte dos quadros dessas firmas.

Um fato interessante que pode ser observado, este sistema de integração resulta na intervenção das indústrias na ordenação interna dos sítios camponeses (PAULINO, 2004;2012), pois as empresas ligadas a produção de bananas para exportação determinam os padrões das infraestruturas, dos tipos de mudas e insumos utilizados, a distância entre as mudas transplantadas à lavoura, bem como, as quantidades e prazos a serem observados pelos camponeses para a entrega da produção. Contudo, ressalta-se que esta intervenção não tira dos camponeses a autonomia sobre o seu tempo, o seu trabalho e também em relação à decisão das atividades a serem realizadas nas suas unidades produtivas. Ou seja, o território continua sendo de domínio do camponês, entretanto, o capital exerce uma territorialidade maior ou menor em determinadas partes deste, subordinando a renda camponesa conforme a medida de incorporação à lógica capitalista.

Neste processo é primordial a compreensão de que: “os camponeses comparecem ao mundo do trabalho como entidades familiares” (PAULINO, 2012, p. 124). É a família que se encarrega de providenciar a matéria-prima contratada pela indústria. Portanto, não se trata da venda do trabalho camponês. O que estes vendem às empresas fruticultoras a produção, na qual está contido o trabalho familiar. O caráter familiar da produção camponesa impõe um

ritmo de trabalho diferenciado, pois a força de trabalho do pai soma-se a da mãe e filhos, guardadas as devidas intensidades decorrentes da divisão interna pautada em gênero e faixa etária.

Após se completar todo ciclo produtivo, é estabelecido a data para a colheita das bananas. As firmas, nesse caso, se necessário mobilizam todos os trabalhadores necessários para a realização das tarefas, sendo que a maioria dos trabalhadores sazonais são recrutados nas localidades próximas aos pequenos unidades produtivas. Nesse momento, as empresas através de seus técnicos verificam a produtividade da fazenda e se aquele produtor atingiu as metas preestabelecidas.

Toda a produção ficará, a partir daquele momento, a cargo da empresa que será responsável pela comercialização. O preço da comercialização que é pago aos produtores chega a ser 30% a 50% abaixo do preço de mercado. Após deduzidos os custos dos insumos e assistência técnica, bem como a parcela relativa ao pagamento do financiamento contraído, os produtores ficam com a parcela do lucro líquido decorrente do cultivo.

Verificamos que ao perceberem a descapitalização dos camponeses, as empresas atuam no sentido de tornar os mesmos ficam sujeitos à sua lógica, através da compra antecipada das frutas. Com isso, garantem o fornecimento de banana aos seus compradores nacionais e internacionais e ainda ganham com os lucros cobrados sobre o empréstimo.

As estratégias adotadas por essas firmas na dinâmica de subordinação da produção à circulação, como fundamento da acumulação do capital na fruticultura, resultam tanto dos riscos que toda atividade dependente de processos naturais apresenta, mas também de uma recente tendência de alternância dos preços, no mercado mundial, conjugada com a pressão política de movimentos sociais e ecológicos em torno da degradação ambiental, disputas por recursos hídricos, impactos associados a saúde devido ao uso abusivo de agrotóxicos, que a atividade vem provocando na região.

Todo essa dinâmica de uso corporativo do território vem promovendo um aprofundamento da divisão territorial do trabalho ligado a fruticultura como já relatamos anteriormente o e, com isso, configurando e reconfigurando o território do Baixo Jaguaribe. Quando o parceiro vai produzir com recomendações e informações técnicas das empresas, as firmas estão estabelecendo um conjunto de normas de uso do território. Da mesma forma, isso ocorre com as mensagens que elas enviam no sentido de onde se estabelecer, quais os procedimentos técnicos, que insumos e fertilizantes serão utilizados, que culturas deve ser

plantadas, que cuidados e quais os encaminhamentos técnicos que devem ser tomados com relação ao manejo e os tratos culturais.

Portanto, as firmas estão se prevalecendo de um processo de regulação do território, construindo, dessa maneira, um grande número de materialidades (canais, sistemas de irrigação, equipamentos, etc) e imaterialidades (pesquisas, técnicas modernas de produção, informações, comandos, mensagens). Já isso, significa dizer que as empresas estão usando, através de normas, o território de forma particular, para a sua produção. Segundo Santos (1999, p.133), as normas são uma das locomotivas do desempenho e rentabilidade das empresas modernas. O autor ressalta que “..tais normas tanto podem ser internas, relativas ao seu funcionamento técnico, como externas relativas ao seu comportamento político e nas suas relações regulares ou não, com outras firmas, sejam essas relações de cooperação ou de concorrência”.

Dentro dessa perspectiva, a normatização da produção, surgem as associações de pequenos produtores no Jaguaribe apodi (FAPIJA), e com intuito claro de uma uniformidade em toda cadeia produtiva. Essas associações fortalecem os vínculos da firma com os parceiros, fazendo essa ponte na venda de insumos, fertilizantes e assistência técnica e, com isso, tem aumentado substancialmente a produtividade dessa atividade em toda região.

No baixo Jaguaribe, na extensão territorial de seus municípios de estão localizadas as inúmeras pequenas unidades produtivas de bananas, bem como Limoeiro do Norte e Russas, e e Quixeré como grande centro produtor e exportador, configuram-se como nós das redes, lugares de conectividade, pois regulam a intensidade dos fluxos que perpassam no território e da própria produção de bananas. Com esse processo, cria-se uma região funcional à carcinicultura, possuindo uma organização espacial propícia ao aumento da produção, da circulação e do rebatimento de informações privilegiadas, elementos de garantia da competitividade territorial entre os lugares.

Presenciamos dessa forma, um *acontecer hierárquico* (SANTOS, 1997) ou seja, as ordens, as informações e os comandos são provenientes de um lugar, mas são realizadas em outro, especialmente, na forma de trabalho (PEREIRA & KAHAIL, 2005). O acontecer hierárquico “... é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a serem concentrados” (SANTOS, 1997, p.132).

É nesse sentido que o acontecer hierárquico, valendo-se da ação vertical e controladora através da produção, circulação, comercialização e consumo dá-se em espaços

complementares à lógica do uso corporativo do território pelas firmas e cria-se, neste caso, um *espaço racional*⁷⁸ e especializado (PEREIRA & KAHAIL) para a fruticultura.

Em síntese quando analisamos a dinâmica da fruticultura da região pesquisada permitiu identificar que as empresas que controlam os contratos de produção, sejam de outras empresas menores sejam de camponeses, estão extraindo a renda da terra a partir do processo de subordinação da produção à circulação (OLIVEIRA, 2010), isto é, do monopólio na circulação. Parte do lucro que ficaria com os camponeses ou com as pequenas empresas, se eles mantivessem uma venda direta, é direcionada para as empresas que controlam os contratos, já que elas embolsam parte do lucro. Assim, as relações estabelecidas se configuram como um esquema de subordinação para atender e reforçar as demandas das próprias empresas que controlam os contratos.

A sujeição do campesinato não se configura como uma forma de desaparecimento do mesmo, mas como uma forma de subordinação dele ao capital. Essa questão reforça o que estamos chamando de realidade contraditória e complementar, uma vez que o capitalismo não elimina o campesinato, mas subordina-o à sua lógica. Goodman, Sorj e Wilkinson (1990, p. 132), referindo-se ao processo de integração da agricultura camponesa aos ditames dos capitais agroindustriais, afirmam: “A propriedade jurídica pode ser mantida pelos produtores diretos, mas a propriedade real está nas mãos dos capitais agroindustriais, que determinam o ritmo e opção do processo produtivo”. No caso em análise, não estamos diante da ação de agroindústrias, mas o processo de subordinação também ocorre para o caso das empresas agrícolas.

No entanto, mesmo que as empresas integradoras imponham as condições na produção, os camponeses ainda mantêm autonomia de seu trabalho. Esse aspecto foi ressaltado por Paulino (2012, p. 204), quando ressalta:

Apesar do imperativo da produtividade, com todas as relações que lhe são inerentes, os camponeses continuam senhores de seu tempo e de seu espaço, de modo que os tentáculos do capital os afetam na exata medida em que eles incorporam tais parâmetros externos.

⁷⁸ “A racionalidade (...) chega ao território; ou seja, ela não é apenas uma categoria da sociedade, da economia, ou da política. O próprio território, em certos lugares, acaba por tornar-se racional. Racional dessa racionalidade sem razão. Haveria uma produtividade espacial. Dentro de certo tipo de economia hegemônica há espaços que são mais produtivos do que outros, e, assim, ter-se-ia que medir, ou, ao menos considerar produtividades espaciais diferentes segundo os lugares, o que tornaria possíveis participações diferentes no processo global” (SANTOS, 1999b, p.17).

Assim sendo, os camponeses que incorporam parâmetros externos à sua produção são afetados pelas leis que regem o capitalismo, mas ainda permanecem senhores de sua produção, mesmo que subordinados. O processo em análise já foi apontado por Elias (2006b), quando expõe a seguinte ideia:

Amplia-se, assim, o processo de subordinação de alguns pequenos produtores agrícolas que, ao invés de expulsos pelo processo de territorialização do capital no campo e de monopolização do espaço agrário, subordinam-se diretamente às empresas agrícolas, as quais transferem uma parte da renda da terra que lhes caberia. (ELIAS, 2006b, p. 37).

Sobre as estratégias que os camponeses estabelecem para não perderem totalmente o controle do processo produtivo, Bombardi (2004, p. 271) declara o seguinte: “Quanto ao processo de subordinação da renda da terra ao capital, o camponês não o vivencia de forma estática, procura formas de diminuir a subordinação à qual está sujeito”.

Em suma, mesmo que o principal objetivo da empresa capitalista seja obter controle da propriedade camponesa, isso não ocorre totalmente, visto que o agricultor camponês, mesmo produzindo parte de suas culturas no âmbito regido pela empresa, ainda possui um controle de sua propriedade, produzindo outras culturas, além da fruticultura, direcionando parte da produção para autoconsumo, empregando o trabalho familiar e estabelecendo o horário de trabalho.

De forma geral, apesar da resistência, os camponeses da região que entram no ramo da fruticultura se submetem a uma agricultura nos padrões de mercado capitalista, necessitando cada vez mais do consumo de produtos industrializados e sofrendo com a baixa dos preços dos produtos comercializados. O fato acarreta um possível endividamento, tendo o Estado um papel significativo de mediador de interesses (OLIVEIRA, 2007), mas que, na verdade, privilegia as classes hegemônicas. A propósito, Bombardi (2004) assegura que o Estado tem o papel de defensor dos interesses da iniciativa privada, ou melhor, das empresas, fortalecendo e sustentando a produção do capital. Assim,

O Estado não atua, pelo menos no Brasil, de maneira a garantir que não haja uma grande extorsão de renda do campesinato, pelo contrário, o que vemos é o campesinato debatendo-se, livremente” com o capital industrial, financeiro e comercial (BOMBARDI, 2004, p. 252).

CAPITULO IV

CAMPESINATO NO BAIXO JAGUARIBE FRENTE AO IMPÉRIO DO AGRONEGOCIO: EXPROPRIAÇÃO, RESISTÊNCIAS E PERMANÊNCIAS

"(...) uma vez que ninguém pode sem crime espoliar seu semelhante, escravizá-lo ou matá-lo, eles (os colonizadores – HMC) dão por assente que o colonizado não é semelhante ao homem... a ordem é rebaixar os habitantes do território anexado ao nível do macaco superior para justificar que o colono os trate como bestas de carga. A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados; procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa; é preciso embrutecê-los pela fadiga Desnutridos, enfermos, se ainda resistem, o medo conclui o trabalho; assestam-se os fuzis sobre o camponês; vêm civis que se instalam na terra e o obrigam a cultivá-la para eles. Se resistem, os soldados atiram, é um homem morto; se cede, degrada-se, não é mais um homem; a vergonha e o temor vão fender-lhe o caráter, desintegrar-lhe a personalidade... "
(Jean-Paul Sartre, 1961) 26.

Sartre, Jean-Paul (1961), in *Prefácio a Fanon, Frantz (1968). Os condenados da terra. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 1-21.*

—É improvável que alguém se atreva hoje a escrever ou falar sobre as características ou os acontecimentos do mundo rural brasileiro sem atribuí-los à expansão do capitalismo no campo.” “Se os camponeses não são expulsos da terra, isso é por causa da expansão do capitalismo, se são expulsos também é por causa da expansão do capitalismo (MARTINS, 1983, p.151).

4.1 DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O AGRONEGÓCIO E O CAMPNESINATO

O desenvolvimento do agronegócio no espaço agrário brasileiro se consolidou com o discurso da modernidade e do progresso, da produtividade e da competitividade internacional, baseado no crescimento capitalista como solução para suprir a demanda por alimentos e desenvolver os territórios. Todavia, a realidade demonstra o protagonismo do conflito e da contradição na expansão do capital no campo, alterando a configuração dos territórios em um movimento simultâneo de construção, destruição e manutenção (OLIVEIRA, 2003), expresso no caráter desigual e combinado do desenvolvimento do capitalismo no campo (SANTOS, 2014, p. 2014).

Seguindo essa lógica, a produção de frutas para exportação no sertão cearense tem mobilizado os dois modelos agrícolas recorrentes no Brasil, o agronegócio e o campesinato, que poderíamos denominar também como modelos dedesenvolvimento. Cada um desses modelos exerce e possibilita diferentes relações sociais, logo criam espaços e consolidam territórios e territorialidades também diferentes (BEZERRA, 2012). O território e a territorialidade:

[...] consistem em expressão geográfica que não são simples ocorrências, posição ou distribuição de objetos no espaço. Não é simples paisagem. Trata-se da ocorrência pertinente a ação. Ação que permite fixação, separação, uso, posse. Elas são o elo entre o ator e o objeto, resultam nas marcas objetivadas pela busca do domínio sobre o espaço. (HEIDRICH, 2009, p. 274-275)

O território é formado pelas ações das relações sociais, sendo estas intermediadas pelas relações de poder, e tem o espaço como condição primordial. Por isso, a produção de espaços e de territórios acontece de maneira histórica e dialética, ou seja, por meio do conflito, da contradição e da solidariedade.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. (FERNANDES, 2005, p. 16).

A grande problemática, os territórios em disputa, entre os grandes empreendimentos capitalistas, sejam eles o agronegócio ou o hidronegócio, que disputa as parcelas do território nacional com vistas à ampliação de seus lucros e privatização dos recursos naturais, disputando com as populações tradicionais, entre eles, quilombolas, indígenas e o camponês reconhecem o território a partir de outro sistema de referências cultural, simbólico, social e econômico. Assim, é possível compreender que apesar de disputarem uma mesma parcela do espaço não disputam o mesmo território, por compreenderem e se apropriarem distintamente do mesmo.

Segundo Mançano (2008)

Uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão, os territórios do agronegócio e os territórios campesinos e indígenas são distintos. Os territórios do camponês e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais (ibidem, 2008, 285p.)

Nesse sentido as disputas territoriais que presenciamos no Baixo Jaguaribe confirmam a tese que começamos a desenhar no início desta tese de doutorado. O desenvolvimento do modo capitalista de produção, no campo brasileiro, que se replica na região em analisada, se nutre também de formas não capitalistas de produção, como o trabalho familiar, assalariado mas tendo como base à lógica sua própria recriação enquanto classe social. Tal assertiva leva a compreensão de que, embora o camponês seja uma relação não capitalista, sua reprodução deve ser entendida a partir das contradições do desenvolvimento do capitalismo. Assim, embora os camponeses do Baixo Jaguaribe se ergam nas lutas e na construção de territórios camponeses num processo de enfrentamento contínuo entre a agricultura camponesa e capitalista é imprescindível compreender que eles não estão livres da ação do sistema capitalista, se constituindo em territórios permanentemente disputados. As faces dessa dinâmica pode ser vislumbrada nas suas mais diversas formas de organização, lutas, enfrentamentos, resistências e permanências na luta desigual contra o império do agronegócio.

4.2 AS FACES DA EXPROPRIAÇÃO CAMPONESA NOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO

Quando os apologistas da implantação dos Projetos de Irrigação no Baixo Jaguaribe, produziram por meio do discursos e da força das imagens, a cegueira a cerca dos reais interesses que moitivaram a execução desses empreendimentos, o que se pretendia era promover, dentro dos “parâmetros legais”, o desenraizamento do camponês para possibilitar a introdução de um novo modelo de agricultura, no qual fosse possível ao capital produzir mais em menos tempo e com menor custo para atender aos reclames do capitalismo ávido para se espriar em busca da mais-valia. Para atender a tal propósito, “o capital investe em tecnologia, maquinaria, organiza o trabalho de forma mais eficiente, enfim, moderniza os meios de produção para ser competitivo no mercado”. (MENEZES, 2007, p. 3, grifo do autor).

Como as práticas agrícolas ali desenvolvidas já possuíam uma tradição secular, era, até certo ponto, previsível a existência por parte dos camponeses de um forte apelo a resistirem às possíveis mudanças na sua maneira de produzir que afirma a biodiversidade, tem na diversificação de cultivos e criações, no extrativismo em relação harmônica com a natureza, no trabalho familiar direto, na superação constante do trabalho penoso, na valorização das relações sociais de vizinhança e comunitárias, na geração de inovações tecnológicas a partir dos saberes camponeses aliados a uma crítica incorporação de múltiplos outros saberes, entre tantas outras dimensões do *seu que-fazer* e do *seu vir-a-ser*, que lhe caracterizam um modo de ser e de produzir próprios, camponês. Aqui reside um aspecto fundante para a análise dos propósitos da ação do Estado, via DNOCS, naquela região.

Diante da urgência do capital em substituir o tradicional modelo agrícola “sinônimo de atraso” pelas modernas técnicas e tecnologias aplicadas à agricultura de base empresarial, havia a necessidade de se criarem mecanismos para tornar esse processo de expropriação aparentemente menos agressivo, possível aos olhos da sociedade local.

Nas ações do Estado e capital são bastante contundentes para colocar a região dentro dos circuitos espaciais produtivos da fruticultura irrigada. Para colocar em prática o seu projeto de territorialização do agronegócio no Baixo Jaguaribe, utilizam-se de três estratégias primordiais: Primeira: desterritorializar o camponês, em nome do “progresso”, justificativa para a execução do empreendimento. O que se verifica é que a política de irrigação implantada nesta região deu-se de “cima para baixo”, sem que os seus prováveis atingidos no casos os camponeses, pudessem participar ativamente do processo.

A lógica da modernização nessa região defendida de forma visceral pelo Estado e as elites agrárias/industriais promoveu uma disputa da mesma área disputada pelo DNOCS e por um conjunto de comunidades rurais, que desde a desde o início do século XX, se apropriaram do território e desenvolveram/desenvolvem um conjunto de saberes e práticas, que divergem da racionalidade economicista impregnada na política de irrigação proposta pelo órgão.

Diante do “progresso” advindo do agronegócio as populações camponesas que ocupavam/ocupam estas áreas onde se situam os perímetros, agora são um empecilho para a reprodução do capital. O discurso oficial trata as populações camponesas como arcaicas justificando o “progresso e a modernidade” em contraposição às suas práticas tradicionais. Nesse sentido, percebe-se que os projetos desenvolvimentistas colocados em prática pelo Estado em parceria com o grande capital desconsideram por completo a existência dos sujeitos historicamente territorializados nos espaços, impondo-lhes medidas restritivas e/ou delimitando a sua capacidade de atuação, e, por isso, transformando profundamente seu modo de vida (DOSSIÊ DOS PERÍMETROS, 2014). Segundo: tornar os custos com o cultivo das lavouras para o autoconsumo insustentáveis, devido aos processos burocráticos como o pagamento de taxa à Cooperativa do DNOCS (10% da produção) e as imposições quanto aos cultivos a serem praticados. Por fim, a terceira estratégia foi o entrelaçamento destes fatores acabaria por expulsar, de forma “natural” o camponês da terra, sem eliminá-lo do processo produtivo, já que este deveria assumir a sua nova função na lógica do agronegócio, ou seja, a de mão-de obra barata e pouco qualificada.

De acordo com Dourado (2011), o primeiro problema que se encontra na análise da política de irrigação desenvolvida no Nordeste é a questão fundiária. O acesso e a permanência na terra não foram proporcionados pelas ações desencadeadas pelos vários projetos destinados ao Nordeste, sob a tutela de órgãos federais, como a SUDENE, o DNOCS e a CODEVASF. Este não é, na perspectiva de Carvalho (1988), o único problema dessa política, muito embora o autor reconheça ser uma forma avançada de ver, na “questão do Nordeste”, a estrutura fundiária como uma das fontes do atraso do Semiárido.

Com os projetos de irrigação, veio o agronegócio, inserindo estes lugares no contexto da economia globalizada. Estas ações são caracterizadas por processos de desterritorialização-reterritorialização dos agricultores camponeses e, em contrapartida, a concentração de terras, a ampliação da exploração de mão-de-obra assalariada e alterações significativas na dinâmica espacial dos lugares.

Nesse sentido, para Saquet (2013, p.164), “as forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a desterritorialidades e as novas territorialidades, num único movimento, complexo e heterogêneo”. A territorialidade é construída a partir da relação do indivíduo com o território, diz respeito às relações políticas, econômicas e culturais, pois está ligada ao modo como os indivíduos se organizam e dão significado ao território que pertencem.

Deste modo, “[...] deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (ANDRADE, 2004, p.19).

O território se constitui no espaço territorializado, através de processos de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, resultantes de ações de domínio sobre o espaço para realizar funções e para produzir significados. O território se desdobra em um *continuum*, desde a dominação político-simbólica concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural simbólica, assim, tem-se a noção de “espaço socialmente construído” (HAESBAERT, 2005).

O conceito de territorialização remete à concepção de uma ação política, não essencialmente estatal, cujo objetivo é estabelecer normas ou institucionalidades defendidas por determinados grupos para orientar práticas sociais sobre um determinado território (FREITAS; DIAS; FREITAS, 2010).

Para Saquet (2013), os principais elementos da territorialização estão presentes na desterritorialização: há perda e reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados. Novas territorialidades (culturais, políticas e econômicas) são constituídas na reterritorialização. Nesse sentido, compreende-se que os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão ligados e se complementam. O processo de territorialização é marcado pela ação humana no território expressada pelas manifestações de poder estabelecendo relações de dominação e apropriação.

4.2.1 Expropriação no Projeto Irrigado Chapada Do Apodi

A origem do processo de povoamento da Chapada do Apodi, remonta a década de 20 do século XX, quando se inicia o processo de povoamento, com a chegada de famílias

atraídas pela fertilidade da terra e pela caça em abundância, bem como pela extensão de terras para pequena produção na região da chapada.

De acordo com Sena (2004) a Chapada era dominada inicialmente por uma “mata fechada”, com poucos habitantes dispersos na longa planura, com limitadas atividades produtivas. Ao ocorrer intensos períodos de inverno entre as décadas de 1930 e 1940, em Quixeré, parte de seus moradores (da Várzea) subiu à Chapada para fazer queimadas e lá plantar algodão, milho e feijão, além de desenvolver outras atividades como a criação e extração de madeira. Nesse período, a Chapada passou a ter pequenos povoados: Tomé, Cabeça Preta e Lagoinha (SENA, 2004).

Todas as comunidades foram se desenvolvendo baseadas em atividades, como a agricultura (sequeiro), criação e extração. Na época do inverno, eram plantados milho, feijão, algodão e cajueiro, além de se criarem ovinos e suínos, dentre outros. No verão, extraía-se madeira para a queima de tijolo, telha e pedra para fazer cal (calcita). Outros povoados foram se formando e se desenvolvendo, praticamente com as mesmas características das primeiras comunidades, apesar de suas particularidades: Poço Novo, Consulta, Sucupira, Macacos, Jucás, Ipu, Maracajás, Km 60, Km 68, Km 69, Km 70 (Limoeiro do Norte); Cabeça de Santa Cruz, Lagoa das Carnaúbas (encosta da Chapada) Lagoa da Casca, Cercado do Meio (Quixeré); Baixa Grande, Santa Maria, Santa Fé (Tabuleiro do Norte), dentre outras. Ali foram habitando e construindo seus lares e seus territórios (FREITAS, 2010 p. 78).

De acordo com Freitas (2010, p 78) dentre as dificuldades enfrentadas pelas comunidades durante todo processo de povoamento, a falta de água sempre foi o maior delas. Daí o motivo de o povoamento ter ocorrido posterior as áreas de planície aluvial. Estas últimas foram ocupadas desde o princípio da colonização cearense, enquanto as áreas da Chapada, menos expressivas em relação à presença hídrica, serviam, principalmente, de pastagens para o gado, além da reprodução de espécies vegetais e animais (SENA, 2004). Isso levou Andrade (2007, p. 52) a asseverar que “a falta de água na Chapada do Apodi impediu o desenvolvimento e a fixação da população e a criação de gado até a década de 1951-1960”. Essa referência do autor (Op. cit.) indica, na verdade, o período em que se intensificou esse processo, visto que anterior a esse período já havia famílias residindo naquele espaço.

A partir da década de 1990, área tem passado por significativas transformações espaciais, em virtude da implantação de uma agricultura empresarial centrada no agronegócio da fruticultura irrigada. Especificamente terras dos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré a partir da implementação do Projeto de Irrigação Jaguaribe-Apodi.

A instalação do Projeto de Irrigação Jaguaribe Apodi consta do ano de 1989, com uma área de cinco mil trezentos e noventa hectares (5.390), essa terra foi desapropriada pelo DNOCS no ano de 1988. A área que corresponde ao polígono do perímetro totaliza 15.106,68 hectares. Desse total, apenas 10.284,31 hectares correspondem à área oficialmente desapropriada. Essa foi constituída em sua maioria por pequenas propriedades, ou seja, propriedades entre um e quatro módulos fiscais. Nos Municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, de acordo com o parâmetro utilizado pelo INCRA, um módulo fiscal corresponde a 55 hectares (DOSSIÊ DOS PERÍMETROS PÚBLICOS, 2014).

Foram necessários cinco (05) anos para concluir a 1ª etapa do Plano Piloto do Projeto de Irrigação Jaguaribe Apodi, em uma área de mil setecentos e cinquenta (1.750) hectares. Construção dos canais, casas de bombas e a central das bombas na barragem das Pedrinhas, no Rio Jaguaribe. Neste período todas as famílias saíram dessa área. Algumas famílias permaneceram na Chapada do Apodi, porém em outras localidades. Várias famílias vieram habitar as periferias das cidades do Baixo Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte e Quixeré.

A área irrigável do Projeto Jaguaribe-Apodi corresponde a 5.393,00 ha, assim distribuída: 1.143,00 ha para área-piloto; 1.750,00 ha direcionada à primeira etapa do projeto; e, 2.500,00 ha para a segunda etapa do projeto, esta destinada à instalação de lotes empresariais e as duas primeiras, principalmente para pequenos e médios agricultores. A área-piloto foi implantada entre 1990 e 1991. Objetivava a avaliação dos aspectos agrotécnicos, gerenciais, organizacionais e de engenharia. Teve o loteamento distribuído com as seguintes características: 768 ha para 116 pequenos agricultores, com área de 4, 8 e 16 hectares. O restante da área (62,5 hectares) destinada à exploração por empresários e 64 hectares direcionada à escola técnica Piamarta.

A primeira etapa, implantada entre 1991 e 1992, foi destinada aos pequenos e médios agricultores, com área de 1.750 hectares, irrigada por aspersão (tipo pivô central), formada por 27 pivôs de 50 ha e 4 de 100 ha, constituindo lotes de 6,5 ha, 12,5 ha e 25 ha. No momento da implantação dessa etapa, foram selecionados 200 agricultores. Ao analisar documentos do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e do DNOCS, referente aos 316 irrigantes selecionados entre os anos de 1991 e 1992 (116 da área-piloto mais 200 da primeira etapa), foi identificado que apenas 197 (62% do total selecionado) correspondiam aos ex-proprietários ou ex-posseiros; ou seja, 119 irrigantes não faziam parte dos desapropriados, correspondendo a 38%. Por sua vez, do total de 268 desapropriados, 71 deles não foram

selecionados, isto é, foram expropriados, correspondendo a 22,5% desse número (DOSSIÊ DOS PERÍMETROS PÚBLICOS, 2014).

Em relação à segunda etapa (2.500 hectares), esta corresponde a 51 lotes empresariais, dos quais 30 de 50 ha, 20 de 25 ha e 01 de 500 ha, irrigados por aspersão convencional e/ou gotejamento. O funcionamento dessa etapa não se iniciou oficialmente, pois se encontra embargada pela Justiça em virtude da invasão ocorrida no projeto, principalmente por empresas nacionais e transnacionais (DNOCS, 2009). Após meados dos anos de 1990, ocorreu um novo processo de expropriação camponesa. Com as mudanças político-econômicas e redirecionamento da Política de Irrigação, parte significativa dos pequenos agricultores (irrigantes) que conseguiram adentrar no projeto (por meio de seleção) foram expropriados. Segundo estudo realizado por Freitas e Soares (2005) e Freitas (2010) a expropriação da área-piloto e primeira etapa correspondem a 81%. Do total de 316 irrigantes selecionados, 255 foram expropriados, restando 61 no projeto, o que corresponde a 19% desse número (Tabela 8).

Tabela 9 – Invasão de terras no Projeto Jaguaribe Apodi.

Invasores/ocupante	Área(há)	Ano
Del monte Produce Ltda (invasor)	1.223,27	2004
Banesa – Bananas Nordeste S. A. (invasor)	356,74	2004
João Teixeira Júnior (invasor)	284,29	1998;2003
João Gadelha Lima(invasor)	198,93	1989;1998
WG Prod e Distrib. de frutas Ltda (invasor)	174,46	2002
Luiz Prata Girão (invasor)	148,84	1998;2002
José Anchieta Mendes Xavier (invasor)	126,45	1989;2003
Fernando Antônio G. de Oliveira (invasor)	124,79	1988
Assoc. Ex-posseiros Santa Maria (ocupante)	108,82	1991
Total	2.401,45	-

Fonte: DNCOS (2009); Organizado por FREITAS(2014).

A desapropriação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi é apenas uma amostra do que ocorre nos demais perímetros do estado do Ceará e do Nordeste brasileiro, onde a expropriação e concentração de terras nas mãos das grande empresas do agronegócio adquire uma das suas feições.

4.2.2 Expropriação no Projeto Irrigado Tabuleiro de Russas

A implantação do Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas se dividiu em duas etapas, e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) foi o órgão que as promoveu, começando a efetiva-las em fins dos anos 1980, com a chamada primeira etapa, desapropriando uma vasta área, onde se localizavam 22 comunidades. A segunda etapa se inicia por volta de 2003 e 2004, trazendo consigo novas desapropriações e maiores investimentos, fazendo com que o perímetro começasse a operar de forma mais efetiva, inclusive com a chegada de grandes empresas do agronegócio.

Em sua primeira etapa, o projeto Tabuleiros de Russas tem acesso pela BR-116, que margeia o limite leste da área e segue paralela ao Rio Jaguaribe, alcançando a cidade de Russas e Limoeiro do Norte. De modo geral, essa área é constituída por uma faixa contínua de terras agricultáveis ao longo da margem esquerda do Rio Jaguaribe, desde a cidade de Russas, a noroeste, até a confluência do Rio Banabuiú, a sudoeste, configurando-se, a grosso modo, como um retângulo disposto longitudinalmente no sentido noroeste-sudoeste, dispondo-se paralelo com o curso do Rio Jaguaribe a longo de 23 km aproximadamente. A sua largura oscila em torno de 10 km (BRASIL, 1993).

Do ponto vista técnico, o Tabuleiro de Russas está numa localização privilegiada, pois o mesmo já se beneficia da integração da infraestrutura da Barragem do Castanhão e do Eixão das Águas, podendo inclusive já receber água proveniente da transposição do rio São Francisco, além localizado as margens da BR 116 o que facilita sobremaneira o escoamento da produção para os corredores de exportação localizados somente a 160 Km na cidade de Fortaleza (BEZERRA, 2012).

Nessa área, desapropriada pela primeira etapa, desterritorializou na primeira etapa 22 (vinte e duas) comunidades: Lagoa Salgada, Massapê de Fora, Massapê de Dentro, Lagoa da Várzea, Sussuarana, Paraíba, Povoado do Marí, Canafístula de Baixo, Baixio dos Azuis, Sítio Córrego Vinte e Um, Córrego dos Estácios, Germana, Açude dos Venâncios, Córrego Salgado, Tanquinhos, Lagoa da Roça, Umari, Iracema, Capece, Liberdade, Baixio Verde e Lagoinha. Havia ainda, outras comunidades, que mesmo não estando dentro da área demarcada para desapropriação, segundo o DNOCS também seriam afetadas, são elas: Sede Municipal de Russas, Sede Municipal de Limoeiro do Norte, Sítio Paraíso, Miguel Pereira, Lagoa do Peixe, Jardim de São José, Espinho, Flores, Ramal de Flores, Jardim de São João,

Sapé, Gangorra, Carpina, Sítio do Canto (BRASIL, 1990-91:39-41) conforme pode ser observado no Quadro 4.

Quadro 4 - Comunidades atingidas pela instalação do PITR

1ª etapa	2ª etapa
Lagoa Salgada; Massapé de fora; Massapé de dentro; Lagoa da Várzea; Sussuarana; Paraíba; Povoado do Mari; Canafístula de Baixo; Baixio dos Azuis; Sítio Córrego Vinte e Um; Córrego dos Estácios; Germana; Açude dos Venâncios; Córrego Salgado; Tanquinhos; Lagoa da Roça; Umari; Iracema; Capece; Liberdade; Baixio Verde; Lagoinha	Escondida, Bananeiras, Sítio Junco, Lagoa dos Cavalos, Córrego Salgado, Barbatão, Sussuarana, Peixe.

Fonte: BRASIL (1991) e BRASIL (2005).

Essas comunidades eram de tamanhos variados, algumas tinham mais habitantes, outras menos, porém não havia nenhuma comunidade muito grande, daí a distribuição em tantas delas, as distâncias também variavam bastante, mas de maneira geral podemos tomar como elementos centrais de caracterização o trabalho e a família, pois são os elementos que mais aparecem em entrevistas e conversas com moradores da região.

O trabalho familiar baseava-se na agricultura de sequeiro, no extrativismo vegetal e na caça nas matas da caatinga. Esses camponeses desenvolviam uma agricultura, sem elementos tecnológicos muito avançados e por meio de técnicas passadas de geração em geração é um elemento comum a todas as comunidades. Nessas comunidades a família era a unidade não só de vida, mas também de trabalho. Sendo que até mesmo os próprios documentos do DNOCS tomam a família como referência, segundo esses dados:

Foram pesquisadas 920 famílias de ocupantes na área de influência do projeto, das quais 138 não possuem uma dependência direta com a área a ser desapropriada, visto que os ocupantes moram e/ou exploram os imóveis apenas em suas áreas remanescentes, isto é, aquelas áreas externas à poligonal de desapropriação, embora os imóveis aos quais pertençam sejam seccionados pelo limite do projeto. Sendo assim, essas 138 famílias de ocupantes não são consideradas propriamente como público de reassentamento. Já as demais 782 famílias serão atingidas diretamente pela implantação do projeto, seja pela perda de seus postos de trabalho assalariado, de suas lavouras temporárias e permanentes e/ou simplesmente de seu local de moradia (...) (BRASIL, 1990-91:37).

De acordo com estudo realizado por Nunes (2014) a descrição do número de famílias pelo DNOCS, indica o caráter expropriatório que as desapropriações, com vistas à implantação do projeto irrigado, iriam assumir, representando perdas de lavouras, trabalho e locais de moradia para 782 famílias. Isto significava para estas famílias a destruição dos modos vividos até então, além de outras 138, que perderiam suas terras⁷⁹ usadas para trabalhar, possivelmente ficando apenas com os locais de moradia, ou seja, todas as 920 famílias seriam fortemente impactadas, as próprias formas de ocupação da área também indicam para isso.

Os dados do DNOCS relatam que o universo ocupado, no início dos anos 1990, era constituído principalmente por posseiros, cerca de 31,2 %, que em sua maioria (68,8%) ocupavam menos de 5 hectares de terras, sendo que 34,8% ocupam menos de 2 hectares. Quando ocorreram as desapropriações, desse total de posseiros 50% estavam na área há mais de 20 anos. Podemos destacar ainda que 7,9% das famílias eram proprietárias; 3,1% moradores, das quais 95,8% ocupavam menos de 2 hectares; 22,1% correspondiam aos comodatários, dos quais 88,4% ocupavam até 5 hectares (BRASIL, 1990).

Nesse sentido chama-se a atenção é a centralidade na propriedade da terra, que é colocada por José Vicente Tavares dos Santos, em sua obra *Colonos do Vinho* (1978), que estuda produtores vinícolas do Rio Grande do Sul, como elemento característico de produtores camponeses. No entanto como visto na região do Tabuleiro de Russas, a maioria dos ocupantes não eram de proprietários, havendo maioria de posseiros (31,20%), parceiros (26,21%) e comodatários (22,12 %), nesse sentido é importante perceber, conforme coloca José de Souza Martins, que “o posseiro não valoriza a terra como terra. Ser proprietário da terra para ele não tem o menor sentido. O que tem sentido para ele, isto sim, é ser o dono do trabalho” (MARTINS, 1986p. 131).

Os camponeses desapropriados da região do Perímetro do Tabuleiro de Russas, em sua primeira etapa, percebe-se que eles sempre destacam a questão de que quando tinham suas terras podiam trabalhar para eles mesmos, muito embora, isso possa não ter sentido igual ao que é colocado por Martins, pode ser tomado como um indicativo de que havia a perspectiva de ser dono do seu próprio trabalho, o que para eles fazia a terra ser sim deles, mesmo que legalmente não fossem, o que era legitimado por meio do trabalho (NUNES, 2014).

⁷⁹ A observação da área mostra que é comum à prática das pessoas não terem residência nas terras em que trabalham, mas residirem em pequenas comunidades não muito afastadas destas mesmas terras.

Podemos então analisar que, mesmo diante de uma região onde a maioria dos camponeses não detinha a posse da propriedade da terra, não se pode descartar esse elemento como característico da uma região de agricultores camponeses, que trabalhavam em terras que consideravam suas, pois mesmo sem a propriedade legal da terra, eles tinham a propriedade do trabalho, trabalhavam para si mesmos e mantinham um elo forte com a posse da terra.

Essa ideia de trabalhar para si mesmos, de poder ser livre junto com sua família é uma característica presente entre as 920 famílias desapropriadas, o relato dos camponeses nas comunidades pode ser reforçado pelos dados coletados junto ao DNOCS, de onde podemos buscar elementos para tentar perceber como eram essas famílias e de que formas as mesmas trabalhavam.

Segundo Nunes (2014), os dados indicam que as famílias da área eram constituídas, em média, por cinco membros, muito embora, as entrevistas com algumas famílias alguns camponeses sirva para desconstruir esse dado, quando formos nos referir à força de trabalho familiar, em alguns casos mesmo sendo casados alguns filhos de camponeses moravam e trabalhava junto com seu pai e seu irmão no mesmo terreno, mostrando que a relação familiar, quanto ao trabalho, envolvia uma ideia de família mais ampla, até mesmo para que as terras não fossem excessivamente parceladas, mas também para garantir maior força de trabalho, pois como destaca Tavares dos Santos, “a família camponesa torna-se um trabalhador coletivo” (TAVARES DOS SANTOS, 1987, p. 34), tornando-se uma prática, até certo ponto, comum na região do Tabuleiros de Russas, os filhos continuarem a trabalhar conjuntamente com seus pais, por algum tempo, mesmo após, formalmente constituírem, outra família.

Essa força de trabalho era distribuída pelas diferentes faixas etárias dos indivíduos que constituíam as famílias, de forma que cada um exercia tarefas de acordo com suas condições, a exemplo da participação das crianças, que mesmo que não fosse integral, servia para socializar o trabalho no campo, onde desde pequenas eram inseridas, para adquirirem familiaridade com o trabalho.

A maior participação ficava por conta daqueles indivíduos com idade entre 20 e 60 anos, nos quais consistia a maior parte da força de trabalho, além dos idosos que desempenhavam funções como força de trabalho e ainda tinham significativa importância econômica, por conta das aposentadorias. Essa discussão vem ressaltar a ideia trabalhada, de que a família camponesa se constitui em um trabalhador coletivo, sendo esse um traço característico comum a todas as comunidades da região estudada.

De acordo com o Plano Básico de Reassentamento Involuntário produzido pelo DNOCS⁸⁰ não deixa claro o período do ano em que foram feitas as pesquisas, isso pode ter uma influência bastante significativa nos resultados apresentados, pois tratamos de comunidades que realizavam um ciclo de atividades ao longo do ano, sendo que algumas delas exigiam mais ou mesmo mão-de-obra, o que significa que em alguns períodos poderia haver disponibilidades para que membros das famílias trabalhassem fora de seu estabelecimento e em outros momentos ao contrário, os membros da família não serem suficientes para o trabalho, o que podia fazer com que recorressem a práticas de ajuda mútua ou a contratação de mão-de-obra temporária.

Esses modos de vida passaram a ser ameaçados quando se inicia a implantação do Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas. Com o início dessa implantação passa a ser visível um conflito entre os modos de vida camponeses da região e o projeto pretensamente modernizador. Conflito este em que o Estado avança, fazendo uso de seu poder, para enquadrar os modos de vida das comunidades camponesas, que seriam desapropriadas, qualificando-as como “atrasadas” e desestruturando-as, a fim de por suas terras a serviço da produção empresarial capitalista.

4.3 AS RESISTÊNCIAS E PERMANÊNCIAS CAMPONESAS FRENTE AO IMPÉRIO DO AGRONEGÓCIO

O processo de modernização no Baixo Jaguaribe ao tempo que realiza a mercadoria produz processos de expulsão e (re)criação do campesinato com a eclosão das lutas unindo campo e cidade como materialização das resistências e da conflitualidade. Em resumo, a colisão entre agronegócio e campesinato revela interesses e projetos diferenciados, em que o primeiro ameaça a vida e o território do segundo, ao passo que, contraditoriamente o recria, embora com relações dissimétricas de poder.

De acordo com Amélia Damiani⁸¹ nos lugares onde o capitalismo tenta impor uma racionalidade exógena a partir do *meio técnico científico informacional*, emergem *espaços de contra-racionalidade*⁸², como “desencantamento do espaço geográfico”, hoje tendente a ser

⁸⁰ Trata-se do Plano Básico de Reassentamento Involuntário (BRASIL, 1990-91), documento que traz análises de cunho social e econômico da região desapropriada para a implantação do Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas.

⁸¹ DAMIANI, Amélia Luisa. **Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia**. In: Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume Especial 30 Anos (2012), p. 254-283

⁸² SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**, 1996, capítulo 13. Os espaços da racionalidade, p. 230-247.

completamente racionalizado, sujeito a regras preestabelecidas que incluem sua própria substância”: “o espaço geográfico, transformado em território da racionalidade”, “um espaço que pode ser manipulado como uma coisa”, definindo “o esquema de nossa ação possível.” Contudo “a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente *contra-racionalidades*”; “na verdade, e substancialmente, outras formas de racionalidade”.

Embora considerando a impossibilidade da racionalidade absoluta se realizar como tal, o que se realiza não é estritamente particular, mas equivale através do espaço, inclusive materialmente, a um processo de totalização, “o movimento conjunto do todo e das partes”, o modo de se concretizar a totalidade potencial. Econômica, política e socialmente o espaço vai regendo esse modo de operar a totalidade concreta. “O movimento da totalidade para existir objetivamente é um movimento dirigido à sua espacialização, que é também particularização (DAMIANNI *apud* SANTOS, 2012, p. 275,276)⁸³ .

De acordo com Araújo (2006), a crescente ocupação das terras dos camponeses pela fruticultura no Baixo Jaguaribe nos revela a imposição de uma racionalidade moderna calcada eminentemente na produção de mercadorias para atender os mercados ditos globais, que impõem uma racionalidade verticalizada que atinge a economia, a política, a cultura e as relações interpessoais das comunidades camponesas, que vivem nesta região. Para Santos (1996), essa racionalidade instala-se no próprio meio de vida dos homens, ou seja, no meio geográfico. Daí ele falar de racionalidade do espaço enquanto última fronteira da expansão dessa racionalidade hegemônica.

Todavia, mesmo frente a tentativa de imposição uma racionalidade hegemônica imposta pela lógica do agronegócio, fez emergir um novo ciclo de conflitualidade no Baixo Jaguaribe que agrega de um lado grandes proprietários de terra, empresários do agronegócio e seus porta-vozes – símbolo da modernidade e de outro, camponeses, trabalhadores sem terra e assalariados, agricultores familiares e seus mediadores - considerados a expressão da incapacidade e do atraso. Dessa forma, são processos sociais e tensões que longe de abrir mão de antigas concepções e velhas práticas a elas se somar refletindo, assim, um dos principais traços da sociedade brasileira – a contemporaneidade do *atraso* e do *moderno* (pares dialéticos) como constitutivos de nossa formação histórica e de nosso *habitus* nacional (BRUNO, 2008, p.84).

Esse ciclo de confituosidade que presenciamos no Baixo Jaguaribe através das disputas territoriais podem ser lidas como um momento do processo de formação de classes e

⁸³ Op. cit., capítulo 4, O espaço e a noção de totalidade, p. 91-103.

de renovações de suas condições de exploração e dominação, ou seja envolve mediações, contradições e conflitos. Sendo assim, os camponeses cada vez mais enquanto *classe social*⁸⁴ se recusam a condição de serem atores coadjuvantes e que na prática buscam questionar as estruturas fundamentais das regras de acumulação de riqueza e poder (BRUNO, 2008).

O que reforça a tese de que o campesinato e os trabalhadores assalariados contemporâneos, ainda que inserido numa formação econômica e social brasileira dominada e hegemônica pelo modo de produção capitalista (e a superestrutura que lhe é dialeticamente inerente), constrói na sua prática de resistência social uma reprodução social que lhe permite afirmar uma outra racionalidade que não aquela dominante: a racionalidade camponesa contemporânea que proporciona condições efetivas para se construir e usufruir de uma *autonomia relativa*⁸⁵ perante a lógica capitalista. Essa possibilidade de um "camponês autônomo" perante o modelo de produção dominante no campo poderá suscitar uma contraconsciência que se baseie não somente no discurso ideológico contra o capital, mas, também, numa prática que lhe dê substância empírica e permita, no decorrer da resistência social contra as ofensivas do capital, alcançar a compreensão necessária sobre a realidade social da sua existência como família produtora para que se plasmem as condições efetivas de desenvolvimento da sua consciência de classe camponesa.

Corroboramos com Souza (2009, p. 01) quando assinala que para o “entendimento da realidade brasileira, considera-se que este campesinato se reproduz a partir das seguintes formas: por meio da permanência frente ao processo de modernização implementado pelo Estado no território; ou a partir da organização dos movimentos sociais de luta pela terra que, através da ocupação, recriam as possibilidades de retorno ao campo para trabalhadores rurais e urbanos, camponeses sem-terra e desempregados”.

De acordo com Fernandes (2005) os movimentos sociais no campo são formas de organização socioterritorial de camponeses ou agricultores familiares sem terra e de trabalhadores rurais assalariados que lutam pelos direitos a terra, por emprego e/ou por melhores condições de trabalho e salário.

⁸⁴ Classe social concebida não como categoria estática e sim como uma relação histórica que “acontece quando alguns homens “ como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus” (THOMPSON, 1987, p.10).

⁸⁵ Segundo Carvalho (2009, p. 12) autonomia relativa seria o camponês, capaz de obter a renda agrícola familiar necessária para garantir a reprodução social da família com o trabalho familiar tão somente, este potencializado por um desenvolvimento das forças produtivas que lhe permita aumentar a produtividade do solo e do trabalho com tecnologias que lhe sejam socialmente apropriadas, com o incremento de diversas formas de cooperação, enfim, com uma práxis social que se revele como uma possibilidade de negação da empresa capitalista no campo.

As lutas pela terra, água, por reforma agrária, por recursos e infraestrutura predominam nos processos de expansão e desenvolvimento da agricultura camponesa ou familiar. As lutas por emprego e melhores condições do trabalho assalariado também continuam apesar de sua diminuição por causa da mecanização promovida pela modernização da agropecuária. Os movimentos sociais do campo sempre representaram formas de resistência contra a expansão do capitalismo.

Desde os quilombos até os assentamentos de reforma agrária, os movimentos sociais do campo têm organizado territórios para o desenvolvimento da produção de alimentos e outros produtos, por meio das relações familiares, comunitária, associativa ou cooperativa. A luta por seus territórios tem sido uma das principais marcas da formação do campesinato brasileiro.

Na região do Baixo Jaguaribe, movimento de luta e resistência por seus territórios, e a contestação ao processo de *modernização excludente* (ELIAS,2002), torna-se cada vez mais evidente a partir da agudização das suas contradições socioespaciais e com isso nos releva um processo permanente de (re)criação camponesa. Ao se afirmar estar ocorrendo um processo de reprodução/reciração do campesinato, enquanto classe social⁸⁶ tem-se a clareza de que este só pode ser entendido a partir das contradições do modo de produção capitalista⁸⁷ no campo; e no caso específico do Baixo Jaguaribe baseado em um contexto sóciohistórico contraditório por meio do qual se pode compreender não apenas a recriação do campesinato, mas também a subordinação deste ao modo de produção capitalista. Esta realidade permite-nos afirmar a reprodução dos camponeses enquanto classe na sociedade do capital, e o acirramento dos conflitos existentes entre as classes sociais no campo, que em seus interesses antagônicos, enfrentam-se e se contradizem nos diversos territórios.

Na medida que são revelados os reais interesses da reprodução ampliada do capital na região aumentam as tensões e as disputas territoriais entre camponeses *versus* agronegócio. Nesse sentido, corroboramos com Souza (2009), a (Re)criação camponesa tem sido manifestada no espaço agrário brasileiro a partir da luta *pela terra e na terra*. A primeira se faz através dos movimentos que reivindicam a reforma agrária como medida de desconcentração das terras produtivas, acompanhadas de programas que permitam ao camponês *viver da terra e na terra* (Figura 30). No segundo caso, a (Re)recriação, tem sido

⁸⁶ Definição tomada a partir dos estudos desenvolvidos por SHANIN, Teodor. **La Classe Incomoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

⁸⁷ Idem. Também MARTINS, José de Souza; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; MARQUES, Marta Inez Medeiros.

manifestada através da preservação de seu sistema moral e de produção, também da posse do material genético e do conhecimento a ele inerente (Figura 31).

Figura 30 - Ocupação do projeto Jaguaribe Apodi



Fonte: Cáritas Limoeiro do Norte, 2014

Figura 31- Produção Agroecológica Bernardo Marin II



Fonte: ARAÚJO, Sergiano 2016

De acordo com Fernandes (2009), o agronegócio é responsável pela expansão da conflitualidade, pois ampliou o controle sobre o território e as relações sociais, intensificando, assim, as injustiças sociais. Mas, diferentemente do latifúndio improdutivo, o agronegócio não significa apenas concentração fundiária, pois controla além da terra e água, as tecnologias de ponta. Assim, “O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, água mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. [...]”. (p. 38).

A lógica desigual, contraditória e combinada do agronegócio é a mesma que rege as relações capitalistas de produção: quanto mais se produz, mais gera exploração do homem e da natureza, mais produz mais-valia, mais concentra/acumula/amplia o capital, e a consequência desse processo é a ampliação das desigualdades sociais (CAMACHO, 2011).

Para Porto-Gonçalves, o atual modelo agrário/agrícola nacional, o agronegócio, está ancorado em dois pilares básicos: “[...] (1) no uso de um modo de produção de conhecimento próprio do capital que se traduz na supervalorização da ciência das técnicas ocidentais (que se querem universais); e (2) na expansão das terras cultivadas, sobretudo em regiões onde as terras são baratas”. (2004, p. 224).

Como não poderia ser diferente a implantação dos perímetros irrigados no Baixo Jaguaribe nos anos 1990 segue essa lógica favorecimento à agricultura empresarial em detrimento dos camponeses, dos trabalhadores sem terra, dos pescadores e ribeirinhos. Presenciamos a privatização sistemática dos recursos naturais para os pobres para e a apropriação privada do grande capital. O maior esforço do Estado de adaptação ao clima

semiárido através das grande obras de irrigação tem aumentado exponencialmente a desigualdade no tocante ao acesso e uso da terra e da água. (PEREIRA;CUELLAR, 2015, p. 118).

Neste percurso, temos um arranjo espacial da região, em conflitos, resistências e tensões diante das das estruturas territoriais hegemônicas do agronegócio fruticultor (COSTA, 2011). Os conflitos latentes se tornam explícitos entre as diferentes classes sociais, particularmente entre os interesses do agronegócio de expansão da produção, a necessidade de sobrevivência camponeses e o abastecimento urbano. A modernização capitalista no campo no espaço agrário do Baixo Jaguaribe também tem levado a novos conflitos de natureza trabalhista em face do processo de proletarização dos antigos camponeses como foi das trabalhadores da Multinacional Del Monte (PEREIRA;CUELLAR, 2015).

Em virtude dessa precarização, após oito anos de funcionamento da empresa no Ceará, em agosto de 2008, os trabalhadores declararam greve (Figura 32 e 33), solicitando melhores condições de trabalho. Suas reivindicações referiam-se à seguinte pauta: ampliação dos refeitórios, cesta alimentar e almoço, pois trazem a alimentação de suas residências, típico de boia-fria. Os trabalhadores conquistaram, basicamente, a cesta alimentar, que possui número irrisório de produtos alimentícios, segundo relato de trabalhadores.

Figura 32 - Greve Del monte 2008



Fontografia: Tobias Schmitt, 2008.

Figura 33 - Greve Del monte 2008



Fotografia: Tobias Schmitt, 2008.

Após quatro anos, no dia 25 de Junho de 2012, os trabalhadores(as) da empresa anunciaram, novamente, greve por tempo indeterminado (Figura 34 e 35). Entidades ligadas à Igreja, juntamente com Universidades e outras instituições, sindicato e movimentos sociais

apoiaram o processo de luta e organização dos trabalhadores, que sofrem com a negação de seus direitos. A pauta construída pelos trabalhadores(as), como forma de demonstrar a insatisfação frente às injustiças e constrangimentos sofridos, expressa a precariedade do trabalho, conforme detalhamento na sequência (DOSSIÊ DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO, 2014).

Figura 34 - Greve da Delmonte 2012



Fonte: Cáritas de Limoeiro do Norte, 2012

Figura 35- Greve da Delmonte 2012



Fonte: Cáritas de Limoeiro do Norte, 2012

Em síntese, a pauta oficial dos trabalhadores acentua as seguintes questões: “1. não pagamento das horas in itinere; 2. assédio moral, onde a empresa faz imposição de metas de trabalho que ultrapassam a nossa capacidade operacional; 3. imposição abusiva de horas extras, desrespeitando as leis trabalhistas, mas sobretudo desrespeitando o tempo que nós deveríamos ter para descanso e estar com a família; 4. não pagamento de insalubridade para trabalhadores que estão expostos ao veneno; 5. não fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Equipamentos de Trabalho; 6. intimidações criadas pela própria empresa equipando os fiscais com facões, de forma desnecessária; 7. desrespeito e constrangimento do trabalhador quando são criadas situações injustas de advertências e suspensões, descontadas em nossos já pequenos salários” (DOSSIÊ DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO, 2014).

O ponto principal da pauta trata da reivindicação de pagamento das horas in itinere, que a empresa se negava a efetuar, mesmo sendo um direito assegurado pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em seu Artigo 58, Parágrafo 2º, onde diz que “o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de

transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer condução”. Alguns trabalhadores saem de suas residências cerca de quatro horas da madrugada, iniciando o trabalho às sete horas. Vale ressaltar que a empresa paga essas horas no estado vizinho, Rio Grande do Norte, motivo maior da insatisfação dos trabalhadores do Ceará (DOSSIÊ DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO, 2014).

De acordo com Freitas (2012), com movimento grevista a diretoria da empresa se negou a receber o comunicado oficial da greve emitido e levado à empresa pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 21 de junho de 2012. Os trabalhadores foram assistidos por seus representantes legais, que são o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE). Contaram, ainda, com apoio de diversas instituições (sindicatos, movimentos sociais, Paróquias da Diocese, Cáritas Diocesana, Universidades FAFIDAM/UECE e TRAMAS/UFC, RENAP, dentre outros).

A greve foi concluída no dia 5 de julho de 2012, após a empresa resolver negociar com trabalhadores no sentido de atender as suas reivindicações, exceto o pagamento das horas in itinere. Vale ressaltar que esse ponto de pauta não atendido deve-se ao fato da existência de um documento firmado pela FETRAECE junto à empresa, onde negocia a não obrigatoriedade do pagamento, em função da empresa ter ofertado a cesta de alimentos que, na verdade, já se tratava de uma conquista dos trabalhadores referente a greve de 2008 (DOSSIÊ DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO, 2016).

Essa questão explica o fato ocorrido na assembleia realizada no dia 27 de junho de 2012, em que os trabalhadores questionaram a FETRAECE: “você estão do nosso lado ou do lado das empresas?”. Naquele momento, os apoiadores (Cáritas, RENAP, Movimentos Sociais, FAFIDAM/UECE, Tramas/UFC, dois vereadores de Limoeiro do Norte, dentre outros) tiveram o papel fundamental no sentido de garantir o apoio aos trabalhadores(as), caso continuassem a greve, auxiliando com Advogados e Médicos etc.

Durante as assembleias da greve era notória a necessidade dos trabalhadores exporem os constrangimentos sofridos, ao ponto de estarem dispostos a resistir, mesmo correndo o risco de serem demitidos. Afirmavam que não recuariam, mesmo com a FETRAECE solicitando muita cautela e se colocando “intimidada” com a ação dos grevistas. Vale ressaltar que novas denúncias já foram encaminhadas pelos trabalhadores ao Ministério Público, em

virtude do não cumprimento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas (TAC), onde a empresa se comprometia a atender as reivindicações dos trabalhadores, após cessarem a greve.

A greve é símbolo da conflitualidade presente nas relações de trabalho do agronegócio e materialização da luta pelo trabalho decente e por vida digna. Não se pode permitir que os trabalhadores sejam tratados dessa forma pelas empresas do agronegócio e o Estado continue preocupado em divulgar apenas os “números do agronegócio”, sem levar em conta a exploração e indignidade a qual submete a classe trabalhadora cearense (DOSSIÊ DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO, 2016).

De acordo com o Dossiê dos Perímetros Públicos (2014), outros são os números gerados no Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos, conduzido pela Universidade Federal do Ceará, em relação aos trabalhadores do agronegócio: 45,2% têm relações de trabalho precárias como a terceirização e o contrato temporário 71,7% contam com renda mensal de um a dois salários mínimos 25,6% dos entrevistados afirmaram terem sofrido algum tipo de humilhação durante a jornada de trabalho. Dentre estes, 41,7% informaram que estes episódios se repetiram mais de três vezes. (TEIXEIRA et. al, 2011). Além do sofrimento psíquico, a organização do trabalho impõe elevadas metas de produtividade em alguns cultivos, repercutindo em prolongamento da jornada de trabalho, intenso esforço físico, maior vulnerabilidade a acidentes de trabalho, doenças osteomusculares e desgaste.

O modelo de produção do monocultivo em grande escala é dependente do uso intensivo de agrotóxicos: são pelo menos 13 ingredientes ativos diferentes no caso do agronegócio do abacaxi, 30 no melão e 9 na banana, incluídos os utilizados na pulverização aérea, sendo que 68,5% dos produtos utilizados são de toxicidade muito alta (classe toxicológica 1 ou 2). Neste segmento, 99,7% dos trabalhadores afirmaram contato com agrotóxicos durante o trabalho, mas o uso de venenos é frequente também entre os agricultores familiares, seja pela força da cultura difundida pelos diferentes sujeitos da modernização agrícola, seja pela dificuldade de evitar o seu uso em territórios já alterados pela degradação e pela contaminação (TEIXEIRA et. al, 2011).

As consequências sobre a saúde dos trabalhadores e suas famílias ainda estão por ser adequadamente dimensionadas e caracterizadas pelo SUS, mas alguns dados gerados pela pesquisa da UFC já permitem afirmar a existência de um grave problema de saúde pública (MACIEL; RIGOTTO; ALVES, 2010):

Na avaliação clínica do estado atual de saúde 30,7% apresentaram quadro de provável intoxicação aguda por agrotóxicos na região. Se considerarmos também as manifestações agudas em pele e mucosas, temos que 23,1% do total de trabalhadores relatam três ou mais sintomas. Entretanto, entre 38,7% (agronegócio) e 56,7% (agricultores familiares) deles sequer procuraram assistência, devido às dificuldades de acesso e de resolutividade do SUS, evidenciando o desamparo em que se encontram e ajudando a compreender a magnitude da subnotificação destes agravos.

Diante do quadro dantesco materializado pela reprodução ampliada do capitalismo no Baixo Jaguaribe aumenta as tensões políticas e acirramento dos conflitos sociais, que em seus interesses antagônicos, enfrentam-se e se contradizem no território através das dissimétricas relações de poder. A disputa territorial coloca não só a terra, mas também a água no centro do debate das lutas camponesas. Apesar da região possuir as maiores reservas hídricas do Estado, as populações camponesas e tradicionais deparam-se diante de uma contradição colossal: o modelo de desenvolvimento orquestrado pelo Estado e conduzido pelos empresários do agronegócio nas últimas décadas alijaram os camponeses não só ao direito a terra, mas também ao direito ao acesso água para consumo e produção numa crescente dinâmica de privatização desse recurso hídrico.

Para a Comissão Pastoral da Terra, os conflitos pela água são ações coletivas de resistência para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes que desestruturam o modo de vida de comunidades tradicionais, contra a apropriação particular do uso da água no campo (GONÇALVES, 2013).

Diante desse contexto, inevitavelmente torna-se cada vez mais distonantes as duas lógicas de produção e organização dos territórios: o agronegócio e o campesinato. De um lado, temos os capitalistas, prevalecendo-se de uma visão economicista, argumentam que a atividade da fruticultura irrigada seria indiscutivelmente a solução para resolução dos problemas da pobreza e distribuição de renda nesse espaço regional.

De acordo com os defensores árdios do modelo do agronegócio estaríamos diante de uma oportunidade *ímpar* de tornar o semiárido cearense, historicamente convalescido e vilipendiado pelos azares climáticos, numa região moderna, do progresso e do desenvolvimento econômico. Propagam ainda que a fruticultura irrigada consome pouca água, provocava poucos impactos ambientais e, além disso, é grande geradora de empregos e renda, portanto uma atividade importante e viável para ser cultivada nas áreas áridas em regiões onde há limitações no tocante a disponibilidade hídrica. Em síntese, os defensores dessa

racionalidade econômica para o campo, possuem objetivos e interesses claros que é a inserção de pontos do semiárido cearense, notadamente a região do Baixo Jaguaribe na divisão internacional do trabalho através do processo de industrialização da agricultura e a constituição de complexos territoriais produtivos, capitaneados pela fruticultura irrigada.

O outro par dialético, formado por camponeses, trabalhadores da terra, e seus mediadores, as Universidades públicas (UECE e UFC), cientistas, Cáritas Brasileira, pastorais sociais da igreja católica, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Partidos Políticos, ONGs (Esplar, Instituto Terramar, Imopec) dentre outros, defendem a democratização do acesso não só da terra, mas à água como forma de garantia de sobrevivência de centenas de famílias que vivem da agricultura camponesa, da pesca, da mariscagem, da coleta de caranguejos e do artesanato em toda região do Baixo Jaguaribe.

Na concepção dos movimentos sociais, e camponeses, e trabalhadores sem terra e numerosas instituições vinculadas à luta por vida digna e justiça social, a alternativa seria outra no caso a convivência com o semiárido. Nesta perspectiva, tendo como fundamento o desenvolvimento sustentável e como horizonte a superação das condições de miséria a que estão submetidas milhares de famílias de pequenos agricultores, sujeitas à migração e favelização, muitas propostas já foram elaboradas e tiveram sua eficácia comprovada.

Com o desenvolvimento de políticas públicas pelo governo federal voltadas para dinamizar a economia nordestina notadamente no espaço agrário, o Baixo Jaguaribe como um desses *polos dinâmicos* recebe vultosos investimentos como já relatamos anteriormente para a execução inúmeras obras voltadas para o armazenamento e canalização das águas, como canais, açudes, barragens para beneficiar o agrohidronegócio.

Dentre os fixos contruídos no território regional temos a finalização das obras polêmicas do açude Castanhão⁸⁸ e do açude do Figueredo que desterritorializou centenas de famílias camponesas. A partir da última década do século XXI, com aportes de recursos do Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) o Estado vai ampliar de forma surpreendente os gastos com obras hídricas no território cearense, a

⁸⁸ A construção do Açude do Castanhão em 2003, maior reservatório de água do Brasil, com capacidade de armazenagem de 6,7 bilhões de metros cúbicos de água. Recheado de polêmica mesmo antes de sua construção. Com a predominância de discursos ufanistas, em que o Estado propalava que a partir de então todos os problemas da seca do Ceará estariam resolvidos. Por ocasião de suas obras, aconteceram grandes impactos como desaparecimento da cidade de Nova Jaguaribara que foi totalmente submerça, a desterritorialização de milhares de camponeses, comunidades quilombolas e indígenas da região do Baixo Jaguaribe.

implantação do maior projeto de armazenamento e canalização de água do Brasil. Estamos nos referindo ao projeto nomeado de Cinturão das Águas do Ceará (CAC), que vai recortar praticamente todo o território cearense, com ênfase no Baixo Jaguaribe considerada a região extratétrica para difusão da agricultura empresarial.

Diante do prolongamento do período de estiagem dos últimos seis anos e da gestão dos recursos hídricos voltados para o agronegócio da fruticultura irrigada e a carcinicultura, erigiu na região do Baixo Jaguaribe formas diferenciadas de apropriação do território com reflexo direto na promulgação de conflitos sociais centrados na questão do acesso à terra e à água. Intensificaram-se o movimento de resistência camponesa à lógica crescente de apropriação dos recursos hídricos para a expansão capitalista baseado no *agrohidronegócio*⁸⁹.

É interessante notar, que mesmo em microrregiões como o Baixo Jaguaribe onde há açudes e rios perenes, a seca atinge justamente a parcela da população mais vulnerável economicamente que não tem acesso aos reservatórios de forma contínua. A questão do manejo e distribuição da água é central para mitigar os efeitos da seca e viabilizar um desenvolvimento mais equitativo. Entretanto, a atuação dos governo estadual no tocante a gestão dos recursos hídricos, em geral, e a política de implantação da agricultura irrigada, em particular, têm potencializado os conflitos pela água porque geram uma grande demanda de água e os perímetros irrigados constituem “*ilhas verdes*” com acesso restrito em meio uma região árida e de vegetação seca (PEREIRA; CUELLAR, 2015. p. 215). Nas palavras de Bezerra (2012, p. 71) a condução arbitrária do Estado na gestão dos recursos hídricos no Nordeste voltada para agronegócio em detrimento da pequena agricultura familiar camponesa tem aumentado substancialmente os conflitos na região:

A atenção dada pelo Estado brasileiro para a questão da água ajuda a colocar este debate como eixo central dos processos de disputas territoriais que colocam diferentes projetos de sociedade e acirram o panorama de conflitos entre movimentos sociais e o capital privado. Esses conflitos, cada vez mais, ressaltam a questão do acesso à água e seu cerceamento por parte do capital do agrohidronegócio e dos grupos empresariais do setor da indústria presentes nos importantes centros urbanos do Nordeste.

É oportuno lembrar, que ainda hoje, as metas atuais da política agrária e a orientação estrutural do setor agrário são os fatores determinantes para as conseqüências da variação de

⁸⁹ termo agrohidronegócio tem comparecido em algumas análises (MENDONÇA; MESQUITA, 2007; THOMAZ, 2010) para demarcar a necessidade do capital do agronegócio não somente na sua ação frente à histórica apropriação privada da terra, mas também da água. Nesse contexto, muitos conflitos envolvendo o acesso à água passam a ocorrer de uma forma muito explícita, inaugurando um novo panorama para as desigualdade sociais no campo brasileiro (BEZERRA, 2014, p. 73.).

precipitação para a população nordestina. A promoção do agronegócio e a produção de frutas para a exportação como também o subsídio da aquicultura de camarões que também se alastra no Baixo Jaguaribe provoca um consumo imenso de água. Para o ano 2025 a agência de água ANA pressupõe que 60,5% da água no Nordeste será usada para a agricultura irrigada. No Estado de Alagoas calcula-se até 82,4% (ANA 2006: 32).

O geógrafo inglês John Anthony Allan desenvolveu o conceito de ‘água virtual’, com qual é possível determinar o volume de água utilizado na produção de produtos e bens. Utilizando este método calcula-se que a produção de uma tonelada de banana no Brasil necessita 1.188 metros cúbicos de água, uma tonelada de melões necessita 2.524 metros cúbicos, cana-de-açúcar 1.265 metros cúbicos e algodão 2.831 metros cúbicos (HOEKSTRA & CHAPAGAIN 2008). Com este conceito é possível comparar as transferências internacionais da água embutida nos produtos. O Brasil é exportador líquido de água. O Brasil exporta um total de 53,7 milhões de metros cúbicos de água virtual por ano, dos quais 36,2 milhões de metros cúbicos são utilizados para a produção de bens agrícolas (CHAPAGAIN & HOEKSTRA, 2008) parte disso produzido no Nordeste. Desta forma são produzidas condições de seca já que água virtual é exportada para satisfazer as necessidades de consumidores e consumidoras com poder aquisitivo nos países da hemisféria norte e para a maximização dos lucros das empresas de grande porte.

Contudo, a precipitação média e a disponibilidade hídrica média não dizem nada sobre a situação real de diferentes grupos sociais. Os dados sobre a seca de 1970 demonstram que, principalmente os arrendatários e as arrendatárias como os pequenos produtores e as pequenas produtoras necessitaram auxílios estatais durante o período de seca (HALL, 1978). Assim, as estruturas de propriedade podem ser vistas como um indicador adequado para o acesso efetivo à água e a distribuição dos impactos de crises hídricas. O Censo Agráriopecuário 2006 mostra que a concentração na distribuição de terras permaneceu praticamente inalterada nos últimos vinte anos. Os estabelecimentos com menos de 10 hectares, que representavam cerca de 47 % do número total, ocupavam apenas 2,7 % da área total de estabelecimentos agropecuários. Enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, que representavam em torno de 1 % do total, ocupavam 43 % da área total (IBGE , 2009). Entretanto também a concentração de reservas de água no Nordeste é considerável.

Dos 70.000 açudes no Nordeste com uma capacidade de armazenamento de 85 bilhões de metros cúbicos de água, apenas 10 podem armazenar mais de 500 milhões de metros cúbicos de água, sendo que mais de 73 % da água armazenada se localiza nos dez maiores

açudes (BRASIL, 2005). A escassez de água, portanto, não é só o resultado de pouca precipitação mas também o efeito da gestão da água e da sua distribuição. Assim a escassez de água está ligada a processos sociais, que sempre são permeados por relações de poder.

Nos últimos cinco anos os conflitos pela água no Brasil dobraram e a região Nordeste registrou o maior número em 2013. No tocante aos conflitos contabilizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), são 37 conflitos de um total de 93 no país. É possível identificar novos focos de conflitos através da imprensa local, não contabilizados pela CPT. O aumento dos conflitos na região semiárida está associado à construção de barragens e à distribuição desigual da água. Aumentou a demanda por água após a implantação de grandes empresas que exploram os recursos naturais com o apoio de investimentos públicos de infraestrutura de irrigação e isenção fiscal (GONÇALVES, 2013, p.93). As empresas multinacionais e nacionais se instalaram onde havia oferta de água e os camponeses foram desapropriados nas áreas de implantação dos perímetros irrigados, levando a uma nova concentração fundiária a partir dos anos 1980.

Figura 36 – Evento do FCVSA



Fonte: Cáritas de Limoeiro do Norte, 2004

Figura 37 – Evento do FCVSA



Fonte: Cáritas de Limoeiro do Norte, 2004

Com a disputa pelo bonômio terra e água, a região do Baixo Jaguaribe torna-se palco da profusão inúmeros conflitos territoriais propiciados pela consolidação das obras de infraestrutura hídrica e da expansão de perímetros irrigados, sobretudo, pela construção do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (BEZERRA, 2012, p.336). Diante desse contexto, os movimentos sociais da região passam a se articular através do Fórum Cearense Pela Vida no

Semi-Árido (FCVSA),⁹⁰ e com isso mobilizam-se em várias frentes, realizando inúmeras ações como seminários, cursos de formação política, romarias, manifestações, audiências públicas, ocupações de terras, prédios públicos e rodovias dentre outras (Figura 36 e 37).

Todas essas ações, tem intuito de debater, denunciar e mobilizar as populações tanto do campo como da cidade em relação as contradições ao projeto de desenvolvimento implantado pelo Estado onde o interesses central é a reprodução ampliada do capital. Esses movimentos sociais vão tornar cada vez mais visíveis as contradições emanadas de uma cultura econômica marcada pela maximização da produção, do consumo e do lucro, baseada numa tríplice exploração: da força de trabalho, dos recursos naturais e do patrimônio cultural dos povos.

Diante do enfrentamento ao projeto hegemônico que tem como gênese o saque da mais-valia aumentaram-se significativamente as tensões políticas e os conflitos sociais de várias magnitudes no Baixo Jaguaribe. No dia 25 de abril de 2004, acontece um dos fatos históricos, de grande relevância e carregado de simbolismo e um divisor de águas para aqueles homens e mulheres que lutam e resistem contra império do agrohidronegócio onde tem no seu âmago o aprofundado de forma abissal da concentração de terra e água, a expropriação camponesa, precarização das relações de trabalho, impactos ambientais e saúde dentre outras questões. Estamos nos referindo ao primeiro acampamento de reforma agrária organizado nesse contexto de saque e pilhagem das riquezas da região, num enfrentamento político direto com o Estado e o latifúndio com a ocupação de 4 mil hectares de partes das terras do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas.

No ato de ocupação os camponeses reivindicam junto ao poder público, a redistribuição de terra no perímetro público, uma vez que naquela região os camponeses que viviam no e do campo em sua maioria não tinham terra e nem acesso água para consumo e para produzir. A ocupação da área irrigada do Tabuleiro de Russas, por mais de 150 famílias de camponeses vindas dos municípios de Aracati, Russas, Limoiero do Norte, Quixeré, Jaguaruana, Morada Nova e Palhano resulta na criação posteriormente no primeiro assentamento dentro de um território do agronegócio que vai ser nomeado de Assentamento

⁹⁰ O Fórum Cearense foi criado em fevereiro de 1999 com o objetivo de mobilizar a sociedade civil para trabalhar políticas públicas em favor da convivência com o semiárido. Na criação do Fórum, via-se os desafios a serem enfrentados como: trabalhar a dimensão da informação; apropriar-se das informações sobre políticas públicas de recursos hídricos; pensar em eventos amplos para discutir políticas das águas, entre outras ações. Com a integração de varias Instituições, ONGs, movimentos, entre outros, o Fórum faz um trabalho coletivo. O FCVSA realiza audiências públicas, campanhas educativas, debates públicos, campanhas de mobilização da sociedade. Assim, o Fórum constrói possibilidades para que homens e mulheres vivam com dignidade (FCVSA, 2016).

de Reforma Agrária Bernardo Marim II. Os camponeses e trabalhadores sem terra, reivindicavam que parte dos 10.760 hectares de áreas irrigáveis do projeto fosse destinada para a reforma agrária.

A partir desse momento se travou uma grande disputa pela área. No dia da ocupação, as famílias acampadas passaram a ser vigiadas e monitoradas pela Polícia Militar do Ceará, ocasionando tensões entre os acampados. Todavia, as famílias acreditaram no poder da luta coletiva, acreditando que poderiam conquistar a terra. No mesmo dia, montaram acampamento dentro do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, as margens da BR 116 (Conforme Figura 38). Ali permaneceram por um longo período, muitas vezes passando por grandes dificuldades pela escassez de comida e pelas frequentes ações da Polícia Militar e os órgãos do Estado com intenção de inibir as famílias.

Por parte das famílias acampadas, MST e seus mediadores (professores (as) da FAFIDAM/UECE; Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte; Vereadores do PT- Partido dos Trabalhadores da região; CPT- Comissão Pastoral da Terra) houve muita insistência pela conquista da área para a implantação do assentamento, desde audiências públicas, marchas, ocupações em prédios públicos, negociações em todos os órgãos possíveis do Estado.

Figura 38 – Acampamento no Perímetro Tabuleiro de Russas



Fonte: Diário do Nordeste, 2004

Depois de quase dois anos de lutas, infundáveis negociações e muitas pressões políticas, os camponeses finalmente conseguiram que o DNOCS, SEAGRI e INCRA, entrasse em acordo e desapropriasse dois imóveis de áreas contíguas do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas para que fosse criado o assentamento: as fazendas Açudinho de propriedade do Sr. Jeová Costa Lima com uma área de 945,2731 ha e a fazenda São José/Segredo pertencente à Companhia Agro industrial São José – CAPESSÉ, uma sociedade Anônima de Capital autorizado com 1.882,6431ha, que juntas somam uma área total de

2.827,92 há (Figura 39 e 40). Além das áreas desapropriadas foi dada concessão de uso para uma área irrigada de 240 ha. Todavia, os camponeses continuam lutando, pois o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS depois de 12 anos, resiste em dar a posse definitiva da terra para os assentados. Vale lembrar que esta área localiza-se no perímetro irrigado, tendo direito ao uso da água do canal que abastece o perímetro.

Figura 39 – Assentamento Bernardo Marin II



Fonte: ARAUJO, Sergiano, 2016

Figura 40 – Assentamento Bernardo Marin II



Fonte: ARAUJO, Sergiano, 2016

A conquista da terra pelos camponeses que resultou na criação do Assentamento de Reforma Agrária Bernardo Marin II, foi determinante para que a partir desse período, se multiplicassem as lutas, resistências, e embates territoriais pelo uso da terra, da água e dos recursos públicos que tem como premissa o modelo de (des)envolvimento gestado na região que impõe um *geografia desigual* dos rejeitos e proveitos. Ao capital agroindustrial – ampliação da margem de lucro; às comunidades rurais – comprometimento da saúde ambiental e da população, numa verdadeira *sangria do território*.

É importante assinalar que compreender o campesinato como um modo de vida, uma forma de organizar a produção é entendê-lo como classe, em disputa pelo domínio dos espaços de produção, de circulação, político e econômico, ou seja, a luta pelo poder. Oliveira (2004) descreve:

Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo, eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto aprenderam que só a luta garantirá no futuro a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para a beira das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por seus direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado (p.63)

Na luta pela terra, os (as) camponeses (as) Sem Terra, carregam a esperança de que um dia a terra possa ser conquistada que consigam viver com dignidade no território conquistado, o que determina que em muitos dos momentos de enfrentamento na luta contra o capital, que por vezes tornou-se desigual, pelo fato de que os (as) Sem Terra colocarem sua própria vida como trincheira de resistência na luta contra o capital.

Figura 41 – Agricultura agroecológica - Assentamento Bernardo Marin II



Fonte: ARAUJO, Sergiano, 2016

Figura 42 – Quintais Produtivos - Assentamento Bernardo Marin II



Fonte: ARAUJO, Sergiano, 2016

Em entrevista realizada junto às famílias, no assentamento “Bernardo Marin II”, os camponeses apontavam como principal elemento de resistência foram suas próprias vidas o relato é referente ao momento em que se juntou com os Sem Terra, onde não tinha mais nada, mas as relações coletivas no acampamento foram possibilitando um outro olhar sobre as coisas: “... nos momentos de enfrentamento pela conquista da terra estive sempre na frente, relata um dos camponeses entrevistados”. Neste sentido foi importante entender o território como um processo de disputa, que em certos momentos avançam e em outros recuam, pelas relações de poder que se estabelecem no próprio território. Ou seja, em um assentamento as maneiras de disputar o território mudaram dependendo da ação do homem no tempo e no espaço. O Assentamento de Reforma Agrária Bernardo Marin II, foi fruto dessa disputa territorial onde foram assentadas em 2006, um total de 48 famílias oriundas de municípios de toda a região Baixo Jaguaribe.

A lógica de apropriação privada da terra e da água pelo modelo agroexportador da fruticultura irrigada, contribuiu para redesenhar os temas divergentes entre os grupos e classe sociais na região e para instituir uma nova configuração entre adversários e aliados, colocando cada vez mais em disputas territoriais entre Campesinato *versus* agronegócio.

Com isso, popularam a cada dia região, um intenso processo de organização e mobilização dos camponeses e o dos movimentos sociais. No dia 24 de outubro de 2004, a

exemplo, sob o lema: *Caminho das águas: caminho do povo?* a igreja católica realizou a I Romaria das Águas do Ceará (Figura 43 e 44) que se delocou da cidade de Limoeiro do Norte com destino ao Açude do Castanhão. Com forte conotação política e social os camponeses e movimentos sociais articulam-se cada vez mais para o esbates contra o Estado e os empresários do setor agroexportador de frutas para exportação.

Figura 43- Romaria das Águas – Açude Castanhão



Fonte: Cáritas de Limoeiro de Norte/CE, 2004

Figura 44- Romaria das Águas – Açude Castanhão



Fonte: Cáritas de Limoeiro de Norte/CE, 2004.

A realização Romaria das Águas, teve grande adesão dos movimentos sociais e forte repercussão na imprensa regional. A igreja católica através de suas pastorais sociais, conjuntamente com vários movimentos sociais passaram contestar de forma contundente as grande obras hídricas executadas no Baixo Jaguaribe em execução tanto pelo DNOCS como pela Secretária de Recursos Hídricos (SRH), decortinando os reais interesses envolvidos nos destinos das águas canalizadas e armazenadas na região do Baixo Jaguaribe. A fala de Dom José Haring Arcebispo da Diocese de Limoeiro do Norte, com forte conotação política expressa a preocupação de parte da igreja à lógica perversa que se desenha na região, onde a privatização da água a serviço do grande capital é sua principal feição:

“A Romaria é um pedido de Deus. Ele não quer essa água armazenada para uns, mas para todos. Enquanto querem levar essa água para Fortaleza e o Porto do Pecém, nossos irmãos vêm as águas passar em suas frentes e nada podem fazer. Deus quer que respeite a água e quem necessita dela” (Dom José Haring – Bispo da Diocese de Limoeiro do Norte, 2004)⁹¹.

⁹¹ Disponível em : <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/romaria-encerra-encontro-pela-vida-no-semi-arido-1.508830> Acesso: 10/09/2016.

Na medida que o agrohidronegócio avança na região do Baixo Jaguaribe, ampliando-se o controle sobre o território e as relações sociais, intensifica-se, assim, as injustiças sociais trazendo no seu bojo o crescimento exponencial da produção de impactos socioambientais e destruição da sociobiodiversidade, porque além da destruição ambiental esse modelo interrompe o processo humano de produção da cultura popular, pois des(re)territorializa os sujeitos produtores desta cultura no campo, produziu-se cada vez mais a *barbárie* da exclusão social e expropriação dos povos do campo com aumentos concentração de terra e de renda, ampliando-se assim conflitualidade das duas lógicas distintas de produção e organização: o agronegócio e o campesinato. Dentro desse processo a Via Campesina vai ter uma participação no processo de mobilização das comunidade camponesas como pode ser observado através das Figuras 45 e 46.

Figura 45 - Manifestação da Via Campesina
Chapada do Apodi



Fonte: Cáritas de Limoeiro de Norte/CE, 2007.

Figura 46 - Manifestação da Via Campesina
Chapada do Apodi



Fonte: Cáritas de Limoeiro de Norte/CE, 2007.

Destarte, não resta outro caminho aos camponeses trabalhadores sem terra da região que não seja continuar sua marcha em defesa de uma outra sociabilidade baseada relação de equilíbrio com a natureza, fruto de sua prática da policultura orgânica, e porque estes entendem a produção de alimentos como requisito principal, pois visam a transformação da natureza, primordialmente, como forma de sobrevivência e não como forma mercadológica de produção de capital.

O acirramento das disputas territoriais traz para a cena política um intenso debate sobre às possibilidades futuras de desenvolvimeto econômico regional. Um debate que se transformou num amplo e complexo campo de disputas política e ideológica, permeado de

inúmeras significações que se cruzam e se reconstróem continuamente, e desnudam dois modelos de desenvolvimento pensados para a região do Baixo Jaguaribe.

Torna-se oportuno ressaltar que o discurso ideológico de produtividade e modernidade do agronegócio alardeado tanto pelo Estado como pelo empresários visa escamotear a verdadeira essência estrutural que fundamenta a sua existência: a concentração de terra e renda e a exploração do ser humano e da natureza, exploração esta que chega ao limite do retorno ao tempo colonial com a ocorrência, muitas vezes, de trabalho análogo ao escravo.

Fica cada vez mais clarividente que a expansão do capitalismo da forma como se reproduz no Baixo Jaguaribe ocorre de forma contraditória e combinada interligando processos de expulsão e (re)criação do campesinato com a eclosão das lutas unindo campo e cidade como materialização das resistências e da conflitualidade.

A colisão entre agronegócio e campesinato revela interesses e projetos diferenciados, em que o primeiro ameaça a vida e o território do segundo, ao passo que, contraditoriamente o recria, embora com relações dissimétricas de poder (MENDES; CARVALHO; FREITAS, 2016).

Sendo assim, diante desse quadro, no transcorrer de toda a última década do século XXI, continuam a acontecer os embates entre esses dois grupos antagônicos. Com isso, a partir de uma articulação entre universidades, igrejas, sindicatos, ONGs, e partidos políticos eclodem inúmeros movimentos de lutas que defendem um outro modelo de desenvolvimento mais justo tanto do ponto de vista social como ambiental.

Dentre as inúmeras manifestações que vai ganhar visibilidade podemos apontar a realização do *Grito dos/as Excluídos/as*⁹² (Figura 47) na semana da pátria que faz um contraponto as programações oficiais ao dia 7 de setembro onde se comemora a polêmica e questionável independência do Brasil.

⁹² O **Grito dos Excluídos** é um conjunto de manifestações populares que ocorrem no Brasil, desde 1995, ao longo da Semana da Pátria, que culminam com o Dia da Independência do Brasil, em 7 de setembro. Estas manifestações têm como objetivo dar visibilidade aos excluídos da sociedade, denunciar os mecanismos sociais de exclusão e propor caminhos alternativos para uma sociedade mais inclusiva. Sua origem remonta à Segunda Semana Social Brasileira, promovida pela Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada entre 1993 e 1994, quando estava à frente da Pastoral Social o bispo Dom Luiz Demétrio Valentini. Embora a iniciativa esteja diretamente ligada à CNBB, desde o início diversos organismos participam do movimento: as igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, movimentos sociais, organizações e entidades envolvidas com a justiça social.

Figura 47 - Grito dos excluídos na Chapada do Apodi



Fonte: Diário do Nordeste, 2009.

Lembrando que o Grito dos/as Excluídos/as não se limita ao sete de setembro. Vai além. Durante toda a preparação ao evento são promovidos debates, seminários, fóruns temáticos e conferências envolvendo entidades, instituições, movimentos e organizações da sociedade civil fortalecendo as legítimas reivindicações sociais e reforçando a presença desses grupos junto às populações mais vulneráveis, sintonizando-a aos seus anseios e possibilitando a reflexão no sentido de se construir uma sociedade e outra sociedade possível.

No Baixo Jaguaribe, o Grito dos/as Excluídos/as, adquiriu um formato regionalizado, tornando-se itinerante, cada ano passou a ser realizado em um dos municípios da região onde se vislumbra de forma mais contundente os impactos da modernização conservadora no campo sob os desígnios do agronegócio. Apesar de serem trabalhadas as temáticas nacionais, os movimentos sociais locais geralmente tem optado em abordar os temas que resvalam no espaço agrário regional. As contradições abissais como a concentração de terra, água, impactos ambientais a natureza e a saúde das populações tanto do campo como das cidades decorrentes do modelo de desenvolvimento imposto à região tem sido a tônica dos movimentos sociais. Importa ressaltar que a realização do grito dos/as excluídos/as têm seu como seu ponto de culminância com as marchas, que inclusive confrontam-se com os desfiles oficiais. É importante ressaltar que os gritos dos/as excluídos/as tornaram esse evento um importante canal de diálogo com a sociedade, um espaço de mobilização, e formação política onde os camponeses e movimentos sociais tem desvelado a barbárie da exclusão e o discurso patronal sobre o agrohídronegócio.

Em meio a profusão de problemas sociais e ambientais frutos desse modelo de desenvolvimento desigual para o campo, a produção do contra discurso ao modelo hegemônico da agricultura patronal ganha enormes repercussões no meio político, acadêmico e das populações do campo e de cidade. Com isso, começam se forma surpreendente a aglutar cada vez os movimentos sociais e a sociedade cível organizada. No dia 07 de setembro de 2009, com o tema, *A vida em primeiro lugar, a a força da transformação está na organização popular*. Os diversos movimentos sociais conjuntamente com a Diocese de Limoeiro do Norte realizam o 12º Grito dos/as Excluídos/as com ampla participação dos camponeses de toda a região. Basta dizer que mais de 2.000 pessoas de 13 municípios da região marcharam 11 Km, em Romaria, da comunidade de Tomé na Chapada do Apodi, á praça Matriz da cidade de Quixeré.

Este local foi escolhido de forma estratégica devido ao avanço do agronegócio na Chapada do Apodi como já viemos relatando vem causando muitos danos às pessoas e natureza pelo uso intensivo de agrotóxico e maus tratos a trabalhadores/as, e ainda contaminação do solo, da água, do ar e das pessoas. Compareceram muitos grupos de resistência da Diocese de Limoeiro do Norte, denunciando as injustiças e anunciando um projeto de desenvolvimento pautado no exercício da democracia; na sustentabilidade; nas relações justas entre as pessoas e a natureza; numa economia solidária; na democratização da terra água e saber; na moralização da política nacional.

De acordo com entrevistas realizadas com agentes da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, estiveram presentes trazendo seus gritos de luta e resistências as comunidades atingidas pela construção da Barragem Figueredo; comunidades afetadas pelo Tabuleiro de Russas; comunidades da Chapada do Apodi; Sindicato dos Trabalhadores rurais da região; comunidades afetadas pelo agrohídronegócio da carcinicultura; Pastorais da Criança, Pastoral da Pessoa Idosa, CPT, CEB's, Cáritas, MST, MAB. Além dos debates pertinentes quanto à privatização da terra e da água, as marchas amiúde transformaram-se em espaço (e oportunidade) para outras reivindicações, outras denúncias, onde novas questões afloram e velhos temas assumem outras significações: a concentração de renda, o incentivo ao agrohídronegócio em prejuízo da agricultura familiar e camponesa, a devastação do meio ambiente, o trabalho escravo, a criminalização dos pobres, o uso abusivo e indiscriminado dos agrotóxicos dos movimentos sociais, o mau uso dos recursos públicos e outras tantas mazelas que atentam contra a dignidade dos trabalhadores/as do campo e da cidade na Região do Baixo Jaguaribe.

Salientamos que na medida que amplia-se os espaços de lutas, os movimentos sociais do campo e da cidade cada vez mais se articulam-se através dos sindicatos, associações comunitárias, comunidades, pastorais sociais e outras organizações para o enfrentamento conjunto dos muitos desafios dos povos do campo: a organização dos pequenos agricultores da Chapada do Apodi frente à expansão do agrohidronegócio; a luta das Comunidades de Russas contra o desrespeito às formas tradicionais de convívio com a natureza manifestada na proposta de desterritorialização destas comunidades rurais com a construção do Projeto Tabuleiro de Russas; a mobilização dos trabalhadores, Comunidades, organizações sociais e Pastorais denunciando a lógica perversa de privatização da água, agressão ao meio ambiente e aos direitos humanos que acontece na Chapada do Apodi e Tabuleiros de Russas e outros municípios da região do Vale do Jaguaribe com as empresas do agronegócio que super exploram os trabalhadores e põem em risco a saúde de comunidades inteiras através do uso indiscriminado de agrotóxicos.

No dia 21 de abril de 2010, o agricultor Zé Maria do Tomé foi brutalmente assassinato. Além de denunciar os problemas dos agrotóxicos era o símbolo da luta pela terra na Chapada do Apodi. O assassinato motivado por questões socioambientais envolvendo o controle da terra e da água, bem como conflitos trabalhistas, garantiu a repercussão nacional e internacional do caso. Zé Maria era tido na região como uma das principais lideranças políticas. Integrou a Associação do Ex-irrigantes Expropriados do Jaguaribe-Apodi (AIJA) e a Associação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Chapada. O líder (filho de camponês) reivindicava o retorno à terra, questão que levou a insatisfação do agronegócio, já que parte da área do Perímetro Irrigado encontra-se invadida por empresas agrícolas, conforme estudo realizado pelo DNOCS (2009).

As denúncias sobre a concentração fundiária e degradação do meio ambiente que culminaram no assassinato do ambientalista José Maria do Tomé, em 21 de abril de 2010, fizeram eclodir manifestações e movimentos, emergindo e despertando sujeitos sociais coletivos (Figura 48 e 49). Os camponeses, os trabalhadores sem terra, dispersas da região do Baixo Jaguaribe são na verdade *atores-rede* que resistem às práticas socioespaciais das empresas do agronegócio através de vários movimentos sociais: Cáritas Arquedicesna de Limoeiro do Norte, agentes pastorais da igreja católica na região jaguaribana, inclusive com a presença de alguns padres; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB); Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP); Fórum Cearense Pela Vida no Semiárido (FCVSA);

Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região; e, professores das universidades, através do grupo TRAMAS – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade – Núcleo de Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (UFC), e, do LECAMPO – Laboratório de Estudos da Educação do Campo, vinculado a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – (FAFIDAM) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), dentre outras. Estes sujeitos criaram um amplo movimento – Movimento 21 (M21), conforme podemos ver na (Figura 50 e 51) – que mantêm acesas as denúncias realizadas pelo José Maria. Os agentes pastorais referidos acima têm sido imprescindíveis na mobilização e animação das comunidades assustadas pela violência (MENDES; CARVALHO; FREITAS, 2016).

Figura 50 – Um Mês da Morte de Zé Maria



Fonte: Cáritas de Limoeiro de Norte/CE, 2010

Figura 51 – Um Mês da Morte de Zé Maria



Fonte: Cáritas de Limoeiro de Norte/CE, 2010

Esse movimento constitui o recurso de poder que anuncia redes políticas de resistências ao agronegócio, sobretudo contra a grilagem, a precarização das relações de trabalho, privatização da água, as desapropriações e assassinatos, impactos ambientais que afetam a saúde dos camponeses e trabalhadores do campo nessa área de expansão da fruticultura irrigada.

O que se percebe é que, apesar de os interesses serem diversos e particulares, a ação coletiva ratifica, legitima e viabiliza a realização de objetivos específicos. A CPT visa defender a reforma agrária e expandir a fé católica. Alguns professores universitários e intelectuais de esquerda vêm na defesa do campesinato um canal de expressão da ideologia socialista em contraposição ao capitalismo. Os partidos políticos de esquerda parecem defender a reforma agrária e os ideais socialistas, apesar de haver contradições entre ideais e ação política, quando o partido assume algum grau de hegemonia no cenário nacional. Exemplo expressivo é o Partido dos Trabalhadores. Apesar da defesa da reforma agrária, o

Governo do Presidente Lula/Dilma avançaram de forma tímida no apoio à distribuição de terras e à pequena produção familiar.

As ONG's possuem interesses contraditórios que escapam ao escopo deste trabalho. De qualquer modo, são as parcerias entre esses atores que se constituem recursos de poder na luta contra a expansão da fronteira capitalista ligado a agricultura patronal no Baixo Jaguaribe. Tais alianças lutam por direito à existência de populações camponesas. Como direito é poder, a luta se constitui em estratégias de afirmação de poder, na forma de visibilidade de identidades territoriais e representações simbólico-culturais dos grupos sociais envolvidos no conflito com os atores representativos do grande capital.

Figura 52 – Movimentos Sociais do M21 em Audiência Pública na Chapada do do Apodi.



Fonte: Cáritas de Limoeiro de Norte/CE, 2014

Figura 53 – Audiência Pública na FAFIDAM/UECE, destaque a presença do Arcebispo de Limoeiro do Norte



Fonte: Cáritas de Limoeiro de Norte/CE, 2014

A reunião prática dos movimentos sociais do campo, setores da igreja católica vinculados à teologia da libertação, organizações de esquerda, partidos políticos, organizações não governamentais, ambientalistas e pesquisadores das universidades públicas (UECE e UFC), como poder ser visto (Figuras 52 e 53) representa a constituição de um sujeito coletivo, com práxis político-educativa de características peculiares que mesmo divergindo em alguns momentos devidos sua composição formada pelas mais diversas matizes ideológicas, essas redes de política de resistência, convergem e defendem novos modelos de vida sustentável ambientalmente e livre dos reclamos da acumulação ampliada de capital.

As redes de resistência permitem o intercâmbio e a negociação dos interesses em jogo, de modo a distribuir custos e benefícios para que cada participante cumpra os compromissos contraídos, mesmo que haja diferenças de linhas de ação política entre os participantes da rede. “As redes de resistência espessa com muita vivaciade um campo de lutas no Baixo

Jaguaribe, estão comprometidos com a denúncia das “forças destruidoras” do capitalismo contemporâneo e anúncio de uma práxis política e científica, como é o caso na perspectiva de uma sociedade ecossocialista” (MENDES; CARVALHO; FREITAS, 2016, p.87). “O ecossocialismo é uma estratégia de convergência das lutas sociais e ambientais, das lutas de classe e das lutas ecológicas” (LÖWY, 2010, p.231).

O que pudemos constatar é que assassinato do ambientalista José Maria do Tomé, em 21 de abril de 2010, fortaleceu as redes de resistências ao modelo do agronegócio. Os movimentos sociais articulam-se através do Movimento 21, e realizam todo dia de cada mês diversas atividades na região como seminários, palestras, cursos de formações, mobilizações, romarias, ocupações, manifestações, panfletagens nas periferias dos centros urbanos, audiências públicas tanto nos câmaras municipais (Figura 54) da região como na Assembléia Legislativa do Estado (Figura 55) dentre outras atividades todas elas com objetivos de com objetivo de conscientização e avançar na luta por terra, justiça ambiental e social.

Figura 54 – Audiência Pública Pref. Limoeiro do Norte



Fonte: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, 2014

Figura 55 – Audiência Pública Assembleia Legislativa



Fonte: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, 2015

No ano de 2011, o Grito dos Exluídos foi realizado no município de Jaguaribara. A a partir do temática nacional: *Pela vida grita a terra... Por direitos todos nós*, os movimentos sociais continuam a colocar em evidências contradições inerentes ao modelo desenvolvimento imposto na região, onde grandes obras como Barragem do Castanhão, Canal da Integração, Projetos de Irrigação Tabuleiro de Russas e Jaguaribe Apodi, Barragem do Figueiredo, estão a serviço da realização do capital.

Figura 56 e 57 – Interdição da BR 116 e ocupação do Barragem do Figueredo



Fonte: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, 2010 **Fonte:** Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, 2010

Quem lucra com o beneficiamento dessas grandes obras hídricas, de altas taxas de lucratividade com isenções fiscais e apropriação da mão de obra barata e precarizada são os grandes capitalistas. Eles lucram mas quem pagas a conta são os milhares de camponeses da região com a expropriação de suas terras, a privatização dos recursos hídricos para a agricultura patronal, a contaminação das águas pelos agrotóxicos prejudicando a saúde a vida de dezenas de comunidades, sem falar nos incomensuráveis impactos socioambientais.

Por mais paradoxal que possa parecer, mesmo diante de uma região com considerável reserva hídrica em função das grandes obras de represamento, açudagem e muitos canais interligação de bacias, muitos deles cortando dezenas de comunidades camponesas o acesso a água ainda é um dos graves problemas a serem resolvidos. Como o advento da seca prolongada entre 2012 a 2016 reduziu-se a disponibilidade de água, agravando as disputas por terras irrigadas e pelo uso da água o acesso à água é desigual entre as grandes e médias empresas do agronegócio, os pequenos produtores da agricultura familiar, os camponeses e moradores de cidades em regiões mais secas, principalmente aquelas que eram abastecidas por açudes menores que secaram. Os governos federal, estaduais e municipais, por meio da política de irrigação, promovem um tipo de desenvolvimento desigual e excludente no campo e são causadores de mais conflitos pelos recursos naturais (PEREIRA; CUELLAR, 2015. p. 117).

A dificuldade de acesso a água e a produção para o consumo atinge mais de seis mil famílias das áreas de reassentamentos e comunidades camponesas em toda região do Baixo Jaguaribe. Inúmeras comunidades têm dificuldades de acesso à água, como os do município de Jaguaribara, que foram atingidos pela construção do Castanhão e reassentados próximos ao Canal do Trabalhador, mas são impedidos de utilizar a água para abastecer o gado. O canal é

monitorado por câmeras e a polícia é acionada caso os moradores utilizem a água. Há casos em que o agricultor teve que dar água da torneira para o gado, aumentando a conta 700 vezes (LINS, 2008).

Algumas comunidades do município de Morada Nova deixaram de ser abastecidas pelo açude Cipoada porque o volume de água foi reduzido para 20% da capacidade. Os moradores ameaçaram arrombar o Canal da Integração caso não seja aberta uma válvula para liberar água para o riacho Santa Rosa. O Canal de Integração liga o açude Castanhão ao Pecém para abastecer Fortaleza. Os agricultores argumentam que já não tem água nem pastagem para o rebanho, a plantação que não vingou, além da morte dos peixes. Enquanto isso, têm-se as águas do açude do Castanhão sendo drenadas para abastecer o complexo portuário e industrial do Pecém na região metropolitana de Fortaleza e os projetos de irrigação Jaguaribe Apodi e Tabuleiro de Russas.

Sendo assim, o Grito dos excluídos torna-se a uma estratégia de lutas política encontrada pelos movimentos sociais que fazem alguns questionamentos: para quem é o desenvolvimento? Quem se beneficia com ele? Quem paga o preço? Por que existem comunidades sem acesso à água, quando não falta água para os grandes projetos de irrigação? Por que só tem canal levando água para os grandes projetos? Por que se condena os movimentos sociais que lutam pelos direitos do povo e até chegam a matar quem luta por eles, como Zé Maria do Tomé?

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que surgiu em função da construção do açude Castanhão, torna-se um importante movimento de luta no Baixo Jaguaribe. Mesmo depois de mais de vinte anos as reivindicações de muitas comunidades camponesas do município de Jaguaribara e algumas dos municípios de Jaguaratama, Jaguaribe e Alto Santo que foram atingidas pela barragem Castanhão ainda espera o cumprimento das inúmeras promessas feitas pelos diversos órgãos envolvidos na sua construção e conclusão de todo seu complexo. Entre estas, o DNOCS, o maior responsável pela realização da obra.

Lamentavelmente muitas das promessas ainda não foram cumpridas, causando assim um enorme empobrecimento e sofrimento para os camponeses de diversas localidades. Diante de uma pauta extensa de reivindicações de luta o MAB aponta algumas urgentes: Reassentada 1.000 famílias atingidas pela barragem do castanhão que ainda não recebeu nenhum tipo de indenização sequer foi reassentada; Ampliação de terras nas áreas de reassentamento pois 70% das terras das áreas são rochosas portando impróprias para a

agricultura; Conclusão das adutoras que estão paralisadas (DNOCS/IDACE) para abastecimento humano e animal nas reassentamento do complexo Castanhão; Abastecimentos para consumo humano, produção agrícola e animal nas “margens do CANAL” da integração: 5 km em cada margem as famílias vivem as margens do canal e não tem acesso a água; Atendimento as famílias situadas na Fazenda Oriente, município de Jaguaribara, Estado do Ceará, com a implantação de reassentamento rural na mesma ou em áreas circunvizinhas de propriedade do DNOCS ou em áreas a serem desapropriadas; Conclusão a titulação de lotes e casas (escrituras e registros) dos imóveis das famílias residentes na cidade de Jaguaribara, atingidas pela barragem Castanhão (mandacaru, Alagamar, Curupati – Irrigação e peixe; Efetivação do registro de 403 escrituras na zona urbana e a titulação 43 lotes no projeto Mandacaru; Indenizações de algumas propriedades cujo pagamento ainda não chegou aos legítimos proprietários; Construção da Casa da memória; Regularização do reassentamento Macambira, no município de Jaguaribara, Estado do Ceará, no que diz respeito a: titulação do imóvel, construção das casas e execução dos projetos produtivos; Conclusão dos projetos produtivos nos reassentamentos Mandacaru, Curupati e Alagamar, conforme as solicitações das Associações dos referidos locais.

Figura 58 – O cupação no Perímetro Público Tabuleiro de Russas pelo MAB



Fonte: Cáritas Brasileira Regional Ceará, 2013.

Na aceitando esse descaso por parte do Estado na madrugada do dia 25 de setembro de 2013 cerca de 200 (duzentos) camponeses/as, da grande região do Vale do Jaguaribe

atingidos por ocasião da Construção do Açude Figueredo ocuparam o canteiro de obras do Perímetro Irrigado Tabuleiro Russas da empresa Andrade Gutierrez (Figura 58). A ação foi uma forma de denunciar e pressionar o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) pelo descumprimento de vários acordos entre eles dois Termos de Ajuste de Conduta (TAC) assinado perante o Ministério Público Federal que garantia o reassentamento das 120 (cento e vinte) famílias que moravam no entorno do perímetro e das 45 (quarenta e cinco) que residiam ao entorno da Barragem do Figueiredo localizado em Alto Santo.

Após assinado o acordo menos da metade das famílias foram remanejadas para reassentamentos sem nenhuma estrutura de água, luz, cisterna de placa, estruturas sociais e terra para produção, além de não terem recebido o auxílio mensal e as cestas básicas previsto na TAC. Outras famílias pressionadas pela situação e ainda não reassentadas foram obrigadas a sair e estão em casas de familiares, amigos e comunidades vizinhas.

Mesmo diante do descaso e direitos negados das famílias a Barragem do Figueiredo foi inaugurada em junho de 2013. As águas da barragem cobriram o cemitério que desapareceu em baixo das águas deixando submersa toda memória de entes queridos da comunidade causando grande revolta à população. Cansadas de esperar pelo DNOCS que não tem dado prioridade ao pedido das comunidades e que coloca em primeiro lugar a construção das obras que beneficiam empresas do agrohidronegócio e não a vida das pessoas, as comunidades decidiram acampar até que o órgão se posicione e aponte uma solução.

As comunidades exigem a entrega imediata das áreas de produção com ponto de água e luz para que as famílias atingidas pelo perímetro irrigado Tabuleiros de Russas possam garantir o sustento familiar; a definição e aquisição das áreas de produção para as famílias atingidas pela Barragem do Figueiredo; agilidade na execução dos acordos firmados no Termo de Ajuste de Conduta que inclui a construção dos reassentamentos, energia, água, estruturas sociais, áreas de reserva, entre outros, e a efetivação de uma política⁹³.

Um dia histórico e carregado de simbolismo para os que defendem a reforma agrária no Ceará, aconteceu na manhã do dia 05 de maio de 2014, como pode ser visto através das (Figuras 59 e 60), quando os Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), trabalhadores(as) e agricultores(as) das comunidades rurais da Chapada do Apodi, com apoio de diversas organizações e movimentos (Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, da FAFIDAM, CSP Conlutas, paróquia de Quixeré), ocuparam a Segunda Etapa do Perímetro

⁹³Disponível:<http://caritas.org.br/agricultores-ocupam-canteiro-de-obras-denunciam-dnocs-ceara/15693>. Acesso: 05/10/2016.

Irrigado Jaguaribe Apodi, no município de Limoeiro do Norte (CE). As terras ocupada pertence ao Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), órgão Ministério da Integração Nacional, que tinha planos de licitar a área para empresas do agronegócio, consolidando a implantação de um modelo perverso e destrutivo na Chapada do Apodi.

No dia da ocupação a principal pauta de reivindicação estava bem definida: destinação das terras da segunda etapa do Perímetro Irrigado (1700 hectares) para aquelas famílias realizarem o sonho de produzir em áreas próprias, longe das amarras de patrões e das correntes do agronegócio.

Figura 59 – Ocupação do Perímetro Jaguaribe Apodi



Fonte: Cáritas de Limoeiro do Norte, 2014

Figura 60 – Ocupação do Perímetro Jaguaribe Apodi



Fonte: Cáritas de Limoeiro do Norte, 2014

Caminhar ao longo do canal, por quase um quilômetro onde se distribuem as moradias improvisadas e criativamente construídas, é alimentar-se da alegria do sonho daquelas 700 famílias. Elas ousaram conquistar o acesso a terra para a produção e moradia, através da mobilização. Como nos afirmou sabiamente a liderança do processo de ocupação, “existem dois caminhos para a conquista da terra: o da mobilização e o da justiça, mas é no primeiro caso que funciona”.

Figura 61 – Acampamento José Maria do Tomé

Figura 62 – Acampamento José Maria do Tomé



Fonte: Cáritas de Limoeiro do Norte, 2016



Fonte: ARAUJO Sergiano, 2016

Quando visitamos aquela comunidade fruto de resistência três meses após o dia da ocupação, pudemos comprovar a alegria de homens e mulheres, de todas as gerações. A beleza estava estampada nas moradias com flores e plantações ao redor, nas bombas de captar água improvisadas, nas hortas orgânicas nos quintais, no galpão e cozinha coletivos, nas bodegas, no campo de futebol e em tantas outras estruturas que fazem do viver coletivo uma experiência gratificante. Tudo isso fruto de muita luta e de diálogos através de reuniões e audiências.

Figura 63 – Acampamento José Maria do Tomé

Figura 64 – Acampamento José Maria do Tomé



Fonte: Cáritas de Limoeiro do Norte, 2016



Fonte: Cáritas de Limoeiro do Norte, 2016

O acampamento encontra-se dividido em 14 núcleos, de acordo com as comunidades de origem das famílias. Para essa organização, as lideranças do MST presentes no dia-a-dia do acampamento têm uma contribuição essencial. São geralmente jovens, homens e mulheres, que se dedicam a mudar a história, através das mobilizações e das lutas. Além deste apoio

diário, as demais entidades e instituições contribuem com formação, assessoramento técnico, pesquisa, comunicação e com a organização das audiências públicas.

Algumas gestões públicas municipais, especialmente do município de Quixeré, atenderam às reivindicações e tem contribuído com a infraestrutura básica de saúde, educação e saneamento. Mas muito ainda deve ser conquistado e garantido para que o município seja arauto (portador) de uma experiência modelo em desenvolvimento solidário e sustentável.

A satisfação das famílias naquela visita era expressada em afirmações diversas como: “nunca tivemos terra, por isso estamos aqui na luta” (mãe de família vinda da comunidade Maracajá). Sobre a vida coletiva, alguns afirmavam: “Igualdade aqui é primordial”. “Queremos deixar bem claro que mulher é igualmente ao homem. Tem homem que fica na cozinha, para cozinhar o comer”.

Figura 65 – Acampamento José Maria do Tomé



Fonte: ARAUJO Sergiano, 2015

Figura 66 – Acampamento José Maria do Tomé



Fonte: ARAUJO Sergiano, 2016

A comunidade de resistência Zé Maria do Tomé cumpre duplo papel no campo da conquista dos direitos: mobilizar e denunciar. Denuncia a grilagem de terras, o uso indiscriminado de agrotóxicos que gera mortes por câncer, a concentração fundiária nas mãos de empresas multi e transnacionais, a degradação ambiental, o descumprimento das leis trabalhistas, etc.

O que nos anima é que mesmo a grilagem de terras, coação, ameaças, assassinato e intimidação, por parte do Estado e dos empresários ligados à fruticultura em relação às comunidades camponesas no Baixo Jaguaribe, não impediu que surgisse um movimento na região de luta e resistência contra essa racionalidade hegemônica. As comunidades, a partir do fortalecimento das lutas, formação de redes comunitárias, têm conseguido obter conquistas importantes no sentido de impedir que essa racionalidade do agronegócio continue o processo

de deterioração da qualidade de vida de suas comunidades. Podemos citar as inúmeras comunidades (Peixe, Cipó, Lagos dos Cavalos) que foram ou que estão sendo expropriadas, como sendo um desses focos de luta e resistência (Figura 67 e 68). Por ocasião da construção e implantação da segunda etapa do Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas, mesmo diante de muitas adversidades, estes vêm lutando permanentemente para permanecer no seu lugar.

Figura 67 – Comunidade Lagoa dos Cavalos



Fonte: ARAUJO Sergiano, 2016

Figura 68 – Comunidade Lagoa dos Cavalos Camponeses (des)territorializados



Fonte: ARAUJO Sergiano, 2016

Diante desse quadro desolador, não restou para as comunidades senão resistir para permanecerem em seus lugares que além de ser a base de sua existência material, se constitui principalmente no lugar de muitas representações simbólicas e culturais (Figura 69 e 70). Continuam produzindo sua subsistência numa relação equilibrada com a natureza de maneira diametralmente oposta ao agronegócio. Ou seja, neste período de globalização esses povos chamam “[...] a atenção para o fato de suas práticas culturais específicas serem aquelas que mais se coadunam com os interesses da humanidade e da ecologia do planeta e, por isso, devem ser respeitadas enquanto tais”. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 208).

Figura 69 – Comunidade Lagoa dos Cavalos



Fonte: ARAUJO Sergiano, 2016

Figura 70 – Casa de Sementes Comunidade Lagoa dos Cavalos



Fonte: ARAUJO Sergiano, 2016

A fruticultura irrigada na região do Baixo Jaguaribe tem provocado uma grande pressão sobre os recursos hídricos, e a saúde das populações camponesas que vivem próximas as áreas irrigáveis, e os impactos se expressam, entre outros aspectos, na redução dos espaços de realização das atividades extrativas de subsistência e em uma profunda descaracterização do lugar (Figura 68), o que leva a uma alteração considerável da dinâmica de vida desta população. Não resta dúvida que a disputa territorial não é somente por terra e água mas por todas as dimensões do território. A educação, a cultura, os saberes, a agroecologia, a produção de alimentos, o controle da produção, distribuição, circulação e consumo da produção alimentar.

Tudo isso, envolve a “disputa por modelos distintos de sociedade e campo. Produzem territórios diferentes, com paisagens diferentes. E, vão engendrar paradigmas distintos de interpretação da realidade e vice-versa” (CAMACHO; CUBA; GONÇALVES, 2011, p.26). Por isso, na produção de frutas voltadas pra exportação na região do Baixo Jaguaribe e de alimentos pelos camponeses existe uma disputa entre o campesinato e o agronegócio por modelos distintos, a partir de lógicas/racionalidades antagônicas. Esse processo tem provocado vários conflitos. Como forma de fortalecer a luta e resistência contra esse processo excludente, ONGs, intelectuais, pesquisadores, igreja, sindicatos, MST, MAB têm exercido importante papel de mobilização e formação política nas comunidades mostrando que as mesmas são protagonistas dos processos de intervenção em seus espaços de convivência.

Estas são apenas algumas das inúmeras situações que se verificam ao longo do Vale do Jaguaribe na marcha do processo paradoxal de racionalização da vida social imposta pelo processo de modernização em manchas no espaço agrário. Pois se de um lado o avanço da

ciência e tecnologia que significou avanços substanciais na produção e produtividade desta *commodity* para os mercados do norte, e conseqüentemente, saltos fantásticos para a balança comercial do Estado, do outro lado prevalecem os impactos socioespaciais, que têm colocado em risco a vida de um grande contingente populacional. Essa situação contraditória é a base do modelo gestado atualmente naquela região.

Nas palavras de Milton Santos (1996, p. 246), “ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica instala-se paralelamente contra-racionalidades”. No caso da fruticultura irrigada, a luta pela terra e preservação ambiental das comunidades tradicionais, movimento social mostra o confronto/conflito concreto entre a racionalidade hegemônica, a racionalidade econômica capitalista, e a existência de outras racionalidades (SOARES, 2002).

Embora o mundo dos “atores hegemônicos” busque imprimir a toda sociedade uma única racionalidade, aquilo que passou também a ser definido como pensamento único fundado na lógica da acumulação do capital, existem resistências a essa lógica, “existem outras racionalidades e elas não estão necessariamente no movimento político de vanguarda, mas muitas vezes nas práticas cotidianas das populações excluídas das benesses da expansão da racionalidade hegemônica”. (SOARES, 2002. p.24). Em toda extensão do baixo Jaguaribe onde esse movimento hegemônico tenta impingir suas determinantes conseguimos vislumbrar de forma bastante proeminente uma forte resistências ao modelo imposto de homogeneização do território. Nesse sentido, podemos citar as comunidades em torno tanto do Projeto Tabuleiro de Russas como no Jaguaribe Apodi, que vêm travando uma luta cotidiana contra o grande capital no sentido de construir uma outra racionalidade que não seja essa imposta pelos atores hegemônicos.

A resistência dos moradores e dirigentes de associações comunitárias que mesmo sofrendo as mais diversas ameaças e violências, vêm mantendo uma luta cotidiana contra a agricultura patronal. A resistência das comunidades tradicionais tem contado com a atuação das entidades, organizações, pastorais e movimentos sociais e se dá, por um lado, no apoio e acompanhamento mais direto à organização e luta (política, jurídica, alternativas de sobrevivência) das comunidades e, por outro lado, na denúncia dos impactos socioambientais e na exigência por um controle público da atividade. Várias denúncias vêm sendo feitas à

imprensa, órgãos ambientais, Procuradoria da República, entidades internacionais, em audiências públicas.

Os defensores árdios do agronegócio da fruticultura irrigada consideram a luta das populações camponesas como sendo um discurso da preservação ambiental contra o discurso do desenvolvimento, o chamado discurso da preservação ambiental é taxado de romântico e ao mesmo tempo obsoleto, irracional, diante do desenvolvimento moderno, industrial e urbano. A atividade da fruticultura é vista como resposta ao problema da geração de emprego e renda na região. As águas rio Jaguaribe passaria a ter um uso racional e sustentável economicamente, segundo a lógica da fruticultura. A luta das camponeses, frontalmente atacadas pelos empreendimentos, está sendo uma luta contra um processo de desterritorialização em curso, um estranhamento que está sendo produzido entre eles, em um espaço que ajudaram a criar, cuja história conhecem, cuja memória lhes é familiar. A luta é contra a alienação.

A materialização desses inúmeros conflitos que se espalham pela região nos possibilitou pensar que a força das outras racionalidades ou das *contra-racionalidades* estão fortemente presentes nas populações excluídas das benesses da expansão da racionalidade hegemônica. Parafraçando Milton Santos (1996), localizam-se, do ponto de vista social, entre pobres e excluídos; de um ponto de vista econômica, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas” para usos hegemônicos (SOARES, 2002).

Existe efetivamente um aprendizado significativo nesta experiência de luta dos camponeses da região do baixo Jaguaribe. As populações tradicionais ou excluídas do acesso à modernidade material contemporânea (Santos, 1996) têm muito a nos ensinar a respeito da relação sociedade e natureza. Seus saberes, considerados inferiores e marginais, precisam ser resgatados se pretendemos construir uma relação mais harmoniosa entre o homem moderno e a natureza, se pretendemos construir uma outra sociabilidade fundada numa ética, e política centrada na valorização do homem e conseqüentemente na construção de uma outra sociedade possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar uma compreensão dos processos e contradições, diante dos diferentes olhares e interlocuções sobre as relações entre capitalismo, agronegócio, campesinato e territorialidades na complexidade manifesta na forma com que estão postas é um desafio. Entretanto, é um desafio que nos instiga, a seguir buscando respostas, para tantas questões, num posicionamento consciente das possibilidades de transformação da realidade, ainda que estas se manifestem momentaneamente mais na teoria, ou que ainda estão em processo de gestação, em fase embrionária. Mas, que vão sendo construídas enquanto tentativas de emancipação social. É fato que o capitalismo está em permanente crise e evolução, e que cada vez mais se torna contraditório a relação capital x trabalho, que se manifesta numa reorganização espacial materializada no campo e na cidade.

Existe uma complexidade que envolve a luta histórica do camponês dentro e fora do Brasil, pela sua territorialização no conflito e confronto do capital x trabalho; do agronegócio x produção de alimentos e de vida. Nesse caso, as suas estratégias de reprodução social, extrapolam o âmbito meramente econômico, sem, contudo, estar a ele dissociado. No entanto, é justamente este componente estrutural que, se por um lado, desqualifica o camponês no contexto da sociedade de mercado, por outro, se constitui no seu diferencial e na força para continuar lutando por sua própria existência, como SER camponês. Tem-se na prática, a configuração de um espaço o qual denominamos de espaço do homem associado ao lugar do homem.

Verificamos que com a fase contemporânea do capitalismo baseado no imperativo da apropriação da mais-valia através da acumulação por espoliação, tem promovido mudanças significativas nos territórios. A necessidade que os agentes privilegiados impingem aos lugares, através do discurso da necessidade de modernização e integração com o mundo “globalizado”, sob o risco de se tornarem lentos e esquecidos. Contudo, esse discurso apreende o território apenas como a possibilidade de recurso e não como lugar de vida dos homens lentos, que conformam a maioria do povo.

Quando estudamos a territorialização do capital no espaço agrário da Região do Baixo Jaguaribe, a partir da fruticultura irrigada, constatamos que sua consolidação está associada a atender as exigências do sistema capitalista até então em crise. O Estado garante as bases para a territorialização do capital e monopolização da produção, principalmente a partir de investimentos em infra-estrutura, incentivos fiscais, políticas de créditos e, principalmente

com a implementação de políticas modernizantes (inserindo os pacotes tecnológicos) a partir da criação de órgãos institucionais, centro de pesquisa, e de ensino profissionalizante, modelando assim o espaço para o capital. Tais ações, ao mesmo tempo em que provocaram a subordinação da produção camponesa acentuaram e concentraram terras tornando a força de trabalho do campo em verdadeiros exércitos de reserva para o capital. Todo isso, justificados pelo discurso onipotente da economia, que prega como solução salvadora, para diminuir as desigualdades sociais, o aumento das exportações, com o objetivo de manter o equilíbrio da balança comercial.

Presenciamos que as empresas produtoras e exportadoras de frutas conjuntamente com as ações imperativas do Estado têm sido capazes de organizar e regular o território do baixo Jaguaribe de forma racional para atender o mercado globalizado. Assim sendo, podemos constatar que *os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação* (SANTOS, 1996, 2001; ELIAS, 1994, 2003; OLIVEIRA, 2002) da fruticultura corroboram com a nova fase engendrada pelo capitalismo mundial, que se baseia no imperativo da velocidade e da exportação de mercadorias intimamente relacionados à demanda externa, seja ela de qualidade ou quantidade. Os fluxos possibilitam um aprofundamento da divisão territorial do trabalho, que determina uma especialização produtiva dos lugares, fazendo com que em algumas áreas do território cearense seja instalado uma agropecuária moderna ou que se modernize as já existentes. Esses nexos modernos buscam criar monofuncionalidades no uso do território, através da monocultura exportadora.

As grandes empresas ligadas à produção e à comercialização de frutas in natura como pudemos perceber, utilizam-se dos sistemas técnicos e estratégias modernas de produção para organizarem um território particular para realização dessa atividade econômica. Cria-se na verdade, uma região funcional ao seu comando. O uso seletivo dos sistemas de engenharia tende a aumentar devido à diminuição do número de produtores e empresas que atuam no circuito espacial da fruticultura. Caso seja considerado ainda, que os produtores são cada vez mais dependentes do crédito, exercido por esses agentes hegemônicos no controle do circuito, o que acentua um uso corporativo do território pautado na política de agentes privilegiados.

As principais empresas do circuito espacial produtivo fruticultor criam sistemas de engenharia e escolhem localizações de modo a contar com sistemas de movimentos (estradas, portos, aeroportos), quase privativos, obtendo ao mesmo tempo incentivos fiscais e lucrando com a possibilidade de fluidez na escala global. Essa forma de organização do território, realizada pelas políticas das grandes empresas e financiada, em grande parte, pelo poder

público, gera um custo para o Estado e um benefício monopolizado, caracterizando como uma produção e uma circulação desnecessária.

Outra forma de ação seletiva no circuito da fruticultura é o controle pelas empresas de seletos produtores, do desenvolvimento e da multiplicação de novas áreas a serem cultivadas. Esses novos consumos técnicos no campo exigem maiores investimentos, beneficiando realmente, apenas alguns grandes produtores agrícolas e tendo a estrutura agrária desigual e excludente.

Fica evidente que o processo em curso, baseado no fortalecimento de grandes empresas ligadas ao setor de beneficiamento e comercialização de frutas tropicais para exportação, vem aprofundando a divisão territorial do trabalho e levando, conseqüentemente, a uma maior especialização produtiva dessa região. Neste caso, o que observamos na região do Baixo Jaguaribe com o intenso processo de territorialização do capital monopolista é um território compreendido como valor de uso, sendo apropriado pelas empresas e instituições.

A mercantilização e cientificização da natureza são resultado da territorialização do capital pelo agronegócio, em que o campo estabelece novas relações com os mercados globalizados, alterando as dinâmicas territoriais preexistentes. A entrada de capitais provocou a expulsão ou a pressão do campesinato a sair do campo para as cidades ou para lugares mais distantes no próprio campo; contribuiu com o aumento dos desmatamentos de extensas área de vegetação de caatinga deixando o solo exposto às intempéries e as ações erosivas; e promoveu a extinção de espécies animais e vegetais.

Contudo, o uso do território assumido pelas classes sociais envolvidas possuem distintas conotações e funcionalidades. Para melhor conceituá-lo, Haesbaert (2004) afirma que o território é a mediação espacial do poder que perpassa por relações no interior da esfera econômica, sendo indissociável da esfera jurídico-política. As ações concedidas pelo Estado, seja na sua instância federal, estadual ou municipal para legitimação da territorialização das “empresas de negócios”, caracterizam-se como a expansão das relações capitalistas de produção em que “expropria” ou “pressiona” o campesinato a migrar para as cidades ou para áreas mais distantes no próprio campo. Essas grandes corporações econômicas que estabelecem acordos comerciais a nível mundial é o que (SANTOS, 1996) considerou como *solidariedade organizacional*.

Temos, portanto, um campo que é alvo da apropriação por meio das ações hegemônicas e um território que está constantemente em disputa. Enquanto para o campesinato a terra é a sua condição substancial para a manutenção de seu modo de vida, sendo a principal fonte de

onde provém a subsistência familiar, para o agronegócio a terra é um espaço de produção de mercadoria, isto é, local de produção carregado de um aparato científico e tecnológico que visa, sobretudo, atender a uma demanda das grandes corporações internacionais, tratando-se como um evento geográfico, excludente e contraditório, pois se ampliam as relações capitalistas de produção no campo e suscitam a globalização da economia.

Ficou evidente na pesquisa que na medida que o capital avança e se instala na região do Baixo Jaguaribe, causa transformações territoriais no campo. Mesmo diante dessas coerções existenciais, tem-se um campesinato em movimento que cria e se recria, dentro dessa lógica capitalista, desenvolvendo atividades como típicas de relações não capitalistas de produção (MARTINS, 1986; OLIVEIRA, 2007).

Essa conflitualidade que envolve o campesinato e o agronegócio no espaço do Baixo Jaguaribe, na medida em que há estímulos e o fortalecimento do processo de expansão da fruticultura, com a ampliação das redes rodoviárias, ferroviária, açudes, adutoras, canais, interligação de bacias hidrográficas em prol do desenvolvimento do agronegócio é denominada por Santos (1988) de *sistemas de engenharias*. Esse evento geográfico estabelece relações com os mercados globalizados em que os sistemas de objetos demandados pelo capital se territorializam nos lugares, em que no campo, a ação do capital de forma coercitiva, espolia o camponês das suas propriedades e alteram as relações simbólicas dos camponeses estabelecidas com o território, transformando o espaço local e regional, tanto no campo como nas cidades.

A luta é entre *capital-campesinato* o que difere da relação do agronegócio que prega o modelo hegemônico caracterizado pela relação entre *capital-trabalho*. A resistência do campesinato a não inserção na lógica do mercado é algo presente em alguns dos municípios do Baixo Jaguaribe.

O capital se fortalece, agora não somente em uma escala local, ele ultrapassa e rompe fronteiras e submerge em uma escala global, conformando-se como processo este excludente e contraditório. Nesse sentido, o camponês não quer ter somente a posse da terra, como muitos estudiosos afirmam, nem muito menos deixou de existir, o camponês quer ter o direito de usufruir do seu próprio território. Essa categoria se reproduz enquanto classe social e desejam que a organização da unidade econômica familiar possam ter uma vida digna e com equidade, por isso, a luta pelos seus direitos é uma luta constante. Contudo, acredita-se que o camponês não desapareceu, ele se reproduz e cria estratégias de sobrevivência para a sua permanência na terra. Mesmo que esta classe esteja ameaçada no instante que o agronegócio avança,

convertendo as terras camponesas em espaço de produção de *commodities* esta classe continua em suas pequenas unidades familiares, estabelecendo relação adjunta com a terra e a caatinga o que reforça a tríade que caracteriza o campesinato: *terra, família e o trabalho*.

Na verdade, presenciamos no Baixo Jaguaribe uma *modernidade da pobreza* onde o agronegócio utiliza-se do discurso de modernidade e produtividade para legitimar sua prática e continuar existindo e se apropriando da mais-valia universal principalmente nas regiões pobres do globo. Ressaltando que desde o ciclo da cana-de-açúcar, até o atual momento vivenciado pelo campo brasileiro, a lógica produtiva sempre esteve pautada na produção pelos “*de dentro*” para saciar os “*de fora*”. *Para os de dentro* o sabor amargo do suor, do trabalho forçado e precarizado e *para os de fora* o doce e refrescante sabor das frutas tropicais produzidas nas *terras do senhor*.

REFERÊNCIAS

- ADECE. Agência de Desenvolvimento do Ceará. **Frutos do Ceará**. Fortaleza, 2012.
- ACSELRAD, H. **Justiça ambiental – Ação Coletiva e Estratégias Argumentativas**. In: ACSERALD, H. et al. (org.) *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume dumará, 2004.
- ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura : uma análise comparativa entre duas cidades com fruticultura irrigada para exportação no RN, Ipanguaçu e Baraúna** / Gleydson. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco. 2011. 425f. Recife.
- ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN** . Natal, 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- ALBANO, G. P.; SÁ, A. J. Políticas públicas e globalização da agricultura no Vale do Açu-RN. **Revista de Geografia**, Recife, v.25, n.2, maio/ago. 2008.
- ALECAR, Francisco Amaro Gomes de. O Agrário na Região do Jaguaribe. In: **Revista propostas alternativas: Vale do Jaguaribe: Natureza e Diversidade Cultural – II**. Fortaleza: IMOPEC, 2000, p. 11-17.
- ALENTEJANO; P. R.R.; ROCHA LEÃO, O.M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, 2006, n. 84, p. 51-69, jul./ 2006.
- ALFREDO, Anselmo. Negatividade e a Crítica à Crítica Crítica: Sobre Espaço, Tempo e Modernização. In **Revista CIDADES**, Vol. 6 No. 10. Grupo de Estudos Urbanos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Pp. 381-414.
- ALFREDO, Anselmo. Modernização e reprodução crítica: Agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação. In: **Revista GEOUSP – Espaço e tempo**. No. 24, 2008. São Paulo. Pp. 63-108
- ALFREDO, Anselmo. O mundo Moderno e o espaço: Apreciações sobre a contribuição de Henri Lefebvre. In: **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**. No. 19, 2006. São Paulo. Pp. 53-79.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **(Re)criação do Campesinato, Identidade e Distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006, 377p.
- _____. A Sociologia da prática de Bourdieu e o campesinato. In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas - MS**, V 1 – n.º 3 – ano 3, Maio de 2006. Pp 92-109.

_____. **Terra e Território: A Questão Camponesa no Capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ALVES, Giovanni. Crise da globalização e lógica destrutiva do capital – Notas sobre o socio metabolismo da barabárie. **Katálysis**.v.7.jan/jun.2004.Florianópolis/SC, 31-44.

ALVES, M. O. **Mercado, arame e estado:** recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará. 2012, 341f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

AMORA, Zenilde Baima. Aspectos históricos da industrialização do Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.). **Historia do Ceará.** 4 ed. Fortaleza: Edições Democrito Rocha, 1995, p.121-128.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5 ed., São Paulo: Boitempo editorial, 2002

ANDRADE, Manuel Correia. **A Terra e o Homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: Editora da UFPE, 1998. 305p.

ARAUJO, Sergiano de Lima. **Reestruturação produtiva as novas territorialidades no espaço Agrário cearense:** a carcicultura em questão. Dissertação de mestrado. Fortaleza: Mestrado em Geografia, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Ceará, 2006.

ARROYO, Mônica. **Território nacional e mercado externo:** uma leitura do Brasil na virada do século XX. São Paulo. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2001.

AZAR, Zaira Sabry. **Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão:** o assentamento Califórnia como uma expressão. Tese de Doutorado em Políticas Públicas.2013. 283f. Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2013.

BACELAR, Tania (1984). Industrializacao do Nordeste: Intencoes e Resultados. In: MARANHÃO, Silvio (Org). **A questão Nordeste:** estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideologicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

_____. **O processo de ocupação do espaço regional do nordeste.** Recife: Sudene, 1975.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos avançados.** São Paulo, n. 29, p. 7-36.

_____. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro:** heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2000.

_____. Nordeste, Nordestes. In: **Teoria e debate,** 19, 3º trimestre de 1992, p.2-6.

_____.Nordeste, Nordeste: que Nordestes. In: **Desigualdade e desenvolvimento.** São Paulo: FUNDAF/UNESP, 1995.

BARRIOS, Sônia. **A produção do espaço**. In: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia. A construção do espaço, São Paulo: Nobel, 1986.

BECKER, Bertha Koff. e EGLER, Cláudio A, G. **Brasil: Uma nova Potência Regional na Economia Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BEDUN, M. R. **Os desafios da agricultura familiar camponesa frente à territorialização do agronegócio: perspectivas para o município de Tupi Paulista e seu entorno regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2012. 138 f. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2012.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: Marx, Modernismo e Modernização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. Cap. II, p.85-125.

BERNARDES, A. A. A nova divisão territorial do trabalho brasileira e a produção de informações na cidade de São Paulo (as empresas de consultoria). In: SANTOS & SILVEIRA. **O Brasil: território de sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record. p.413-432, 2001.

BERNARDES, Julia Adão. Novas Territorialidades no cerrado matogrossense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, VI., 2004, Goiânia, **Anais...Goiânia: AGB, 2004. CD ROM**.

_____. A estratégia do capital no complexo da soja. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES; Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 325-366.

_____. Mudança técnica e espaço. Uma proposta de investigação. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da; CORRÊA, r. l. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 239-269.

_____. Técnica, trabalho e espaço: as incisivas mudanças em curso no processo produtivo. In: CASTRO, Iná Elias; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio A. G. (org). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **A nova dinâmica do capital nos espaços da soja**. (Projeto de pesquisa). 1994.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**./Henry Bernstein; tradução Beatriz Medina. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste**. 2008. 259p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

_____. **A fruticultura no Nordeste semiárido** : internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. 2012. 376p. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2012.

BORRAS, Saturnino M. et alii. (2011). **El acaparamiento de tierras en America Latina y el Caribe visto desde una perspectiva internacional mas amplia**. FAO, octubre, 2011.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Tradução de Jeni Vastman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

_____. **Sociologia**. ORTIZ, Renato (Org. da Coletânea). São Paulo: Ática, 1983b. (Grandes Cientistas Sociais, 39).

_____. (org). Compreender. In: _____. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Razões Práticas**. Tradução de Mariza Corrêa. São Paulo: Papius, 1996.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL,2008.Disponívelem:<http://www.brasil.gov.br/pac/conheca/copy_of_infra_estrutura/nordeste/nordeste/pac_no5>. Acesso em: 5 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Frutisérias 2 – Melão: Ceará. Brasília: MIN, 2003.

BRASIL . BSDR (SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL) & ADENE (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE) (2005): Plano estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido - PDSA. Brasília.

BRASIL. MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. PROJETO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS – 1ª ETAPA. Estudos de Impactos Ambientais/Relatório de Impactos no Meio Ambiente. Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, 1991.

BRASIL. MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. PROJETO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS – 2ª ETAPA. Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental. Departamento nacional de Obras Contra a Seca, 2005.

BRASIL. MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. PLANO DE REASSENTAMENTO. TABULEIRO DE RUSSAS, CEARÁ – 2ª ETAPA, 2010, p. 20

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; DEPARTAMENTO DE OBRAS E SANEAMENTO. Projeto aproveitamento hidroagrícola Jaguaribe Apodi. Fortaleza,1986. (Relatório Técnico).

BRASIL. MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, et al. Diagnósticos e planos de trabalho dos Perímetros Irrigados: Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Fortaleza-CE, 2005. (Relatório Técnico).

BRASIL. DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. Levantamento agroeconômico social do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Fortaleza-CE, 2009. (Relatório Técnico).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer:** um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181p.

BRANDÃO FILHO, José Bertoldo. **O papel do Estado nas recentes transformações na agricultura moderna do cerrado.** In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X; 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: AGB, 2005. 1 CD-ROM.

BRAGA, L. Q. V. **Agronegócio cercando Agroecologia:** Modo de Vida e Conflito Socioambiental em Comunidades Agrícolas de Tabuleiro de Russas, Ceará. 2010,182f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra:** a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: forense universitária – UFRRJ, 1997.

BORRAS, Saturnino M. et alii. **El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe visto desde una perspectiva internacional más amplia.** FAO, octubre, 2011.

BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos donos. planejamento e clientelismo no nordeste.** Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. o poder dos donos, 20 anos depois... ou a incrível e triste história das populações desfavorecidas e suas elites desalmadas. **Raízes**, Campina Grande, vol. 22, nº 01, p. 73–79, jan./jun. 2003

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 10ª. Ed. São Paulo: Editora 34, 2003. 372p.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A barbárie moderna do agronegócio versus a agricultura camponesa: implicações sociais e ambientais. **GeoGraphos**, v. 3, p. 1-29, 2012.

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago; GONÇALVES, Elienai. Agrocombustíveis, soberania alimentar e políticas públicas: as disputas Territoriais entre o agronegócio e o campesinato. In: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. **Boletim DATALUTA.** Presidente Prudente, fevereiro de 2011, número 38.

CARNEIRO Fernando Ferreira; RIGOTTO, Raquel Maria; PIGNATI, Wanderley. Frutas, cereais e carne do Sul: agrotóxicos e conflitos ambientais no agronegócio no Brasil. **e-cadernos ces [Online]**, 17 | 2012, colocado online no dia 01 Setembro 2012, consultado a 01 Outubro 2016. URL : <http://eces.revues.org/1101> ; DOI : 10.4000/eces.1101

CARVALHO, Horácio Martins de, **O oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial.** Disponível em: <http://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8243.html>, acessado em: 10/04/2014.

CARVALHO, Horacio Martins, **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**, Curitiba, Paraná, 2012.

CASTILLO, Ricardo Abid. Dinâmica regional e circuitos espaciais de produtos agrícolas no Brasil. In: **VI Encontro Nacional da ANPEGE**, set, 2005, Fortaleza, p.1-10.

_____. Novas territorialidades no cerrado matogrossense. In: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Julho 2003, Goiânia. Anais, eixo 5.

CASTILLO & TOLEDO. Grandes empresas e uso corporativo do território: o caso do circuito espacial produtivo da laranja. In: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Julho 2003, Goiânia. **Anais**, eixo 5. p. 01-06.

CASTELLS, Manuel. Les Nouvelles **Frontieres de la methodologie sociologique**. In: information sur les Sciences Sociales. Vol. IX n. 6 dezembro de 1970

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊIA, Roberto Lobato(Orgs). **Geografia: conceitos e temas**, 3ª edição - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1992

CHAPAGAIN, A. K. & HOEKSTRA, A. Y. (2008): **The global component of freshwater demand and supply**: an assessment of virtual water flows between nations as a result of trade in agricultural and industrial products. In: Water International 3 (1), S. 19–32.

CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo **Modernização da agricultura e urbanização em Limoeiro do Norte**: transformações socioespaciais. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

CHAVES, M.L.J. e SANTOS, C.D. Agronegócio da fruticultura e da soja: a territorialização de empresas agrícolas nos cerrados e vales úmidos do nordeste brasileiro. **Revista GeoUECE** - Programa de Pós- Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.2, nº3, p.118-141, jul./dez. 2013. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências sociais**. São Paulo; Cortez, 1991.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Trad. de Margareth de Castro Afeche Pimenta e Joana Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2011. 406 p.

COGGIOLA, O. (Ed.). Karl Marx: **as crises econômicas do capitalismo**. São Paulo: Edições Populares-Ched, 1982.

COGGIOLA, O.; MARTINS, J. A. **A dinâmica da globalização** – mercado mundial e ciclos econômicos (1970-2005), 2006. Disponível em: www.insrolux.org/textos2006/livroscoggiolamartins.pdf. Acesso em: março 2016

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Geografia Espaço da Miséria**. Vol. 1, num. 6. São Cristóvão: Scientia Plena, 2005.

_____. **A Insustentabilidade do desenvolvimento Sustentável**. Vol.2. Florianópolis, SC: Eisforia, 2004.

COUTINHO, C. P. **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática**. Coimbra: Almedina, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura.(Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo, 1998. p. 251-256.

_____. **Corporação, práticas espaciais e gestão do território**” In: Anuário IGEO – UFRJ. Rio de Janeiro, vol. 15, p.35-41, 1992.

_____. Análise crítica dos textos geográficos: breves notas. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n.14, p. 7-18, 2º semestre de 2003.

COSTA NETO, P. L. **Estatística**. São Paulo: Editora Blücher Ltda, 1977

BONANNO, A. **A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar**. In CAVALVANTE j. S.B(Org.) **Globalização, trabalho, e meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutíferas para exportação**. Recife: UFPE, 1999. p. 47-96.

DAMIANI, Amélia Luisa. Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. In: **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume Especial 30 Anos (2012), p. 254-283

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Mudanças cíclicas em meio século(1965-2012). Porto Alegre, Editora da UFRGS/PGDR.

DE CÁSSIA NAVES, Jaqueline; DE MESQUITA, Helena Angélica. O agrohidronegócio e a agricultura camponesa nas áreas de cerrado: a centralidade do debate sobre os territórios em disputa nas áreas de Cerrado. In: **Anais... O XII Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL)**, Lima, Peru, 08 a 12 de abril de 2012.

D’INCAO, Maria Conceição de. **O bóia fria: acumulação e miséria**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1976.

DINIZ Aldiva Sales. **A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades**. In: Elias, Denise, Sampaio José Levi Furtado. **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p.37-60.

_____. **Território Controlado – Território (Re) Criado: Os laços e rupturas das relações Estado e Irrigantes**. Dissertação de Mestrado. Recife / UFPE. 1997.

_____. **Trilhando caminhos**: A resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2009.

DOMINGUES, Ivan. **O grau zero do conhecimento**: o ponto da fundamentação em ciências humanas. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1999

DOSSIÊ PERÍMETRO IRRIGADO. **Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: Invasão de Terras, Precarização do Trabalho, Contaminação por Agrotóxico e Violência no Campo, 2014.

DOURADO, José Aparecido de Lima. **Modernização da agricultura**: expropriação camponesa e precarização do trabalho no agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA). 2011. 234f. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Catalão 2011.

_____. Camponês caatingueiro: reflexões sobre o campesinato no Semi-Árido brasileiro. In: **GeoTextos**, Salvador, vol. 8, n. 1, jul. 2012. 97-119.

_____. **Das terras do sem-fim aos territórios do agrohídronegócio**: conflitos por terra e água no Vale do São Francisco (BA). Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2015.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Reestruturação econômica e nova economia política da urbanização no Ceará. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 95-112, mai./ago. 2013

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, Glaucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. (Orgs.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2007a. p.49-66.

_____. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

_____. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona, v. XII, p. 74-96, 2008.

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v.13, n.2, p. 153-167, 2011.

_____. Les Territoires de L'Agrobusiness au Brésil. *Confins (Paris)*, n. 15, 2012.

_____. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. In **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica** (Barcelona), 2012.

_____. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUIZZO, Roberta Carvalho (Orgs.). Espaço e energia. **Mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2013. p. 49-73.

_____. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo á desintegração competitiva e a fragmentação do espaço agrário. In: BORZACCIELLO José; CAVALCANTE Tércia;

DANTAS Eustógio (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005, p. 429-461.

_____. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, Denise e SAMPAIO, Jose Levy Furtado. **Modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 9-36 (coleção Paradigmas da Agricultura Cearense).

_____. Modernização Conservadora da Agropecuária no Baixo Jaguaribe. In: **Revista propostas alternativas: Vale do Jaguaribe: Natureza e Diversidade Cultural – II**. Fortaleza: IMOPEC, 2000, p.18-21.

_____. A Atividade Agropecuária do Estado do Ceará no Contexto da Globalização. In: AMORA, Zenilde Baima (Org.). **Ceará: Enfoques geográficos**. Fortaleza: Funece, 1999. p. 43-72.

_____. **Meio técnico-científico informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)**. Relatório de qualificação. São Paulo: USP, 1994.

FABRINI, João Edmilson. **Latifúndio e Agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital**. Vol. 9, num 1. UNESP/Presidente Pudente: Revista Pegada, 2008.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antônio Márcio Buainain. (Org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008

_____. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual** (org). São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-303.

_____. **O novo nome é agribusines**. Publicações Nera, 2004. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/onomeeagribusiness.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Políticas de assentamentos rurais e luta pela terra do MST**. Publicações Nera, 2006. Disponível em: <http://www.fct.unesp.br/publicacoes/politicas.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2016.

_____. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FERNANDES, B. M. Agricultura de mercado, campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T. e FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 161-186. (Geografia em Movimento).

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T. e FABRINI, J.E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 273 –301. (Geografia em Movimento).

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>>. Acesso em: 20 mai. 2009.

FERNANDES, B. M. e MOLINA, M. C. O campo da educação do campo. In: MOLINA, M. C. e JESUS, S. M. S. A. de (Org.). Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004. p. 53-91. (Por Uma Educação do Campo, 5).

FERNANDES, B. M., WELCH, C. A. e GONÇALVES, E. C. Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial. [S.l.: s.n.], 2010.

FERREIRA, M.J.M.; TEIXEIRA, A.A.T.; MARINHO, A.M.C.P. Centralidade do trabalho e sua caracterização nos diferentes contextos de produção agrícola no Baixo Jaguaribe. In: RIGOTTO, R.M., organizadora. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência** no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: UFC; 2011. p. 296-318.

FREDERICO, Samuel. 2002. **O circuito espacial produtivo do café e competitividade territorial no Brasil**. Campinas, SP: Monografia, IG/UNICAMP.

_____. 2004. **Sistemas de movimentos no território brasileiro: os novos circuitos espaciais produtivos da soja**. Campinas/SP: Dissertação de Mestrado, DG/IG/UNICAMP.

_____. **O novo tempo do Cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento**. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2008.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

_____. **Marcas do agronegócio no território da Chapada do Apodi**. In: RIGOTTO, Raquel Maria (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência** no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: UFC; Expressão Popular, 2011.

_____. **Expansão da fronteira agrícola capitalista e disputas territoriais na Chapada do Apodi, Ceará**. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade de UBERLÂNDIA, 2012.

Disponível: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1408_1.pdf Acesso 22/10/2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FRIENDLAND, M.; Commentary on part III: Creating space for food and agro-industrial just in time. In: GOODAMAN, D.; WATTS, M. **Globalising food**. Routledge: London, 1997. P. 1-32.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Editora Paz e Terra. 12^a edição. Rio de Janeiro, 1981.

GIL, A. C. Entrevista. In: _____. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de entrevista social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 117-126.

GIRÃO, R. **História econômica do Ceará**. Fortaleza: Programa Editorial Caso José de Alencar, 2000.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. São Paulo: Record, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, 1º semestre, 2005. Disponível em: www.ead.fea.usp.br. Acesso em: 10 fevereiro 2015.

GOLDMANN, Lucien. **A criação cultural na sociedade moderna**. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1972.

GOODMAN David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1990.

GOMES, Iara Rafaela. **Agricultura e urbanização: novas dinâmicas territoriais no Nordeste brasileiro**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

_____. As novas regiões produtivas agrícolas: o caso do Baixo Jaguaribe (CE) - Vale do Açu (RN). *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 2, p. 288-323, jul./dez. 2009.

GONÇALVES, A. **Água e a sede do capital em conflitos no campo – Brasil 2013** Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013.

HALL, A. L. (1978): **Drought and irrigation in North-East Brazil**. Cambridge.

HAESBAERT, Rogério (Org.). **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **O Novo Imperialismo**. – 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **A produção capitalista do espaço**. - 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2006b.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Breve História del Neoliberalismo**, s/ano. Disponível: < <http://cdamcheguevara.files.wordpress.com/2012/06/harvey-david-breve-historia-delneoliberalismo.pdf> >, acesso 02 ago 2015.

HAGUETTE, T.M. **Metodologia qualitativa em sociologia**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

HISSA C.E.V; OLIVEIRA, J. R. de. **O trabalho de campo**: reflexões sobre a tradição geográfica. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v.24, p. 31-41, jan/dez.2004.

HISSA, C.E.V. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.

IANNI, O. **A sociedade global**. [S.l.]. Ed. Civilização Brasileira: 1992.

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, 1º Caderno, 05/07/2005.

JUSTINIANO, E.F. Registro fotográfico. In: VENTURI, L. A.B. (Org.). **Praticando geografia**: técnicas de campo e laboratório. São Paulo: Oficina de Textos, 2005, p. 187-195.

KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 51-69, jul., 2006.

Kosik, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução Celia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

LEFEBVRE, Henri. Capítulo IV - Psicologia das Classes Sociais. (Tradução de Ana Cristina Nasser). In: **Revista GEOUSP**. São Paulo, no. 17, pp. 21-41, 2005.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª éd. Paris: ÉditionsAnthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. LEFEBVRE

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **Lógica formal, lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho: Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

LELIS, Leandro Reginaldo Maximino; JUNIOR Francisco José Avelino. As disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato. In: Periódico Eletrônico- **Forum Ambiental**. XI Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 11, n. 2, 2015, pp. 16-29.

LIMA, Luiz Cruz. (Org.). **Reestruturação socioespacial**: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, Luiz Cruz. **Os novos espaços da produção**: os tecnopólos. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994.

LIMA, Luiz Cruz; VASCONCELOS, Tereza Loiola; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Os novos espaços seletivos no campo**. Fortaleza: EdUECE, 2011.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

LIMA, LEIDA MARIA DE SOUZA. **O processo de (re) criação do campesinato em áreas do latifúndio: a fragmentação da terra em Rondonópolis-MT**. 2007. 402p. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LIMA, Francisco Leandro da Silva. **Breve histórico da economia agrária do vale do jaguaribe: das sesmarias a fruticultura**, 2012. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/breve-historico-da-economia-agraria-do-vale-do-jaguaribe-das-sesmarias-a-fruticultura/90779/#ixzz4QdYzLtL> Acesso: 15/06/2015.

Leia mais em: <http://www.webartigos.com/artigos/breve-historico-da-economia-agraria-do-vale-do-jaguaribe-das-sesmarias-a-fruticultura/90779/#ixzz4SBh3cCxu>

LINS, C. **Os impactos territoriais e socioeconômicos do Canal da (Des) Integração no Ceará no contexto do Médio e Baixo Jaguaribe**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

MACIEL, RHM; RIGOTTO, R.M.; ALVES, P.A. Como está a saúde destes trabalhadores? In: Rigotto RM, organizadora. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: UFC; 2011. p. 391-413.

MARANHÃO, Silvio. Estado e Planejamento Regional: A Experiência do Nordeste Brasileiro. In: MARANHÃO, Silvio (Org). **A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARINHO, A.M.C.P. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe-CE: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente [tese]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

MANDEL, E. **A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ed. Ensaios, 1990.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

MARCO, V. **Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84, p. 51-69, jul.2006.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. (Tradução de Jesus Ranieri) São Paulo: Boitempo, 2004. 176p.

_____. **O Capital**. Livro primeiro, volume I, tomo I. (Tradução de Reginaldo Sant' Anna). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 195

_____. **O Capital**. Livro terceiro, volume VI. (Tradução de Reginaldo Sant' Anna). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **O capital - teorias da mais-valia**. Livro IV, Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **O capital – crítica da economia política**. Livro 3 O processo global de produção capitalista. Trad. Reginaldo Sant Anna. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1974. v. VI. Brasil, 1991.

_____. **O capital**. Tradução da edição castelhana por Eduardo Sucupira Filho; corrigido e cotejado com a edição alemã por Célia Regina de Andrade Bruni. São Paulo: Ciências Humanas, 1977.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In: MARQUES, M. I. M.; OLIVEIRA, A. U. (orgs.) **O campo no Século XXI**: território de vida, de luta, e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela, 2004a, pp. 145-158.

_____. Campesinato Sertanejo e Sua Relação com a Terra ao Longo do Tempo em Ribeira PB. In: USP. **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, Anais, 2005, pp. 8628-8640.

_____. Agricultura e Campesinato no Mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 49-78.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Ano 11, n. 12. Presidente Prudente. São Paulo, 2008.

_____. **O Modo de Vida Camponês Sertanejo e sua Territorialidade no Tempo das Grandes Fazendas e nos Dias de Hoje em Ribeira-PB**, 1994, 131p., (Dissertação de Mestrado), USP, São Paulo, 1994.

MARQUES, Cláudio Luiz. **Levantamento Preliminar Sobre o Sistema Faxinal no Paraná**. Guarapuava, 2004. 192p. (Relatório Técnico) – Instituto Ambiental do Paraná, 2004b.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 185p.

_____. As Temporalidades da História na Dialética de Henri Lefebvre. In: MARTINS, J. S. (org.). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996(b). 151p.

MARTINS, José de Souza, Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. de S. (1975). **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira.

_____. (1979). **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas.

_____. (1991). **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec.

_____. (1980a). **“A sujeição da renda da terra ao capital”**. **Encontros com a civilização brasileira**, 22. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**

_____. **A Chegada do Estranho**, Editora Hucitec, São Paulo, 1993.

_____. **Expropriação e violência a questão política no campo**, 3ª edição, São Paulo, 1991.

_____. **Não há terra para plantar neste verão**, Editora vozes, Rio de Janeiro, 1986.

MARTINS, Paulo Henrique Novaes. Estado burguês e natureza do planejamento no Nordeste. **Revista de Economia Política**. v.05 n.3, p. 101-113, jul/set. 1985.

MATOS, Patrícia Francisca de. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. Tese de Doutorado.2011. 355f. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia/MG.

_____. Agronegócio no sudeste goiano e as disputas pelo uso do território. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p.153-165

MARQUES NETO, Raul. **Monopolização do território pelo capital agroenergético em Capela-SE, subordinação e resistência da classe camponesa**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. 2014. 178. – São Cristóvão, 2014.

MCMICHAEL. P. **The Global restructuring of agro-food systems** . Ithaca: Cornell University, 1994.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004. Disponível em: . Acesso em: 02. jun.2011.

MENEZES, S. O. **De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital: a geografia do (des)trabalho**. 2007. 224 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: UFS-NPGEO.

MÉSZÁROS, Istvam. Política radical e transição para o socialismo: reflexo sobre o centenário de Marx. **Revista Nova Escrita/Ensaio**, Ano V, nº 11/12. São Paulo: Escrita, 1983.

_____. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987

_____. **A crise atual**. Revista Ensaio n. 17/18. São Paulo: Ensaio, 1989.

_____. **Produção destrutiva e estado capitalista**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Ensaio, 1996.

MÉSZÁROS, Istvam. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004b.

_____. **Estrutura social e formas de consciência:** a determinação social do método. Tradução: Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo, Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O Desafio o Fardo do Tempo Histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007a.

_____. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, M.C.de SOUZA. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 11 ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

_____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, Margarida Maria. **Os Herdeiros da Terra:** parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978. 100p.

_____. **Camponeses.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil.** São Paulo: Ed. Hucitec, 2002.

MULLER, Geraldo. O núcleo do padrão agrário moderno. SP em perspectiva, São Paulo, v.2, n.2, p. 50-56, out./dez.1988.

_____. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec; Educ, 1989.(Estudos rurais, 10).

MUNIZ, Alessandra Maria Vieira. **Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe:** mudanças, permanências, desafios e tendências. 2004. 318f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

NUNES, Rogério Maciel. A implantação do perímetro irrigado tabuleiros de russas no contexto das políticas de modernização no ceará (1986-2003). In: **Anais...** XIV Encontro Estadual de História. Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - campus da Universidade Estadual do Ceará. Limoeiro do Norte, 2014. Disponível em: <http://uece.br/eventos/eehce2014/anais/index.html> Acesso: 12/06/2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira:** Crítica a razão dualista. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Elegia para uma religião.** SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 132p.

_____. **Crítica à razão dualista** – o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Renda da Terra Pré-capitalista. In: **Orientação.** São Paulo: n° 07, pp. 77-79, 1986.

_____. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 1996. 128p.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. 163p.

_____. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. 204p.

_____. A Longa Marcha do Camponato Brasileiro: movimentos sociais, conflito e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: n° 15 (43), pp. 185-206, 2001.

_____. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: LABUR Edições, 2007. 184p.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo brasileiro e o agronegócio no Brasil**; In: Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 19. n. 21, jul/dez, 2003, p. 113-156.

_____. **Violência e Barbárie: a grilagem de terra no Brasil**. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2005**. (Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2005, 264p.

_____. **Agricultura, Território e Movimentos Sociais (Palestra)**. USP/FFLCH, Dezembro de 2005b.

OLIVEIRA, Jacson Tavares de. **Território do agronegócio: expansão dos monocultivos do eucalipto e da produção de celulose na Bahia**. 340f. 2014. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão – SE, 2014.

ORTEGA & GASSET, José. **Mediação da Técnica**. Rio de Janeiro: Ibero americano, 1973.

PAOLIELLO, Renata Medeiros. **As Comunidades Tradicionais no Vale do Ribeira: da “reprodução camponesa” às re-significações dos patrimônios territoriais**. In: Revista Agrária. São Paulo: no. 03, pp. 58-82, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital. **Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, Três Lagoas, MS, Ano 01, V.01, N. 01, novembro 2004.

_____. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 428p.

_____. A diversidade das lutas na luta pela terra. In: **Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros: seção Três Lagoas**, Três Lagoas, v. 1, ano 3, p.28-47, nov. 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi & FABRINI, João Edilson. **Camponato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010. 112p. (Geografia em movimento).

PERRUCCI, Jadiel. A Formação Histórica do Nordeste e a Questão Regional. In: MARANHÃO, Silvio (Org). **A questão Nordeste**: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro -1944-2008**. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 2010.

PEREIRA G. R; CUELLAR M. D. Z. Conflitos pela água em tempos de seca no Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará. **Estudos Avançados**. São Paulo, n. 29(84), 2015 p. 115-139.

PEREIRA & KAHIL. **O uso corporativo do território por empresas e a dinâmica dos lugares**: A Embraer em Gavião Peixoto – SP. Caminhos da Geografia IV. Uberlândia, v. 15, junho de 2005. Disponível em:<<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.htm>> . Acesso em 18 agosto de 2015

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PINHEIRO, Érica Maria Bezerra. **Reestruturação produtiva da agropecuária e sujeição da renda da terra**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual do Ceará(UECE). 2014. 158f. Fortaleza, 2014.

PLOEG, Jan Douwe van der (2008). **Camponeses e impérios alimentares**. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre, Editora da UFRGS

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Revista Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2013, vol.18, n.11, pp. 3213-3222. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n11/12.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A. U. de e MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

PROJETO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS – 1ª ETAPA. Estudos de Impactos Ambientais/Relatório de Impactos no Meio Ambiente. Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, 1991.

PROJETO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS – 2ª ETAPA. Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental. Departamento nacional de Obras Contra a Seca, 2005.

PLANO DE REASSENTAMENTO. TABULEIRO DE RUSSAS, CEARÁ – 2ª ETAPA, 2010, p. 20.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. (Tradução de Maria Cecília França). São Paulo: Ática, 1993.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A origem da desigualdade entre os homens**. Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, 1754.

RIGOTTO, R. M. et al. **Agrotóxicos, trabalho e saúde** – vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe, Ceará. 1ª Ed. Fortaleza: Editora UFC e Co-edição Expressão Popular, 2011.

ROSA, J. G. **Grande sertão: Veredas**. 8. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SAMPAIO, José Levi Furtado. “Novas estratégias de combate à seca e à fome no Ceará: a construção de um Poder”. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, Ano 01, Nº 02, 2002. 164.

_____. A mobilidade da população cearense e a reestruturação produtiva. In: CARLEIAL, Adelita Neto. (Org.). **Transições Migratórias**. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002. (p. 115-129).

SAMPAIO, José Levi Furtado; LIMA, A. E. F.; SILVA, S. S.; ALCANTARA, S. ALEXANDRE, S. F.; ASSIS, R. J. S.; RIGOTTO, Raquel Maria. **Diagnóstico socioeconômico das comunidades do entorno das empresas de agronegócio no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**, 2008. (Relatório de pesquisa).

SANTANA, Gleise Campos Pinto. **O camponês na lógica capitalista: dependência e estratégias de reprodução no município de itabaiana/se**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. 2011. 141f. São Crisóvão(SE), 2011

SANTOS, Milton. 1965. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A.

_____. 1979. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Ed. Hucitec.

_____. 1986. “**Circuitos espaciais da produção: um comentário**”. In: A construção do espaço, Souza, M. A., Santos, M. (Orgs.) São Paulo: Ed. Nobel.

_____. 1988a. “O Meio Técnico-Científico e a urbanização no Brasil”. **Espaço e Debates**, 25, pp.58-62.

_____. 1988b. “O espaço geográfico como categoria filosófica”. São Paulo: **Revista Terra Livre**, n. 5, AGB.

_____. 1991b. “O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ações”. In: **Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR**, Salvador, p.35-39.

_____. 1994. **Por uma economia política da cidade**. O caso de São Paulo. São Paulo: Educ/Hucitec.

_____. 1996a. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. 3ª edição, São Paulo: Ed. Hucitec.

_____. (1993) 1996b. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed. Hucitec.

_____. (1994) 1997a. **Técnica, espaço, tempo; globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: 3ª edição, Ed. Hucitec.

_____. (1988) 1997b. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Ed. Hucitec.

_____. (1985) 1997c. **Espaço e método**. São Paulo: Ed. Hucitec.

_____. 1997d. “Da política dos Estados à política das empresas” in: Caderno da Escola do

Legislativo, Belo Horizonte, MG.

_____. 2000. **Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro e São Paulo: Ed. Record. 272

_____. (1978) 2002b. **Por uma geografia nova**. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp.

_____. (1979) 2004. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp.

_____. (1977) 2005. “**Sociedade e espaço**: A formação social como teoria e como método”. In: _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp.

_____. (1980) 2008. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Edusp.

SANTOS, M. & RIBEIRO, A. C. T. 1979. “**O conceito de região concentrada**”, UFRJ, IPPUR e Departamento de Geografia, mimeo.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. 2001. **O Brasil**, território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro & São Paulo: Ed. Record.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 1981.

SANTOS, Camila Dutra. **Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Ceará (UECE). 449f. Fortaleza, 2016.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. **A territorialização dos conflitos e das contradições: o capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos**. 2009. 313f. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo(USP). São Paulo, 2009.

SANTOS, Núbia Dias dos. **Pelo espaço do homem camponês** : estratégias de reprodução social no sertão dos Estados de Sergipe e Alagoas. 2012. 291f. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão- SE, 2012.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP) **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 17, nº. 25 pp. 102-135 Jul-dez./2014.

SCHMID, Cristian. **A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre**: em direção a uma dialética tridimensional. (Tradução de Marta Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto). **Revista GEOUSP**, São Paulo, n. 32, pp. 89-109, 2012.

SENA, Temístocles Brito de. **Esboços da história do Município de Quixeré – 1681 a 1959**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2004.

SERRA, Elpídio. Os Primeiros Processos de Ocupação da Terra e a Organização Pioneira do Espaço Agrário no Paraná. **Boletim de Geografia, Maringá**, ano 10, no. 01, pp. 61-95, 1992.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento do território. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006. p. 283- 312.

SILVA, Maria De Lourdes Vicente. **Gritos, silêncios e sementes**: As Repercussões do Processo de Des-re-territorialização Empreendido pela Modernização Agrícola sobre o

Ambiente, o Trabalho e a Saúde de Mulheres Camponesas na Chapada do Apodi/CE. Dissertação de Mestrado (PRODEMA/UFC). Universidade Federal do Ceará(UFC). 2014. 364f. Fortaleza, 2014.

SILVEIRA, Maria Laura. 1999a. “Uma situação geográfica: do método à metodologia”. **Revista Território**, ano IV, n. 6, jan/jun.

_____. 1999b. **Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP.

_____. 2000. “**Por um conteúdo da reflexão epistemológica da geografia**”. In: SOUZA, A.J.de; SOUZA, E.B.C. de & MAGNONI JÚNIOR, L. (Orgs.) Paisagem território região: em busca da identidade. Cascavel/PR: EDUNIOESTE.

SIMONETTI, Mirian Cláudia L. **A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão**. (Tese de Doutorado – USP – Deptº. de Geografia) São Paulo, 1999.

SHANIN, Teodor. **Naturaleza y Lógica de la Economía Campesina**. (Tradução de Horacio González Trejo). Barcelona: Anagrama, 1976. 87p.

_____. **El campesinato como factor político** in: SHANIN, T. (Org.) Campesinos y Sociedades campesinas. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____. **A Definição de Camponês, Conceituações e Desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista**. (Tradução de Cynthia A. Sarti e Wanda Caldeira Brant). In: **Estudos CEBRAP**, Petrópolis, n° 26, 1980, pp. 43-79.

_____. **Lições Camponesas**. (Tradução de Marta Inez Medeiros Marques). In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.) **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. pp. 23-47.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Dos ciclos e das crises do capital às formas de travestimento da barbárie no trabalho canavieiro**. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe.2014. 250f. São Cristóvão(SE), 2014.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. **A agricultura e a reorganização do espaço: a rizicultura irrigada em Limoeiro Norte – Ceará**. Recife, 1999, Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, 1999a.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. “A irrigação e desenvolvimento no Baixo Jaguaribe: as metamorfoses de um velho discurso”. Rev. **Propostas Alternativas**. Fortaleza – CE: IMOPEC, 1999b.

SOARES Hidelbrando dos Santos. “Elementos para uma geografia histórica do Baixo Jaguaribe: as transformações do espaço agrário regional”. In: **Rev. Propostas Alternativas**. Vale do Jaguaribe: Natureza e Diversidade Cultural – I Fortaleza: IMOPEC, 2000.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. Agricultura e modernização socioespacial em Limoeiro do Norte. In: ELIAS, D. ; SAMPAIO, J. L. F. (Orgs). **Modernização Excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. (p. 83-108).

SOARES, Venozina de Oliveira. **A territorialização da cafeicultura no Planalto da Conquista/Bahia: Transformações e contradições no espaço agrário.** Dissertação de Mestrado em Geografia. 2011. 179.f. São Cristóvão(SE), 2011

SOBRINHO José de Sousa. **O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra.** 436f. Tese de Doutorado – Univesidade de São Paulo(USP), São Paulo, 2012.

SORJ, Bernard. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de. **O agro-hidronegócio no Vale do São Francisco: território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção.** 356f. Tese de Doutorado. – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SOUZA, Dayse Maria. **Do chão da terra ao chão da fábrica: as formas contraditórias da apropriação do capital no espaço.** 277f. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SOUZA, Hermínio Ramos de. Agricultura e Política Agrícola no Nordeste: do GTDN à liberação comercial. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.28, n 4, p.499-517, out./dez. 1997.

SOUZA, Suzane Tosta. **Impactos sócio-ambientais da agricultura irrigada da uva no Perímetro Bebedouro – Petrolina/PE.** UFBA/IGEO, 2001. 175p. (Dissertação de Mestrado).

_____. **O Sertão que virou pomar? Do discurso do estado às contradições do processo histórico. Políticas públicas de irrigação e expropriação camponesa pelo capital: luta pela terra, pelo trabalho e pela água.** Anais do I Encontro Latino Americano de Ciências Sociais e Represa, II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragem. Bahia, 2007.

_____. **Da negação ao discurso “hegemônico” do Capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia.** (Tese de Doutorado). UFS/NPGEO. Departamento de Geografia. São Cristóvão, 2008.

_____. **As Investidas Do Capital No Campo Através Das Ideologias Do “Desenvolvimento” E Da “Modernização”.** **Para Onde!?**. Porto Alegre/RS, v. 3, n. 1. 2009.

_____. **Luta pela terra e reprodução camponesa no sudoeste da Bahia.**In: **Anais do XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, São Paulo, 2009, pp. 1-27

SOUZA & RAMALHO. Território usado e macrossistema elétrico nacional: o equívoco de um enfoque setorial. In: **VI Anais...** Congresso Brasileiro de Geógrafos, Goiânia, 2004. Eixo 5. pág 1-6.

SUERTAGARY, D. M. **Pesquisa de campo em geografia.** Geographia, Rio de Janeiro, n.7, p. 92-99, jul. 2002.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho**: Estudo Sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital. São Paulo: HUCITEC, 1978.

TEIXEIRA, A.A.T; MARINHO, A.M.C.P; RIGOTTO, R.M.; BRAGA, L.Q.V.; SILVA, M.L.V. Tecendo aproximações entre o trabalho e a pluralidade a exposição dos trabalhadores a agrotóxicos e fertilizantes no Baixo Jaguaribe. In: RIGOTTO, R.M (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/ CE. Fortaleza: UFC; 2011. p. 319-360.

TEUBAL, Miguel. **O Campesinato Frente à expansão do Agronegócio na América Latina**. In: Campesinato e Territórios em Disputa org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edimilson Frabrini. 1. ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **O agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI**. *Campo - Território*, v. 5, p. 1-1, 2010.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: limites explicativos, autocríticas e desafios teóricos. Volume 1. Tese (Livre-Docência), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

_____. Por uma geografia do trabalho. (reflexões preliminares). **Scripta Nova**: Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales, Barcelona, 2002a. disponível em:<http://www.ub.es/geocrit/c4-jmont.htm>. Acesso: 15 de Abril, 2009.

_____. Se camponês, se operário: limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio; CARVALHAL, Marcelo Dorneles; CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2006.

_____. **A (des)ordem societária do trabalho** (os limites para a unificação orgânica). In: MARQUES, M. I. M. Marques; A.U. Oliveira. (Org.). **O campo no início do século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004.

_____. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. In: _____. **Geografia passo a passo (ensaios críticos dos anos 90)**. Presidente Prudente: Centelha, 2005. p. 31-39.

_____. **Por trás dos canaviais os nós da cana**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002b.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. (Tradução de Rosaura Eicheberg). São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 493p.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1991.

TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: _____. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico** – qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 351-368.

WOORTMANN, Klaas. *Com Parente Não se Negueia*. O Campesinato Como Ordem Moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, n. 87, ano 03, pp. 11-73, 1990.

_____. O Selvagem e a *História*. Heródoto e a Questão do *Outro*. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 43, n. 01, pp. 13-59, 2000.

_____. **Sítiantes e Colonos**. Tese (Doutorado) Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília, 1988.

VENTURI, L. A. B. O papel da técnica no processo de produção científica. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 84, p. 51-69, jul., 2006.

VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Terra e território: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010, pp. 95-102. **AGRÁRIA**, São Paulo, No 9, 2008.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. Tradução Maria Angélica Pandolfi; Revisão técnica Bernardo Mançano Fernandes, João Pedro Stédile, Silvia Beatriz Adoue. São Paulo, Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

_____. **El Hombre de Hierro**. *Limites Sociales y Naturales del Capital*. México: UACM, UAM, ÍTACA. 2009;